

ANAIS

XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS - SUL I

**Formação em Serviço Social
na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das
lutas sociais emancipatórias**



**18 a 20
de agosto de 2025
Toledo - Paraná**
Universidade Estadual do
Oeste do Paraná
(Unioeste)/Campus Toledo

Fotos: iStock.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DIRETORIA REGIONAL SUL I DA ABEPPSS

Vice Presidenta: Profa. Laís Duarte Corrêa (UFSC)

Coordenador Regional de Pós-Graduação: Prof. Jaime Hillesheim (UFSC)

Coordenadora Regional de Graduação: Profa. Ineiva Terezinha Kreutz (UNIOESTE)

Suplente Docente: Profa. Fernanda Nunes da Rosa (UFSM)

Discente de Graduação (titular): Maria Izabel Silva Alves (UEL)

Discente de Graduação (suplente): Valéria Moraes (UCS)

Discente de Pós-Graduação (titular): Joyce Santos (UFSC)

Discente de Pós-Graduação (suplente): Bárbara Domingues Nunes (UCPEL)

Representante de Supervisores: Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira (UEL)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Laís Duarte Corrêa

Ineiva Terezinha Kreutz

Bárbara Domingues Nunes

Jaime Hillesheim

Fernanda Nunes da Rosa

Dyullia Severo de Gonçalves

André Henrique Mello Corrêa



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ANAIS XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS SUL I

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da

Universidade Federal de Santa Catarina

O32a Oficina Regional da ABEPSS Sul I (14. : 2025 : Toledo, PR)

Anais da XIV Oficina Regional da ABEPSS Sul I [recurso eletrônico] :
formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade : em defesa das
lutas sociais e emancipatórias / Comissão organizadora, Laís Duarte
Corrêa ... [et al.]. – Florianópolis: UFSC, 2025.

239 p.

E-book (PDF)

Evento realizado nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2025, na
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Toledo.

ISBN 978-65-01-69342-2

Elaborada pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB 14/1396

[Anais da XIV Oficina Regional da ABEPSS Sul I](#) © 2025 by [ABEPSS SUL I](#) is licensed
under [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International](#)



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

Diretoria Regional Sul I da ABEPPSS

ENCONTRO REGIONAL SUL DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: dilemas e estratégias de fortalecimento da supervisão de estágio em Serviço Social 9

ABERTURA 9

Cristiane Carla Konno

O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A EXPERIÊNCIA DOS FÓRUNS DE SUPERVISÃO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA..... 10

Edinaura Luza

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA 21

Nalá Ayalén Sánchez Caravaca

FÓRUM ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E A PERSPECTIVA DO ESTAGIÁRIO DA TRÍADE NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO 29

Lauren Amaro dos Santos

FÓRUM REGIONAL SUL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL 34

ABERTURA 34

André Henrique Mello Correa

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: potências e desafios da articulação coletiva no estado do Paraná..... 41

Andréa Luiza Curralinho Braga



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM

QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: estratégias do CRESS RS..... 50

Emilene Oliveira de Bairro

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM

SERVIÇO SOCIAL: desafios e estratégias em Santa Catarina..... 52

Simone Dalbello

A ABEPSS SUL I NO FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO

TRABALHO COM QUALIDADE E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA

REGIÃO SUL (2019-2025)..... 62

Laís Duarte Corrêa

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM

SERVIÇO SOCIAL E A ENESSO RVI 69

Maria Izabel Silva Alves

MESA 1: CRISE DO CAPITAL E DISPUTA DE PROJETOS SOCIETÁRIOS..... 71

ABERTURA 71

Laís Duarte Corrêa

CRISE DO CAPITAL E DISPUTA DE PROJETOS SOCIETÁRIOS: a precarização da vida

dos(as) trabalhadores (as) e a direção de suas lutas emancipatórias no Brasil 74

Silmara Carneiro e Silva

COLÓQUIO DE GRADUAÇÃO: fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os

desafios da graduação em Serviço Social 89

ABERTURA 89

Ineiva Terezinha Kreutz

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: luta

de classes, questão social e avanço neoconservador 92

Inez Rocha Zacarias



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

COLÓQUIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da pós-graduação em Serviço Social 110

ABERTURA 110

Jaime Hillesheim

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E DESAFIOS À FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL 115

Ricardo Lara

MESA 2: O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E DIRETRIZES CURRICULARES: perspectiva crítica e fortalecimento das lutas emancipatórias 128

ABERTURA 128

Esther Luiza de Souza Lemos

SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS 131

Thaís Teixeira Closs

FÓRUM REGIONAL DE DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO: regional Sul I 151

Bárbara Domingues Nunes

Alene Silva da Rosa

O MESS SOBRE A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA HISTÓRICA 163

Maria Izabel Silva Alves

Valéria Moraes

MESA 3: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E PARTICULARIDADE REGIONAL:

exploração, lutas sociais e respostas coletivas 167



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ABERTURA	167
-----------------------	------------

Fernanda Nunes da Rosa

SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	173
--------------------------------------------------------------------------------	------------

André Henrique Mello Correa

CAPACITISMO E SERVIÇO SOCIAL	187
-------------------------------------------	------------

Daiane Mantoanelli

ENTRE FRONTEIRAS E DIREITOS: DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES	202
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Líria Maria Bettoli Lanza

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E MARXISMO	220
--------------------------------------------------------	------------

Guilherme Gomes Ferreira

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: expressões da questão social e desafios para o Serviço Social	227
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Nadianna Rosa Marques

PROGRAMAÇÃO XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I.....	237
----------------------------------------------------------------	------------



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

APRESENTAÇÃO

Com imensa alegria, a gestão da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva” (2025-2026) apresenta os Anais da XIV Oficina Regional da ABEPSS Sul I, realizada nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 2025 na Unioeste, campus de Toledo-Paraná, que contou com 418 pessoas inscritas.

A ABEPSS é uma entidade acadêmico-científica, que coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da Universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

As Oficinas Regionais da ABEPSS se constituem em um espaço estratégico no espraiamento dos debates necessários à formação em nível de graduação e pós-graduação, bem como, o incentivo à formação de redes de pesquisadores em escalas regional, nacional e internacional com vistas à atualização de uma agenda de pesquisa do Serviço Social em articulação a outras áreas do conhecimento que compartilham da defesa dos direitos humanos e da construção de um projeto de emancipação humana.

Este evento, seguindo a programação da Oficina Nacional da ABEPSS¹, foi cuidadoso e coletivamente construído entre integrantes da atual gestão e de gestões passadas da Regional Sul I da ABEPSS, representações dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) do Paraná (PR), de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS), da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO) RVI, discentes, docentes e supervisoras de estágio. Desta construção, com empenho e esforços coletivos, este evento, pela primeira vez na história da Regional Sul I, foi realizado com recursos públicos advindos da Chamada Pública 02/2025 da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, em

¹ As Oficinas Regionais antecedem a Oficina Nacional. Neste ano, a Oficina Nacional será realizada entre os dias 04 a 06 de novembro, na Universidade Federal do Tocantins (UNITINS).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI) em convênio² com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Além dos recursos da Fundação Araucária, o evento contou com recursos do CRESS-PR, CRESS-RS e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assim como com o apoio da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e, especialmente, da UNIOESTE, campus Toledo. Para esta última, registramos o apoio inestimável do corpo docente e discente dos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social, da Direção Geral do Campus, dos setores administrativo, financeiro, compras, licitações, infraestrutura e informática.

Neste documento, apresentamos o registro das exposições realizadas pelas(os) palestrantes e convidados(as), todas(os) oriundos dos estados que compõem a Regional Sul I, expressando o reconhecimento de pesquisadores(as), docentes, supervisores de campo e acadêmicos, estudantes e das representações das nossas entidades representativas. Também apresentamos o registro das coordenadoras(es) e mediadoras(es) das mesas temáticas do evento.

Reafirmando a defesa e o fortalecimento do projeto de formação profissional crítico do Serviço Social brasileiro, a Diretoria da Regional Sul I da ABEPSS deseja que este documento siga potencializando reflexões e debates em nossa regional.

Diretoria Regional Sul I da ABEPSS

Agosto de 2025

² Convênio nº 440/2025, Fundação Araucária – Unioeste.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ENCONTRO REGIONAL SUL DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO:

dilemas e estratégias de fortalecimento da supervisão de estágio em Serviço Social

ABERTURA

Cristiane Carla Konno³

É com muita alegria que damos início à 14^a Oficina Regional da ABEPPSS - Sul I (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Damos o nosso primeiro passo - (lembrando que a abertura oficial se dará logo mais à noite), de uma jornada de reflexões organizada em encontros, fóruns, colóquios, mesas coordenadas e reuniões com a participação de docentes, discentes, supervisoras e supervisores, interessados em debater e refletir sobre a *formação em serviço social na perspectiva da totalidade*: em defesa da unidade das lutas emancipatórias.

O debate proposto se inscreve no contexto da crise do capital, com o reconhecimento das lutas emancipatórias como força motriz da história. Ou seja, uma realidade de profunda exploração do capital sobre o trabalho, objetivada na vida social pelas opressões às relações sociais de classe, sexo e raça/etnia, exponenciando a indissociabilidade entre exploração e opressão como estruturantes do capitalismo dependente, periférico, cis-heteropatriarcal e racista.

Um contexto sócio-histórico regido pelos preceitos neoliberais, atualmente ultraneoliberal, que resulta na destituição de direitos sociais e das políticas sociais, no aprofundamento do conservadorismo – o neoconservadorismo que associado ao ultraneoliberalismo, objetivados nas tendências facinizantes, manifestam a antidemocracia, o ataque aos direitos humanos e sociais, num autoritário processo de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais de trabalhadoras/es, intensificando a apofobia, a transfobia, a

³ Doutora em Serviço Social. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)- Campus Toledo. E-mail: crikonno@gmail.com



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

misoginia, a xenofobia, a intolerância religiosa, dentre outras manifestações de ódio, que embora acentuadas na conjuntura atual, não é recente no Brasil e no mundo.

Tal perspectiva, colide frontalmente com Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, requisitando da categoria profissional de assistentes sociais, o fortalecimento da direção social orientada pelos princípios éticos na defesa da diversidade humana e dos direitos humanos, contra toda forma de exploração e opressão.

Embora as tendências fascizantes sejam fortalecidas pelo Estado burguês, a classe trabalhadora não fica cordata, e movida pela resistência, enfrenta as desigualdades travando as lutas sociais contra a exploração e opressão em defesa da vida digna, sem violência e violação de direitos.

Sob esta conjuntura, temos o desafio teórico-político de debater, no âmbito do ensino superior, a formação profissional em serviço social, a partir de

- a) **Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social**, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- b) **Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;**
- c) Estabelecimento das dimensões investigativa e intervenciva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- d) **Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;**
- e) **Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional** (ABEPSS, 1996, p. 06).

É exatamente neste processo que se coloca o **FÓRUM REGIONAL SUL DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social (1996), na Política Nacional de Estágio (2010), na Resolução 533 de 2008 do CFESS e a Lei Nacional do Estágio (2008), e para além das normativas, suscita-nos, nessa tarde, refletir sobre os *Dilemas e Estratégias de Fortalecimento da Supervisão de Estágio em Serviço Social*.

REFERÊNCIA

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. ESTÁGIO EM**



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SERVIÇO SOCIAL E A EXPERIÊNCIA DOS FÓRUNS DE SUPERVISÃO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Edinaura Luza⁴

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo registrar a discussão acerca dos dilemas e estratégias de fortalecimento da supervisão de estágio em Serviço Social, a partir da Oficina Regional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) da Região Sul I, realizada na data de 18 de agosto de 2025, na Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus Toledo, com base na atuação do Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Paraná.

A partir da fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), em especial, o texto analisa avanços, limites e desafios da formação profissional, destacando a centralidade do estágio supervisionado na articulação entre as dimensões que compõe a formação e o trabalho profissional, na direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Ademais, a análise se ancora em levantamento realizado junto a Cursos de Serviço Social de Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) do Paraná, revelando condições e determinantes que impactam o processo formativo. Conclui-se pela necessidade de fortalecimento dos fóruns de supervisão, da valorização institucional da supervisão e da articulação coletiva entre entidades representativas, universidades, supervisores/as e estudantes, como estratégia para resistir à precarização e assegurar aprofundamento da qualidade da formação profissional.

⁴ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: eluza@uem.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

A formação profissional em Serviço Social no Brasil é resultado de um processo histórico marcado pela defesa de direção crítica e comprometida com as demandas da classe trabalhadora. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 consolidaram um projeto pedagógico que articula fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, em diálogo com as particularidades da sociedade brasileira. Colocam-se como importantes avanços: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão; a afirmação da tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica; as respostas da profissão à conjuntura; o apontamento para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora. Nesse contexto, o estágio supervisionado constitui dimensão central, por oportunizar a mediação entre conhecimentos agregados na formação e desafios e contradições que compõe os campos de trabalho, configurando-se como espaço de formação e exercício pedagógico, indissociável da identidade profissional.

As Diretrizes Curriculares contemplam e vislumbram a formação de perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão crítica dos processos históricos, numa perspectiva de totalidade, considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Coloca-se no horizonte a demanda de construção de condições para a identificação de demandas, compreensão do significado social da profissão e desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional, no bojo das competências e atribuições legais (ABEPSS, 1996).

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010) reafirma essa compreensão ao situar a supervisão como atividade pedagógica essencial, que exige condições institucionais e profissionais adequadas para o seu desenvolvimento. Contudo, a conjuntura contemporânea apresenta inúmeros desafios: precarização do trabalho, fragilização das políticas públicas,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

sobrecarga de supervisores/as, escassez de campos de estágio e insuficiência de políticas de permanência estudantil.

A organização curricular preconizada pelas Diretrizes estabelece núcleos de fundamentos que orientam a formação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esses núcleos se desdobram em áreas de conhecimento e componentes curriculares diversos, rompendo com a lógica fragmentada e formalista anteriormente dominante (ABEPSS, 1996, p. 63).

O estágio supervisionado, que deve abarcar, no mínimo, 15% da carga horária total do curso, ocupa posição estratégica no processo formativo e apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao/à estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como “o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital” (ABEPSS, 2010, p.14). A indissociabilidade entre formação acadêmica e exercício profissional exige que o estágio seja acompanhado de forma sistemática, presencial e continuada, envolvendo supervisão acadêmica e de campo, em permanente interlocução.

A Política Nacional de Estágio reforça que a supervisão não pode ser concebida como mera exigência burocrática, mas como trabalho pedagógico que requer planejamento, condições institucionais e reconhecimento como parte integrante da atividade docente e profissional. Tais elementos são fundamentais para buscar ampliar a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional; o acompanhamento sistemático, presencial e continuado; a interlocução direta com atribuições e competências do Serviço Social.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

3. DILEMAS E ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

O conjunto de elementos expostos acima reafirmam a importância da articulação dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social, nos mais diversos níveis, a saber: Nacional, Regionais, estaduais e locais, com vistas a contribuir no processo de consolidação da compreensão de estágio e supervisão de estágio constante nas construções da categoria, especialmente na Política Nacional de Estágio da ABEPPSS.

A experiência de rearticulação do Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Paraná, por sua vez, no ano de 2021, no contexto de pandemia de COVID-19, contando com uma Coordenação Colegiada constituída por representações das entidades – ABEPPSS Sul I, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 11ª Região e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) Região VI, de UFAs das várias regiões do estado, bem como, de todos os sujeitos que compõe o processo de estágio e supervisão de estágio (discentes, docentes supervisores/as acadêmicos/as, supervisores/as de campo, docentes coordenadores/as de estágio), a exemplo, ofereceu nítidas demonstrações da relevância de espaços como tal. A Coordenação Colegiada, nesta experiência mencionada, tem se reunido mensalmente ou bimestralmente, impulsionado a articulação de Fóruns Locais de Supervisão de Estágio no Paraná e promovendo atividades coletivas de debate acerca do estágio e seu lugar na formação e no trabalho profissional, enfatizando a sua indissociabilidade (Coelho; Luza, 2024).

Com a mesma intencionalidade, o Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Paraná, no período de 2021 a 2025, realizou 5 Encontros Estaduais e 2 reuniões ampliadas, reunindo grande quantitativo de sujeitos e instituições envolvidas na supervisão de estágio, contribuindo nos processos de formação continuada e constituindo-se enquanto *lócus* privilegiado de debates sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, o que coaduna com a compreensão de Cantalice (2019, p. 110) de que os Fóruns de Supervisão “emergem como uma estratégia de qualificação da formação profissional e, em especial, de fortalecimento do Estágio em Serviço Social, em tempos de crise sistêmica do capital e de suas consequências societárias”.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Na mesma esteira, a realização de Encontros do Fórum Regional de Supervisão de Estágio em Serviço Social da Região Sul do Brasil, contando com as sínteses de Encontros dos Fóruns dos três estados que integram a região (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), também constitui-se como oportunidade para a reafirmação da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, da imprescindibilidade da presencialidade e da supervisão direta, contínua, sistemática, dentre outras questões, com especial atenção ao contexto de flexibilização e precarização das condições éticas e técnicas de trabalho. Neste sentido, na contracorrente da redução da formação profissional ao atendimento de demandas e interesses do capital,

[...] a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico metodológica [...] (ABEPSS, 2010, p. 10).

Nesta esteira, vale registrar que as sínteses viabilizadas no âmbito de Encontro do Fórum Nacional de Supervisão de Estágio em Serviço Social de 2023, o qual foi realizado junto à programação da Oficina Nacional da ABEPSS, em 29 de outubro de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), delinearam dilemas, desafios e estratégias, tais como:

- a) Avançar na radicalidade do Projeto Ético-Político Profissional, adensando a formação antirracista por meio do debate das questões étnico-raciais no âmbito do estágio em Serviço Social: na supervisão de campo, na supervisão acadêmica e nos espaços coletivos de debate;
- b) Reafirmar a concepção ético-política da profissão, buscando “latinoamericanizá-la” e “enegrecê-la”, sem relativizar a teoria social crítica, o que também perpassa a supervisão direta de estágio em Serviço Social;
- c) Reafirmar a concepção de estágio em Serviço Social construída no âmbito das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, no Código de Ética do/a Assistente Social, na Resolução CFESS n. 533/2008, e em outras elaborações da



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

categoria, enfatizando que estágio não é trabalho e demanda supervisão direta, presencial, contínua e sistemática, numa perspectiva crítica e de totalidade;

d) Fortalecer os Fóruns Nacional, Regionais, Estaduais e Locais de Supervisão de Estágio em Serviço Social, mediante articulação de entidades, UFAs e sujeitos que compõe o processo de supervisão de estágio, na medida em que inscrevem-se como “espaço coletivo de resistência e de enfrentamento ao rebaixamento da formação profissional” (CANTALICE, 2019, p. 115); rebaixamento este caracterizado pela subsunção da formação à tecnificação aligeirada e alinhada aos interesses de qualificação requeridos pelo mercado.

Neste sentido, vale enfatizar que os Fóruns de Supervisão Estágio, previstos na Política Nacional de Estágio “não devem ser apreendidos em uma dimensão burocrático-legalista, mas no seu potencial de articulação política e de estratégia coletiva de garantia de uma formação profissional intelectual e crítica” (ABEPSS, 2018, p. 16). Portanto, fluxos e processos implicam na constituição de espaços coletivos de debate, sistematização e acúmulo teórico e político, tendo em vista o aprofundamento da formação profissional, diante de um contexto que tem tensionado, veementemente, para seu aligeiramento e flexibilização.

Conforme Parâmetros para Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2018, p. 22), os Fóruns de Supervisão de Estágio colocam-se como espaços político-pedagógicos de luta, resistência e defesa das dimensões do processo formativo na qualificação e consolidação das competências profissionais, enquanto conteúdo transversal à formação profissional em Serviço Social. Na mesma medida e perspectiva, tais espaços colocam-se como lugar de reflexão dos sujeitos envolvidos – supervisores/as de campo e acadêmicos/as e estagiários/as – para apreensão e enfrentamento dos limites da supervisão e sobre condições objetivas nos campos de trabalho e estágio. Constituem-se, ainda, em espaços de articulação coletiva de estratégias para a reafirmação do caráter acadêmico-político-profissional da supervisão em Serviço Social e da indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo. Nisto, os Fóruns são importantes, também, no processo de formação permanente dos sujeitos envolvidos, haja vista que possibilitam uma maior articulação entre UFAs e campos de trabalho, bem como a oportunidade de discussão conjuntural de tendências sobre os fundamentos



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

do Serviço Social frente à indissociabilidade entre trabalho, formação profissional e organização política do Serviço Social.

Com vistas a compreender a realidade da supervisão, o Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Paraná, em articulação com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho Profissional (GEFORT/UEL), em julho/agosto de 2025, realizou levantamento junto a 12 Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), abrangendo universidades estaduais, federais e centros universitários. O instrumento de coleta contemplou caracterização institucional, participação em fóruns locais, concepção de supervisão, dificuldades enfrentadas e estratégias de fortalecimento. Os dados revelaram que 58,3% das instituições realizaram encontros de fóruns locais em 2025, concentrados no primeiro semestre do ano, com temáticas voltadas ao papel da supervisão, “articulação teoria-prática” e Projeto Ético-Político. A participação foi variável, mas em alguns casos atingiu mais de 80 pessoas, entre estagiários/as, supervisores/as de campo, supervisores/as acadêmicos/as e coordenações. Houve convergência quanto à compreensão da supervisão como dimensão indissociável entre campo e academia, essencial à formação crítica e ética. A supervisão de campo foi identificada como espaço de vivência concreta do exercício profissional e problematização das demandas institucionais, enquanto a supervisão acadêmica foi compreendida como mediação teórico-política, de aprofundamento e sistematização. Apesar desse consenso, foram registradas dificuldades conceituais entre alguns participantes quanto à delimitação dos papéis de cada sujeito envolvido, revelando a necessidade de processos formativos continuados.

As dificuldades apontadas, por sua vez, refletem o contexto de precarização do trabalho e da educação superior: Sobrecarga de supervisores/as, contratos temporários e falta de reconhecimento institucional da supervisão como parte da carga horária docente; Fragilidade institucional, com escassez de recursos para acompanhamento e visitas de campo, além da limitação de vagas remuneradas de estágio; Limites na articulação entre supervisores/as acadêmicos/as e de campo, bem como dificuldades na apropriação de referenciais normativos da ABEPSS e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Condições dos/as estudantes, que enfrentam conciliação entre estágio, trabalho e vida familiar, ausência de políticas de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

permanência e desafios de deslocamento; Campos de estágio reduzidos, alguns incompatíveis com as atribuições do Serviço Social, e resistência de profissionais em receber estagiários/as por falta de preparo ou condições institucionais.

As estratégias elencadas evidenciam a necessidade de ação articulada e coletiva: Formação continuada para supervisores/as, tanto acadêmicos/as quanto de campo; Reconhecimento institucional da supervisão como trabalho pedagógico e parte da carga de trabalho; Planejamento conjunto envolvendo estagiários/as, supervisores/as e coordenações; Ampliação das parcerias e diversificação dos campos de estágio, com critérios de adequação às atribuições profissionais; Fortalecimento dos fóruns locais e regionais como espaços de troca e resistência; Incidência das entidades representativas junto a gestores/as para ampliação da autonomia profissional e garantia de campos de estágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A supervisão de estágio em Serviço Social é dimensão estratégica do processo formativo e da consolidação do Projeto Ético-Político profissional. Contudo, enfrenta dilemas estruturais que decorrem da precarização do trabalho, da fragilidade institucional e da insuficiência de políticas educacionais e sociais. O levantamento realizado pelo Fórum Estadual do Paraná evidencia a centralidade dos fóruns locais e regionais como espaços de resistência, articulação e proposição coletiva. Esses espaços permitem visibilizar os desafios, mas sobretudo construir estratégias de enfrentamento ancoradas na formação crítica e na valorização da supervisão como atividade pedagógica.

A defesa da qualidade da formação profissional exige que a supervisão de estágio seja reconhecida como trabalho docente e profissional, com condições adequadas de realização. Requer, ainda, o fortalecimento da articulação entre universidades, campos de estágio e entidades representativas, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a emancipação humana e com os interesses da classe trabalhadora.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares da ABEPPSS: 18 anos de luta em defesa da formação profissional. Brasília: ABEPPSS, 2014.

ABEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPPSS/CEDEPPSS, 1996.

ABEPSS. Parâmetros para Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social. Brasília: ABEPPSS, 2018.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio. Brasília: ABEPPSS, 2010.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...] e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 8 jun. 1993.

CANTALICE, L. Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social – Nacional, Regional, Estadual e Local. In: MESQUITA, A.P., GUERRA, Y., GONÇALVES, A.M. (Orgs.).

Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Socialis, 2019, p. 110-118.

CFESS. Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª edição ampliada. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. Meia formação não garante um direito: O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: CFESS – Gestão 2011-2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

CFESS. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.

COELHO, K.A.F.P.; LUZA, E. . Os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social no Brasil: espaço político de articulação e resistência. In: **Estágio e Supervisão na formação em**



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Serviço Social: o debate em Portugal e no Brasil. 1ed. Juiz de Fora/MG: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2024, p. 212-226.

FERRI, M.F. Estágio supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 225-240, jan./jun. 2020.

GUERRA, I.; BRAGA, M.E. **Supervisão em Serviço Social**, 2009. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL EM SANTA CATARINA

Nalá Ayalén Sánchez Caravaca⁵

1. SINTESE DO DEBATE DO FÓRUM ESTADUAL DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA

Tendo como eixo central de discussão “os desafios enfrentados na supervisão direta de estágios em Serviço Social”, o encontro do Fórum Estadual de Supervisão de Estágios em Serviço Social de Santa Catarina foi realizado em 15 de agosto de 2025 de forma remota e contou com a presença de representações do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região – CRESS SC, da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, da Região Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPPSS, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, da Universidade Regional de Blumenau – FURB, estudantes, supervisores(as) de campo e acadêmicos(as/es).

A proposta de debate foi organizada a partir da reflexão de três pontos: um primeiro sobre os desafios apontados para a realização da supervisão direta de estágio em serviço social, um segundo para refletir as estratégias já construídas pelos(as/es) sujeitos envolvidos(as/es) no processo de supervisão frente a essas dificuldades e um final orientado a pensar possibilidades e novas estratégias para o fortalecimento dessa prática.

Entre os principais desafios identificados, como pode observar-se na Lista 1, destacaram-se as condições de trabalho das(es/os) assistentes sociais que recebem estagiárias(es/os), marcadas pela precarização, sobrecarga e contratos temporários, que dificultam a continuidade e a qualidade da supervisão de campo. Também foram evidenciadas questões relacionadas ao

⁵ Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora de estágios. E-mail: nala.ayalen@ufsc.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

fortalecimento da articulação entre instituições de ensino e espaços sócio-ocupacionais, à necessidade de uma comunicação efetiva entre supervisores de campo e acadêmicos, bem como o reconhecimento da gestão institucional sobre a importância da supervisão de estágio.

Outro ponto recorrente foi a incompreensão, por parte de algumas instituições, sobre o significado do estágio em Serviço Social, sendo este frequentemente confundido com a substituição de mão de obra.

Somam-se ainda os desafios trazidos pelo contexto pós-pandêmico, como a supervisão em modalidade híbrida ou remota, cujas normativas ainda não dialogam com a realidade dos profissionais, além da dificuldade de aproximação entre o CRESS e as instituições de ensino na modalidade EAD, e a necessidade de alinhar expectativas entre supervisores de campo, acadêmicos e estudantes.

Lista 1: Desafios

Desafios para a supervisão direta de estágios em Serviço Social
Questões referentes às condições de trabalho das(os/es) assistentes sociais que recebem estagiárias(os/es), a precarização de trabalho; sobrecarga de trabalho; contratos temporários de trabalho que geram rotatividade na supervisão ou o não aceite da supervisão de campo, bem como o impacto na entrada tardia de estagiários(as/es) em campo.
O fortalecimento do trabalho em conjunto entre instituições de ensino e espaços sócio-ocupacionais.
Comunicação entre supervisão de campo e acadêmica.
Reconhecimento por parte da gestão dos espaços de trabalho com relação à supervisão de estágio.
Não compreensão sobre o que significa o estágio em serviço social, visto como alguém que vai suprir demandas da instituição.
Supervisão sistemática realizada pelas assistentes sociais que trabalham híbrido ou home office: necessidade de analisar esta especificidade, a forma que a supervisão direta ocorre. Falta de regulamentação da supervisão em contexto híbrido, novas formas de contratação não definidas pelas normativas.
Necessidade de atualizar normativas e organizar processos de ensino aprendizagem que contemplam demandas vinculadas à acessibilidade de estudantes.
Vínculo CLT ou estatutário que não garante permanência do profissional no mesmo espaço de trabalho, impactando o processo de estágio.
Dificuldade do CRESS com cursos EAD de Serviço Social e a procura de estágios.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Diferenças entre projetos pedagógicos entre cursos de Serviço Social que são ou não filiadas à ABEPPSS.

Imbricamento entre o trabalho profissional e a formação profissional.

Pré-requisitos estipulados por supervisores de campo/instituições, necessidade de alinhar expectativas de estudantes e supervisores.

Fonte: Elaboração própria a partir de relatoria realizada pela organização do Fórum Estadual de Estágio em Serviço Social de Santa Catarina.

Entendemos que os desafios apontados demonstram a materialização daquilo que a Política Nacional de Estágios (ABEPPSS, 2010) afirma sobre o local privilegiado do estágio na formação de assistentes sociais: é nesse espaço, isto é, no contato direto com o chão profissional, em que a contradição aparece de forma mais evidente.

Mediadas pela razão instrumental (Guerra, 2002), as instituições demandam de profissionais, ações necessariamente pragmáticas, imediatistas, visando à eficácia e eficiência, muitas vezes em detrimento dos valores e princípios da profissão. Para esta lógica só adquire sentido, razão de ser, aquilo que é útil e só é útil o que me oferece uma resposta aplicável no cotidiano, tornando, por oposição, inútil aquilo que transcende o aqui e agora, como por exemplo, explicações do mundo e sua complexidade inerente reprodução social. Isto é, privilegiando explicações insuficientes para responder a complexidade da vida social, mas suficientes para lidar com o fenômeno aparente de forma imediata.

Esta característica se intensifica no marco das alterações nos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais (Guerra, 2023) com implicações específicas para o serviço social que desenha seu trabalho em contexto de regressão de direitos, que são a expressão da constante busca de aumento da taxa de lucro e se desenha, entre outras expressões da precarização, com formas de contratação temporárias, pejotizadas ou intermitentes (Antunes, 2018), vínculos empregatícios cada vez mais ténues na sua delimitações de funções e modalidades de trabalho hibridas ou totalmente remotas. Em palavras de Guerra,

Notam-se mudanças significativas no modus operandi e na instrumentalidade do trabalho profissional. A introdução de instrumentos informatizados regidos por critérios que visam o aumento da produtividade não apenas altera a dinâmica, o ritmo de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

trabalho, sua intensidade, e leva ao enxugamento dos recursos humanos quanto, especialmente, retira das profissionais a possibilidade de exercer sua autonomia técnica com competência e criticidade, criatividade e compromisso. O que temos visto é que essa racionalidade tecnológica e algorítmica tem colocado as diferentes disciplinas profissionais a serviço da acumulação/valorização do capital, visando à aplicação de um conjunto de conhecimentos ou princípios um conjunto de conhecimentos ou princípios direcionados à produtividade, de modo a reduzi-las a meras técnicas ou tecnologias sociais (Guerra, 2023, p11).

Contudo, nossa profissão, ao mesmo tempo que enfrenta estas contradições, põe para si um projeto que direciona suas ações, que lhes dá sentido, que tem horizonte *da e para* a classe trabalhadora. Um projeto que é ético e é político o que pressupõe valores, princípios orientadores de uma ação com direção.

É nesse contexto que o/a/e assistente social elabora estratégias cotidianas de trabalho na relação direta entre o que é requisitado e o que é finalidade da própria ação. A supervisão de campo de estágio, atribuição privativa de assistentes sociais, não foge desta dinâmica e assim são construídas estratégias para garantir espaços que possam qualificar este momento formativo.

Assim, como estratégias já construídas, podemos constatar a partir da Lista 2 que foram citadas as deliberações do CFESS/CRESS sobre supervisão no trabalho remoto, o fortalecimento dos Fóruns em diferentes níveis, a participação de todos os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado, bem como a defesa da materialização da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e da Resolução CFESS nº 533/2008.

Ao mesmo tempo, a supervisão direta se coloca como espaço que pode facilitar a disputa de melhores condições de trabalho, uma vez que exige a garantia de espaços com estrutura que permita momentos de debate e reflexão sobre o cotidiano profissional, momentos estes que favorecem tanto a formação de estudantes, quanto a reflexão do cotidiano para as/os/es supervisores/as de campo.

Lista 2: Estratégias construídas

Estratégias já construídas frente aos desafios



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Deliberação pelo conjunto CFESS/CRESS sobre supervisão no contexto remoto.
Fortalecimento dos Fóruns Nacional, Regionais, Estaduais e Locais de Supervisão de Estágio em Serviço Social.
Compreensão da possibilidade de realizar supervisão direta como estratégia de melhoria das condições de trabalho.
Pré-requisitos mínimos para entrada em estágio junto às UFAS, construídos coletivamente.
Espaços de formação continuada para supervisores de campo; criação de especialização; Fóruns Locais nas UFAS.
Participação de estudantes nos espaços de discussão de estágios.
Tríades como espaço para alinhar expectativas entre supervisores de campo, acadêmicos e estagiários.
Lutas do Serviço Social pelo estágio como conquista para formação qualificada.

Fonte: Elaboração própria a partir de relatoria realizada pela organização do Fórum Estadual de Estágio em Serviço Social de Santa Catarina.

Outras estratégias importantes foram a criação de espaços de formação para supervisores, a exigência de pré-requisitos mínimos para ingresso no estágio, a participação estudantil em discussões sobre o estágio e a utilização das tríades como estratégia para alinhar expectativas entre estudantes, supervisores de campo e acadêmicos. Também se destacou a luta da categoria pela valorização do estágio como parte essencial da formação profissional.

Por último, no intuído de avançar no teor das disputas, foi realizada a reflexão sobre aquilo que ainda pode ser feito ao curto e médio prazo em relação com desafios apontados, entendendo que estes assombram a formação profissional e são pauta recorrentes dos últimos Fóruns, não só em nível local e Estadual, mas também regional e nacional.

Neste sentido, entre as estratégias possíveis para fortalecer a supervisão direta, apontou-se a participação conjunta com outras categorias profissionais em espaços coletivos, como conferências e conselhos, além do espraiamento das discussões para os NUCRESS, visto que poucos estão ativos atualmente. Destacou-se também a necessidade de aproximar docentes e discentes das normativas sobre estágio, elaborar formulários para identificar como tais normativas são apresentadas aos estudantes, promover oficinas e articulações sobre a supervisão de estágio, e criar espaços coletivos para discutir as novas modalidades de trabalho que impactam a supervisão.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Lista 3: Estratégias possíveis.

Possíveis estratégias
Participação de assistentes sociais em conjunto a outras categorias profissionais (Conferências, GTs, Conselhos, NUCRESS).
Espalhar a discussão para os NUCRESS; estimular ativação dos 13 NUCRESS.
Fortalecer aproximação de docentes e discentes com normativas do estágio.
Elaborar formulário para identificar como as normativas são apresentadas aos estudantes.
Realização de oficinas e articulação com os NUCRESS sobre supervisão de estágio.
Realização de mais espaços coletivos para discussão sobre estágios na regional.
Espaço coletivo para dialogar sobre novas modalidades de trabalho com apoio de CRESS, ABEPPSS e ENESSO.

Fonte: Elaboração própria a partir de relatoria realizada pela organização do Fórum Estadual de Estágio em Serviço Social de Santa Catarina.

Foi a partir deste debate, que começa na identificação dos desafios, retoma estratégias já realizadas, entendendo que o ponto de partida de novas ações se nutre do processo andado e finaliza com propostas de continuidade, que como encaminhamentos finais, o grupo propôs: remeter ao Fórum Regional e Nacional a demanda sobre reflexão e regulamentação de estágios em contexto de trabalho híbrido, avançar no debate e propostas de trabalho para a garantia da acessibilidade dos estudantes ao estágio supervisionado em serviço social, realizar um mapeamento junto às UFAS sobre a forma em que as normativas existentes sobre estágio são abordadas para subsidiar a elaboração de documento coletivo em articulação com CRESS, ABEPPSS, ENESSO; ampliar os espaços coletivos de discussão sobre estágios; promover oficinas em articulação com os NUCRESS, e construir um espaço de registro histórico das ações e documentos produzidos em âmbito regional disponíveis para fácil acesso.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Espaço privilegiado de formação e de contato com as expressões da contradição entre capital e trabalho, a supervisão de estágios como uma faca de dois gumes. De um lado a preocupação, de outro a vontade. A preocupação tanto da demanda que representará essa tarefa, quanto das condições e qualidade com que poderá ser realizada, mas também a vontade refletir sobre o trabalho de assistentes sociais que tem como base e direção um projeto, projeto ético e político da profissão, que carrega não só o horizonte ao que almejam nossas ações quanto as ações em si, produto estes de uma leitura atenta e crítica da realidade.

Portanto, se o trabalho organiza a vida, necessariamente organiza a forma em que vemos o mundo e com esta a forma em que agimos no mundo, organização que só poderá ter a chance de ser modificada após a reflexão consciente do movimento do real que torna essa possível nova organização em ideia concreta. Isto é assim em qualquer forma de organização? Pois já sabemos que não. O trabalho, na sua forma assalariada é organizador da vida numa forma específica de produção a partir do momento em que ele se torna fonte única da obtenção dos nossos meios de subsistência.

Enquanto trabalhadores(as) assalariados(as/es) dependemos para a operacionalização das nossas atividades de estrutura que não nos pertence. Em contexto de regressão de direitos, essa despossessão dos meios de produção se manifesta diretamente na qualidade e possibilidade da supervisão direta, tanto de campo, quanto acadêmica uma vez que ambas estão mediadas pela relação assalariada, pela perda crescente de estrutura e recurso das políticas públicas, tanto da proteção social quanto da política educativa. A notícia é que a novidade só está (sempre) nas formas em que isto se expressa e nunca na resposta mais acertada: uma profissão que coloca como horizonte um projeto societário livre de preconceitos, democratizante e que tem a liberdade e a emancipação como premissas orientadoras, entendeu que a resposta sempre foi e será a organização e elaboração de estratégias de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos no *modus operandi* do trabalho profissional de assistentes sociais. In: **Encontro Internacional De Política Social, 9.; Encontro Nacional De Política Social, 16.,** 2023, Vitória. *Anais [...].* Vitória: UFES, 2023. p. 1-15. ISSN 2175-098X.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E A PERSPECTIVA DO ESTAGIÁRIO DA TRÍADE NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Lauren Amaro dos Santos⁶

1. REPASSE DO FÓRUM ESTADUAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Fórum Estadual de Estágio Supervisionado em Serviço Social do Rio Grande do Sul, ocorreu no dia 1 de novembro de 2024 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), de forma híbrida, das 14h às 18h. Lá foram feitos os repasses dos Fóruns Locais de Estágio Supervisionado em Serviço Social do total de cinco (5) universidades, que foram, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A síntese do fórum foi organizada a partir de desafios e estratégias comuns, ponto de destaque, e demais desafios e estratégias.

Os desafios comuns resgatados do fórum em relação ao estágio supervisionado foram: as dificuldades advindas da questão da enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul; a necessidade de campos de estágio que acolham estagiários/as/es trabalhadores/as que estudam no período da noite, (estágios noturnos ou/e aos fins de semana); cumprimento da carga horária de estágio em relação aos estudantes trabalhadores; carga de trabalho elevada dos/as supervisores/as; adoecimento dos profissionais e estudantes e o uso de recursos materiais próprios para o desenvolvimento do trabalho, como o uso do telefone pessoal para atendimento de usuários.

⁶ Estudante de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: laurenamaro.aluno@unipampa.edu.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Algumas estratégias que foram traçadas em relação à esses desafios é o debate de temas atuais e recorrentes nos eventos/atividades que envolvam a supervisão de estágio: luta antirracista, luta anticapacitista, a incidência das tecnologias no trabalho profissional e supervisão remota; outra estratégia foi fomentar que o fórum local seja um evento permanente e estimular encontros mensais da comissão de estágio e o fomento da articulação e educação continuada dos profissionais.

O ponto de destaque foi a necessidade da criação de protocolos para situações de calamidade pública.

Os demais pontos em relação aos desafios discorridos no fórum estadual foram: a supervisão remota ou carga horária remota; a falta de recursos humanos e financeiros nas instituições; situações de assédio nos ambientes de trabalho; precarização dos vínculos de trabalho; o estigma com pessoas com sofrimento psicossocial; relatos de fiscalização rasa ou ineficiente do CRESS a qual não houve retorno e pressão política com as instituições; grupo pequeno de professores para realizar a supervisão; greve na universidade, com a manutenção dos estágios no período de greve; a subalternidade do Serviço Social em algumas instituições, através de relações hierarquizadas; tendências psicologizantes na prática do Serviço Social; a manutenção da tríade de estágio supervisionado; Necessidade de discussão de temas emergentes da realidade em sala de aula, na perspectiva de preparar os estagiários/as para a inserção nos campos; o agravamento das expressões da questão social (presença de facções do crime organizado, novas formas de exploração do trabalho); a mediação da frustração dos estagiários/as ao se depararem com a falta de recursos das políticas sociais.

Sobre as estratégias, foram pensados os seguintes pontos: realizar um fórum organizado junto com a disciplina de práticas (estágio); lutar por estágios obrigatórios remunerados; pressionar a implementação da lei dos assistente sociais e psicólogos na política de educação; fortalecer a mobilização política dos estudantes; fortalecer os campos de estágio e as redes; realizar encontros coletivos entre supervisores(as) de campo, supervisores(as) acadêmicos(as) e estagiários(as); incentivar os estagiários à participar das instâncias de participação da categoria, e de controle social; e manter a articulação entre a tríade.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2. PERSPECTIVA DA PARTE DO ESTAGIÁRIO DA TRÍADE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio é um espaço importantíssimo na formação em Serviço Social, pois é o momento de contato com o fazer concreto, com a realidade profissional e suas contradições, precarizações e vulnerabilidades, e a partir do observado desenvolver uma leitura crítica e o planejamento de ação frente às demandas que aparecem no cotidiano, e é também o momento em que a identidade profissional será gerada construída e referida (Buriolla, 1999).

Para que essa análise de realidade seja feita de forma crítica, é essencial que o estagiário/a/e compreenda e utilize das dimensões da categoria profissionais, as dimensões: teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa e entenda a indissociabilidade das mesmas, e que essa análise e planejamento de ação, e a própria ação, seja feita a partir das mesmas. É importante, também, que a gente quebre com a fragmentação entre teoria e prática, e com a visão de que a universidade é o espaço da teoria e o espaço sócio-ocupacional é o lugar da prática (Goin; Machado; Pedersen, 2018). E entender que isso não é verdade, que a teoria está no campo de estágio, no espaço sócio-ocupacional, e que a prática também está na formação em sala de aula.

Ao chegar no campo de estágio é visto uma gama de desafios, que são reflexos da crise do capital, de políticas reducionista de direitos sociais, da mercantilização da educação, da reforma universitária, dos achatamentos salariais e do retrocesso ao pensamento conservador. (Goin; Machado; Pedersen, (2018) apud Caputi, 2016). Pensar que em alguns espaços, os profissionais são contratados, ou seja, estão em local de autonomia relativa, por isso a gente luta por concursos públicos, e nesses espaços de autonomia relativa pode haver uma coordenação com o pensamento conservador, o que dificulta ainda mais a atuação.

E ao vivenciar esses desafios, pode acontecer da gente se embaçar em uma visão fatalista, pois é adoecedor, e é exatamente nesse momento que entra a importância de nós radicalizarmos frente a isso. Para mim o estágio, e todo esse processo de conhecer a realidade



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

profissional soa como uma frase de um autor desconhecido mas que normalmente é associada a uma obra de Enrique Cedillo, “Que a injustiça não te entristeça, que te radicalize”. A frase traduz esse processo, pois a tomada de consciência de que a atuação profissional será traçada por precarizações, e que tu terá que lutar para garantir o mínimo é adoecedor, e nesse sentido se segurar nos princípios e compromissos éticos da profissão para lutar por eles é necessário.

O meu estágio supervisionado foi na área da saúde, em ambiente hospitalar, o qual abrangeu acompanhar o trabalho do assistente social em todo o hospital, os Leitos de Internação, o Centro de Terapia Intensiva (CTI), a Maternidade, o Centro Regional de Atenção Integral à Saúde Mental (CRAISM), o Pronto Socorro, a Clínica de Hemodiálise, e o atendimento aos usuários do hospital e seus familiares.

Minha experiência do estágio e a relação com a tríade foi muito boa, ocorreram questões em relação a minha documentação, que me fizeram atrasar uns dois (2) meses de estágio, e tive que realizá-lo nas férias, também, entretanto tirando a correria que deu em razão disso, foi uma experiência muito boa, a qual sei que não ocorre para todos. Mas, se eu fosse estagiar novamente hoje, faria muitas coisas diferentes (e isso que é o aprendizado né, a gente ter noção de onde podia ter feito melhor), uma das principais coisas é que eu entendi que tinha autonomia muito tarde, perdi a vergonha e o medo de pedir para realizar atividades, intervir, muito tarde, mesmo com a minha supervisora me dado muita liberdade desde o início. E também, em razão de estar em um momento muito sobrecarregado da graduação, não consegui me dedicar o quanto gostaria, queria ter colocado mais energia no estágio, porque eu estava em um espaço que chegava das mais diversas situações, tinha muita coisa para aprender. E eu aprendi, mas sempre tem aquele sentimento de que poderia ter feito mais.

Um aprendizado que eu colocaria como destaque para mim no estágio foi a do trabalho interdisciplinar e a sua importância, em todas as áreas de atuação, mas na saúde foi a que eu tive a experiência, pois ao trabalhar com pessoas em situação de adoecimento mental, transtornos de personalidade, a gente tem que ter muito cuidado na intervenção e nos encaminhamentos, o diálogo contínuo com os outros profissionais atuantes ali, é de extrema importância.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Outra questão que eu observei, agora em particular do espaço ocupacional do hospital, é a rápida rotatividade de usuários, a qual não permite que tu tenha uma intervenção mais profunda, principalmente no estágio, que tu não consegue ir diariamente, eu por exemplo ia 3x por semana, no máximo, em razão das outras disciplinas. E essa rápida rotatividade reforçou pra mim a importância de trabalhar de uma maneira intersetorial para conseguir que o usuário que você atendeu lá no hospital continue sendo acompanhando.

No geral, entender que o estágio é um momento importantíssimo na formação, um espaço para exercitar o pensamento crítico e o fazer profissional, e enxergar nas contradições e precarizações uma motivação para lutar pelo compromisso ético da categoria profissional.

REFERÊNCIAS

BURIOLLA, Marta Alice. **O Estágio Supervisionado**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1999

GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raquel. A Tríade No Processo De Supervisão De Estágio Em Serviço Social: Significado, Indissociabilidade E Fortalecimento. In: GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raquel (org.). **Estágio Supervisionado Em Serviço Social: Os (Des)Caminhos Das Experiências Nos Diferentes Espaços Sócio-Ocupacionais**. Jaguarão, RS: CLAEC, 2018. p 70-87



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM REGIONAL SUL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL

ABERTURA

André Henrique Mello Correa⁷

A exposição aqui desenvolvida deriva de sistematização geral do Fórum Regional Sul em Defesa Da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, que teve como mote central – “*Diretrizes, desafios e estratégias na articulação entre trabalho e formação profissional em Serviço Social*”, na qual o autor participou na qualidade de mediador deste espaço imprescindível, na ocasião da XIV Oficina Regional da ABEPPSS, ocorrida entre os dias 18 e 20 de Agosto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE-Toledo).

O presente espaço contou com a presença das seguintes debatedoras, por ordem de fala: Profa. Dra. Andréa Luiza Curralinho Braga (CRESS PR /PUC-PR); Dra. Emilene Oliveira de Bairro (CRESS RS); Me. Simone Cristina Dalbello da Silva (CRESS SC/UFS); Discente Maria Izabel da Silva Alves (ABEPSS Sul I/ENESSO) e Profa. Dra. Laís Duarte Corrêa (UFSC/ABEPSS Sul I).

Nestas breves páginas, não temos o intento de uma análise pormenorizada do conjunto das falas. Destacamos justamente os elementos centrais trazidos nas exposições e os desafios do concernente (antigos e novos) que esbatem no âmbito da formação profissional profissão neste tempo histórico.

Pois bem, importa registrar o resgate histórico da constituição do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, realizado pela Profa. Dra. Andréa Braga. Este espaço colegiado, foi lançado oficialmente em 2017, na ocasião da Oficina

⁷ Assistente Social. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ahmc.associal2019@gmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nacional da ABEPSS, realizada em Niterói(RJ), durante a gestão “Quem é de luta resiste” (2017-2018) – , enquanto estratégia central para a afirmação do projeto de formação profissional e capilarização de estratégias para sua defesa, alinhadas ao Código de Ética (1993), nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e demais instrumentos político organizativos da profissão, contudo, seus antecedentes remetem aos acúmulos anteriores, já iniciados nos anos 2000, quando da descaracterização das DC 1996 pelo MEC, em 2002⁸. Elpídio (2024), observa que em 2008, na ocasião do 37º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, foi deliberado a criação de um GT Nacional, composto pelos conselhos regionais, ABEPSS e ENESSO, tendo por incumbência construir e monitorar a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, dado às transformações em curso que esbatem no âmbito do ensino superior público no Brasil, tendo como seu principal sintoma a entrada do EaD de forma massiva, no cenário nacional, bem como, a desoneração do fundo público destinado para o financiamento estudantil para o acesso ao ensino superior privado (PROUNI, SISU) (Elpídio, 2024).

Diversas pesquisas vêm apontando e alertando o avanço do EaD na área de Serviço Social, informando suas repercuções, defasagens, limites e sua lógica de esvaziamento teórico-crítico, aligeiramento formativo, sucumbido a métrica do mercado educacional de grandes grupos - *Anhanguera, Kroton, etc.* (Melim, 2017; Melim, Moraes, 2021). Bem como, historicamente, às entidades tem se posicionado firmemente em torno da incompatibilidade modalidade de ensino e o Serviço Social (CFESS, 2014), que tem-se aprofundado, principalmente após o cenário de Ensino Remoto Emergencial, ainda que suas determinações sejam mais profundas.

Neste diapasão, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), importante documento que expressa um acúmulo histórico da categoria profissional na sua vertente crítica, que tem na perspectiva da totalidade a partir da teoria social de Marx, direção necessária pela lógica dos

⁸ “A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas” (Iamamoto, 2014, p. 616)



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

fundamentos que sustentam e dão sentido aos processos formativos no âmbito da graduação e pós-graduação na área do Serviço Social, mais do que nunca, em tempos de avanço do conservadorismo-reacionário; de agravamento da “questão social” e suas manifestações deletérias; de ataque ao ensino superior público e a senha predatória do mercado educacional, devem ser reafirmadas na sua radicalidade e compromisso.

Os desafios são inúmeros no campo da formação e trabalho profissional. Em linhas gerais, poderíamos destacar o processo de precarização formativa no grande nó das *Residências em Saúde*, cujo qual, temos galgado acúmulos importante (CFESS, 2017, 2023; ABEPSS, 2022); mas, também, pensando a especificidade do Estado do Paraná, que vem desenvolvendo a modalidade de especialização pela *Residência Técnica* (*vide. Lei nº 20.086/2019⁹*), com a entrada de profissionais recém-formados em diversas secretarias (saúde, assistência social, segurança pública), que se diferencia de outro desafio premente, nas contratações dos chamados *estágios de pós-graduação* (Tejadas; Silva; Teixeira, 2022), modalidade histórica no campo do direito, junto às instituições do sistema de justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça).

Feitas tais considerações, reafirma-se o espaço do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, bem como, da instituição dos espaços dos Fóruns Locais e Regionais. Por fim, destaca-se um mapeamento de prioridades e incidências do Fórum Nacional na atualidade, expresso nos acúmulos e sistematizado pela última coordenação nacional do colegiado do Fórum (2022-2024), sob direção do CRESS/PR, a saber:

- a) *O Estágio Supervisionado em Serviço Social* (supervisão de estágio por prestador de serviço, pejotização e a supervisão de estágio no contexto da precarização do mundo do

⁹ Em seus termos: “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná” (2019). Definindo: I - Programa de Residência Técnica: o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no âmbito da administração direta e autárquica do Poder Executivo e dos serviços sociais autônomos do Estado do Paraná, desde que possuam convênio ou termo de cooperação com Instituições de Ensino Superior - públicas ou privadas - IES, localizadas no Estado do Paraná, que ofertam cursos de pós-graduação lato sensu; (Redação dada pela Lei 21388 de 05/04/2023).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

trabalho; a mercantilização do processo de supervisão de campo; supervisão de estágio remoto);

- b) *As Residências e a Formação em Serviços no âmbito do Serviço Social* (a precarização da Residência em Saúde Multiprofissional; os novos formatos de residência e residência técnica);
- c) *O Estágio em Pós-graduação* (ampliação e aprofundamento do debate sobre o estágio de pós-graduação em serviço social, já em curso em algumas regiões, especialmente no âmbito do sociojurídico);
- d) *A Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social* (a luta antirracista e a necessidade de imersão do debate étnico-racial na formação, ensino, pesquisa e extensão em Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação);
- e) *A Lei de Cotas e ações afirmativas e política de permanência nas Universidades*; ações de combate ao racismo institucional);
- f) *A Curricularização da Extensão* (a implementação da curricularização em Serviço Social respeitando diretrizes ABEPSS; estrutura da curricularização com debate ampliado entre discentes, docentes e colegiados dos cursos);
- g) *O Enfrentamento ao Neoconservadorismo* (necessidade de reafirmar direção crítica do Projeto Ético-Político (PEP), considerando movimentos conservadores em curso na profissão, tanto no âmbito teórico e produção de conhecimento, quanto no exercício profissional);
- h) *A Educação Permanente* (ampliação da oferta de Formações de Educação Permanente, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento intelectual, técnico e político das e dos assistentes sociais);
- i) *As Condições de Trabalho de Assistentes Sociais* (incidência em ações estratégicas com a categoria para a garantia do piso salarial e melhores condições de trabalho da/do assistente social);
- j) *O Enfrentamento à Precariedade e Mercantilização do Ensino* (o enfrentamento a Cursos irregulares; enfrentamento a ampliação do ensino EAD; incidência frente ao fechamento dos cursos presenciais de serviço social; incidência na redução curricular das UFAs) (Braga, et al, 2024, p. 116-118).

Ademais, o conjunto das falas das representantes dos CRESS/RS, CRESS/SC, ENESSO e ABEPSS, indo nesta direção, consideram a importância do trabalho e da articulação do Fórum Regional Sul em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, expressando a unidade das entidades da categoria, o fortalecimento das Câmaras Temáticas de Formação e Trabalho Profissional no âmbito dos CRESS, trazendo profissionais para sua



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

composição e construção coletiva da agenda da profissão, a exemplo das(os) residentes em saúde, para acúmulos e incidências políticas orientativas.

Terminada às exposições das representantes das entidades, oportunamente no debate ampliado, verifica-se a emergência de provocações e reflexões em torno do assim chamado marco regulatório do EaD (Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025) e o aprofundamento da precarização da formação profissional neste cenário, ensejando preocupações a este respeito. A ABEPPSS, CFESS e ENESSO, emitiram importante posição pública contrária a este decreto, no qual destacam a defesa do projeto de formação profissional:

O/A Assistente Social é um/a profissional que lida com questões complexas que demandam uma formação teórica, crítica, metodológica e ética fundamentada e ancorada na supervisão direta de docentes e assistentes sociais, supervisores acadêmicos e de campo. Portanto, tal modalidade de ensino – o EaD – não cumpre com a tarefa de formar com qualidade assistentes sociais que atuam nas mais diversas políticas públicas e frentes de trabalho no Brasil, com destaque para a área da saúde, que se constitui como campo de atuação que concentra parte significativa da categoria de assistentes sociais.

O acesso à educação superior deve ocorrer com o fortalecimento das instituições de ensino público, valorização técnico-docente, adequadas condições de trabalho e financiamento público, assim como a interiorização de cursos, a garantia da autonomia universitária e ampliação e execução qualificada da política de assistência estudantil que possibilite o fortalecimento dos grupos historicamente minorizados a partir de uma perspectiva de educação popular, gratuita, laica, socialmente referenciada, sem barreiras atitudinais e tecnológicas (ABEPPSS; CFESS; ENESSO, 20/05/ 2025).

Sem mais, dado a qualidade do debate, os acúmulos e construções coletivas do Fórum Regional Sul em Defesa da Formação e Trabalho Profissional com Qualidade, entendem inadiável a continuidade das agendas e fortalecimento deste espaço no âmbito dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por uma educação laica, pública, estatal, popular e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ABEPPSS. Formação e Residências em Saúde: contribuições da ABEPPSS. Brasília (DF), 2022. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/formac%CC%A7a%CC%83o-e-reside%CC%82ncias-em-sau%CC%81de-220601-202206012224227011490.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

_____. **Notícias - Nota Pública da Abepss, do Cfess e da Enesso sobre o decreto 12.456, de 19 de maio de 2025.** 20/05/25. Disponível em: <<https://abepss.org.br/nota-publica-da-abepss-do-cfess-e-da-enesso-sobre-o-decreto-12-456-de-19-de-maio-de-2025/>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

CFESS. Residência em Saúde e Serviço Social subsídios para reflexão. Brasília(DF), 2017. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

_____. **Caminhos das residências em saúde:** desafios na pandemia e imperativos de uma agenda de mobilização - 2º Seminário Nacional Residência em Saúde e Serviço Social. CFESS, Brasília (DF), 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-SemResidenciaCfessAbepss.pdf>> Acesso em: 02 Set. 2025.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social:** volume 2. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>

BRAGA, A. L. C.; VIANA, B. V.; OLIVEIRA, M. N.; ROCHA, V. Mapeamento de prioridades e incidências do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social na atualidade. In. **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social:** incidências coletivas para reafirmar a luta. CFESS, Brasília (DF), 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/22024-Ebook-ForumFormacaoQualidadeSeso.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

ELPÍDIO, M. H. Trabalho e formação profissional: breve histórico do Fórum Nacional, reflexões sobre a articulação necessária e estratégica na organização do Serviço Social brasileiro. IN. **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social:** incidências coletivas para reafirmar a luta. CFESS, Brasília (DF), 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/22024-Ebook-ForumFormacaoQualidadeSeso.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

MELIM, J. I. Trabalho e formação profissionais em tempos de expansão dos cursos de graduação à distância em Serviço Social. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2017. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/30/teses/861345.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

MELIM, J. I., MORAES, L. de C. G. (2021). Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta. **Germinal: Marxismo e educação Em Debate**, 13(1), 198–225. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43547>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

PARANÁ. LEI Nº 20.086, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, DO PARANÁ. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. Publicado no Diário Oficial nº. 10587 de 18 de Dezembro de 2019. Disponível em:



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

<<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2756290318/lei-20086-19-pr>>. Acesso em: 02 Set. 2025.

TEJADAS, S., SILVA, M. L. de O. e ., TEIXEIRA, R. J.. (2022). “Estágio de pós-graduação” em Serviço Social no sociojurídico: aproximações preliminares. **Serviço Social & Sociedade**, (143), 101–120. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0101-6628.273>> Acesso em: 02 Set. 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: potências e desafios da articulação coletiva no estado do Paraná

Andréa Luiza Curralinho Braga¹⁰

É com muita honra que componho esta mesa com as companheiras e o companheiro que tenho grande admiração e convivemos nas muitas lutas nos espaços de organização coletiva do Serviço Social. A companheira Laís Duarte Corrêa (ABEPSS), a companheira Emilene de Bairro (CRESS/RS), a companheira Simone Dalbello (CRESS/SC), a companheira Maria Izabel – Bebel (ENESSO) e o companheiro André Correia (Comitê Paranaense de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo). Sinto também grande alegria em ter a oportunidade de diálogo com todas as pessoas aqui presentes e com quem nos assiste virtualmente neste momento de diálogo, trocas e reafirmação da formação e do trabalho com qualidade que defendemos.

Quero enaltecer este espaço coletivo, como um momento privilegiado de reflexão, diálogo, mas também de definição de estratégias para fortalecer o projeto profissional e de formação que defendemos.

Este é um momento para aprofundar temas centrais relacionados à formação profissional, reafirmando inclusive, a superação da cisão entre os níveis de ensino - promovendo a integração entre graduação, pós-graduação e o debate amplo entre estudantes, assistentes sociais, pesquisadoras e pesquisadores.

As Oficinas Regionais e Nacional da ABEPSS são espaços necessários em reafirmar o legado histórico que defendemos: uma formação de qualidade, vinculada ao nosso Projeto Ético-Político. Uma formação que busca por sua práxis, materializar um projeto de sociedade, que

¹⁰ Doutora em Políticas Públicas. Professora do Curso de Serviço Social da PUCPR, integrante do Fórum Regional em Defesa da Formação e Trabalho com Qualidade – Região Sul e Comissão de Trabalho e Formação do CRESSPR email de contato: andrea.braga@pucpr.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

exige profissionais com sólida base teórica, competência técnico-operativa e posicionamento ético-político coerente com as lutas sociais e com o compromisso com a população atendida.

Como destaca István Mészáros (2008), em *Educação para além do Capital, a formação que defendemos precisa estar vinculada a práticas educacionais que permitam trabalhar as mudanças necessárias para construir uma sociedade que liberte o ser humano da dominação.*

Onde a função da educação seja contribuir para transformar o/a trabalhador/a em sujeito político capaz de modificar a realidade. A luta por uma educação emancipadora deve ser parte de uma luta mais ampla contra a exploração e a opressão.

Este fragmento de Mészáros se entrelaça diretamente com o tema escolhido para as Oficinas Regionais e Nacional da ABEPPSS: “Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade: em defesa das lutas sociais e emancipatórias”, e com a essência da mesa que compomos hoje sobre o **Fóruns Nacional e Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social**.

Terei como tarefa contextualizar o espaço do Fórum Nacional e dos Fóruns Regionais de Formação e Trabalho, dialogando sobre suas potencialidades e desafios. Apresentarei seu histórico e diretrizes, a partir da experiência que vivenciamos enquanto coordenação colegiada nacional (2022-2024), bem como as articulações específicas do Fórum da Região Sul. Por fim, destacarei sua trajetória e a reatualização do Plano de Luta em 2024.

Quando falamos da essência do **Fórum em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social**, trazemos que é um espaço de articulação e definição de estratégias no contexto Nacional, Regional e Local. Não se trata de uma instância restrita a reuniões nacionais e regionais. Pelo contrário: a essência do Fórum é que ele se capilarize nos estados, nas universidades, no movimento estudantil, nos sindicatos, nos movimentos sociais, em cada espaço onde o Serviço Social se coloca na defesa de direitos. Um **coletivo permanente, vivo, pulsante!**

E afirmamos: nossas ações, nossas reflexões e atividades estarão sempre orientadas pela garantia dos princípios e normativas profissionais; ações que vinculem o trabalho e a formação



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(sua indissociabilidade); defesa de uma educação emancipada, a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As diretrizes do Fórum preveem: (i) educação e formação em Serviço Social numa perspectiva crítica, democrática, emancipatória, voltada para os interesses da classe trabalhadora. (ii) uma educação que se contrapõe à ideologia do capital e às suas expressões de opressão: contra o racismo, contra o machismo, contra a violência da população LGBTQIAPN+, contra todas as formas de exploração e discriminação que atingem crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e tantos outros segmentos que resistem na luta por direitos; (iii) fortalecer a luta pelos direitos humanos: bem como os sistemas e instituições democráticos a serviço da justiça social e da equidade.

Essa história começou há algum tempo. Essa decisão foi fruto de um longo processo de debates e lutas travadas pelo Grupo de Trabalho Nacional Trabalho e Formação, criado em 2008. Durante quase uma década, esse grupo foi trincheira contra a precarização do ensino e contra a ofensiva do capital na mercantilização da profissão. O GT, no âmbito do CFESS foi palco de campanhas nacionais, de produção de materiais críticos e de ações conjuntas entre CFESS/CRESS, ABEPPS, ENESSO e as bases estudantis e profissionais. Essas articulações repercutiram na denúncia da abertura indiscriminada de cursos, o avanço do ensino à distância e o aligeiramento da formação, que ameaça o nosso projeto ético-político. Mas o tempo mostrou que precisávamos ir além. Precisávamos de um espaço mais amplo, permanente e articulado, que incluísse não apenas as representações nacionais, mas também assistentes sociais, estudantes, movimentos sociais, sindicatos, instituições de ensino comprometidas com as Diretrizes Curriculares da ABEPPS e todas as forças dispostas a lutar por uma formação crítica, pública, presencial, de qualidade e socialmente referenciada. Sendo assim, segue alguns marcos históricos do Fórum Nacional e Regionais em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social.

2017 – Na cidade de Niterói, durante a Oficina Nacional da ABEPPS, foi decidido dar um passo estratégico: criar o Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2018 – No 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, é aprovado o documento de Diretrizes do Fórum Nacional, consolidando orientações e princípios para sua atuação em defesa da formação e do trabalho profissional com qualidade.

2020 – Durante o período pandêmico, o Fórum mantém suas articulações, mesmo diante das adversidades, com foco no fortalecimento dos Fóruns Regionais e no atendimento às especificidades das pautas coletivas de cada região.

2022 – Realiza-se um processo de avaliação das articulações, em que os Fóruns Regionais apresentam suas prioridades e contribuições para a agenda nacional.

2023 – É marcada pela produção de materiais de divulgação do Fórum, com vistas a ampliar a visibilidade de sua atuação e reafirmar sua importância no cenário da formação e do trabalho profissional.

2024 – Elaboração e publicação do Plano de Lutas do Fórum Nacional e de uma brochura de sistematização, reforçando diretrizes estratégicas para a luta em defesa da formação e do trabalho com qualidade.

2025 – Perspectiva de fortalecimento da Frente em defesa da abertura e consolidação das Universidades Públicas, com ênfase nas articulações em contextos locais e regionais, valorizando a inserção do Fórum nos diferentes territórios.

Na trajetória do Fórum reafirma-se a luta coletiva para dizer NÃO à privatização da educação, NÃO à mercantilização do ensino, NÃO à precarização da formação e das condições de trabalho de assistentes sociais.

O Fórum é coletivo, democrático e estratégico, articulando CFESS, ABEPSS e ENESSO, e tem como diretrizes fundamentais a defesa da indissociabilidade entre trabalho e formação, o fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade, e a valorização da participação estudantil, integrando fóruns regionais e nacionais. Ele representa a resistência organizada da nossa profissão frente às ameaças da mercantilização.

Não podemos esquecer das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, um marco histórico que consolidou uma perspectiva crítica de formação baseada no pensamento marxista, na totalidade social e no compromisso com a práxis. Essas diretrizes resistem até hoje às



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ofensivas conservadoras e pragmatistas no ensino superior e nos lembram que formar assistentes sociais significa **superar o senso comum, compreender criticamente a realidade, o papel do Estado e as demandas da classe trabalhadora**. O Fórum reafirma a nossa direção da ética, fundamentada na ontologia do ser social, que orienta nossas escolhas políticas em favor da solidariedade e da emancipação humana. **É uma profissão que articula teoria e prática na busca de uma sociedade sem exploração.**

Os Fóruns Regionais agregam a organização dos diferentes sujeitos e entidades a partir das Comissões de Formação e Trabalho Profissional dos respectivos CRESS com a participação da ABEPPSS, ENESSO, UFAs (Graduação e Pós-Graduação) e Fóruns de Supervisão de Estágio. Composição de Comissão Articuladora Regional com representação das entidades por região.

Referente as ações regionais e articulação com a pauta nacional, no Sul, o Fórum Regional tem importância estratégica, pois organiza e articula diferentes sujeitos e entidades comprometidos com as diretrizes nacionais. O Fórum Regional Sul se expande nas comissões estaduais de trabalho e formação, mas devolve para essa base elementos de articulação política, pedagógica e organizativa, garantindo que os debates nacionais sobre formação e trabalho profissional encontrem ressonância concreta no cotidiano das universidades, estágios, espaços ocupacionais e na luta política de cada estado da região.

Defender e participar do Fórum Regional; trata-se de um movimento estratégico para garantir a unidade da categoria, qualificar o debate sobre formação e trabalho, criar alternativas coletivas diante do cenário de precarização e fortalecer a presença do nosso projeto ético-político em todos os espaços onde o Serviço Social se faz presente.

As Comissões de Formação e Trabalho Profissional, apesar de não comporem diretamente os Fóruns, mas é parte integrante de suas estratégias de materialização, numa **Comissão Articuladora nos estados**, composta pelos CRESS, ABEPPSS, ENESSO, Instituições de Ensino Superior e Fóruns de Supervisão de Estágio. Essa articulação garante, que as especificidades de cada região sejam contempladas em sintonia com as pautas nacionais e regionais.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O Fórum só tem sentido se construído coletivamente, alimentado pelas experiências de todo o país, sustentado pela militância consciente de que a formação e o trabalho com qualidade não são concessões, mas conquistas que precisam ser defendidas diariamente. Que estejamos juntas e juntos para fortalecer essa trincheira, porque o Serviço Social brasileiro não se curva, nossa profissão é de luta, e o presente e o futuro exigem resistência e mobilização.

O Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional e Contra a Precarização do Ensino Superior é expressão de um processo histórico de mobilização coletiva, resultado de debates, resistências e articulações das entidades representativas: CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, que sustentam há décadas um compromisso inegociável com a qualidade da formação e do exercício profissional do Serviço Social.

Em 2023, na Oficina Nacional da ABEPSS em Recife, discutiu-se a urgente necessidade de atualização frete à precarização do ensino. Em 2024, após intenso processo participativo, o novo Plano de Lutas foi aprovado em Reunião Ampliada do Fórum Nacional, consolidando planejamento coletivo e articulado nos níveis nacional e regional.

O Plano reflete o compromisso do Serviço Social com formação de qualidade e defesa do projeto ético-político, enfrentando mercantilização da educação, sucateamento das políticas sociais e precarização das condições de trabalho de docentes, estudantes e profissionais.

Eixos Prioritários da Reatualização:

1. **Supervisão de Estágio:** fortalecimento de fóruns, consolidando posicionamentos sobre o uso de tecnologias, respeitando sempre as diretrizes curriculares.
2. **Enfrentamento da Precarização:** combate ao fechamento de cursos presenciais (instituições confessionais e comunitárias), apoio a instituições públicas na abertura de novos cursos, articulação com movimentos sociais, sindicatos e conselhos, inserção de debates antirracistas, anticapacitistas, antiLGBTI+fóbicos, anti-sexistas e anti-etalistas nas diretrizes curriculares, valorização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e combate à precarização também no estágio de pós-graduação.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

3. **Residências Multiprofissionais:** ampliação e qualificação da participação do Serviço Social nas residências técnicas e de saúde, garantindo qualidade, reconhecimento e valorização.
4. **Ensino à Distância (EaD):** estratégias de articulação e enfrentamento considerando diretrizes da ABEPSS e denunciando contradições dessa modalidade na formação em Serviço Social, especialmente quando pautada pela lógica mercantil.

Como havia comentado – além de falar sobre os Fórum Nacional e Regionais de Trabalho e Formação, a proposta seria apresentar um panorama local, principalmente pelo espaço das Comissões de Formação e Trabalho Profissional, que se materializa numa Comissão articuladora nos estados.

No Paraná, a Comissão de Formação e Trabalho Profissional é composta pelos CRESS, ABEPSS, ENESSO, Instituições de Ensino Superior e Fóruns de Supervisão de Estágio e Comissão de Orientação e Fiscalização. Essa articulação garante, que as especificidades de cada região sejam contempladas em sintonia com as pautas nacionais e regionais.

No Paraná, destaca-se o processo de rearticulação da Comissão de Trabalho e Formação Profissional, que passou a compor um colegiado voltado à organização de atividades junto às entidades coletivas da categoria e às instituições de ensino. Entre os temas em debate, sobressai o enfrentamento à utilização das residências como estratégia de precarização do trabalho, especialmente no âmbito das residências técnicas, bem como a necessidade de ressignificar esses espaços.

Desde 2021, temos mantido ações periódicas, fortalecendo o Fórum Estadual e os Fóruns Locais de Supervisão de Estágio, promovendo o diálogo entre docentes, supervisores, estudantes e entidades, de modo a assegurar a indissociabilidade entre ensino, estágio supervisionado e exercício profissional. Além disso, realizamos ações conjuntas de aprimoramento profissional, como o ABEPSS Itinerante, que aproxima universidades, docentes, estudantes e profissionais, e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

o curso de extensão “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, reafirmando nosso compromisso ético-político.

Quando falamos em rearticular a Comissão de Trabalho e Formação Profissional, estamos reafirmando que o Serviço Social só se fortalece na coletividade. Este espaço permanente de diálogo entre assistentes sociais, entidades e instituições de ensino é um eixo estratégico de resistência e de construção de um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Também precisamos enfrentar de forma crítica e firme a precarização do trabalho por residências, que desconsideram as especificidades da nossa formação e do nosso exercício profissional. Não podemos aceitar que tentem reduzir o Serviço Social a práticas aligeiradas.

A participação nos espaços articulados ao Fórum Nacional e Regional é fundamental. É nesses espaços que conseguimos fazer o elo entre as experiências locais e as lutas nacionais, construindo estratégias coletivas que unem o país em defesa da educação pública e da formação de qualidade.

Por isso, também é essencial a manutenção do Fórum Estadual e dos Fóruns Locais de Supervisão de Estágio, garantindo que docentes, supervisores, estudantes e entidades possam se articular em defesa de condições dignas de ensino, de estágio e de trabalho.

E, finalmente, não podemos deixar de lado as ações conjuntas de aprimoramento profissional, como o apoio ao ABEPSS Itinerante e ao curso de extensão Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. São ações que traduzem em prática o compromisso da profissão com a justiça social, a democracia e os direitos humanos.

Agradeço imensamente a possibilidade de partilhas e a oportunidade em participar deste espaço necessário e coletivo da nossa profissão. Seguimos firmes na construção coletiva, pois somente com unidade e compromisso ético-político avançaremos na defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social.

Muito obrigada!

Avante para as lutas!



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10> Acesso em: 20. ago. 2025.

BRAGA, Andréa Luiza Curralinho, LIMA, Cristiana Lima, BILATE, Janaina, ASSIS, Jussara. Fórum Nacional em Defesa da Formação e Trabalho de Qualidade: o estado da arte In: CFESS. **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social:** incidências coletivas para reafirmar a luta CFESS, Brasília (DF), 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/da assistente social**, 1993. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.pdf. Acesso em: 27 mai. de 2024.

LEWGOY, Alzira. Maria. Baptista., MOLJO, Celina. Berta. SILVA, José Fernando Siqueira. SILVA, Maria. Ludoína. de Oliveira. SANT'ANA, Raquel. Santos. Formação Profissional em Serviço Social: de que se trata?. **Revista Temporalis**, 16(31), 9–20, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p9-20> Acesso em: 20 mai 2025.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: estratégias do CRESS RS

Emilene Oliveira de Bairro¹¹

Este texto busca apresentar brevemente as estratégias realizadas pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul (CRESS 10ª Região) em relação ao Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social.

Para tanto, o CRESS RS reafirma a importância deste Fórum para a profissão, na perspectiva da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, e a necessidade de fortalecimento deste espaço.

Nesta perspectiva, considera-se ainda que a articulação regional perpassa o debate acerca da formação e do trabalho em cada estado no âmbito das Comissões de Formação e Trabalho Profissional. No Rio Grande do Sul, a atual gestão do Conselho “CRESS Presente e Forte: Serviço Social pela Democracia” (2023-2026), reativou esta Comissão que historicamente tem sido um lócus de articulação entre as entidades da categoria, Associação Brasileira e Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), assim como de representações das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) gaúchas, assistentes sociais de base e residentes em saúde.

Esta Comissão vem se reunindo mensalmente desde então, retomando recentemente a pauta sobre as Residências Multiprofissionais em Saúde no estado, a partir da rearticulação do Coletivo Gaúcho de Residentes e representação destes nas reuniões. Por meio desta Comissão, vem sendo articulados os Fóruns Estaduais de Supervisão de Estágios em Serviço Social no estado, incidindo-se no fortalecimento também dos Fóruns Locais. Além disso, neste ano, a partir da Comissão, foi encaminhada a organização de um livro acerca do trabalho profissional

¹¹ Doutora em Serviço Social. Assistente Social na Política de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Osório (RS). Conselheira do CRESS RS. Coordenadora da Comissão Formação e Trabalho do CRESS RS. E-mail: emilene2010@yahoo.com.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

em situações de desastres que conta com a participação das entidades e representações das UFAS na comissão organizadora. Outro importante aspecto a ser destacado é a articulação de pautas entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) com a Comissão de Formação e Trabalho, uma vez que na primeira apresentam-se desafios emergentes acerca do trabalho profissional, e demandas imbrincadas aos estágios supervisionados.

Isto posto, é inquestionável a importância que a Comissão de Formação e Trabalho assume no CRESS, constituindo-se em um espaço privilegiado para o debate, articulação e construção de estratégias coletivas para o fortalecimento da formação e do trabalho com qualidade. Entretanto, e resguardadas as particularidades de cada estado, a realidade apresentada deve se articular em nível regional, buscando-se estratégias mais ampliadas.

Assim sendo, o Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social, é um espaço articulador das demandas postas em cada estado, devendo perpassar necessariamente as sínteses de cada Comissão. Entretanto, é preocupante o cenário atual na região, tendo em vista que somente a Comissão do CRESS RS permanece ativa.

Na perspectiva de fortalecimento do Fórum, registra-se que o CRESS RS participou de forma ativa da organização da XIV Oficina Regional da ABEPSS, contribuindo com reflexões para previsão de encontro deste Fórum nesta atividade como estratégia para a sua capilarização entre as UFAS e envolvimento de outras pessoas na sua construção.

Nesse sentido, ainda que se considere um avanço importante a elaboração de brochura acerca do Fórum, publicada em 2024, é fundamental que haja informações mais acessíveis acerca das suas ações e da sua importância para a categoria profissional, pois este espaço precisa se ampliar para além das entidades historicamente partícipes nesta construção.

Diante do exposto, o CRESS RS reafirma o seu compromisso com a formação profissional em sua articulação com o trabalho profissional, a defesa da manutenção da Comissão de Formação e Trabalho, o apoio na construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social e todas demais atividades em articulação com a ABEPSS e a ENESSO.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL: desafios e estratégias em Santa Catarina

Simone Dalbello¹²

1. INTRODUÇÃO

A precarização do ensino superior e as transformações no mundo do trabalho impõem desafios significativos à formação e ao exercício profissional do Serviço Social no Brasil. Nas últimas décadas, políticas neoliberais têm promovido a mercantilização da educação e a desregulamentação do trabalho, resultando em ataques cotidianos aos direitos sociais, civis e políticos historicamente conquistados, bem como no sucateamento das políticas sociais. Simultaneamente, observa-se o avanço de propostas educacionais aligeiradas e mercantilizadas, por exemplo, a proliferação de cursos de baixa qualidade, frequentemente a distância, o que deteriora as condições de formação e, em última instância, as condições de trabalho de Assistentes Sociais e de toda a classe trabalhadora. As resistências políticas que se colocam contra o desmonte do Estado e dos direitos sociais têm sido objeto de criminalização, inserindo-se em um contexto mais amplo de hegemonia do projeto neoliberal, o qual, independentemente de governos mais progressistas ou conservadores, subordina a educação e o trabalho às dinâmicas do capital (CFESS, 2024).

Dante desse cenário adverso, tornou-se fundamental incorporar novas reflexões, estratégias e debates que subsidiasssem uma leitura crítica da realidade, fortalecendo as mediações necessárias entre formação profissional, condições de trabalho e o projeto ético-político do Serviço Social. As relações de trabalho e os processos formativos exigem

¹² Assistente Social da Política de Educação. Vice-Presidente do CRESS SC. Coordenadora da Comissão de Articulação, Formação e Trabalho (CAFT) do CRESS SC. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS UFSC).E-mail: simonecdalbello@gmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

enfrentamentos cotidianos alicerçados em um posicionamento ético-político firme e numa ação coletiva da categoria profissional. É nesse contexto de desafios e lutas que se insere o Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, uma iniciativa coletiva surgida para articular e fortalecer a luta por uma formação acadêmica crítica e um exercício profissional com qualidade, em consonância com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

O presente texto apresenta um resgate histórico da criação e desenvolvimento desse Fórum Nacional, destacando seus objetivos e sua importância como estratégia de resistência frente à precarização do ensino e do trabalho profissional. Em seguida, discute-se a atuação da Comissão de Articulação, Formação e Trabalho (CAFT) no âmbito do Estado de Santa Catarina, evidenciando as ações empreendidas em 2024 e o cenário de 2025 diante de adversidades institucionais. Busca-se, assim, reafirmar a centralidade da articulação entre entidades representativas, como o CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, na defesa de uma formação profissional de qualidade e de condições dignas de trabalho para Assistentes Sociais, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. O FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE

O Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social foi criado em 2017, dando continuidade a cerca de uma década de mobilização coletiva da categoria em torno dessas pautas. Sua gênese remonta à experiência do Grupo de Trabalho (GT) “Trabalho e Formação” (2008–2017), instância deliberada no 37º Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2008, que buscava estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior. Em 2017, a partir dos acúmulos desse GT, o Fórum Nacional foi formalmente instituído. Trata-se de um espaço político de caráter permanente que reúne e articula diversas entidades e sujeitos comprometidos com a qualidade da formação e do trabalho em Serviço Social (CFESS, 2024).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O Fórum Nacional é integrado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com destaque histórico para a participação do CRESS Paraná na coordenação, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Além dessas entidades nacionais, o Fórum envolve representações das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs, os cursos de Serviço Social nas universidades), movimentos sociais e outros coletivos aliados na defesa da educação como um direito e na luta por condições dignas de trabalho. Em síntese, configura-se como um espaço de articulação e fortalecimento da luta coletiva por uma formação e pelo trabalho profissional de qualidade, congregando diferentes forças políticas em torno de objetivos comuns.

Os objetivos centrais do Fórum incluem promover o diálogo e a ação unificada contra a precarização do ensino de graduação em Serviço Social, bem como contra a deterioração das condições de trabalho das e dos Assistentes Sociais em todo o país. Por meio do Fórum, busca-se construir e consolidar estratégias de resistência frente aos retrocessos que atingem a educação superior e o exercício profissional, contribuindo para a mobilização nacional da categoria em torno da qualificação da formação e do trabalho. Trata-se de reafirmar, na prática, o compromisso ético-político do Serviço Social com a construção de uma sociedade emancipada, justa e igualitária, o que implica defender uma educação crítica e comprometida socialmente, além de direitos trabalhistas e condições laborais condignas para a categoria (CFESS, 2024).

Desde sua criação, o Fórum Nacional tem se afirmado como um importante espaço de articulação, resistência e produção política diante dos ataques à educação pública e à precarização do trabalho no Serviço Social. Uma de suas características tem sido a atualização constante do *plano de lutas*, isto é, a agenda política e estratégias de ação definidas coletivamente, o que é estratégico para orientar a intervenção política das diversas entidades envolvidas. Essa dinâmica garante que o Fórum responda de maneira organizada e atualizada aos desafios colocados em cada conjuntura, mantendo a luta afinada com as necessidades do momento.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Outro debate central no âmbito do Fórum diz respeito à delimitação de pautas: busca-se distinguir quais questões são transversais e comuns ao Fórum, ligadas à defesa da formação profissional e das condições de trabalho, daquelas que são específicas de cada entidade (CFESS, cada CRESS, ABEPPS, ENESSO etc.). Esse alinhamento de agendas é considerado essencial para fortalecer a ação coletiva da categoria, evitando dispersões e sobreposições. Em outras palavras, o Fórum atua como instância de unificação da luta nas pautas gerais, ao mesmo tempo em que respeita a autonomia e especificidade de cada entidade em suas frentes próprias de atuação. Essa articulação federativa potencializa a capacidade de incidência política do Serviço Social, tornando as ações mais coordenadas e eficazes.

No decorrer dos últimos anos, observou-se também um movimento de descentralização e capilarização do Fórum. Além dos encontros e plenárias de caráter nacional, têm sido estimuladas iniciativas em níveis regionais e locais. O fortalecimento da organização regional dos fóruns ampliou a participação da base da categoria, aproximando estudantes, docentes e profissionais das discussões e ações políticas no seu contexto imediato. Fóruns regionais e locais vêm se consolidando, garantindo uma atuação mais abrangente e orgânica, alinhada à organização político-territorial das entidades de Serviço Social. Esses espaços regionais reforçam a luta por uma formação crítica e um exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, permitindo traduzir as diretrizes nacionais em ações concretas no âmbito de cada estado ou região. Em última instância, o Fórum, em seus diversos níveis, contribui para a construção de um projeto de sociedade baseado na justiça social, na igualdade e na emancipação humana, princípios caros ao Serviço Social.

O Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social constitui um desdobramento direto do Fórum Nacional, articulando em âmbito territorial as deliberações, estratégias e agendas coletivas pactuadas nacionalmente. Se o Fórum Nacional representa um espaço ampliado de unificação da categoria em torno da defesa da formação crítica e do exercício profissional de qualidade, o Fórum Regional se materializa como instância de capilarização dessas lutas, garantindo que elas alcancem os territórios, dialoguem com as especificidades locais e aproximem profissionais, docentes, estudantes e movimentos sociais.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nessa dinâmica, os Fóruns Regionais não apenas reproduzem as pautas nacionais, mas também retroalimentam o Fórum Nacional com as experiências e demandas emergentes nos estados, fortalecendo a organicidade da luta e reafirmando o caráter coletivo e democrático que marca o projeto ético-político do Serviço Social.

No último triênio, a condução do Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social assumiu formatos distintos, refletindo tanto os desafios organizativos quanto as estratégias de fortalecimento coletivo. Nos anos de 2023 e 2024, o CRESS-SC esteve à frente da coordenação, imprimindo um ritmo mais orgânico às ações e consolidando articulações junto às Unidades de Formação Acadêmica, entidades representativas e à base profissional.

Durante o período em que o CRESS SC esteve na coordenação do Fórum Regional, buscou-se não apenas garantir a articulação das ações, mas também aprofundar debates estratégicos para a formação e o exercício profissional. Nesse contexto, o Fórum Estadual organizou-se em dois **Grupos de Trabalho (GTs)**, que se constituíram como espaços de reflexão e de produção coletiva de propostas. O primeiro GT voltou-se à análise crítica das **residências multiprofissionais em Serviço Social**, problematizando tanto o processo formativo quanto as condições de inserção de Assistentes Sociais nesses espaços. O segundo GT se dedicou à discussão da **formação e atuação anticapacitista e antirracista**, reafirmando o compromisso do projeto ético-político com o enfrentamento às múltiplas formas de opressão e discriminação. A criação desses grupos expressa o esforço de qualificar a intervenção do Fórum Regional, ao mesmo tempo em que aproxima as pautas nacionais da realidade local, ampliando a capacidade de incidência e de resistência da categoria em Santa Catarina.

Ao avaliar a condução do Fórum, percebe-se este não é isento de obstáculos que refletem os limites estruturais e organizativos enfrentados pelas entidades representativas da categoria. Entre esses desafios, destacam-se as **restrições orçamentárias**, que comprometem a realização de atividades de maior alcance, e a **diminuição do número de conselheiras e conselheiros efetivamente envolvidos**, o que gera sobrecarga às pessoas que permanecem na gestão. Soma-se a isso a multiplicidade de **atribuições e funções inerentes à administração cotidiana dos**



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CRESS, que disputam tempo e energia com as agendas de formação e mobilização política. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de ampliar a participação de **outros atores sociais**, como movimentos populares, coletivos organizados, docentes, estudantes e profissionais da base, de modo a partilhar responsabilidades e fortalecer a capacidade política dos Fóruns. Essa ampliação da participação social não apenas dilui as dificuldades operacionais, mas também reafirma a natureza coletiva e democrática da luta pela formação e pelo trabalho com qualidade em Serviço Social.

Após a coordenação do CRESS SC, no ano de 2024, optou-se pela coordenação colegiada, em consonância com a perspectiva de gestão democrática e participativa que marca a tradição da categoria. Essa alternância evidencia não apenas a pluralidade de sujeitos implicados na defesa da formação e do trabalho com qualidade, mas também a necessidade de ampliar os canais de interlocução e partilha de responsabilidades. O grande desafio que se coloca é a **capilarização das ações do Fórum**, garantindo que os debates e mobilizações extrapolem os espaços institucionais e alcancem as diferentes regiões dos estados. Para tanto, torna-se imprescindível o fortalecimento das articulações com movimentos sociais, coletivos organizados e atores políticos locais, de modo a enraizar as lutas no território e construir uma agenda comum. Essa aproximação permite que o Fórum Regional não apenas responda às demandas conjunturais da educação e do trabalho profissional, mas também se consolide como um espaço estratégico de resistência, produção política e reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social.

3. A COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO, FORMAÇÃO E TRABALHO EM SANTA CATARINA

No estado de Santa Catarina, a articulação das lutas em defesa da formação e do trabalho profissional de qualidade conta com um importante instrumento no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região (CRESS-SC): a Comissão de Articulação, Formação e Trabalho (CAFT). Essa comissão tem por finalidade fortalecer e promover a articulação ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da categoria profissional, por meio de ações que



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

reforcem o processo de formação acadêmica e o exercício profissional de Assistentes Sociais. Em outras palavras, a CAFT busca integrar os diversos aspectos da formação e do trabalho em Serviço Social, desde a formação universitária até as condições e práticas profissionais, sob a perspectiva dos princípios éticos e políticos da profissão.

A CAFT atua na defesa de um projeto de formação profissional referenciado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, marco que consolidou o currículo crítico e unitário nos cursos de Serviço Social no país. Alinhada a essas diretrizes, a comissão promove a articulação entre o CRESS e as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) em Santa Catarina, bem como o diálogo permanente com a própria ABEPSS e com a ENESSO. Todas essas instâncias partilham a defesa intransigente de uma educação pública, gratuita, laica, presencial, inclusiva e socialmente referenciada, entendendo que somente através dela é possível garantir a qualidade, a equidade e a democratização do ensino superior. O trabalho da comissão, portanto, visa a promover a qualidade e a valorização do ensino de Serviço Social no estado, lutando para que a formação acadêmica forme profissionais críticos e capacitados a intervir na realidade social.

Como princípio orientador, a Comissão de Articulação, Formação e Trabalho (CAFT) assume a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social o projeto profissional construído coletivamente pela categoria nas últimas décadas e, com ele, a garantia da direção social da profissão. Isso significa pautar a formação e o exercício profissional pelos valores emancipatórios e compromissos sociais que caracterizam o Serviço Social brasileiro, como a defesa dos direitos humanos, da justiça social, da democracia e da diversidade. Nessa perspectiva, a CAFT dedica-se a criar e implementar estratégias de qualificação profissional contínua, entendendo que a formação não se encerra na graduação. Ao promover eventos, cursos, oficinas e outras ações formativas, a comissão busca propiciar a constante atualização e aprimoramento das e dos Assistentes Sociais, contribuindo para a valorização da profissão e para a oferta de serviços de qualidade à população usuária.

É importante ressaltar que, no ano de 2025, a Comissão enfrentou desafios institucionais: por questões orçamentárias e de gestão, a CAFT do CRESS SC está com suas atividades



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

formalmente suspensas temporariamente. Essa desativação significou a suspensão temporária das reuniões regulares e das atividades oficialmente coordenadas pela comissão. No entanto, mesmo sem uma estrutura formal ativa, as articulações políticas e a defesa das pautas da formação e do trabalho com qualidade prosseguiram em Santa Catarina. As e os Assistentes Sociais engajados, incluindo conselheiras e conselheiros do CRESS-SC e as parcerias das universidades, continuaram mobilizados, dando continuidade às ações em outras formas e espaços coletivos.

Importante destacar que, ao longo de 2024, foram realizadas diversas ações descentralizadas no estado, com o objetivo de manter acesa a discussão e a qualificação profissional na perspectiva crítica. Dentre essas iniciativas, destacam-se: oficinas de formação e atuação antirracistas, voltadas ao enfrentamento do racismo na prática profissional. Essas oficinas atenderam à demanda de capacitar Assistentes Sociais para o letramento racial, coadunando-se com o princípio ético de combate a todas as formas de opressão.

Outra ação relevante foi a organização de um curso de extensão "Serviço Social na Educação", realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse curso de extensão, ofertado de forma descentralizada, abrangeu seis polos regionais no estado e envolveu cerca de cem profissionais de Serviço Social, inseridas e inseridos na rede de educação. A temática reflete uma pauta necessária: a inserção de Assistentes Sociais na política de educação, em conformidade com a Lei n.º 13.935/2019, que prevê serviços de Serviço Social e Psicologia nas escolas. Por meio do curso, buscou-se qualificar esses profissionais para atuar no ambiente escolar, trocando experiências e fortalecendo a compreensão do papel do Serviço Social na defesa do direito à educação. A grande adesão ao curso evidencia tanto o interesse da categoria pelo tema quanto a eficácia da articulação entre o CRESS-SC (via CAFT e comissão de Seguridade Social) e a universidade pública na oferta de formação continuada.

Além das oficinas e do curso de extensão, o CRESS Santa Catarina desenvolveu campanhas temáticas que envolveram a categoria em debates fundamentais. Um exemplo marcante foi o projeto “CRESS Debate: formação e atuação antirracista”. Essa iniciativa consistiu em uma série de debates e materiais formativos sobre a questão racial no âmbito do Serviço Social, visando fomentar uma prática profissional antirracista. Como resultado concreto,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

produziu-se um caderno digital (e-book) reunindo contribuições teóricas e práticas sobre o tema, elaborado por Assistentes Sociais de Santa Catarina. Esse livro digital está disponível no site do CRESS-SC para acesso público, funcionando como um recurso educativo e político na luta contra o racismo no âmbito da profissão. A produção desse material não apenas difunde conhecimentos sobre a temática racial, como também expressa a continuidade do engajamento do CRESS SC e da CAFT em pautas alinhadas ao projeto ético-político, como a defesa intransigente dos direitos da população negra e o combate ao racismo institucional e estrutural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Fórum Nacional e Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social e a atuação da Comissão de Articulação, Formação e Trabalho em Santa Catarina evidenciam a força da organização coletiva da categoria de Assistentes Sociais na busca por formação acadêmica de qualidade e por condições dignas de exercício profissional. Historicamente, a construção e implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPPSS já demonstravam o potencial da articulação entre entidades (ABEPPSS, CFESS, CRESS, ENESSO e unidades de ensino) na defesa de um projeto crítico de formação profissional. Nos anos recentes, frente a novos ataques e retrocessos, esse mesmo espírito de união e resistência materializou-se no Fórum Nacional e em seus desdobramentos regionais, consolidando um espaço permanente de luta que congrega profissionais, estudantes e docentes em torno de objetivos comuns.

Em Santa Catarina, apesar das dificuldades enfrentadas em 2025 com a desativação temporária da CAFT por limitações orçamentárias, observa-se que a luta não arrefeceu. Pelo contrário, articulações políticas, defesas da formação e do trabalho com qualidade e articulação com as UFAS e entidades do Conjunto CFESS CRESS continuam. Essas articulações mantiveram vivo o debate e a capacitação contínua, garantindo que a categoria permanecesse mobilizada e alinhada ao projeto ético-político profissional.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Em síntese, a trajetória aqui narrada revela que a defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social é um processo coletivo e contínuo. Seja por meio de fóruns, comissões, campanhas ou parcerias institucionais, o essencial é a manutenção de um posicionamento ético-político firme e articulado frente aos desafios impostos pela sociedade capitalista contemporânea. A construção coletiva, entre entidades representativas, universidades e movimentos sociais, mostra-se, portanto, o caminho necessário para resistir à precarização, defender a educação enquanto direito e assegurar que o Serviço Social mantenha seu compromisso histórico com a justiça social e a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

CFESS. **Notícia: Fórum em Defesa da Formação e Trabalho lança nova publicação**. 5 set. 2024. Disponível em: cfess.org.br. Acesso em: 01 set. 2025.

CFESS et al. E-book: **Incidências coletivas para reafirmar a luta**: Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2024.

CRESS 12ª Região (SC). **Relatório de Gestão 2023-2026** (dados internos sobre atividades da CAFT, 2025).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A ABEPSS SUL I NO FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO SUL (2019-2025)

Laís Duarte Corrêa¹³

1. INTRODUÇÃO

Este registro apresenta uma sistematização em dois momentos. Primeiramente, resgata-se a relação entre a ABEPSS na Regional Sul I e o Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social de 2019 até a atualidade. Já em um segundo momento, são apresentados alguns desafios postos à formação profissional na regional Sul.

Para esta construção, realizou-se uma análise documental junto aos seguintes relatórios das seguintes gestões da ABEPSS na regional: “Resistir e avançar, na ousadia de lutar” (2019-2020); “Aqui se respira luta” (2021-2022); e, “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024); e, o planejamento da atual gestão: “A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva”.

Ainda, são apresentados resultados parciais da pesquisa intitulada “Memória Histórica da organização política do Serviço Social e os fundamentos da profissão no Brasil” e do projeto de extensão “A implementação e o fortalecimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS: acompanhamento, apoio e articulação junto às unidades de formação em Serviço Social da Região Sul do Brasil”, ambos projetos vinculados ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹³ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Vice-Presidenta da Regional Sul I da ABEPSS. Email: duarte.lais@hotmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2. A ABEPPSS SUL I NO FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL

A ABEPPSS Sul I, conforme registros históricos possui vinculação direta com a constituição do Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social na região sul. Essa constituição se dá no 48º Encontro Descentralizado CFESS/CRESS, realizado no mês de julho de 2019 em Porto Alegre, a partir de definição de uma Comissão Articuladora composta pelas entidades da categoria (ABEPPSS, 2021).

No mês seguinte, na mesa de abertura da Oficina Regional da ABEPPSS, com a participação das entidades da categoria, são “foram destacados os desafios conjunturais postos à articulação e ações integradas das entidades da categoria, destacando a estratégia de consolidação do Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com Qualidade em Serviço Social na direção da unidade política e capilarização organizativa” (ABEPPSS, 2021, p.5).

Segundo o registro documental, durante a realização da referida Oficina, realizou-se reunião da Comissão Articuladora do Fórum, com a finalidade de planejá-lo. Nesta reunião, encaminhou-se a realização de uma atividade conjunto ao Fórum das Comissões de Orientação e Fiscalização da região, efetivada em novembro daquele ano. Esta atividade contou com a participação da Comissão Articuladora do Fórum, membros da gestão dos CRESS e agentes fiscais dos estados da região sul (ABEPPSS, 2021).

A partir de debates em torno de ações conjuntas para o fortalecimento da campanha “Formação com qualidade é educação com direitos para você! Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética”, constituída a partir do Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social, foram debatidos aspectos relacionados: a) ao credenciamento de campos de estágio; b) supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, c) necessidade de implementação dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social dos Estados de Santa Catarina e Paraná; d) mapeamento integrado da realidade das UFAS na Região



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Sul I com parceria entre os CRESS, ABEPPS e grupos de pesquisa da região; e) Socialização de pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa sobre formação profissional e estágio, mapeamento da ABEPPS sobre estágio supervisionado e questão étnico-racial; f) Divulgação das atividades do Projeto ABEPPS Itinerante nas Oficinas; g) Construção de manifesto do Fórum Regional em Defesa da Resolução do CFESS 582/2010 (ABEPPS, 2021).

Já no ano seguinte, ainda no primeiro semestre, com o advento da Pandemia da Covid 19, “as ações iniciais voltaram-se para a análise do Ensino Remoto Emergencial (ERE), através do acompanhamento das UFAS via instâncias do CRESS, com especial atenção ao processo de normatização do ERE nas UFAS públicas, considerando a imediata adoção dessa modalidade de ensino nas UFAS privadas.” (ABEPPS, 2021, p.23).

Neste ínterim, construiu-se um planejamento de ações já no primeiro semestre, registrando-se a realização de Ciclos de Debates, realizados no segundo semestre, sobre Estágio e Supervisão em Serviço Social, assim como de Residências em Saúde, na modalidade remota, “expressiva participação de estudantes, profissionais e docentes dos três estados da região” (ABEPPS, 2021, p.23). As atividades contaram com a articulação com os CRESS e com as UFAs da região.

Na gestão seguinte (2021-2022), registra-se a apresentação de debate a partir de mapeamento acerca da curricularização da extensão na região sul no Fórum, bem como da definição junto à coordenação colegiada de outros dois temas centrais para as ações do Fórum: os estágios de pós-graduação e o debate étnico racial na formação (ABEPPS, 2022). Na gestão seguinte, manifestou-se o compromisso da gestão (2023-2024) na manutenção da participação da ABEPPS junto à Comissão Articuladora, junto aos CRESS da região e à ENESSO (ABEPPS, 2025).

A gestão atual da ABEPPS (2025-2026) define entre suas prioridades: a) Garantir representação no fórum e regional em defesa do trabalho e da formação com qualidade; b) Contribuir com o fortalecimento do fórum regional em defesa do trabalho e da formação com qualidade entre as UFAS, garantindo espaço específico na Oficina Regional da ABEPPS; e, c) Buscar informações junto ao Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Qualidade em Serviço Social sobre a situação do estágio, e o debate sobre a implantação de novos cursos, buscando imprimir um caráter de monitoramento das demandas e encaminhamentos referentes ao debate. Para tanto, de modo inovador, esse espaço buscou garantir a realização do encontro do Fórum, com a intencionalidade de capilarizá-lo entre docentes, discentes e supervisores de estágio, como estratégia para o seu fortalecimento e envolvimento de novos sujeitos na sua construção diante dos desafios postos à formação e ao trabalho profissional na particularidade de regional.

3. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO SUL: ALGUNS DESAFIOS

Conforme dados do E-MEC, a região sul conta atualmente com 33 cursos presenciais ativos, dos quais 18 em instituições de ensino superior privadas e 15 em instituições de ensino superior públicas, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Natureza das instituições de ensino dos cursos de graduação presenciais da Região Sul I

Estado	Natureza das instituições	Cursos ativos	Cursos em extinção	Cursos extintos
Rio Grande do Sul	Pública	3	0	0
	Privada	7	7	11
	Subtotal	10	7	11
Santa Catarina	Pública	2	0	0
	Privada	2	2	5
	Subtotal	4	2	5
Paraná	Pública	10	0	0
	Privada	9	4	13
	Subtotal	19	4	13



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Total	33	13	29
--------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis no e-MEC (2025) (Corrêa; Gonçalves; Boing, 2025)

A partir dos dados da Tabela 1, aponta-se para a realidade diversa que compõe os estados da região sul, mas especialmente para um fator que lhes é comum: o fechamento de cursos presenciais. De acordo com a Tabela 1, há uma prevalência de cursos extintos ou em extinção (42), em relação aos cursos ativos (33). Observa-se que desses 42 cursos extintos ou em extinção, todos se vinculam a instituições privadas de ensino.

No que diz respeito à oferta de vagas, a Tabela 2 apresenta a relação de vagas disponíveis e de vagas ocupadas a partir da natureza das instituições de ensino.

Tabela 2: Vagas disponíveis anualmente e vagas ocupadas nos cursos de graduação presenciais ativos da Região Sul I

Estado	Natureza das instituições	Vagas disponíveis anualmente	Vagas ocupadas
Rio Grande do Sul	Pública	130	429
	Privada	575	97
	Subtotal	705	526
Santa Catarina	Pública	240	618
	Privada	130	67
	Subtotal	370	685
Paraná	Pública	469	1.244
	Privada	825	148
	Subtotal	1.294	1.392
Total		2.369	2.603

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis no e-MEC (2025) (Corrêa; Gonçalves; Boing, 2025).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Apesar de se identificar uma oferta maior de vagas nas instituições privadas (1.530), em relação às públicas (839) conforme Tabela 2, a quantidade de vagas ocupadas nos cursos presenciais em instituições públicas é maior (2.291) que nas instituições privadas (312). Desses vagas ocupadas, identificou-se que há cursos ativos com menos de 15 estudantes matriculados, e, alguns sem nenhuma taxa de ocupação das vagas o que aponta para a possibilidade de seu fechamento nos próximos anos.

A realidade de fechamento de cursos apresentou uma nova realidade para a pós-graduação da área, com o anúncio do primeiro programa de pós-graduação da área não somente em nossa regional, mas no país, localizado na PUCRS. Neste ínterim, foram abertos dois novos programas de pós-graduação na regional, sendo um na UFSM e o outro na UNIPAMPA, ambos em instituições públicas federais no estado do Rio Grande do Sul. Contudo, essa abertura não foi acompanhada pela ampliação do quadro docente, o que causa profunda preocupação para a área, pois compromete a qualidade do ensino, contrapondo-se à perspectiva de formação defendida pela ABEPSS.

No âmbito da pós-graduação, aponta-se também como desafio a realização de mapeamento e articulação junto aos programas de residência em saúde, assim como o enfrentamento às residências técnicas. É necessário ainda seguir fortalecendo o debate sobre os estágios frente às novas configurações do mundo do trabalho na perspectiva do projeto ético-político profissional, e atualizar o mapeamento acerca da curricularização da extensão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição apresentada, é possível apreender que a ABEPSS na Regional Sul I tem participado junto à Comissão Articuladora do Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social desde a sua constituição.

Entretanto, se reconhece a necessidade de fortalecimento deste espaço, assim como das Comissões de Formação e Trabalho nos CRESS, dos Fóruns de Supervisão de Estágios, que devem estar intrinsecamente articulados a esse espaço.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nessa perspectiva, a atual gestão da ABEPPS reafirma seu compromisso com o Fórum, especialmente porque apresentam-se desafios na particularidade da regional, que vem atravessando a formação e o trabalho profissional também em nível nacional, o que requer estratégias para o seu enfrentamento na perspectiva do projeto profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPPS. Relatório de atividades Regional Sul I. Gestão 2019-2020: “Resistir e avançar, na ousadia de lutar!”. 2021.

ABEPPS. Relatório Gestão ABEPPS Gestão 2019-2020 “AQUI SE RESPIRA LUTA” REGIONAL SUL I. 2022.

ABEPPS. Relatório anual de gestão Regional Sul I. Gestão 2023-2024: “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!”. 2025.

CORRÊA, Laís Duarte; GONÇALVES, Dyullia Severo de; BOING, Thaís. **A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL:** desafios e resistências frente ao desmonte do ensino superior. [submetido para o CBAS], 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL E A ENESSO RVI

Maria Izabel da Silva Alves¹⁴

A participação da ENESSO não é eventual: somos parte da organização e da coordenação permanente do Fórum em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade, junto com o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPPSS. Isso mostra o quanto o protagonismo estudantil é reconhecido e necessário, pois não dá para pensar a formação sem ouvir quem está vivendo cotidianamente essa realidade dentro das universidades.

A participação estudantil é essencial nesse processo. Somos nós, estudantes, que vivenciamos os desafios do estágio, das disciplinas, da falta de estrutura das universidades, da precarização que insiste em avançar. Estar aqui não é só um espaço de fala, é um espaço de luta política, de construção coletiva, de reafirmação de que a formação em Serviço Social precisa ser crítica, ética e comprometida com a classe trabalhadora.

Nosso papel é também o de alinhar a luta do movimento estudantil com as lutas históricas e permanentes do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPPSS. Só assim conseguimos fortalecer esse espaço e garantir unidade na defesa da formação presencial, pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Quando estamos juntos, somos mais fortes contra os ataques que vêm tentando transformar a educação em mercadoria.

A ENESSO tem se posicionado firmemente contra a precarização da formação, especialmente contra a expansão do ensino à distância em Serviço Social. Campanhas como ‘Educação não é fast-food’ e “Educação de qualidade não é mede no ENADE” são exemplos da nossa resistência coletiva. Porque não dá pra formar assistentes sociais de qualidade no

¹⁴ Estudante de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UEL). ENESSO RVI. Discente de graduação na ABEPPSS-Regional Sul I. Email: maria.izabelsil@uel.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

improviso, sem contato humano, sem estágio presencial, sem diálogo direto com a realidade social.

E é justamente por sermos estudantes que trazemos pautas fundamentais: a luta por estágios supervisionados de qualidade , a defesa das residências multiprofissionais, e a exigência de uma educação que seja antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, anticapacitista, pública e de qualidade. São pautas que atravessam a nossa formação e dizem respeito ao projeto ético-político do Serviço Social.

Portanto, a presença da ENESSO e dos estudantes nesse Fórum não é só representativa: é vital. Somos parte da construção coletiva que garante que o futuro da profissão não se desvincule das lutas sociais e do compromisso histórico que o Serviço Social carrega.

Seguiremos firmes, lado a lado com CFESS/CRESS e ABEPSS, para que a nossa formação e o nosso trabalho sigam comprometidos com a classe trabalhadora e com a transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE (org.). **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: incidências coletivas para reafirmar a luta.** Brasília, DF: CFESS, 2024. E-book. ISBN 978-65-86322-16-3. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2024-Ebook-ForumFormacaoQualidadeSeso.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MESA 1: CRISE DO CAPITAL E DISPUTA DE PROJETOS SOCIETÁRIOS

ABERTURA

Laís Duarte Corrêa¹⁵

Esta mesa dá sequência aos trabalhos já iniciados nesta tarde com o Fórum Regional de Supervisão de Estágios em Serviço Social e com o Fórum Regional Sul em Defesa do Trabalho e da Formação com qualidade em Serviço Social, onde discutimos sobre os inúmeros desafios que perpassam a formação em Serviço Social na sua indissociabilidade com o trabalho profissional.

A mesa desta noite tem um lugar central na organização desta oficina. Isso porque, a abordagem acerca da formação profissional na perspectiva de totalidade, como sugere a temática do evento, não deve prescindir da análise da realidade social. Isso, pois, essa mesma realidade, com foco privilegiado na questão social, não se reduz a um mero pano de fundo, sem vida, sem interação com a profissão (Iamamoto, 2015). Pelo contrário, atravessa, conforma e afeta diretamente as condições em que a formação e o trabalho profissional se dão, bem como as nossas condições de vida como trabalhadores e trabalhadoras assalariados, e, por consequência, da vida da população usuária atendida por nós e pelos profissionais que formamos.

É a questão social, pois, a base da fundação sócio-histórica (Iamamoto, 2015), o “elemento constitutivo da relação entre Serviço Social e realidade” (Closs, 2015, p.102), portanto, a razão de ser do Serviço Social (Netto, 2001), bem como matéria prima de trabalho dos assistentes sociais, em suas múltiplas expressões. Tomar o debate sobre a questão social, “consiste num dos elementos teórico metodológicos centrais da análise crítica da inserção do Serviço Social na realidade contemporânea” (Closs, 2015, p.102), legatário do aprofundamento da interlocução da área com a teoria social crítica, que nos convoca a “romper com uma análise

¹⁵ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Vice-Presidenta da Regional Sul I da ABEPSS. Email: duarte.lais@hotmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (Iamamoto, 2015, p. 20).

Tal concepção é o eixo articulador do atual projeto de formação profissional crítico, construído coletiva e democraticamente por essa categoria na década de 1990, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996 que orientam a formação em nível de graduação e de pós-graduação na área (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Abordar sobre a questão social, é, indiscutivelmente, tratar sobre as relações sociais capitalistas, no âmbito das quais esta profissão se inscreve (Iamamoto; Carvalho, 2010). Essa compreensão é essencial, pois quando nos referimos à reprodução das relações sociais capitalistas, lembramos que esta não se reduz somente à reprodução da vida material e do modo de produção, mas também diz respeito à reprodução espiritual da sociedade. Por isso mesmo, reproduz também um determinado modo de vida, de valores, de cultura, de política, de produção de ideias que se expressam em padrões de comportamento e permeiam as relações da sociedade (Yazbek, 2009b).

Aqui demarcamos, que essa análise nos demanda apropriação crítica sob os fundamentos dessa sociedade, assim como a apreensão da sua particularidade na sociedade brasileira, e seus rebatimentos ao trabalho e à formação profissional, articulação indissociável expressa nos núcleos de fundamentação das nossas Diretrizes Curriculares.

Essa dinâmica não apenas se imprime em um documento formal, ela é a expressão da dinâmica da realidade, demonstra a atualidade do nosso projeto de formação, não somente nelas expressos, assim como nos demais documentos relacionados à formação conduzidos pela ABEPPSS.

Compreender, contudo, essa realidade, a que tanto aludimos sobre a importância em relação ao Serviço Social, é também, reconhecer que esse projeto encontra-se em disputa no interior da luta de classes que se apresenta em distintos projetos: os projetos societários, inscritos na dinâmica ou da superação ou da reprodução da sociabilidade burguesa. Nessa disputa, temos reafirmado o projeto profissional “construído por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

[...] o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão” (Netto, 2009, p.4)

É a partir dessas premissas, compreendendo a importância da análise desta realidade em que o Serviço Social se inscreve, atravessado pela crise capitalista e por disputas de projetos societários, que esta mesa pretende debater.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996

CLOSS, Thaís Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 31 ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Mota, Ana Elizabete; et al. (orgs). 4^a ed, São Paulo: Cortez, 2009, p.141-151

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social. **Temporalis**. N. 3. 2001. p.41-49.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CRISE DO CAPITAL E DISPUTA DE PROJETOS SOCIETÁRIOS: a precarização da vida dos(as) trabalhadores(as) e a direção de suas lutas emancipatórias no Brasil

Silmara Carneiro e Silva¹⁶

1. INTRODUÇÃO

O presente texto visa refletir sobre a precarização da vida dos(as) trabalhadores(as) e a direção de suas lutas emancipatórias no Brasil, em face da crise do capital e da disputa de projetos societários.

Para tanto, iniciamos com uma reflexão em torno da disputa de projetos societários em face da crise do capital, compreendendo que esta perpassa diferentes dimensões da vida social.

Na sequência, tratamos da precarização da vida dos trabalhadores(as), fazendo breves apontamentos sobre a situação de subalternidade que os diferentes grupos sociais experimentam no capitalismo, destacando a relação entre classe, raça e gênero e, sobretudo, a necessidade de compreendê-los de maneira interrelacionada, sem perder de vista a noção de classe em si e classe para si.

Compreendemos que a direção das lutas emancipatórias no Brasil e no mundo capitalista, exige de nós consciência de classe e nitidez das nossas lutas e da capacidade de fazermos frente às investidas do capital, enquanto coletividade. No âmbito do Serviço Social, nossa potência reside em nossas capacidades e possibilidades reais e concretas de liberdade de ação profissional, em face à chamada autonomia relativa que dispomos enquanto assistentes sociais inseridos nos diferentes espaços de atuação sócio-ocupacional e ainda em nossa liberdade de ação política em diferentes espaços de garantia de direitos e na livre expressão que dispomos enquanto uma

¹⁶ Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Graduada em Serviço Social pela UEPG; Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UEPG, atuante no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas; Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais – Cnpq. E-mail: scsilva@uepg.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

profissão cujo estatuto ético nos respalda a uma atuação crítica e compromissada com a emancipação humana.

Assim, fazer a leitura do Brasil, ancorado numa perspectiva de totalidade e de crítica aos fundamentos da sociedade capitalista, exige da coletividade de assistentes sociais brasileiros(as) uma práxis profissional continuamente compromissada com o enfrentamento das desigualdades sociais e das injustiças cometidas em face dos diferentes grupos humanos que compõem o caleidoscópio da nossa sociedade.

No Brasil, diferentes grupos subalternos foram e ainda são atravessados pela negação de um Brasil originário e pela afirmação de uma burguesia nacional avessa ao atendimento das necessidades humanas decorrentes dos efeitos colaterais do modo de desenvolvimento econômico adotado. Nesse processo as histórias dos grupos subalternos foram sendo apagadas cotidianamente pela violenta atuação das elites políticas e econômicas, em nome da ‘ordem e do progresso da nação’. Violentados pelo que são originalmente e pelo que representam simbolicamente de resistência à exploração de classe e às diferentes opressões do modelo de sociabilidade vigente, tais grupos se mantém na atualidade brasileira em diferentes situações de subalternidade pela ação sistemática das classes dirigentes do nosso país e pelo próprio Estado brasileiro, que da sua relação com a sociedade civil, ainda não superou questões estruturais, a exemplo da questão agrária, da questão racial e da questão de gênero e também da questão urbana. Esta que evidencia a exclusão territorial e a criminalização das periferias, levando entre outras questões ao fenômeno do encarceramento em massa, mediante a afirmação histórica de um Estado Penal sobreposto ao Estado Social.

Os subalternos na ordem do capital, a partir de suas singularidades, apresentam uma diversidade de necessidades e demandas que vistas em suas particularidades requerem respostas políticas e profissionais condizentes que reconheçam as mediações postas na realidade e edifiquem novas mediações na direção da afirmação de suas lutas emancipatórias. Esse processo, perpassa não somente pelas lutas dos diferentes grupos subalternizados no âmbito da sociedade civil, mas também e, sobretudo, por respostas qualificadas do Estado, convertidas em políticas públicas garantidoras de direitos, que atuem em face às tentativas de fragmentação, tutela e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

criminalização de suas existências e bandeiras de luta. Tais respostas exigem o fortalecimento de políticas públicas de proteção social e políticas anticíclicas capazes de estabilizar o cenário de precarização da vida, em contextos de crise.

Diante do conjunto de lutas que atravessa as disputas de projetos societários, a ação profissional do Serviço Social se perfaz e deve se constituir em constante unidade-distinção com os diferentes sujeitos que compreendem a rede de sujeitos que se dispõem a viver os tensionamentos por elas produzidas, em defesa de seus interesses sejam eles egoísta-corporativos ou ético-políticos.

O projeto profissional do Serviço Social não se faz descolado de projetos coletivos e societários. Todavia, precisamos avançar sempre na direção da reafirmação de nossas bandeiras de luta profissionais, em relação de unidade-distinção com os respectivos projetos em disputa, tensionando nossos referenciais teórico-metodológicos e ampliando-os, na medida de suas necessidades, sem perder de vista a unicidade da perspectiva crítica e o respeito ao pluralismo teórico e político. Precisamos avançar no fortalecimento da nossa dimensão ético-política e na qualificação permanente da dimensão técnico-operativa, em plena articulação e coerência com as dimensões anteriores.

Nosso estatuto profissional precisa se manter fortalecido, em face dos mandos e desmandos presentes nas diferentes conjunturas, econômica, política, cultural e ambiental. Seguir, sendo uma profissão ousada que se consubstancia dialeticamente a partir da crítica é seguir se metamorfoseando em busca da sua atualização constante. Trata-se aqui do *ic et nunc* proposto por Lukács (2013), em a sua Ontologia do Ser Social, em busca de uma práxis autêntica, cuja entrega exige a nitidez da causa. Trata-se também de seguir tomando partido e odiando os indiferentes, tal como proposto por Gramsci (2020), que também nos alertou para a necessidade de mantermos o otimismo da vontade e o pessimismo da razão. Trata-se ainda de compreender a questão social brasileira a partir do que nos aponta a colega de profissão Renata Gonçalves (2018) ao apontar a questão racial como nó crítico da questão social no Brasil. Dizer não ao racismo estrutural e institucional também é questão inegociável à profissão. Enfrentar o machismo no cotidiano da vida e o patriarcado arraigado nas instituições brasileiras é também,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

com efeito, a ordem do dia nos diferentes espaços de atuação sócio-ocupacional do serviço social brasileiro. Silvana Marinho (2018), nos problematiza acerca da diversidade de gênero, à luz de uma leitura crítica, referenciada por Heleieth Saffioti (1985, 1992, 1997, 2004, 2013), apontando que “as relações (patriarcais) de gênero são estruturantes das relações sociais desiguais da sociedade brasileira junto com a classe social e a cor/raça/etnia.” (Marinho, 2018, p. 603). Assim, como Gonçalves (2018), Marinho (2018) nos mostra que a questão de gênero também é “um nó, revelando a simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo.”

Avançar, portanto, na luta pela cidadania dos diferentes grupos subalternos no Brasil, exige de nós desatar os “nós” que atravessam o conjunto de expressões da questão social e que impossibilitam processos emancipatórios. O desatar de ‘nós’ a que se referem as autoras, em termos marxista-gramscianos, exige uma leitura dialética e articulada da exploração de classe e das diferentes opressões que atravessam o modo de produção de capitalista e se erguem nos diferentes espaços de sociabilidade humana na ordem do capital, buscando a compreensão da interrelação entre classe social, raça e gênero, a partir da associação da noção de “classes sociais” à de “grupos subalternos” e sua aplicação para a análise das correlações de forças numa data formação social capitalista. (Galastri, 2014).

No Brasil, esse avanço requer o devido reconhecimento das diversidades humanas, culturais, étnicas, de gênero, entre outras singularidades, que uma vez compreendidas em suas totalidades, apontam a direção das nossas lutas, a qual deve pautar nosso pensamento e ação para o fortalecimento da profissão embalado pelo seu projeto de transformação social, o que requer também ação teórica sistemática, formação profissional crítica e atuação técnico-operativa competentes mediante as demandas emergentes à profissão.

1.1 A CRISE DO CAPITAL E A DISPUTA DE PROJETOS SOCIETÁRIOS

Mészáros (2011) afirma que na atual fase do capital a crise é estrutural. Assim, as diversas crises conjunturais que acompanhamos na atual quadra histórica revelam em essência concreta a lógica estrutural de organização e funcionamento do capital. Nesta lógica, na qual a crise é imanente, estrutura e conjuntura, conformam, portanto, suas particularidades e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

universalidades. Gramsci (2012, p. 187) ao tratar da crise afirmara que ela consiste no “[...] fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.” Nos termos gramscianos, conforme visto, a crise desnuda as patologias do sistema. Ao fazer isso, ao mesmo tempo em que expõe determinadas fragilidades, outras vão sendo ocultadas pela ideologia dominante, posto que o velho e o novo convivem em tensão no momento da crise. Nestes termos, a análise da crise é sempre um fundamento necessário à justa análise das correlações de forças nos diferentes contextos. Portanto, é ponto de partida efetivo para a análise da disputa entre diferentes projetos societários. Conforme o entendimento de Mota (2015, p. 86) “[...] as crises e as iniciativas de mudanças, realizadas no conjunto dos países centrais e periféricos, mobilizam processos políticos, cuja remissão ao campo da hegemonia implica situá-los no âmbito das relações de forças entre as classes fundamentais.”

As disputas por projetos societários se põem no contexto de crise estrutural do capital numa correlação de forças atravessadas por situações de ‘equilíbrios instáveis’. Tais equilíbrios instáveis são condensações possíveis, que em contextos de crise, sejam elas crises de hegemonia, entendidas como crises de representatividade e ou crises orgânicas do capital, carregam contradições econômicas, políticas, culturais, entre outras, tanto de âmbito interno aos países como derivadas das relações internacionais. Conforme Semeraro (2016, p. 13), do ponto de vista metodológico em perspectiva gramsciana, “[...] uma crise deve ser analisada não apenas como fenômeno imediato e conjuntural, mas como um movimento orgânico, considerado na multiplicidade dos seus componentes e nas suas dimensões globais”. Tais crises contêm em seus elementos constitutivos os ingredientes que potencialmente levam à estabilização do estado anterior (reafirmando o velho) ou ainda a afirmação de um novo estado de coisas (afirmando o novo). Os rearranjos de seus elementos dependem do nível de saturação da correlação de forças em cada conjuntura.

Em contextos democráticos, o esvaziamento ou o fortalecimento das instituições democráticas tornam-se estratégias, das quais os diferentes sujeitos em disputa lançam mão em defesa de seus projetos societários. Entre reacionários, conservadores, progressistas, radicais ou



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

extremistas, o conteúdo e a forma democrática se põem como elementos-chave das disputas erguidas nos diferentes cenários de luta pela hegemonia. A utilização das forças militares, enquanto reservas de energias do Estado, em tempos de acirramento dos conflitos societários para exercer o poder de coerção em face às ameaças à democracia, ao Estado e à nação é uma estratégia legítima e institucionalizada nas democracias ocidentais; ao mesmo tempo as forças militares também podem se converter em estratégias contrárias à democracia, quando seus agentes não dispõem de ânimo democrático e nem compromisso com a estabilidade constitucional. Desse modo, as reservas de energias preservadas para momentos de crise constitucionais, podem se converter em pólvoras soltadas ao vento ou ainda direcionadas ardilosamente ao enfraquecimento da soberania nacional.

Num constante movimento traduzido na fórmula gramsciana por “Hegemonia encouraçada de coerção” ou “Coerção encourada de hegemonia” visualiza-se o tenso desafio das forças sociais, políticas, econômicas, culturais e militares em torno da administração das forças coercitivas e consensuais que conformam a noção de Estado Ampliado no dizer gramsciano (sociedade política + sociedade civil) e das suas capacidades de assegurar ou não a estabilidade do sistema. (Gramsci, 2012). A disputa de projetos societários, nesses termos, conforma-se na disputa pela hegemonia. E, nesta disputa, ocupar o Estado enquanto governo é uma das estratégias de luta, das quais os sujeitos políticos representativos dos diferentes projetos não podem se furtar, se pretenderem impactar no curto e no médio prazo em suas realidades sociais. Conjuntamente, a sociedade civil como parte do Estado Ampliado, é também espaço de luta pela hegemonia. A disputa de projetos societários envolve o estabelecimento de movimentos de luta em articulação com os diferentes sujeitos que compõem a sociedade civil. Quando tratamos da luta por uma nova hegemonia, aquela diversa da hegemonia do capital, essas articulações não prescindem da formação e atuação de intelectuais orgânicos enquanto veiculadores de uma nova ideologia, em contraponto à ideologia dominante. Ideologia não no sentido de falsa consciência, mas em seu sentido positivo enquanto visão de mundo. Tais articulações a serem tecidas pelos intelectuais pressupõem a existência de vínculo orgânico desses com os diferentes grupos



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

subalternos e uma unidade de pensamento e ação com estes na direção da afirmação de um projeto societário contrário e em tensão direta com as forças dominantes e dirigentes.

A consciência de classe (classe em si) e a formação de um projeto unificado (classe para si) são condições necessárias para o justo enfrentamento dos desmandos do capital. O enfrentamento da crise passa pela capacidade organizativa dos subalternos, assim como pela formação de uma consciência universal, cujo ponto de partida efetivo, seja a materialidade histórica – a filosofia da práxis.

A crise é sempre perpassada por processos estruturais e superestruturais. A hegemonia nasce na fábrica. Esta é uma afirmação cunhada por Gramsci que tem especial importância não somente para a interpretação que devemos fazer diante das crises, como também para a adoção de estratégias de sua superação, em articulação com a superestrutura. E, neste sentido, a ideologia é compreendida como aquela que tece a costura a estrutura e a superestrutura. Ou seja, é elemento sem o qual a luta pela hegemonia não se consubstancia por entre uma e outra. De acordo com Liguori (2017) as Ideologias possuem uma estrutura material e articulam-se com os aparelhos privados de hegemonia. De acordo com Silva, Gonçalves e Paula Junior (2020, p. 199)

No processo de movimentar e formar vontades coletivas, pode-se afirmar que a Ideologia organiza as concepções de homem e de mundo dos grupos sociais; tem a capacidade de solidificar culturas, estabelecer raciocínios, disciplinar consciências.

No respectivo processo, a dialética entre o velho e o novo é tecida pelo e no campo de tensões que se estabelece entre os diferentes sujeitos que representam projetos societários distintos. Assim, a análise crítica da ideologia dominante e a forja de novas ideologias coerentes e consistentes com uma visão de mundo realista e compromissada com processos emancipatórios, é condição necessária à forja de possibilidades de luta pela hegemonia, a qual se consubstancia por entre a disputa de projetos societários. A prática política e a sua militância, na visão gramsciana, precisa ser menos doutrinária e burocrática e mais investigativa, livre e sincera (Monasta, 2010).

A unidade entre teoria e ação, materializada na práxis dos intelectuais orgânicos vinculados aos grupos subalternos, é ingrediente sempre urgente na luta por uma nova



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

hegemonia, ingrediente este que deve compor substancialmente a formação de novas ideologias. A ideologia, portanto, nesses termos “[...] é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (Brandão; Dias, 2007, p. 92).

Por isso, processos formativos são sempre necessários e permanentes são seus desafios a fim de consolidar uma visão de mundo arraigada à materialidade histórica, comprometida com a atualização constante das análises e das práticas que impõem modos de pensar e agir sempre atentos às diferentes expressões do real em movimento, às suas contradições, aos seus nexos intencionalmente ocultados, aos seus processos mistificados e aos sujeitos reificados no e pelo processo de sociabilidade vigente.

A crise estrutural do capital é particularizada em tantas crises, cujas análises de suas totalidades relativas evidenciam seus nexos causais com a primeira. A crise econômica, crise política, crise ambiental são exemplos de diferentes expressões da crise do capital a serem decodificadas e compreendidas à luz das contradições do modo de produção capitalista.

Neste ano de 2025, no qual o Conjunto CFESS/CRESS elegeu para o Serviço Social o mote: “A gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social!”, a questão ambiental é problematizada criticamente, apontando a sua relação com a questão estrutural, na medida em que a articula com o combate da desigualdade social. Esta perspectiva se mostra evidentemente articulada com o tema desta XIV Oficina Regional da ABEPSS – SUL I: “Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade: em defesa na unidade das lutas sociais emancipatórias. Articular a discussão da crise ambiental com o combate à desigualdade social requer uma formação unificada e com perspectiva de totalidade. Unificar as vozes da profissão, em suas diferentes frentes de ação institucionais é corroborar como processos de fortalecimento político-organizativos, o que é fundamental para o fortalecimento da profissão e de sua unicidade em torno das lutas emancipatórias. Tal unicidade não significa homogeneidade, ao contrário, o combate às desigualdades no plural, pressupõe antes compreender que há um fundamento estrutural que perpassa pelas determinações do capital e tem que ver com a estrutura, antes mesmo de discutir questões superestruturais e, que embora as desigualdades se multipliquem, em diferentes situações de subalternidade materializadas nas diversas expressões



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

da questão social, seu fundamento é uno, porque estrutural, mas seus desdobramentos são distintos, por que históricos e conjunturais e atravessados por elementos superestruturais. Assim, valorizar a autonomia, a crítica, a inventividade e a capacidade de protagonismo acadêmico, político-cultural, social e institucional dos diferentes sujeitos, órgãos e entidades que compõem o Serviço Social Brasileiro é condição salutar para o constante aprimoramento da profissão em perspectiva de unidade de diversidade, o que significa defender um serviço social crítico, pluralista, defensor dos direitos humanos e da democracia e compromissado com as lutas emancipatórias.

Neste bojo, a análise da questão ambiental nos impõe encará-la, enquanto uma dimensão da crise do capital. Podemos retomar as questões trazidas pelo Conjunto CFESS/CRESS, desde a situação de vida das populações ribeirinhas e das comunidades indígenas, os desastres ambientais, queimadas, enchentes, somados a outras tantas expressões como as dificuldades na produção agrícola e na pecuária, a questão da segurança alimentar, doenças decorrentes do uso de agrotóxicos e tantas outras situações que derivam de situações diversas da crise ambiental na qual estamos imersos, para pensar o impacto delas no cotidiano de nossas vidas. São essas expressões de uma crise macroestrutural do modo de vida determinado pelo modo de produção que estamos inseridos. Com efeito, também são resultantes dos pactos políticos não estabelecidos, dos que temos descumprido e das políticas públicas que temos ou não sido capazes de instituir e implementar, em face das investidas de grupos econômico-corporativos que não vislumbram a política como *catarse*, vista como possibilidade para a elevação da consciência e ação humanas a um nível ético-político, mas como meio de satisfação de interesses egoístas e, portanto, descompromissados com o desenvolvimento humano da coletividade.

Tudo isso revela que a luta por uma nova hegemonia, requer constância, consciência crítica, capacidade organizativa e ação prática na realidade. O Serviço Social Brasileiro, inscrito nessa realidade, precisa manter ativo seu projeto profissional consciente de seu horizonte do desejo – qual seja a emancipação humana.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

1.2 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA DOS(AS) TRABALHADORES(AS), AS POLÍTICAS SOCIAIS E A DIREÇÃO DAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS NO BRASIL

No mundo do trabalho, a classe trabalhadora tem sofrido, hodiernamente, a intensificação de processos de precarização, os quais tem gerado mais isolamento e fragmentação e, por consequência, maiores dificuldades de organização política para fazer frente aos desmandos do capital. Conforme Nogueira (2003) a fragmentação está entranhada no coração das sociedades contemporâneas. Assim, os trabalhadores tornam-se cada vez mais expostos a níveis mais elevados de subalternização, na medida em que se encontram envoltos num contexto de enfraquecimento do trabalho enquanto direito de cidadania, mediante um esvaziamento do campo *ius* trabalhista. Segundo Mattos (2019, p. 86)

O peso do desemprego se elevou no Brasil a partir dos anos 1990 e constitui um fator importante para que seja possível compreender como o avanço da precarização das relações de trabalho encontrou terreno fértil desde então. Somando-se os ocupados informalizados aos desempregados, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora em seu contingente urbano, majoritário. Trabalhadores formais, no entanto, também podem vivenciar condições de precariedade laboral.

Ruy Braga (2012) trata do conceito de precariado como parte do proletariado e encontra vantagens no uso desse termo para definir o proletariado precarizado no contexto do neoliberalismo. No interior do proletariado, o precariado é a franja mais vulnerabilizada dos trabalhadores devido as condições de desproteção social que vivenciam pela forma de sua inserção no mundo do trabalho. É, portanto, o setor da classe trabalhadora que se insere nas ocupações mais precárias e pior remuneradas, submetidos à espoliação dos direitos sociais. (Braga, 2012). Essa espoliação é resultado, tanto das condições precárias do mundo do trabalho, como também da precarização das políticas públicas que, sob a égide de uma administração pública neoliberal, têm cada vez mais se enfraquecido, mediante o encurtamento de seus braços protetivos. A proteção social tem sido, cada vez mais, posta em xeque, sob o argumento do saneamento das contas públicas. Os ajustes fiscais têm restringido do alcance das políticas de proteção social e no vazio que se cria mediante o enxugamento dos investimentos e da



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

consequente minimização das políticas sociais, tem se fortalecido o discurso ideológico do empreendedorismo como saída alternativa para a resolução dos problemas sociais, uma vez convertidos em problemas individuais. O discurso ideológico do empreendedorismo mascara perversamente a realidade de vida do proletariado precarizado e reforça diferentes situações de subalternidade, vivenciadas pela classe trabalhadora na ordem do capital. Subalternidade aqui compreendida para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. (Simionatto, 2009, p. 42). Segundo Schlesener (2016, p. 137) os subalternos são:

[...] todas as classes oprimidas da história da civilização moderna, a todos os marginalizados do processo histórico, tanto os que resistem à dominação demonstrando alguma consciência de classe quanto os que se encontram completamente à margem, sem uma consciência clara de sua condição de classe, ou mesmo da dominação à qual estão submetidos.

Para Gramsci (2015) a história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica. E mesmo existindo tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, conforme alerta o autor, essa unificação é, continuamente, rompida pela iniciativa dos dominantes. Esse rompimento da unidade das lutas dos subalternos, tem sido promovido sistematicamente nas últimas quadras históricas no Brasil, o que tem perpassado o campo de ação das políticas sociais. Pereira (2020) aponta que estas tem sofrido nos últimos anos uma reorientação ética. Do *ethos* solidário, do qual se extrai uma perspectiva de unidade, concebida a partir de um nível de consciência ético-político, no qual as políticas sociais são tomadas a serviço de demandas e necessidades sociais e enquanto garantidoras de direitos sociais, tem se dado o império de uma moral individualista possessiva, da qual não se retira qualquer elemento de fortalecimento de autonomia e de efetivação de cidadania em face dos indivíduos sociais; pelo contrário, se reforça uma ética voltada ao tradicional discurso das capacidades de o indivíduo exercer trabalho como elemento central para assegurar a sua proteção social. Contrário à defesa e ampliação da cidadania mediante o fortalecimento do sistema público de proteção social, o discurso do trabalho como elemento primário de proteção social individual, reforça a administração das políticas públicas, sob viés neoliberal, à medida em que fomenta uma visão de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

proteção social privada, a partir da qual o indivíduo é o responsável pela autoprovisão. Portanto, a ética da autoprovisão, nestes termos, substitui o discurso da cidadania e o Estado protetor é assim substituído pelo Estado do trabalho, um estado facilitador e não mais um Estado provedor. (Pereira, 2020).

Contrapondo-se a esse cenário regressivo, no qual os direitos sociais constitucionalmente garantidos vem sofrendo processos cada vez mais de negação no campo da efetivação das políticas sociais, sob a égide da moral egoísta possessiva, necessário se faz o reconhecimento das diversidades humanas que compõem o coletivo de usuários das diferentes políticas públicas a partir de suas representações e organizações coletivas, visando superar a forma restritiva com que têm sido historicamente tratados, enquanto sujeitos isolados na relação com as mesmas.

A lógica de fragmentação e isolamento a que estamos expostos estruturalmente no mundo do trabalho e também no universo das políticas públicas, elementos esses configuradores da situação de subalternidade que experimentamos nos respectivos contextos, deve ser confrontada em favor do fortalecimento da unicidade das lutas emancipatórias, as quais perpassam o campo das lutas por direitos. O trato analítico dado pelas políticas públicas à classe, ao gênero e à raça, por exemplo, deve comportar a apreensão de suas consubstancialidades, a ponto de pautar as vulnerabilidades não como atributos individuais dos que os representam, mas de compreendê-las como parte de um conjunto de situações de subalternidade, a fim de tecer mediações em face das articulações possíveis para o fortalecimento político de seus grupos representativos os quais podem entrar na disputa pela hegemonia, a partir de seus projetos coletivos.

Nessa direção, por entre isolamentos e fragmentações, sob o crivo do *ethos* solidário das políticas públicas, nosso esforço nesse contexto, enquanto assistentes sociais, deve ser o de contribuir para a afirmação dos diferentes grupos que se reconhecem político e culturalmente a partir de suas diversidades humanas, enquanto potências geradoras de resistências às determinações hegemônicas.

Disso posto, a direção das lutas emancipatórias depende de nossas capacidades de formulação de estratégias para a superação das diferentes situações de subalternidade, em direção do engendramento de ações que afirmem a autonomia e o protagonismo social dos



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

indivíduos e grupos sociais nos diferentes contextos, mas em especial, naqueles nos quais estamos inseridos(as). A política vista como catarse, nos termos gramscianos, deve perpassar, portanto, nossa práxis de caráter emancipatório, seja no campo das políticas públicas, seja no mundo do trabalho, em vista da superação das diferentes subalternidades que nos assolam na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A unidade na luta é um elemento central para a superação da subalternidade e a disputa pela hegemonia. A luta histórica pela superação de diferentes níveis de subalternidade, conquistando mais e melhores patamares de emancipação, seja política e ou social, é combustível para a luta cotidiana que é empreendida pelos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A liberdade é o valor ético central da profissão. Sua realização depende de um conjunto de fatores que não são alcançados isoladamente; dependem de condições objetivas e subjetivas e se perfazem coletivamente. Segundo Antonio Gramsci (1999, p. 406).

Possibilidade quer dizer ‘liberdade’. A medida das liberdades entra no conceito de homem. Que existam as condições objetivas de não se morrer de fome e que mesmo assim se morra de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário ‘conhece-las’ e saber utilizá-las. Querer utilizá-las.

Que possamos, assim, não sermos indiferentes à realidade que nos cerca, que possamos conhecer, saber utilizar e querer utilizar, nas diferentes conjunturas, os meios mais adequados pelos quais possamos contribuir na direção da afirmação de projetos emancipatórios, fortalecendo o projeto da nossa profissão, em articulação com demais projetos coletivos emancipatórios, embalados por um serviço social crítico, democrático e popular, cuja defesa do pluralismo teórico e político e a defesa intransigente dos direitos humanos nos fortaleçam, em face das diferentes investidas do capital, a partir do desenvolvimento contínuo de nossas



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa, sem que retiremos de nosso horizonte do desejo – a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Revista Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, p. 82-98, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8770>. Acesso em: 15 ago. 2025.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, n. 39, p. 35-55, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_27_2082.pdf. Acesso em: 10 mar, 2025.

GONÇALVES, Renata. Quanto a questão racial é o nó da questão social. Florianópolis: **Revista Katálisis**, v, 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index>. Acesso em: 10, ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Notas sobre o estado e a política. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917.1 ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 398-402.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 602-610, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DkGR4J9yWnXpBRwjpBpMd6r/>. Acesso em: 10, ago. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. Revis. São Paulo: Boitempo, 2011.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MONASTA, Atílio. Cronologia. In: MONASTA, Atílio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p.139-144.

MOTA, Elizabete. **Cultura da Crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três ideias de sociedade civil, O estado e a politização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHLESENER, Anita. Helena. As novas condições de subalternidade. In: **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, p. 135-149.

SEMERARO, Geovanni. “Crise orgânica” e luta de classes em Gramsci. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 1, n. 1, p. 13-24, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10392/6484>. Acesso em: 11, ago. 2025.

SILVA, Silmara Carneiro; SOUZA, Cristiane Gonçalves. PAULA JUNIOR, Nilson. Categorias Teóricas âncoras do pensamento de Antonio Gramsci em artigos do Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 196-220, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/104535/59705>. Acesso em: 15, ago. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**. São Paulo: Cortez, 2020.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

COLÓQUIO DE GRADUAÇÃO: fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da graduação em Serviço

ABERTURA

Ineiva Terezinha Kreutz¹⁷

Com muita alegria, em nome da ABEPPSS da Regional Sul I, gestão 2025-2026 - cumprimento e desejo as boas-vindas à todas as pessoas presentes - tanto na modalidade presencial quanto na modalidade online - neste Colóquio de Graduação: Fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da graduação em Serviço Social.

E por que precisamos discutir os fundamentos de matriz histórico-ontológica que se colocam como base para análise da conjuntura e para os desafios permanentes que se impõem na formação e no trabalho profissional em Serviço Social que caracterizam o tempo presente?

É necessário assinalar que essa análise não é tarefa fácil ou simples. Exige o conhecimento das relações sociais mediatizadas por situações, instituições e contextos que configuram o complexo movimento histórico da sociedade capitalista e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere, explica sua própria intervenção e produz conhecimento na área.

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais no processo de produção e reprodução social da vida, em todas as suas dimensões. Envolvem o social, o político, o econômico e o cultural.

Os seus determinantes estruturais reproduzem exponencialmente as desigualdades multidimensionais da nossa formação societária na ordem do capital. Se expressam, dentre outros, na radicalização das classes dominantes para a superexploração da força de trabalho; na

¹⁷ Doutora em Serviço Social. Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)- Campus Toledo. Coordenadora Regional de Graduação- ABEPPSS Sul I. E-mail: ineiva.kreutz@unioeste.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

produção de resultados extremos de concentração de renda; na precarização condições de vida da classe trabalhadora; na destruição de direitos historicamente conquistados; na questão étnico-racial; xenofobias, intolerâncias; e no aprofundamento das opressões e expropriações que “desumanizam, alimentam o ódio e a perda de sentido do humano genérico” (Boschetti, 2017, p. 57).

Em tempos de avanço das pautas ultraneoliberais, enfrentar a ofensiva neoconservadora movida por fundamentalismos, traços fascistas e discriminações presentes nessa difícil conjuntura, nos mostra e sinaliza suas implicações para a área de Serviço Social e os grandes desafios na formação e no trabalho profissional, o que requer a necessária articulação da dimensão técnico-operativa às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, que são ferramentas do projeto ético-político.

E quando a profissão construiu e constrói uma direção social crítica de seu projeto profissional pela perspectiva de emancipação humana e de totalidade, ela o fez e faz coletivamente com base numa sólida fundamentação com a intenção de apreender a sua constituição, suas determinações, suas tendências e contradições constitutivas do fazer profissional (Lemes, Santana e Santos, 2024).

É esse o campo de lutas com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona, tanto na formação graduada como pós-graduada, quanto no trabalho profissional e produção de conhecimento da área, o que requer uma abordagem da história e da realidade social a partir dos movimentos sociais da classe trabalhadora e suas lutas emancipatórias.

Neste contexto e para situar, seguem alguns indicadores das Unidades de Formação Acadêmicas em Serviço Social, que ofertam cursos presenciais na Região Sul I (estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), conforme dados do E-Mec 2025 (*In:* Corrêa; Gonçalves e Boing, 2025):

- ✓ Na Região Sul I, temos um total de 33 Unidades de Formação Acadêmicas em Serviço Social presenciais.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

- ✓ O Rio Grande do Sul conta com 10 instituições, sendo 3 públicas e 7 privadas. Porém, 07 cursos estão em extinção e 11 cursos já foram extintos no estado, todos privados.
- ✓ O estado de Santa Catarina possui 04 instituições ofertantes de cursos de graduação presencial em Serviço Social, sendo 01 pública e 03 privadas. Possui 02 cursos em extinção e 05 cursos já foram extintos, também todos privados.
- ✓ O estado do Paraná, é o estado que mais congrega Unidades de Formação Acadêmicas em Serviço Social na Região Sul I, com 19 instituições de ensino que ofertam o curso presencial em nível de Graduação, sendo destas 10 públicas e 09 privadas. Destaca-se como particularidades na Região Sul I, o estado que apresenta mais capilaridade na distribuição dos cursos presenciais, sendo a maioria cursos públicos estaduais.

Problematizar estas questões é o propósito desse *Colóquio de Graduação: Fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da Graduação em Serviço Social*.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 54–71, abr. 2017.

CORRÊA, Laís Duarte; GONÇALVES, Dyullia Severo de; BOING, Thaís. **A formação em Serviço Social na região sul do Brasil: desafios e resistências frente ao desmonte do ensino superior**. CBAS, 2025.

LEMOS, E. L. DE S.; SANTANA, J. V.; SANTOS, S. M. DE M.. Questões e desafios da formação e do trabalho no Serviço Social no capitalismo contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 1, p. e–6628353, 2024.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: luta de classes, questão social e avanço neoconservador

Inez Rocha Zacarias¹⁸

O presente texto integra minha participação na XIV Oficina Regional da ABEPPSS – Região Sul I, espaço de diálogo e reflexão coletiva sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, a conjuntura atual e os desafios da graduação. A intervenção que ora apresento parte do reconhecimento de que a formação profissional e o exercício do trabalho do/a assistente social não podem ser compreendidos fora da perspectiva da luta de classes, dado que as expressões da questão social se enraízam nas contradições estruturantes da sociedade capitalista.

Vivemos um tempo marcado pelo avanço de projetos regressivos, pela precarização do trabalho e pela mercantilização da educação, fenômenos que impactam diretamente a profissão. Diante desse cenário, torna-se indispensável recuperar a centralidade da justiça social em sua perspectiva crítica e marxista, reafirmando o compromisso ético-político que historicamente orienta o Serviço Social. O desafio que se coloca não é apenas resistir às ofensivas conservadoras e neoliberais, mas também renovar estratégias de enfrentamento, fortalecer a dimensão pedagógica do trabalho profissional e reafirmar o legado de lutas e conquistas da categoria.

Ao receber o convite para integrar esta mesa, com a responsabilidade de abordar o tema *Fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da graduação*, a primeira inquietação que me ocorreu foi: por onde iniciar esta análise em um cenário tão complexo e adverso? A amplitude da temática e as múltiplas determinações históricas que a atravessam impõem escolhas estratégicas. Assim, organizei minha intervenção de forma a privilegiar a

¹⁸ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: inezzacarias@gmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

reflexão sobre os desafios que o tempo presente nos coloca — um tempo marcado pelo avanço de projetos societários regressivos, pela precarização do trabalho e pela mercantilização da educação. Desafios que incidem não apenas sobre a formação profissional, mas que atravessam e condicionam o trabalho em sua totalidade.

Por isso, minha intervenção será desenvolvida a partir de um eixo central: a luta de classes. Visto que os desafios postos à formação profissional e ao trabalho do/a assistente social hoje não podem ser apreendidos fora da perspectiva da luta de classes — contradição estruturante que marca a sociedade capitalista e que dá sentido às expressões da questão social com as quais lidamos cotidianamente.

No entanto, para que essa direção ético-política não se reduza a um enunciado formal, é preciso articulá-la à compreensão das determinações históricas que produzem as expressões da questão social. Isso significa reconhecer que elas são inseparáveis da luta de classes. As desigualdades, violências e opressões não decorrem de falhas pontuais de gestão ou de “desvios” do sistema, mas constituem parte orgânica de um modo de produção que se sustenta pela exploração do trabalho e pela concentração de riqueza e poder.

Quero iniciar destacando um valor que considero estruturante para pensar o que chamamos de projeto ético-político e que confere verdadeiro sentido ao nosso exercício profissional: a justiça social. Importa, desde já, esclarecer: não me refiro aqui a uma concepção genérica ou abstrata de justiça social, frequentemente associada a princípios morais derivados de tradições religiosas de matriz judaico-cristã, que historicamente influenciaram tanto a civilização ocidental quanto, em determinados períodos, o próprio Serviço Social. A justiça social à qual me refiro inscreve-se na tradição marxista, que coloca a liberdade, a dignidade e a plenitude da vida humana como valores centrais.

Marx (1993), nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, demonstrou que, sob o capitalismo, ao ter seu trabalho expropriado, o sujeito é reduzido à condição de meio para a acumulação de riqueza de outro. O trabalho alienado, próprio desse sistema, subverte as condições pelas quais os seres humanos poderiam se objetivar criativamente na realidade, transformando o trabalho — que deveria ser expressão de liberdade e de realização — em mera



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

estratégia de sobrevivência. Nessas condições, a liberdade é tolhida, e o trabalhador se vê alienado do produto que cria, alienado de seus semelhantes e, em última instância, alienado de si próprio.

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruina o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas meio de satisfazer outras necessidades (...). Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (Marx, 1993, p.162).

Assim, tanto o sujeito de que falo não é categoria abstrata, muito menos inexistente na perspectiva crítico-marxista. Quando falamos em sujeito, não nos referimos a uma entidade abstrata ou a um indivíduo isolado, mas a um ser social, constituído historicamente nas e pelas relações sociais. O ser humano não nasce pronto, tampouco se realiza em si mesmo: ele se humaniza na e pela sociabilidade, pelo trabalho e pela cultura. É justamente nessa condição que o indivíduo expressa sua singularidade, mas sempre em mediação com a coletividade, com a classe social à qual pertence e com as condições objetivas de sua existência. O sujeito é concreto, é gente de carne e osso — é o indivíduo, a família, o coletivo com os quais atuamos cotidianamente, com as suas trajetórias. Ele é o trabalhador desempregado que enfrenta a fome, a família periférica que luta pelo direito à moradia, a juventude negra que resiste ao genocídio, as mulheres que enfrentam cotidianamente a violência patriarcal.

No que diz respeito à questão social, compartilho a perspectiva daqueles que a reconhecem como um fenômeno concretamente materializado na vida de cada trabalhador e de cada trabalhadora. Suas expressões são visíveis no cotidiano, nas condições de trabalho, na precarização da vida e na reprodução das desigualdades. Nesse sentido, Netto (2012) afirma que o capitalismo esgotou todas as suas possibilidades civilizatórias, e as últimas décadas apenas confirmam essa análise.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A crise econômica que assolou o capitalismo na década de 1970, após um período de expansão, desencadeou respostas de caráter político, repressivo e econômico. O projeto implementado visava restaurar o sistema capitalista por meio de um conjunto de medidas explicitamente liberais e anti-sociais, destruindo estruturas que sustentavam o Welfare State nos países centrais. Nessa nova era, o capitalismo abandonou muitas estratégias anteriormente utilizadas para obter legitimidade social, especialmente aquelas relacionadas aos sistemas de proteção social. Como observa Netto, alguns desavisados passaram a imaginar o surgimento de uma “nova questão social”. Mas não se trata de novidade: o que se manifesta são as leis da acumulação capitalista em sua expressão mais pura, agora desprovidas de quaisquer artifícios destinados a suavizar suas consequências sociais.

Apesar dos avanços no debate teórico sobre a questão social — categoria que deveria estar efetivamente transversalizada em toda matriz curricular dos cursos de Serviço Social —, ainda há muita dificuldade para apreendê-la em profundidade. A mera repetição do conceito, muitas vezes vazia e ritualizada, afirmando apenas que a questão social decorre da contradição entre capital e trabalho, não revela a complexidade do fenômeno. Sendo as expressões da questão social o nosso objeto de trabalho, não podemos nos contentar com uma compreensão superficial ou abstrata, pois isso compromete diretamente a qualidade e a pertinência do nosso trabalho profissional.

Somente entendemos o que é questão social quando se apreende a lei geral da acumulação do capital: trata-se de um processo inerente a este modo de produção. Ele se manifesta na busca contínua de expandir a produção de mercadorias reduzindo progressivamente o capital variável — isto é, a força de trabalho investida — de modo a aumentar a produtividade e reduzir o valor individual da mercadoria. Desde a sua origem, o capitalismo promove uma competição incessante pela produção de mais mercadorias em menos tempo, deslocando o trabalho vivo e valorizando a revolução técnica e científica como instrumentos estratégicos. Essa lógica não apenas amplia a produtividade, mas também fragmenta, precariza e, em muitas áreas, torna desnecessária a força de trabalho. A burguesia, ao se desvincular das antigas obrigações sociais para com a classe trabalhadora, cria novas formas de exploração e exclusão.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A economia baseada na redução do trabalho vivo, característica da acumulação flexível, possibilitada pelo avanço das novas tecnologias que substituem a força de trabalho de um grande contingente de trabalhadores, tem gerado um processo crescente de marginalização de parcelas significativas da população no mercado de trabalho. Tal fenômeno revela-se extremamente vantajoso para o processo de acumulação e reprodução do capital, uma vez que o desemprego estrutural constitui um mecanismo central para a redução dos salários e para o aumento da competitividade entre os trabalhadores.

A flexibilização dos meios e modos de produção, a total desregulamentação das relações comerciais e financeiras e a privatização do estado são as marcas desse tempo. A anarquia dos mercados, a queda das barreiras geográficas, o enfraquecimento das nações, a dependência das nossas frágeis democracias ao capital financeiro, as fábricas difusas, a desterritorialização dos polos produtivos, tornam os países progressivamente ainda mais reféns do capital. São processos que transcendem a esfera da produção e das relações entre capital e Estados e governos.

Os seus rebatimentos nós observamos na esfera da cultura, no âmbito da reprodução das relações sociais. E o capitalismo tem se reinventado ao longo do tempo, na criação e implementação de mecanismos de controle social, pois necessita alcançar legitimidade também através do consentimento social. O trabalhador, aquele que consegue de fato se inserir nesse mercado cada vez mais desregulado, não precisa do velho inspetor do chão de fábrica, a quem o próprio Marx já fazia as suas referências. Hoje quem exerce esse papel é o próprio trabalhador. Um exemplo bem contemporâneo é o motorista trabalhador de aplicativos. O modelo de uberização que leva o nome desse que é o mais famoso *app* de viagens, é um bom exemplo desses tempos flexíveis. Ele trabalha para uma multinacional, uma empresa que tem milhares de trabalhadores produzindo mais-valia, tem o seu capital aberto e disponível para especulação financeira, mas os seus trabalhadores não se entendem enquanto funcionários. São autônomos! Isso porque os instrumentos de trabalho, com exceção do próprio aplicativo, são disponíveis por ele mesmo: o carro, a gasolina, o IPVA, as multas, a manutenção, etc. Ele trabalha no “horário que quer”, mesmo sabendo que se trabalhar menos de 8 horas por dia vai acabar pagando para trabalhar, não tem direito ao auxílio-doença, não tem direito a férias, não contribui para a



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

previdência, dificilmente irá se aposentar. Mas eu desafio qual quer um a perguntar a esses trabalhadores o que eles acham da regulação dos contratos de trabalho com esses *apps*. A maioria é contra porque entende que será o próprio trabalhador que terá que se responsabilizar por estes custos. Porém, a dureza da realidade concreta por vezes se torna insustentável, temos observado algumas mobilizações importantes que reclamam por direitos trabalhistas mínimos. Mas muitos ainda se percebem enquanto trabalhadores autônomos, como colaboradores ou até mesmo empreendedores.

Esse exemplo, e nós poderíamos citar tantos outros, revela o sucesso das estratégias de recomposição do capital nas bases ideo-políticas da sociedade. Sob essa nova lógica, o trabalhador passa a ser inserido de uma outra forma, pois ele é base de toda essa sociabilidade. Dessa forma, torna-se imprescindível a sua colaboração “espontânea”, entre aspas pois os mecanismos de coerção estão cada vez mais aprimorados. O capital impõe a sua lógica em todas as instâncias da vida social, nos padrões de consumo, nos rearranjos das relações sociais, nas escolas, na formação profissional, na reestruturação, ou desestruturação do Estado, ou seja, invade a totalidade da vida social através de ferramentas cada vez mais aperfeiçoadas com o intuito de conquistar a filiação de todos ao seu projeto, tornando-o, nos termos de Gramsci, cada vez mais hegemônico e universal. E esse assentimento por parte da classe trabalhadora que, mesmo sob condições cada vez mais precárias e desumanas de trabalho, pode nos gerar uma certa incredulidade. Se para Marx, a consciência se constitui a partir das condições e experiências objetivas, como a dureza da vida cotidiana não nos permite abrir os olhos para essência dessas condições tão perversas que nos assolam?

Considerando que, para que haja adesão das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que consolide a hegemonia de uma classe, é necessário mais do que coerção violenta; é indispensável socializar sua ideologia. Isso se dá por meio da propagação de valores, visões de mundo e concepções de sociedade que naturalizam determinadas relações de poder. A esfera cultural, enquanto espaço estratégico para o controle da consciência da classe trabalhadora, tem sido campo privilegiado dessas disputas.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nos últimos anos, essa disputa se intensificou com o poder crescente das *Big Techs*, cujo controle sobre plataformas digitais e redes sociais se tornou um instrumento decisivo na produção e difusão de conteúdos, na modulação de percepções e na formação de consensos sociais. A sociabilidade — isto é, as formas como conduzimos nossas relações, das mais triviais as mais complexas — passou a ser mediada por mecanismos inéditos, profundamente articulados aos interesses dessas corporações. *WhatsApp, Facebook, Instagram, Meet, Telegram, Twitter*, entre outros, tornaram-se ferramentas centrais de contato, moldando e padronizando a forma como estabelecemos e constituímos nossas relações sociais, inclusive influenciando a construção de identidades e a percepção da realidade.

Essas plataformas, longe de serem democráticas, configuram-se como espaços estratégicos de poder simbólico, onde se orientam comportamentos, se reforçam valores e se definem agendas, ao mesmo tempo em que reproduzem e consolidam interesses econômicos e políticos da classe dominante. Tornaram-se, assim, elementos indispensáveis do cotidiano, não apenas para comunicação, mas para a própria conformação da consciência social, influenciando a forma como as pessoas percebem o mundo e se posicionam nele. Não é a toa que estão no debate do dia. Por esse caminho, conforme Netto (2012), as relações sociais se reconstituem à imagem e semelhança das principais características das mercadorias: sua obsolescência programada, sua descartabilidade e o imediatismo reificado. Trata-se do reino do consumo, que se sobrepõe às relações humanas, reduzindo-as a meras relações entre coisas, como já observava Marx.

As mercadorias, objetos inanimados, adquirem vida própria a tal ponto que passam a determinar a forma como nos relacionamos entre nós, promovendo uma reprodução social cada vez mais alienada. Somos treinados a consumir um número crescente de mercadorias, entrando em um círculo vicioso que reifica a realidade. Nossos sentimentos e até nossa própria identidade podem ser traduzidos em mercadorias. Dessa maneira, tudo se torna efêmero: a realidade não se apresenta em sua totalidade, mas apenas em fragmentos e aparências. Focamo-nos nas partes isoladas, sem estabelecer as mediações necessárias para apreender a complexidade da vida social. A experiência cotidiana se reduz à superfície das coisas, e a percepção crítica das relações sociais e das condições materiais que as sustentam é severamente comprometida.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A década de 1980 marca a era onde as ideias da modernidade e do próprio iluminismo passam ser questionadas intensamente. É o tempo marcado pela chamada pós-industrialização e a pós-modernidade, com o seu ápice na queda do muro de Berlim. É o fim da história, como alguns reclamam. Não há mais classe operária e, por tanto, luta de classes. Segundo a perspectiva pós-moderna, qualquer metanarrativa que se empenha em entrelaçar fatos e mediá-los com a estrutura são leituras totalitárias. Vivemos o império da micropolítica e da substituição da ciência pelas narrativas. A ciência é desmerecida e o método científico é apenas uma estratégia usada por instituições de ensino que também são totalitárias para desmerecer o saber popular. Agora tudo é mero jogo de linguagem e a “verdade” entre aspas ganha status de reconhecimento através do discurso daqueles mais habilidosos. Basta ter o poder da oratória. Nada mais precisa passar pelo crivo científico ou qualquer experimentação, vale somente o lugar da fala dos partícipes desse jogo. É a era da pós-verdade. A consciência pós-moderna é uma perspectiva, uma forma de compreender a realidade, mas de forma alguma corresponde a essa realidade. Ao contrário, ela desempenha o papel de mistificar essa realidade. Não vamos nos iludir, não há um mundo novo. O capitalismo continua sendo capitalismo. Obviamente, não há uma paralisia do tempo, pois muitos processos se ressignificaram. Contudo, as estruturas de exploração e domínio burguesas continuam mais fortes do que nunca. Exatamente por tentar eliminar a ontologia dos processos sociais, ignorando a historicidade dos fenômenos, que o pensamento pós-moderno é tão funcional a esse sistema.

Observamos o triunfo do indivíduo em detrimento da sociedade demonstrando uma forte ruptura dos laços que nos vincula, e isso perpassa por uma desqualificação total da esfera pública. Essa ideologia por ora dominante provoca transformações na arena política, promovendo mudanças implacáveis nas economias, nas instâncias socioculturais, nas relações entre a sociedade civil e o Estado. Enquanto temos uma realidade que não se revela essencialmente, a dinâmica dos de cima encobre uma verdadeira anarquia de mercados, submetendo nações e seus povos aos seus interesses, se locupletando dos fundos e instituições públicas, e as classes subalternas têm sido submetidas a condições de vida que nos remetem ao início do capitalismo onde reinava total ausência de regulações sociais. Após as sucessivas



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

experiências social-democratas, movimentos e partidos reacionários e ultradireitistas vêm expandindo a sua inserção e encontrado um espaço vazio deixado pelos movimentos de esquerda que historicamente exerciam um papel importante junto às classes populares.

Enquanto uma parte dos setores mais progressistas têm se dividido e se organizado via o reconhecimento pelas identidades, a extrema direita tem triunfado vertiginosamente no seu projeto que unifica diferentes interesses. A difusão do conservadorismo reacionário tem encontrado campo aberto devido a essa realidade reificada pós-moderna da qual falamos. Conforme Barroco (2015), o capitalismo no presente estado se empenha em esvaziar as determinações, apelando ao irracionalismo e ao pessimismo. Trava lutas contra pautas humanistas e naturaliza as desigualdades e as suas raízes.

O conservadorismo reacionário é a expressão mais avançada da apologia ao capitalismo. E faz isso via o combate ao Estado e a todas às possíveis pactuações sociais que dizem respeitos aos direitos sociais. Reserva-se ao Estado somente o papel da violência repressora a ser utilizada sobre aqueles que não aderem ao projeto. Agora, a questão social não deve ser mais objeto que conduz a pactuações, ainda que parciais, para acolher parte das demandas sociais. A questão social é um problema moral, ou melhor, ainda conforme Barroco (2015), é a expressão de uma desagregação moral. Desta forma, eliminam-se as explicações de ordem determinante e as naturaliza, compreendendo as desigualdades e amazelas sofridas pela classe trabalhadora enquanto expressões da nossa própria natureza humana. É a volta da supremacia do Estado policial em detrimento de um Estado social. Isso que ainda estamos falando de países de economia central, pois em países periféricos como o Brasil, o Estado policial sempre imperou. A diferença é que agora já não contamos mais com um parâmetro a ser alcançado.

Até o momento tratei de aspectos mais universais para debatermos um pouco sobre os desafios que nos atravessam nesse tempo presente, para não incorrermos em leituras particularistas sobre a nossa realidade. Quando tratamos de países de economia periférica, como é o caso do Brasil bem como os demais países latino-americanos, esses processos que se colocam apresentam uma intensidade mais elevada, que se explica pelo nosso passado colonial e escravocrata e por uma economia permanentemente dependente dos países mais ricos. Ainda em



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

se tratando desse avanço de movimentos conservadores reacionários, o Brasil tem sido um campo fértil. Uma cultura marcada por um estado de medo e de instabilidade, pelo desemprego estrutural, pelo racismo, pela desestruturação das parcas conquistas sociais, têm na própria população vítima de toda essa violência o apoio e a filiação a um projeto que abarca medidas de repressão violenta, desde o encarceramento expressivo de parte da população pobre, principalmente negra, até a militarização de várias instâncias institucionais, como por exemplo as próprias escolas, bem como as incursões do próprio Estado nas periferias do Brasil com o único objetivo de estabelecer um tribunal de exceção onde se identifica o réu, o julga e o penaliza com a morte sob o apoio de considerável de parte da sociedade. O apoio a execução sumária de grupos ditos violentos naturaliza a violência como característica pertencente principalmente à população negra. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), no Brasil a polícia matou uma média de 17 pessoas por dia em 2022, um total de 2.065 por ano. 99% das vítimas eram homens e 83% negras. É um exemplar do estado de exceção. Os descartáveis ao sistema, lembrando do desemprego estrutural, da dependência cada vez menor de força de trabalho viva, a este sequer se oferece as possibilidades da negociação, no máximo algumas políticas de transferência de renda e/ ou a repressão estatal.

A questão social volta a ser caso de polícia como guerra permanente, tendo como instrumento uma herança deixada pelos tempos da ditadura cívico-militar, a doutrina de segurança nacional onde o inimigo é um inimigo interno que precisa ser contido e combatido, como política de manutenção dessa falsa democracia.

O conservadorismo reacionário brasileiro explicita a mentalidade herdada do período colonial-escravocrata nunca abandonada pelas classes dominantes. Segundo Lima (2022), esse grupo se caracteriza por ter “mentalidade escravocrata, desprezo pelos setores subalternizados, retórica anti-intelectual, práticas fisiologistas, incômodo com algumas das restrições democráticas e constitucionais, negação de direitos sociais, subserviência aos Estados Unidos, autoritarismo, mandonismo.” (p. 254). E esse conservadorismo que se manifesta não é somente aquele que quer conservar privilégios, o conservadorismo no Brasil apresenta características



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

acentuadamente reacionárias, ou seja, como se referem Marx e Engels, querem girar a roda da história no sentido contrário. É o anti-iluminismo, é a anti-ciência, é o negacionismo.

Nós há pouco tempo passamos por uma situação inédita na nossa geração, que foi a pandemia da Covid-19, desse período agora aparentemente distante e vejam vocês, isso foi agora há poucos anos atrás e praticamente não se fala mais nisso, não digo nem sobre o vírus propriamente dito e as consequências mortais, que segundo a OPAS (2025) entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 levou a aproximadamente 14,9 milhões mortes, só no Brasil foram mais de 700 mil, abro esse parênteses para demostrar como tudo de fato é efêmero e descartável, inclusive a nossa memória. Durante o período da pandemia assistimos atônicos discursos e defesas acaloradas que visavam amenizar as consequências do vírus, o questionamento permanente da eficácia das vacinas, a propaganda de medicações sem eficácia comprovada. A indústria farmacêutica lucrou com a venda do famigerado “kit covid” (cloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e vitamina D) 1 bilhão de reais só no Brasil e esses números devem ser maiores, pois nem todas as farmacêuticas liberaram os dados dos seu faturamento (Lopes e Resende, 2021).

Então, não era somente um discurso ou uma narrativa aleatória da parte conservadora da sociedade. É uma ideologia utilizada para aprofundar a lucratividade de grandes setores da economia. O conservadorismo reacionário é a gasolina do motor da produção e reprodução do capital. E ela reverbera nas condições materiais da classe trabalhadora via captura da sua subjetividade. Além disso, durante esse período, experenciamos o que é a necropolítica defendida abertamente pelo governo Bolsonaro. Não foram poucas as vezes em que ele defendeu abertamente que os trabalhadores deveriam voltar às ruas, tecendo duras críticas às tentativas de isolamento social. Se parte de classe trabalhadora tem sido descartada pelo capital, qual é o problema de exterminar uma parte dela?

O título dessa mesa nos aponta desafios do presente que só podem ser elucidados sob um ponto de vista histórico. Cada momento da trajetória dessa profissão, podemos dizer que uma gama de desafios sempre esteve a postos a nos enfrentar. E apesar disso, acredito que a profissão, sob os seus representantes, sempre fez frente a estes desafios, sejam estes quais



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

fossem. Se olharmos para trás, nós assistentes sociais e os nossos colegas que nos antecederam nunca tiveram vida fácil ao longo dessa trajetória.

Nossa condição assalariada, nosso cordão umbilical com o Estado e com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, a nossa autonomia relativa e os choques entre as demandas e as requisições sociais, estas enquanto expressões concretas e objetivas da luta de classes, são desafios que sempre se fizeram presentes ao longo da nossa história. Contudo, denunciamos pensamentos e práticas conservadoras, construímos uma trajetória de lutas, de enfrentamentos, nos aliados aos setores mais democráticos da sociedade, construímos um projeto profissional crítico e associado a um modelo de sociedade onde a humanidade é centro. Enfrentamos uma ditadura, denunciamos torturas, desaparecimentos e ajudamos a construir a democracia no país, apesar das suas inúmeras e fundamentais fragilidades. Tivemos participação ativa na construção da constituição federal de 1988.

Então, a nossa história é uma história de desafios, mas também de muitos exemplos de resistência. E é a esta última que eu quero destacar na minha fala, mesmo quando eu estiver fazendo menção aos retrocessos que vem atingindo o trabalho e este associado a formação profissional, peço que vocês não esqueçam dos inúmeros exemplos de avanços e conquistas que a nossa categoria profissional foi capaz de construir, mesmo em períodos totalmente adversos.

Para tanto, parto do pressuposto que o trabalho profissional e a formação só se explicam no próprio movimento histórico da sociedade, sendo necessário situar a profissão no terreno da produção e reprodução das relações sociais. É compreendendo o tempo presente e todos os desafios que ele nos coloca, considerando a história da profissão situada na própria formação sócio-histórica brasileira. Como afirma a professora Yazbek (2020), compreendemos o Serviço Social enquanto profissão inserida em um contexto de divisão social do trabalho, que é sociotécnica, mas é também sexual e étnico-racial.

Foi a partir da década de 1980 que o Serviço Social começou a materializar um projeto de profissão que se associa a um projeto societário contra-hegemônico. O projeto de formação compreende a questão social enquanto eixo articulador do currículo, pois a questão social é o elemento que dá concretude à profissão por conta de três aspectos: primeiro, o Serviço Social



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

não se explica senão pela questão social. A institucionalização da profissão ocorre quando a questão social torna-se objeto de intervenção do Estado. Segundo, são as expressões da questão social que conformam o trabalho profissional, seja através do modo como se concretiza na vida dos sujeitos com quem trabalhamos, seja na conformação dos serviços onde atuamos. E por fim, por ser o objeto de trabalho.

Desta forma, a centralidade do trabalho e da questão social no projeto profissional é que permite a apreensão do significado social da profissão a partir das condições que circunscrevem o trabalho desse profissional e a capacidade de elaboração de respostas. Dito isso, é aqui que está o X da questão: as contradições expressas na realidade social se particularizam no âmbito do trabalho e da formação profissional. Porém, essa afirmação é somente uma abstração. Afinal, como se objetivam essas contradições?

A fim de ilustrar algumas dessas contradições, quero apresentar para vocês alguns dados de realidade, através de dados quantitativos, que eu acredito que podem auxiliar na apreensão do processo de mudanças que a formação em Serviço Social vem passando nos últimos anos. Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), de 2022, contamos com 489 cursos de Serviço Social no Brasil, destes 351 são presenciais, ou seja, 71% e 29% são EAD. O número de concluintes no EAD foram de 9.556, ou seja 64,2%, enquanto os concluintes na modalidade presencial somam o número de 5.326, ou seja 35,7%.

A partir destes dados apresentados, é possível concluir que essa nova conformação da formação profissional na área irá causar, ou melhor, já está causando importantes alterações no perfil do conjunto da categoria profissional. É preciso reafirmar que, por conta das características de uma formação que se processa à distância, uma formação que se desenvolva sobre as bases fundamentais de um projeto profissional crítico se torna inviável.

Contudo, este não é um problema exclusivo da nossa profissão, o ensino superior como um todo tem se transformado em fonte de lucro, impulsionado pelo processo de reestruturação produtiva. Por conta disso, a educação superior no país tem assumido determinadas características onde o tripé ensino-pesquisa-extensão não tem mais centralidade. As instituições de ensino superior não são mais aquelas restritas a algumas universidades públicas ou privadas



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

confessionais e/ou comunitárias. As mantenedoras têm assumido uma natureza empresarial e financeirizada, ou seja, com ações na bolsa de valores e abertas a investidores estrangeiros. Também tem se desenvolvido um forte processo de formação de oligopólios, controlados por grupos educacionais de capital aberto a exemplo da Anhanguera, Kroton, Laureate, Estácio, entre outros. A principal característica desse processo é a transformação do ensino superior em mercadoria rentável no mercado financeiro, impondo modelos de gestão empresariais voltados exclusivamente à exploração de lucros, o que tem levado, consequentemente, ao abandono do primado da construção e socialização de conhecimento.

Frente a todos estes ataques que a educação superior no país tem sofrido, dentre as inúmeras questões que ficam, aponto aqui algumas destas: Como formar profissionais capazes de enfrentar de modo crítico uma realidade cada vez mais desfavorável à classe trabalhadora? Como construir através da formação profissional competências e habilidades profissionais condizentes com o projeto profissional crítico?

Certamente esta não é uma pergunta fácil, mas ouso a apontar alguns caminhos para que possamos juntas avaliar a sua viabilidade.

Sabemos que o projeto ético-político do Serviço Social é um objeto central nas disputas que se expressam no interior da profissão. Netto (2006) já nos apontou que qualquer projeto profissional necessariamente está associado a determinados projetos societários o que acabam também explicitando as disputas que estes projetos enfrentam.

No Serviço Social, um exemplo dessas disputas se explica no questionamento quanto à viabilidade do projeto ético-político, principalmente quando se trata do exercício profissional. Se questiona se ele é suficiente para orientar o trabalho profissional. Acredito que a pergunta tem sim fundo de verdade, porém está direcionada para o caminho errado. A pergunta certa, no meu humilde ponto de vista é: Estamos conseguindo formar profissionais capazes de realizar as mediações necessárias entre o Projeto Ético-Político e realidade objetiva de trabalho? Ou melhor: Estamos conseguindo construir as mediações necessárias em que o Projeto Ético-Político tenha correspondência na realidade social, tal qual se expressa no cotidiano de trabalho do Assistente Social?



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Outro ponto polêmico, mas que acredito que precisa ser também superado, é a centralidade que a política social ainda ocupa tanto na formação profissional, como objeto de pesquisa na nossa área. Esclareço que de forma alguma é um problema estudar e profundar este espaço tão importante à profissão, até mesmo por se tratar de um meio privilegiado de atuação profissional. Contudo, não podemos reforçar a ideia de que somos meros executores ou operacionalizadores de políticas sociais. Conforme observávamos os avanços dos serviços, acompanhamos a uma racionalização na sua operacionalização, a categoria profissional passou também a buscar uma maior tecnificação do trabalho profissional. As consequências deste movimento no interior da profissão, acredito eu, levou a um processo de institucionalização do trabalho profissional, concretizado através de uma ação protocolar, refém da racionalização desses serviços.

Outro ponto não menos importante, é o modo como temos apreendido a questão social. Recorrendo a categoria da historicidade, considerando a formação sócio-histórica brasileira, a questão social no Brasil, além de todas as contradições já apontadas na minha fala, não pode estar dissociada da questão étnico-racial. Conforme Souza (2023), o racismo é determinado socialmente e determinante das relações sociais no Brasil. Segundo a autora em questão, há uma relação intrínseca entre racismo e a superexploração da força de trabalho. Quando falamos em desemprego estrutural e na extraordinária economia de trabalho vivo, o racismo cumpre um papel fundamental para a viabilização de lucros extraordinários. No período da conformação de uma classe trabalhadora livre no Brasil, no início do século passado, na ocasião da transição entre a economia colonial-escravocrata para um capitalismo dependente, a força de trabalho até então a única responsável pela produção material no país, a população negra foi excluída desse processo transição entre modelos econômicos. Uns dos mecanismos utilizados para sustentar essa exclusão que se tornou fundamentalmente funcional ao capital, foi expropriar desses sujeitos qualquer meio de produção, somado a um fortalecimento de uma ideologia de desumanização. Ideologias racistas e eugenistas foram propagadas, sendo fortalecidas pelos programas migratórios de pessoas brancas europeias que chegaram ao Brasil para cumprir esse papel de classe operária. O objetivo dessa política bem-sucedida para o capital foi a oferta de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

uma vasta mão de obra que ficou disponível para a exploração. E o povo negro, a partir desses de processos de expropriação e marginalização, cumpre até hoje um papel que facilita a superexploração da força de trabalho. Aos negros e negras é negado o direito ao trabalho, e assim, aos direitos pertinentes ao trabalho, ainda que eles estejam cada vez mais raros e pontuais para todos. É uma estratégia também bem-sucedida do capital para dividir a classe trabalhadora, pois enquanto a parcela branca dessa classe recebe o “privilegio” de ser explorada nas melhores ocupações, à população negra é reservada as piores e mais rebaixadas ocupações. E se você for uma mulher negra, a situação é ainda pior. Segundo dados mais recentes do IBGE, os brancos possuem uma renda 75,7% superior aos negros e pardos. Com relação às mulheres negras, essas recebem 55% da renda média dos brancos.

Contudo, faço um alerta sobre as armadilhadas do identitarismo, recorrendo a Haider (2018), um professor norte-americano de origem paquistanesa. A identidade é característica objetiva que nos marca e nos divide em determinados grupos, queiramos ou não. Dessa forma, a armadilha não está em analisar a sociedade considerando as identidades, o equívoco está em apreendê-las sem estabelecer as suas devidas mediações com às determinações materiais da vida social. O sofrimento real de grupos e indivíduos se resumem nas suas narrativas fragmentadas e se bastam nas experiências pessoais. A historicidade dos processos é abandonada tendo como efeito a reafirmação de uma subjetividade colonial e antirrevolucionária. E não é preciso dizer que ao abandonar a classe em nome das identidades é sujeitar negros e negras, e aqui incluo mulheres, LGBTQUIA+ a uma luta que no máximo nos levará a “uma versão melhorada e menos sofrida que o mundo historicamente lhe reserva.”

Ou seja, a identidade desconectada da estrutura pode ser conservadora ou até mesmo reacionária servindo à reprodução do capital. Até porque o capitalismo tem se mostrado capaz de absorver parte dessas demandas transformando-as em possibilidades de mais consumo e de controle. Da mesma forma, a classe sem raça, sem gênero, sem orientação sexual, é uma classe abstrata, sem gente de carne e osso. Essa classe tradicional, falsamente uniforme, também pode ser tão e mais conservadora quanto os supremacistas da identidade. É uma classe abstrata e totalmente distante da realidade concreta pensada. Esse é o debate da ordem do dia para o



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

serviço social e, partir das nossas entidades representativas e das pesquisas que vem sendo desenvolvidas, já conseguimos avançar muito.

Nós assistente sociais precisamos renovar as nossas estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, e não o projeto profissional. Não é nele que está o problema. Acredito que precisamos sair da “caixinha”. Acredito que precisamos urgentemente recuperar o caráter pedagógico do trabalho. Os tempos difíceis que a classe trabalhadora tem passado nos exigem atuar na formação dos sujeitos com quem trabalhamos, sejam estes usuários dos serviços ou colegas de trabalho. Denunciar estas contrarreformas, o teto de gastos, e a precarização do trabalho e das condições de vida da população é sim dever nosso. Precisamos nos voltar as comunidades onde atuamos, identificar potencialidades, buscar alianças. Não dá mais só para ficarmos na nossa sala atrás de uma mesa, preenchendo formulários ou fiscalizando a vida privada das pessoas.

Contudo, reconheço o esforço de muitos colegas. Reconheço as limitações do trabalho profissional, os processos de alienação e de adoecimento ao qual todos nós estamos sujeitos. Mas sei que também nós assistentes sociais somos capazes de encontrar as possibilidades nesse universo de contradições. Vamos lembrar de todas as lutas que foram travadas por essa categoria, todos os avanços, todas as conquistas. A história nos reservou este tempo histórico. Difícil, tristíssimo, de retrocessos, de injustiças. Mas não podemos ser paralisados pelo medo, pela tristeza. Vamos lembrar de todos aqueles que construíram essa profissão e que nunca desistiram de construir um mundo melhor. Está na ordem do dia para nós assistentes sociais dar continuidade a todo esse legado.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2018.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LIMA, Cristiana Costa. Desafios da Formação Profissional em Serviço Social em Tempos de Conservadorismo Reacionário. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 237-252, jul./dez. 2022.

LOPES, Raquel e Resende, CONTANZA. **Farmacêuticas faturaram mais de R\$ 1 bilhão com 'kit Covid' na pandemia, segundo relatos à CPI**. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/farmaceuticas-faturaram-mais-de-r-1-bilhao-com-kit-covid-na-pandemia-segundo-relatos-a-cpi.shtml>. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Excesso de mortalidade associado à pandemia de Covid-19: relatório 2020-2021**. Washington, DC: OPAS, 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/>. Acesso em: 8 agosto de 2025.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

COLÓQUIO DE PÓS-GRADUAÇÃO: Fundamentos Teórico-Metodológicos, Conjuntura e os Desafios da Pesquisa e Pós-Graduação em Serviço Social

ABERTURA

Jaime Hillesheim¹⁹

Para que possamos refletir sobre os fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e desafios da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social, consideramos importante apresentar alguns aspectos que constituem a processualidade histórica do Serviço Social brasileiro. Estes aspectos podem ser visualizados na linha do tempo que segue, usada, aqui, apenas como recurso didático para situarmos nossas inquietações teóricas e os desafios do tempo presente.

Linha do Tempo: O Serviço Social brasileiro na história – 1930/2025

1930-1950

Institucionalização da Profissão

Serviço Social surge para responder a demandas próprias das contradições de classe no contexto do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, corroborando com o controle social sobre a classe trabalhadora; influência da doutrina social da igreja (tomismo e neotomismo) e, posteriormente, do positivismo e do funcionalismo; criação do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS); criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS (1946); criação do Conselho Federal e Regionais de Assistentes Sociais (1957).

1960-1970

¹⁹ Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador Regional de Pós-Graduação-ABEPSS Sul I. E-mail: Jaime.h@ufsc.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Movimento de Reconceituação

Crítica ao tecnicismo; aproximação com a realidade da América Latina; enfrentamento da ditadura civil-militar; tentativa de rompimento com o conservadorismo; início da formação pós-graduada em Serviço Social (1972); A CAPES reconhece o Serviço Social como área do conhecimento (1976); reorientação intelectual e política da profissão (III CBAS- 1979); articulação com forças populares e movimentos sociais progressistas; envolvimento com as lutas pela democratização do país; enfrentamento do agravamento da “questão social” em face da radicalização da crise capitalista (crise estrutural).

Linha do Tempo: O Serviço Social brasileiro na história – 1930/2025

1980-1990

Consolidação do Projeto Crítico do Serviço Social

Intensificação da crise econômica (1980: a década perdida); alinhamento à teoria social marxiana, ao marxismo e à crítica da sociabilidade capitalista; consolidação e expansão da formação pós-graduada em Serviço Social, inclusive em nível de doutorado; constituição do Currículo Mínimo (1982); criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS); aprovação da CF/1988 – capítulo da Seguridade Social; aprovação do Código de Ética (1986); aprovação do novo Código de Ética e do CFESS/CRESS (1993); aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão (1993); aprovação das Diretrizes Curriculares elaboradas no âmbito da ABEPSS (1996); transformação da ABESS em ABEPSS (1996); implementação do modelo de produção flexível e da programática neoliberal no Brasil.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2000-2025

Tensionamentos ao Projeto Crítico do Serviço Social

Avanço do pensamento (neo)conservador no trabalho e na produção do conhecimento na área; pressão por um alinhamento mercadológico e tecnicista da formação; avanço da educação a distância; ofensivas às humanidades e à pesquisa crítica; aprovação da Política Nacional de Estágio (2009/2010); aprovação da lei sobre duração do trabalho de assistentes sociais (2010); conquistas em torno de uma formação antirracista, anticapacitista, em defesa da equidade de gênero e de respeito à diversidade sexual e mais atenta aos direitos dos povos indígenas no âmbito da graduação e pós-graduação; internacionalização da formação pós-graduada em Serviço Social; intensificação da precarização do trabalho em geral e das condições de vida da classe trabalhadora; contexto de intensas transformações tecnológicas; avanço da extrema direita no país e no mundo;

No âmbito da formação pós-graduada, o objetivo que se impõe à área é o de formar pesquisadores que tenham habilidades e competências para produzir conhecimentos que contribuam para o deciframento da realidade social e do trabalho profissional, bem como subsidie a elaboração de respostas aos desafios que se colocam no cotidiano profissional.

A implementação da política de formação preconizada pelas Diretrizes Curriculares formuladas no âmbito da ABEPSS e que também orientam a formação em nível de pós-graduação em serviço social vem ocorrendo num contexto de ofensiva à universidade. Essa ofensiva se materializa no estímulo a pesquisas que valorizam a produção do conhecimento instrumental e servível aos interesses da produção capitalista em detrimento daquelas nas quais as grandes questões humanas - em face do processo de complexificação da sociedade - são postas em relevo.

Essa ofensiva à universidade também se expressa no seu desfinanciamento, nas precárias condições de trabalho de docentes e demais trabalhadores e na fragilidade e até mesmo na ausência de políticas de permanência estudantil, tanto na graduação como na pós-graduação. E, neste nível se formação, nos programas de bolsas que deveriam assegurar as condições para a reprodução social dos pesquisadores discentes, oportunizando a eles a dedicação integral ao



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

desenvolvimento de suas pesquisas de mestrado e de doutorado. A falta de condições adequadas para a formação no contexto das Residências – caracterizadas pelo domínio do tempo dos residentes destinado à prática para suprir a falta de recursos humanos nas instituições em detrimento do tempo destinado ao aprimoramento teórico-metodológico, também é expressão desse processo de desfinanciamento da universidade e das políticas sociais em geral. Ainda, essa ofensiva à universidade pode ser constatada na Política Nacional de Pós-Graduação, aniquilando seu potencial de fomentar o desenvolvimento da pesquisa e a produção do conhecimento socialmente referenciados, tornando-a um instrumento para a implementação do projeto do capital para a educação pós-graduada, haja vista que assentada em pressupostos produtivistas e numa ideia expansionista (por meio do EaD) e de flexibilização da formação que miram o aligeiramento dos percursos formativos e a redução dos custos com a pós-graduação. Essa ofensiva dos interesses do capital sobre a universidade, a pesquisa e a produção do conhecimento travam processos que poderiam contribuir para o alcance da soberania do país, ao mesmo tempo em que tenta impedir a inadiável tarefa de desenvolver uma política de ciência e tecnologia que corrobore com o rompimento da reprodução das relações de dependência. A síntese desse projeto de destruição da universidade – notadamente da universidade pública – e do caráter da atual política nacional de ciência e tecnologia é a inserção subordinada do país no sistema global do capital e, por conseguinte, a reprodução da base material geradora das desigualdades sociais e da pobreza.

Apesar disso e por causa disso, todos os 39 Programas de Pós-Graduação da área existentes atualmente (incluindo os que tiveram abertura recentemente autorizadas), particularmente os oito (8) que compõem a Região Sul I, precisam – em consonância com os compromissos assumidos pelo Serviço Social brasileiro – levar a cabo uma formação pós-graduada que se paute pela excelência dessa formação. Aqui, excelência não tem a ver com uma narrativa liberal que privilegia o pragmatismo e as respostas fragmentadas a demandas da produção e do mercado. Excelência, aqui, significa garantir que a formação em Serviço Social seja orientada por uma perspectiva história que considere os complexos processos de produção e reprodução social da ordem regida pelo capital, o que demanda a apropriação e o



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

aprofundamento da crítica à economia política, considerando a particularidade da formação sócio-histórica brasileira. Esses, entendemos, são os fundamentos que nos permitem analisar criticamente a profissão e o trabalho profissional, também no âmbito da pós-graduação. São estes fundamentos que nos permitem fazer o enfrentamento dos processos que se colocam como desdobramentos da decadência ideológica e da negação da ciência rebaixando-a ao senso comum.

Problematizar estas questões é o propósito desse *Colóquio de Pós-Graduação: fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da pesquisa e pós-graduação em Serviço Social*.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E DESAFIOS À FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL²⁰

Ricardo Lara²¹

1. INTRODUÇÃO

Agradeço o convite e a oportunidade para contribuir com algumas reflexões sobre a produção de conhecimentos no Serviço Social na Oficina Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O ementário²² proposto pelas organizadoras da Oficina apresenta questões importantes que objetivo tocar em algumas que julgo centrais. Avalio inicialmente que o debate sobre a produção de conhecimentos no Serviço Social deve tomar como referência os fundamentos de uma concepção de ciência que possa orientar a Área nos mais diversos desafios, seja no exercício profissional, seja na elaboração de uma tese universitária. Parafraseio aqui a concepção de ciência e seu princípio fundamental que li, dentre várias outras, na obra de Mészáros (2009, p. 213), em que o pensador marxista afirma *que o princípio orientador fundamental da concepção de ciência se converte em como assumir o controle sobre todos os aspectos do processo de reprodução social, desde aqueles diretamente envolvidos nas condições materiais básicas de existência da humanidade até as mais mediadas atividades artísticas, teóricas e criativas da vida dos indivíduos sociais.*

²⁰ Este texto foi elaborado na forma de adaptação de palestra baseado em produções teóricas já publicadas pelo autor.

²¹ Doutor em Serviço Social. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ricardolarauf@gmail.com.

²² Ementário: “Fundamentos teórico-metodológicos e desafios à formação pós-graduada em Serviço Social. A produção científica da Área de Serviço Social, defesa de direitos e emancipação humana, particularizando a realidade da pós-graduação nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

No entanto, penso que mediar a ciência com o lugar do Serviço Social e seus desafios é abordá-lo na sua coexistência como profissão e Área do conhecimento²³. Uma profissão que produz conhecimentos, pesquisa e contribui singularmente para as ciências sociais e humanas com importantes produções científicas sobre “questão social”, trabalho, políticas sociais, relações étnico-raciais e de gênero que extrapolam a própria Área de conhecimento. Hoje é comum que alguns temas negligenciados pelas ciências sociais acabam ganhando centralidade no Serviço Social. Para comprovar essa afirmação basta observar como o marxismo é incorporado no Serviço Social nas últimas três décadas e muitas temáticas ditas marxistas estão presentes no universo científico da Área pela produção de dissertações, teses e artigos acadêmicos. Aqui vale uma precisão, temáticas da realidade social que a tradição marxista e o Serviço Social²⁴ continuam a observar e investigar na mediação dos mais diversos fenômenos sociais. Em razão disso se torna quase impossível para aqueles que objetivam investigar o mundo e transformá-lo não levar em consideração nas pesquisas *a categorização teórica sobre a luta de classes, a exploração da força de trabalho, a mais-valia, a crítica a propriedade privada dos meios de produção, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência....*, ou seja, as categorias teóricas da *crítica da economia política* e de sua heterogênea e larga tradição. Esses fundamentos, que considero também como universo intelectual conquistado pelo Serviço Social nas últimas décadas e, por isso, são os fundamentos teórico-metodológicos que aconselho perpassar nas investigações sobre as políticas sociais, os direitos humanos, as relações de trabalho, a particularidade da formação social brasileira, o racismo, as opressões de gênero e a infinidade de temas (objetos de estudos) que estão presentes no universo científico e cultural do

²³ De acordo com o Documento da Área – 32, o Serviço Social apresenta duas competências profissionais: (i) a atuação no âmbito das políticas públicas e privadas, especialmente na gestão, na implementação, no monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos e serviços sociais; e (ii) o planejamento e desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para a análise crítica da realidade social e seus determinantes, bem como para subsidiar o trabalho profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais. Destaca-se ainda a formação de recursos humanos para produzir conhecimento científico crítico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional (2025).

²⁴ Temáticas como as mudanças nas relações de trabalho e emprego, financiamento das políticas sociais, ajuste fiscal, reforma agrária, territórios e população indígena, relações sociossexuais, meio ambiente e sustentabilidade, crise sanitária, fome, racismo, comunidade LGBTQIAP+, violências de gênero, desigualdades regionais e acessibilidade expressam alguns dos desafios da Área na atualidade (CAPES, 2021; Lara, Martins, 2023).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Serviço Social como Área 32 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2. A PESQUISA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL

Entendo que a pesquisa e a produção de conhecimentos no Serviço Social não podem ser reduzidas aos programas de pós-graduação, pois em todas as áreas de intervenção da profissão, muitas consolidadas e outras emergentes de acordo com as condições sócio-históricas oriundas dos mecanismos do Estado ou da sociedade civil no enfrentamento da “questão social”, são as mediações em *potencialidade* que oferecem condições de aproximação, nas devidas proporções, da realidade social e de suas complexas determinações²⁵.

A pesquisa e a produção de conhecimentos no Serviço Social podem ser pensadas a partir de sua intrínseca relação com o exercício profissional, pois se o espaço de intervenção são as expressões da “questão social”, nada mais coerente do que investigar, conhecer, compreender para depois, dentro do campo das possibilidades postas pelas determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, realizar uma *prática* que tenha relevância para a população atendida. Setúbal alerta que (2005, p. 23), “não podemos considerar a pesquisa apenas como resultante da formação da pós-graduação nem dos estímulos que essa apresenta à produção do conhecimento científico”, pois estaríamos desconsiderando a necessária sistematização dialética para a intervenção profissional, ou seja, a pesquisa é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese na universidade ou na análise socioeconômica na instituição social. Pelo menos, assim deveria ser pensada e exercitada desde a origem do Serviço Social.

O Serviço Social, nos últimos quarenta anos, começou a contribuir e a responder pela produção de conhecimentos que dão sustentação segura à ação profissional. De acordo com José Paulo Netto (2001, p. 133): “Este relevo tem reconhecimento institucional: credibilizando-se como interlocutor das ciências sociais e desenvolvendo-se no plano da pesquisa e da investigação, o Serviço Social consagra-se junto a agências oficiais de financiamento que apoiam

²⁵ Retomo aqui reflexões do livro: LARA, R. *A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

a produção de conhecimento”. Isso ocorreu, principalmente, após a *renovação do Serviço Social*, ou seja, ao *movimento de reconceituação*, que constituiu²⁶ “[...] segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa” (Netto, 2001, p. 136).

O processo histórico da profissão proporcionou o desenvolvimento dos seus programas de pós-graduação, seus núcleos de pesquisa e, por conseguinte, começou a responder por uma determinada produção científica, nas mais diversas áreas do conhecimento. A pesquisa e a produção de conhecimentos na Área aceleraram a partir de 1970 e 1980, momento em que iniciaram os primeiros cursos de pós-graduação na área de ciências sociais e, especificamente, em Serviço Social no país. Desde então, a produção bibliográfica teve um aumento considerável, sendo alimentada pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Na Capes foi em 1976 que o Serviço Social tornou-se Área de conhecimento (pertencente à grande área Profissões Sociais). “Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, essa inclusão é o reconhecimento de uma luta intensa no sentido de prover status acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão intervintiva na divisão sociotécnica do trabalho” (Garcia e Fernandez, 2018, p. 264). Mas foi somente a partir de 1984 que o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma Área específica de pesquisa, sendo-lhe atribuídas as seguintes linhas de investigação: *Fundamentos do Serviço Social*, *Serviço Social Aplicado*, mais recentemente, *Serviço Social do Trabalho*, *Serviço Social da Educação*, *Serviço Social do Menor*, *Serviço Social da Saúde*, *Serviço Social da Habitação*. Atualmente, o Serviço Social integra, juntamente com a Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional / Demografia a subárea de Ciências Sociais Aplicadas que compõe o Colégio de Humanidades da Capes.

²⁶ “Esta constituição – que supõe, entre outros dados, a diferenciação entre segmentos profissionais alocados preferencialmente à prática e segmentos alocados especialmente ao trabalho investigativo – tem sido equivocadamente identificada a uma ruptura teoricista com a prática profissional; como sabem todos aqueles que têm alguma familiaridade com a reflexão sistemática, ela é a condição mesma para a criação dos requisitos para a compreensão crítica da prática profissional.” (Netto, 2001, p. 136).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Na formação profissional, a pesquisa recebeu um tratamento específico com as diretrizes curriculares de 1996. A pesquisa, na graduação, deve perpassar os três núcleos²⁷ de fundamentação que compõem o currículo do Serviço Social. A investigação passou a ser compreendida como dimensão constitutiva da práxis do assistente social e como subsídio para a produção de conhecimentos sobre os processos sociais e a reconstrução do objeto da ação profissional. A postura investigativa do assistente social é essencial para a sistematização teórica da realidade social. A pesquisa é um potencial técnico e político que oportuniza o entendimento e o enfrentamento das desigualdades sociais, oferece subsídios suficientes para a superação do pragmatismo.

As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social delimitam claramente o campo de formação profissional e evidenciam os componentes principais que são as dimensões: *teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política*. O assistente social deve estar capacitado para apreender, pela perspectiva da totalidade, as determinações da vida social da sociedade burguesa, o processo histórico da sociedade brasileira, o significado social da profissão e das suas demandas, a sua inserção na divisão social do trabalho e, principalmente, compreender a estatura política que envolve a profissão. O projeto ético-político protagoniza valores bem articulados com os movimentos sociais, a classe trabalhadora e faz opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. A busca da realização desses valores recai diretamente sobre a crítica radical aos modos de ser da sociedade burguesa, que se sustenta materialmente na propriedade privada dos meios de produção e na propagação de uma ideologia individualista e alienada pelos *sentidos do ter*²⁸. O Código de Ética de 1993 preconiza a defesa e o aprofundamento intransigente da democracia, como socialização da riqueza socialmente produzida e a participação dos setores populares no poder político. A liberdade²⁹ é cobrada como

²⁷ Os três núcleos constitutivos da formação profissional em Serviço Social são: núcleo de fundamentos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Sobre as diretrizes curriculares e os núcleos de fundamentação consultar cadernos ABESS n. 7.

²⁸ De acordo com Marx (1993, p. 197): “A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado, etc., numa palavra quando é *utilizado*. Embora a propriedade privada concebe todas estas formas diretas de propriedade como simples *meio de vida*, a vida à qual servem de meios é a *vida da propriedade privada* – o trabalho e a criação de capital”.

²⁹ Para Lukács (1978, p. 15): “[...] a liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um Dom do ‘alto’ e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

possibilidade de construção de novas relações sociais em que a humanidade será capaz e terá condições de *fazer histórica*, bem distante da liberdade burguesa que é medida pela posse da propriedade privada.

Para compreensão das dimensões – *teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política* – que cercam a formação profissional, o assistente social deve adotar a pesquisa como uma potencialidade de compreensão científica da sociedade burguesa, pois a demanda profissional é produto e produção dessa ordem social. As análises sobre o modo de produção capitalista e suas refrações na vida social são pontos de partidas para apreender e entender, de forma mais aproximada possível, a particularidade do “fazer profissional” do Serviço Social.

O Serviço Social, no que diz respeito a pesquisa e a produção do conhecimento nos programas de pós-graduação da atualidade, envolve amplas e diversificadas áreas de concentração e linhas de pesquisa. No ano de 2024³⁰, a pós-graduação *stricto sensu* da Área de Serviço Social é composta por 38 programas em funcionamento, sendo 24 com cursos de mestrado e doutorado e 14 com curso de mestrado, abrangendo em seus programas as seguintes áreas básicas: Serviço Social (28), Política Social (6), Políticas Públicas (3) e Economia Doméstica (1). A distribuição desses programas pelas macrorregiões do país revela a predominância nas regiões Sudeste e Nordeste, com 12 programas cada, o que pode ser justificado tanto pela grande concentração populacional e de cursos de graduação nessas regiões como também pelo fato de que foram pioneiras na implantação de programas na Área, remontando ainda aos anos 1970. Mas chama atenção a baixa oferta de programas da Área nas regiões Norte e Centro-Oeste, cada uma com três, expressando as assimetrias na pós-graduação brasileira. A atenção à redução dessas assimetrias tem estado presente na condução da Capes nas últimas décadas, sendo também essa uma preocupação da Área de Serviço Social. A abertura de dois novos cursos de Doutorado foi

atividade humana, que se propusera, mas que nas suas consequências dilata – objetivamente e de modo contínuo – o espaço no qual a liberdade se torna possível; e tal dilatação ocorre, precisamente, de modo direto, no processo de desenvolvimento econômico, no qual, por um lado, acresce-se o número, o alcance etc., das decisões humanas entre alternativas, e, por outro, eleva-se ao mesmo tempo a capacidade dos homens, na medida em que se elevam as tarefas a eles colocadas por sua própria atividade. Tudo isso, naturalmente, permanece ainda no ‘reino da necessidade’”.

³⁰ Retomo aqui reflexões apresentadas originalmente no capítulo: PINHEIRO, H. A. ; SENNA, M. C. M. ; LARA, R. Avaliação da pós-graduação na área de Serviço Social e os desafios da internacionalização. In: Silvia Cristina Yannoulas; Camila Potyara Pereira. (Org.). Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

aprovada em 2023, sendo um no Centro-Oeste (estado do Mato Grosso) e outro no Nordeste (Paraíba). Na região Sul, que conta com 8 programas em funcionamento, dois deles tiveram suas propostas de cursos novos aprovadas também em 2023, considerando tanto a qualidade das propostas quanto sua oferta em áreas com lacunas na formação pós-graduada *stricto sensu* em localidades distantes da capital.

Do total de programas da Área, a grande maioria (84,2%) é ofertada em instituições de ensino superior (IES) públicas, estando os demais 15,8% vinculados a IES comunitárias confessionais. Das IES públicas, há predomínio dos programas da Área em universidades federais (78,1%) enquanto os programas em universidades estaduais representam 21,9%. *Todos os programas da Área são na modalidade acadêmica e presencial, sendo o Serviço Social a única Área de Conhecimento dentre as 50 catalogadas pela Capes a não oferecer programas na modalidade profissional.* Uma das principais justificativas para isso se deve ao fato de que, por ser o Serviço Social uma Área de conhecimento e uma profissão, os programas se voltam para a formação de mestres e doutores que atuem não apenas na docência ou em instituições de pesquisa, mas também na gestão e implementação de políticas públicas e serviços sociais, qualificando o trabalho profissional. Para o Serviço Social *a dimensão intervventiva e a investigativa são indissociáveis*, coexistem e se retroalimentam, numa relação de reciprocidade contínua, fato este que coloca *a pesquisa como atividade permanente para a intervenção* e vice-versa. Ganha destaque que a Área, ao longo do seu percurso, recebe profissionais de diversas outras áreas do conhecimento em seus cursos de pós-graduação, o que proporciona o diálogo interdisciplinar e contribui para a formação qualificada de recursos humanos que vão atuar nas diferentes políticas sociais na desigual sociedade brasileira.

Em artigo publicado em 2017, Garcia e Nogueira identificam três grandes momentos da trajetória da pós-graduação em Serviço Social. O primeiro momento refere-se aos anos 1970 e 1980, quando os primeiros programas na Área são criados, período também de expansão do ensino superior no país. De fato, é nos anos 1970 que os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social são criados no Brasil, com a implantação, em 1972, dos cursos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Pontifícia Universidade Católica de São



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Paulo (PUC-SP), sendo esses pioneiros na América Latina. Outros quatro cursos de mestrado foram criados na mesma década: o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1976, o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1977, o da Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPB-JP) em 1978 e o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1979. O primeiro curso de Doutorado em Serviço Social no Brasil foi implantado em 1981, na PUC-SP, e os anos 1980 experimentaram a expansão de programas *stricto sensu* em Serviço Social.

O Segundo momento, período que compreende os anos 1990 até 2005, é identificado por Garcia e Nogueira (2017) como de expansão acelerada dos programas na Área. Aqui é preciso chamar atenção para o contexto social, político e econômico do país, marcado pela tensa conciliação entre consolidação da democracia, crise econômica e avanço do neoliberalismo. Mendes, Werlang e Santos (2017), ao analisarem o percurso da pós-graduação brasileira por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação elaborados entre 1974 e 2011, destacam que a despeito do crescimento em termos quantitativos e qualitativos experimentados pela pós-graduação no país, o agravamento da crise do capital, suas repercussões na realidade brasileira e as respostas neoliberais adotadas pelos distintos governos contribuíram para redução do financiamento destinado às pesquisas, resultando na profunda imbricação aos interesses da mercantilização do ensino superior e incentivo ao produtivismo acadêmico.

Garcia e Nogueira (2017) ainda destacam um terceiro momento, que teria início em 2006 indo até o ano de 2016, com novo ciclo de expansão da pós-graduação brasileira, incluindo os programas na Área de Serviço Social. Embora as autoras não se debrucem na análise específica desse período, é possível afirmar que a expansão aí verificada se articula ao movimento de expansão do ensino superior promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao mesmo tempo em que questões como o subfinanciamento crônico, a mercantilização do ensino e da pesquisa e o predomínio de uma lógica produtivista e concorrencial na construção do conhecimento permanecem e mesmo se aprofundam.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Esse quadro é ainda mais agravado a partir do Golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff em 2016 e abriu espaço para um verdadeiro desmantelamento do Estado brasileiro e das políticas públicas, com cortes de recursos e linhas de fomento à pesquisa, congelamento de bolsas e extinção de diferentes programas de fomento. Além disso, não se pode olvidar dos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19 e o negacionismo científico como política estatal (Duarte; Cesar, 2020).

Em meio a esse cenário complexo e contraditório, é possível afirmar que a pós-graduação em Serviço Social construiu sua história com avanços significativos na formação de recursos humanos de alto nível científico com investigações constantes sobre a “questão social” e as desigualdades sociais, ou seja, reflexos da *luta de classes*, principalmente sobre a realidade brasileira. Ao longo de sua jovem trajetória no Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Área 32 vem contribuindo significativamente para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais através da produção de conhecimentos comprometidos com as demandas da classe trabalhadora em seus múltiplos segmentos sociais.

A literatura que se debruça na análise da pós-graduação em Serviço Social no Brasil se mostra unânime ao reconhecer sua relevância e contribuição na constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro e superação do viés positivista que imperava na profissão; no alcance de patamares de excelência na formação; na alavancagem das pesquisas e da produção do conhecimento sobre a realidade brasileira, as múltiplas expressões da “questão social” e seus determinantes, as políticas sociais e o trabalho profissional; e no seu reconhecimento como interlocutor legítimo dentro do vasto campo que abrange as ciências sociais e humanas (Guerra, 2011; Mendes, Werlang e Santos, 2017; Carvalho et al., 2020; Lara, 2011; Mota).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabe ainda destacar que a amplitude temática oferecida nos programas de pós-graduação “é um privilégio da categoria atuar transversalmente nas múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam” (Iamamoto, 2007, p. 457). De acordo com as conjunturas histórico-sociais



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

emergem “novos problemas de pesquisa” que são “objetos” de investigação do Serviço Social. O Serviço Social tem uma forma particular de inserção na sociedade, ou seja, caracteriza-se, conforme enfatizei neste a introdução deste texto, pela “forma de intervir na vida social, contendo uma dimensão intelectual e uma dimensão intervenciva. Enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional” (Kameyama, 1998, p. 71). Por isso, as investigações apresentam-se, em termos gerais, como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas e *reificadas* da realidade social. O campo específico de *objetivação* das pesquisas do Serviço Social na contemporaneidade são as expressões da “questão social”, nas particularidades regionais do Brasil e nas suas relações com as contradições do modo de produção capitalista.

As alterações nas relações sociais cobram dos assistentes sociais novos patamares para compreensão da sociedade, o que faz emergir “novas” questões de investigações. O Serviço Social, por ser uma profissão intervenciva, tem seu modo de existir unido diretamente às manifestações da vida social, as quais se assentam nas diferentes construções históricas. Portanto, sempre que ocorrerem alterações nas relações sociais, os assistentes sociais terão “novas” preocupações de estudo. Para finalizar minha intervenção, deixo algumas indicações em relação ao nosso tema: 1 - as pesquisas no Serviço Social estão relacionadas ao projeto de sociedade comprometido com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais e se pautam na construção de conhecimentos que não se resumem apenas a diagnósticos ou justificativas da sociedade burguesa, mas que priorizam desvendar as contradições sociais e perquirir os caminhos da crítica social e transformações sociais genuínas; 2 - isso não quer dizer que estamos produzindo conhecimento parcial, pelo contrário, produz-se um conhecimento que se preocupa em compreender como emergem [historicamente] as contradições sociais e, portanto, não se contenta somente em explicar ou justificar as condições dadas; 3 - a pesquisa não é apenas uma forma de saber, mas, principalmente, uma maneira de compreender em primeiro momento e, posteriormente, apresentar caminhos seguros para intervir na realidade social; 4 - o estudo da ideologia burguesa, das configurações do modo de produção capitalista e da exploração força de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

trabalho é essencial para entender a vida social, que necessariamente tem sua materialidade e sua espiritualidade condicionadas pela formas de ser das relações sociais que se produzem e reproduzem pela lógica da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho alienado; 5 - a busca do embasamento na tradição dialética marxiana que teve como principal preocupação estudar as particularidades da produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa e as possibilidades de transcendência, não é uma questão meramente de opção teórica, mas antes de tudo uma questão prática, ou seja, uma necessidade de conhecer os mecanismos que se escondem na aparência fetichizada da sociedade capitalista; 6 - a aproximação da *concepção materialista da história*, que busca nas obras de Marx, Rosa Luxemburgo, Mariátegui, Lukács, Lênin, Gramsci, Ribeiro, Gorender, Moura, Mészáros, Fernandes, Marini ... as principais referências teóricas, é um convite para aqueles e aquelas que objetivam um saber que não se limita ao saber erudito acomodado, apologético, mas, acima de tudo, o saber inquieto que questiona a vida social, a qual carece de conhecimento que busca mudanças; 7 - discutir pesquisa (produção de conhecimentos) é indagar a realidade social que precisa ser compreendida para ser transformada. Portanto, para pensar a pesquisa e a produção de conhecimentos no Serviço Social, creio que o caminho não é somente disciplina de pesquisa (o metodologismo da lógica formal), ao contrário, é *mais conteúdo de teoria social e história que reconheça a realidade social e atividade humana como base e princípio da ciência*. Vale sempre recordar o velho Lukács: *a questão não é epistemológica, mas ontológica*.

Agradeço a paciência por me ouvir. Obrigado!

REFERÊNCIAS

CAPES. Competências. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em 15 ago 2024.

CAPES. Documento da Área de Serviço Social, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/copy_of_SERVSOCIAL_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em 15 maio 2025.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAPES. **Ficha de Avaliação da Área de Serviço Social.** Quadriênio 2025-2028. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/SERVSOCIAL_FICHA_2025_2028.pdf. Acesso em 15 maio 2025.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set./dez. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.220>.

DUARTE, A. DE M.; CÉSAR, M. R. DE A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p.109-146, 2020.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p145>.

GUERRA, Yolanda D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasilia (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: alguns avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos Abess**, São Paulo, n.8, p.33-77, 1998.

LARA, R. **A produção de conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LARA, R.; MARTINS, G. O Serviço Social em seu labirinto: profissão e área do conhecimento. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n.52, p. 103 - 122, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75918>.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela; SANTOS, Andreia Mendes dos. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p165>.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MESZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009).

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., jun./set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003/24855>. Acesso em: 9 set. 2024.

NETTO, J. P. Notas para a discussão da sistematização da prática e da teoria em Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n.3, p.141-53, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. de C. M.; LARA, R. **Relatório do Seminário de Meio Termo Serviço Social área 32.** CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServicioSocial_Relatorio_SMT_32verso2.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. de C. M.; LARA, R. A pós-graduação stricto sensu brasileira na Área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 3, n.56, set/dez. 2024.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. de C. M.; LARA, R. Avaliação da pós-graduação na área de Serviço Social e os desafios da internacionalização. In: Silvia Cristina Yannoulas; Camila Potyara Pereira. (Org.). **Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio:** tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

SETÚBAL, A. **A Pesquisa em Serviço Social:** utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2005.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MESA 2:O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E DIRETRIZES CURRICULARES: perspectiva crítica e fortalecimento das lutas emancipatórias

ABERTURA

Esther Luíza de Souza Lemos³¹

Com imensa alegria de receber vocês na nossa casa, tenho a grata satisfação de fazer a mediação desta mesa com a profa. Thaisa que foi companheira na gestão da ABEPSS (2019 – 2020), atuando como vice-presidente da ABEPSS - Região Sul I, estando na luta no Serviço Social brasileiro desde o Movimento Estudantil.

Nesta introdução gostaria de fazer três rápidos apontamentos para refletirmos coletivamente sobre a temática “O Serviço Social na História e Diretrizes Curriculares: perspectiva crítica e fortalecimento das lutas emancipatórias.

O primeiro apontamento considera que nós temos um legado de análise que se contrapõe à compreensão endógena da profissão portanto, nós não fazemos referência à história do Serviço Social em si. Não é por acaso que o título desta mesa é “Serviço Social na história”. Esta é uma apreensão central na análise que coloca o Serviço Social como objeto de estudo, sendo determinante na forma como as disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social são implementadas nos currículos dos respectivos projetos político-pedagógicos dos cursos. Refletirmos sobre essa dimensão é um dos objetivos desta noite a partir das referências inicialmente apontadas em 1982 pela nossa querida professora Marilda Villela Iamamoto com seu clássico livro, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, escrito com Raul de Carvalho.

³¹ Doutora em Serviço Social. Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)- Campus Toledo. E-mail: estherlemos@gmail.com



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O segundo apontamento considera que precisamos analisar o contexto do antes, o durante e o depois das Diretrizes Curriculares que foram aprovadas na Assembleia Geral da então ABESS no dia 08 de novembro de 1996. O que veio antes que culminou e permitiu que em 1993, na Convenção da ABESS, que aconteceu na Universidade Estadual de Londrina – UEL na então presidência da querida profa. Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, a Assembleia deliberasse pela revisão do currículo que foi implantado a partir de 1982 com base no Parecer nº 412 do então Conselho Federal de Educação?

O processo de revisão curricular teve a duração de três anos, culminando no texto aprovado em 1996 na Assembleia que se realizou na Capela da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Quero registrar que tivemos um amplo processo participativo em todo o país com realização de inúmeros encontros que foram denominados de “oficinas”. A dimensão de “oficina” como a que temos hoje aqui, veio exatamente da intensa mobilização deste período fértil que germinou as Diretrizes Curriculares que estão vigentes até os dias de hoje. De 1994 a 1996 foram realizadas mais de 200 (duzentas) Oficinas Locais, 25 (vinte e cinco) Oficinas Regionais e 02 (duas) Oficinas Nacionais com intensa participação de estudantes de graduação, pós-graduação, jovens e experientes professores, supervisoras(es) de campos de estágio. Tive a oportunidade de participar e lá estávamos debatendo o projeto de formação profissional que queríamos, num contexto marcado pelos intensos ataques neoliberais e disputa de projetos societários. Depois de 08 de novembro de 1996 tivemos uma intensa luta pela implementação das Diretrizes Curriculares e até hoje nos mobilizamos neste desafio avançando na apreensão do movimento da realidade em suas contradições. Para nossa provocação perguntamos: o que será da formação profissional a partir das Diretrizes Curriculares frente a atual conjuntura?

A terceira provocação e apontamento é: quem eram os protagonistas de antes, quem são os protagonistas de hoje e quem serão os protagonistas do futuro? É fundamental apreendermos a dimensão do sujeito histórico. O documento das Diretrizes Curriculares que expressam um dos pilares do projeto ético-político profissional foram e são construídos por sujeitos concretos: estudantes, docentes, supervisoras(es) de estágio no contexto das relações sociais no país. O protagonismo do Movimento Estudantil a partir da ENESSO e suas regionais, a articulação do



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

conjunto CFESS/CRESS no âmbito da organização do trabalho profissional e a articulação da ABEPSS com suas particularidades regionais no âmbito da formação profissional sustentam o protagonismo coletivo, democrático e político-organizativo do Serviço Social brasileiro. É fundamental conhecermos as lutas emancipatórias que como categoria, ao longo da história, foram forjadas como projeto coletivo e são sementes para as futuras gerações profissionais.

Deixo com vocês estas provocações para que, aguçadas/as/es pela profunda exposição que será realizada pela profa. Thaisa, pesquisadora do tema, possamos fazer um bom debate e nos fortalecermos coletivamente nos desafios cotidianos que envolvem a educação superior no contexto da universidade brasileira. É neste contexto que temos construído a história fazendo acontecer o projeto profissional que defendemos, expressando assim o Serviço Social na História.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS³²

Thaisa Teixeira Closs³³

O eixo central da exposição, considerando a ementa proposta, consiste no trato histórico e teórico-metodológico do projeto formativo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, situando seus antecedentes e construção coletiva, bem como seus fundamentos e desafios na conjuntura brasileira. Portanto, o debate ancora-se na premissa analítica de que a história consiste na categoria central e explicativa dos Fundamentos do Serviço Social, pois é ela que possibilita apreender a profissão no movimento mais amplo da sociedade, bem como elucidar seu significado social na trama das relações entre as classes sociais e o Estado, a partir de seu vínculo orgânico com a questão social. Além disso, ressalta-se o ineditismo desse projeto formativo face às tendências mundiais do Serviço Social, sendo ele representativo das particularidades sócio-históricas e lutas construídas pela profissão no Brasil nas últimas décadas. Portanto, trata-se de um patrimônio intelectual coletivo cuja memória da sua construção necessita preservada e amplamente difundida, especialmente no contexto dos 100 anos do Serviço Social na América Latina e dos 60 anos do Movimento de Reconceituação (MRLA), considerando seu legado na ruptura com o tradicionalismo e na constituição de perspectivas profissionais críticas.

Nesse sentido, o texto visa recuperar alguns aspectos das aproximações do Serviço Social com a teoria social marxista em suas repercussões nos fundamentos e na formação graduada, considerando a dinâmica sócio-histórica brasileira e a organização político-profissional - com ênfase para a ABESS/ABEPSS – em termos da processualidade da construção das Diretrizes Curriculares. O conteúdo sistematizado ancora-se em resultados de pesquisa internacional em rede (Iamamoto, Santos, 2021; Batistoni, Iamamoto, Matos, 2024) e de pós-doutoramento com

32 O presente capítulo foi desenvolvido a partir de investigação que contou com o financiamento do CNPq - processo nº 101865/2024-4.

33 Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos cursos de graduação em Serviço Social e de pós-graduação em Política Social e Serviço Social. Líder do grupo de estudos em Fundamentos, Ensino e Memória em Serviço Social (GEFEMSS/UFRGS).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ênfase histórica (Closs, 2025), sendo que o percurso expositivo abarca três processos históricos/conteúdos: 1) a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo nos marcos do MRLA, na dinâmica da ditadura civil-militar brasileira, considerando o projeto formativo da PUCMG, a atuação do seu quadro docente no Centro Latino-Americano de Trabalho Social em seus contributos e incidência na “virada” crítica da profissão no Brasil, situando a revisão curricular de 1979; 2) a segunda aproximação com o marxismo a partir do contexto da crise ditadura, processo em que ocorre a democratização da ABESS, em seus desdobramentos na implantação e na avaliação do currículo mínimo via debates e pesquisas realizadas pela entidade, impulsionando a construção das Diretrizes no início da década de 1990; 3) o projeto formativo das Diretrizes das Curriculares da ABEPPSS, considerando suas bases teórico-metodológicas, as lutas em sua defesa e alguns desafios da sua efetivação.

Dados esses aspectos, passa-se ao primeiro tópico da exposição, para situar as raízes do processo de ruptura com o conservadorismo e da construção da orientação histórico-crítica do Serviço Social brasileiro. Trata-se do contexto da primeira aproximação da profissão com o marxismo (Iamamoto, 2018) nas décadas de 1960-1970, a partir da vinculação de setores profissionais com as lutas e os movimentos da juventude, de segmentos da classe trabalhadora, de quadros progressistas da Igreja Católica, de organizações de esquerda impulsionadas pelo ideário da Revolução Cubana e sob a influência dos partidos comunistas da União Soviética e da República Popular da China. Isto ocorre num contexto marcado pela expansão da hegemonia norte-americana no contexto da guerra fria, pela crise estrutural do capitalismo e também pelo ciclo ditatorial no continente latino-americano, alimentando forças sociais de resistência ao imperialismo e ao autoritarismo no enfrentamento das desigualdades sociais.

É nesse quadro que o MRLA - articulado partir do primeiro seminário realizado em Porto Alegre/RS em 1965 e compreendido até 1975 - representou a insurgência de assistentes sociais contra o conservadorismo e o tradicionalismo em suas influências norte-americanas, promovendo um amplo processo de questionamento da profissão face às particularidades do continente latino-americano (Iamamoto, Santos, 2021). Portanto, ele foi um marco da vinculação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas, deixando importantes legados em termos



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

da articulação continental, da recusa da neutralidade profissional, da revisão crítica dos referenciais orientadores do trabalho e da formação profissional a partir da interlocução com preliminar com o marxismo, com o pensamento educacional de Paulo Freire e das ciências sociais (Iamamoto, Santos, 2021). Esse processo repercutiu em importantes experiências de revisão dos projetos formativos das escolas que articulavam esse Movimento, abarcando estágios, currículos e sistematizações metodológicas.

Desse modo, considerando as condições sócio-históricas do período, a primeira aproximação com o marxismo foi marcada “por uma perspectiva crítico-dialética que passava pelos condutos da prática política-partidária”, transferindo debates da esfera da militância para a profissão, o que tendeu “a erodir as bases propriamente profissionais de inscrição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto, 2018, p. 214). Tratou-se de uma apropriação seletiva ao marxismo, a partir de necessidades práticas imediatas, com ênfase em “manuais de divulgação do marxismo oficial”, em autores descobertos na militância política (Lênin, Trotsky, Mao, Guevara) e em extratos de textos políticos de Marx (Iamamoto, 2018).

No Brasil, destaca-se o pioneiro projeto formativo desenvolvido no início dos anos 1970 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte, por jovem grupo de docentes sob a direção de Leila Lima Santos e Consuelo Quiroga, configurando-se num polo de resistência diante da tendência modernizadora hegemônica no país nesse período (Batistoni, 2021), impulsionada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Embora conhecida nacional e internacionalmente pela formulação do chamado “método BH”, tratou-se de um projeto formativo abrangente, articulando a reestruturação do currículo, com a reorganização dos estágios e a realização de projetos de extensão, em articulação com docentes de outras áreas de conhecimento (Batistoni, 2021).

A equipe dessa escola teve um papel fundamental na difusão dos debates da Reconcepção no Brasil e também nos tensionamentos iniciais para a mudança de direção social da formação, uma vez que nesse período a ABESS era liderada por quadros docentes do Rio de Janeiro, vinculados à vertente funcionalista, possuindo um funcionamento centralizado nas direções das escolas. A disputa de hegemonia na entidade ocorreu a partir da 18ª Convenção



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

realizada em 1973 na cidade de São Luís, na qual foi aprovada a mudança de denominação de associação de escolas para associação de ensino - ampliando a representação institucional para docentes e não somente diretores -, e se intensifica na convenção posterior realizada em 1975 em Piracicaba. Os dois eventos tiveram como tema a Reconceituação, com a socialização da experiência de BH e a articulação de segmentos docentes para a mudança do currículo, com ênfase para a crítica das metodologias clássicas de ensino na perspectiva de uma formação voltada para a transformação social. Essa disputa possibilitou a composição de uma nova chapa da ABESS, mais aberta aos debates reconceituadores, e a deliberação da PUC-MG como sede da próxima convenção, no ano de 1977. No entanto essa convenção foi realizada após o término do referido projeto formativo, o que ocorreu no ano de 1975, com enfraquecimento institucional de suas lideranças e acirramento do contexto repressivo. Portanto, há um esvaziamento da participação de segmentos críticos nessa Convenção de 1977, tendo pouco êxito o debate em torno da mudança curricular, embora nela ocorra uma forte mobilização estudantil reivindicando maior participação na entidade.

Nesse período, cabe destacar os desdobramentos do legado do MRLA via o impulso das ações do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) na transição dos anos 1970 a 1980, tendo em vista que o mesmo assentou, via suas pesquisas e atividades formativas, “as bases de um Serviço Social maduro na sua profissionalidade e dotado de solidez intelectual, tal como se mostra vivo na atualidade” (Iamamoto, Santos, 2021, p. 47). Esse centro foi criado como um organismo acadêmico da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS) – na época presidida inicialmente por Seno Cornely da PUCRS e, no seu projeto fundador – entre 1974 a 1984, sob coordenação de Leila Lima Santos – impulsionou investigações que possibilitaram a crítica teórica e política dos dilemas do MRLA, superando e ao mesmo tempo preservando as suas conquistas, inscrevendo a “análise do Serviço Social no âmbito das relações entre as classes – voltado para o conjunto dos segmentos trabalhadores e para as suas lutas – e destas com o Estado, mediatizadas majoritariamente pelas políticas sociais públicas” (Iamamoto, Raichelis, Bravo, 2021, p. 220).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dentre as diversas pesquisas e publicações desenvolvidas pelo CELATS, bem como ações de capacitação continuada, destacam-se: a Revista Acción Crítica, iniciada em dezembro de 1976, cujo acervo é representativo do processo de crítica, preservação de conquistas e superação dos limites do MRLA; a investigação sobre Historia del Trabajo Social, a qual tem como um de seus produtos o livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (Iamamoto, Carvalho, 2012), tendo em vista seu significado em termos da maturidade da vertente de ruptura (Netto, 2004); e o Primeiro Encontro Nacional de Capacitação Continuada realizado em agosto de 1979 – cujo registro das principais discussões está disponível na edição n. 6 da referida revista -, considerando a importância do mesmo na “preparação da virada” do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Elpídio, 2021).

Antecede esse Congresso a rearticulação do movimento estudantil, com a realização do I Encontro Nacional em outubro de 1978 na Universidade de Londrina, viabilizado pela inserção de estudantes de serviço social na gestão do Diretório Central dessa Universidade; e a 21ª Convenção Nacional da ABESS realizada de 02 a 06 de setembro de 1979 em Natal, na qual ocorre a revisão curricular que possibilitou a ruptura com o ensino pautado no caso, grupo e comunidade, instituindo a matriz composta por história, teoria e metodologia do Serviço Social, bem como a pesquisa enquanto dimensão da formação. A estrutura e fundamentos do currículo mínimo aprovado nessa Convenção representa a correlação de forças entre as tendências postas na profissão nessa conjuntura, quais sejam: o enfraquecimento da vertente modernizadora, dado o próprio avanço das lutas por democracia na sociedade; a emergência e consolidação da vertente fenomenológica, em seus traços de reatualização do conservadorismo (Netto, 2004); e o fortalecimento da vertente marxista, em articulação com segmentos progressistas. Essa última vertente foi decisiva na aprovação do currículo, mediante atuação de lideranças docentes que vinham disputando espaço na ABESS nas convenções anteriores.

Nesse momento histórico, também se destaca o fortalecimento do movimento sindical na profissão (Abramides, 2017), o que foi essencial na articulação dos movimentos do III CBAS, realizado de 23 a 27 de setembro de 1979 na cidade de São Paulo. Portanto, é importante superar “uma visão mágica” do significado desse Congresso que vem sendo difundida no senso comum



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(Iamamoto, 2019, p. 441), pois o mesmo explica-se pela história sociopolítica profissional que possibilita que ele seja um marco na recusa do conservadorismo, representando uma “primeira e tardia massiva manifestação da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou” (idem, p. 441) e, portanto, o mesmo “revela a luta política e profissional pela hegemonia presente no Serviço Social brasileiro” (idem, p. 447). Nesse mesmo ano destaca-se também a realização do II ENES em Salvador/UCSAL no final de outubro, com cerca de 2500 participantes, com ações pela reconstrução da UNE e retomada do MESS, se desdobrando em encontros sistemáticos desde então. As repercussões do III CBAS e dessa “virada” crítica são notórias e amplamente discutidas, pois arregimentaram novas bases organizativas, teóricas e éticas a partir da relação de segmentos profissionais com forças e organizações sociais progressistas na cena brasileira, ou seja, processos que incidem no redimensionamento dos próprios fundamentos profissionais e também vão se expressar nos fóruns da ABESS e na discussão do novo currículo mínimo ao longo da década de 1980.

Nessa direção, passa-se ao segundo tópico da exposição, considerando a realidade brasileira na década de 1980, período marcado inicialmente pela crise da ditadura civil-militar, pela reinserção da classe operária no cenário político, com o movimento sindical e demais movimentos tendo um protagonismo na luta pela redemocratização do país. Apesar dos limites da anistia - em suas dificuldades de efetiva memória, verdade e justiça diante dos crimes do terrorismo do Estado ditatorial – e da transição “truncada”, “pelo alto”, instaurando um padrão de democracia restrita na Nova República, também foram obtidas conquistas via Constituinte na afirmação de direitos civis humano-sociais, bem como na construção da Seguridade Social, cujas lutas em sua defesa mobilizam desde então a categoria de assistentes sociais.

No tocante à formação e aos fundamentos profissionais, foi no início dessa década que a realização da 22^a Convenção da ABESS, ocorrida em Vitória/ES de 30 de agosto a 4 de setembro de 1981, representou um ponto de inflexão na trajetória da entidade, em termos de sua democratização. Nela foi aprovado um novo estatuto que altera a composição de sua diretoria, garantindo a participação de estudantes e supervisores de campo, sendo também eleita uma nova gestão composta por segmentos críticos que vinham atuando nas convenções anteriores



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

para a mudança da direção social da formação. A partir de então a ABESS amplia sua atuação mediante realização de eventos regionais e nacionais além das convenções, como também via pesquisas sobre a implantação e avaliação do novo currículo. Nesse período também há o fortalecimento da articulação da entidade com os segmentos sindicais da profissão - considerando a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1983, posteriormente extinta em 1989 a partir da deliberação da sindicalização por ramo de atividade (Abramides, 2017) - e também com as gestões de oposição e renovação dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), processo que culminou na gestão do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) de 1984 a 1987 que elaborou o novo Código de 1986, o qual foi um marco na ruptura com os valores tradicionais no campo da ética, explicitando o compromisso profissional com as demandas e lutas da classe trabalhadora (Bravo, 2009).

É a luz desses processos históricos que se estabelece, na crise da ditadura, uma segunda aproximação do Serviço Social com o marxismo (Iamamoto, 2018). Ela foi caracterizada pela busca de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e da profissão - cultivando uma relação de continuidade e superação com a Reconcepção, seja na crítica do conservadorismo como da vulgarização marxista -, com destaque para a afirmação da centralidade da “categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx – e a teoria do valor e sua autovalorização pela exploração do trabalho, fruto da extração de mais-valia, ou seja, a Crítica da Economia Política” (Iamamoto, 2018, p. 214).

Nesse âmbito situam-se os decisivos contributos da obra Serviço Social e Relações Sociais no Brasil (Iamamoto; Carvalho, 2012) lançada em 1982, uma vez que ela elucida o significado social da profissão - indissociável da questão social, das relações e interesses de classes, materializados no Estado e nos serviços sociais -, bem como a sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, no processo de (re)produção das relações sociais, ou seja, na reprodução da totalidade concreta da sociedade, de dado modo de vida, no qual são gestadas e recriadas as lutas sociais por poder e hegemonia das classes sociais. Logo, foi a incorporação teórico-metodológica das fontes marxianas que permitiu apreender o caráter contraditório do



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

exercício profissional, rompendo com o endogenismo e superando teses unilaterais que apreendiam ou o caráter “conversador” da profissão ou sua dimensão “transformadora”.

A partir de 1983 a ABESS intensificou o acompanhamento da implantação do novo currículo, aprovado pelo MEC em 1982, desencadeando debates e pesquisas sobre seus fundamentos e fragilidades. Nesse horizonte, destaca-se o projeto de investigação “A Formação Profissional do Assistente Social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas (1983-1984)” que se encontra publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 14 (Carvalho, Bonetti, Iamamoto, 1984), juntamente com o pioneiro projeto formativo da PUC-SP (Yazbek *et al*, 1984) e, ainda, artigo com uma das primeiras análises sobre os limites da dicotomia entre história, teoria e metodologia do Serviço Social (Netto, 1984).

Também é importante, nesse período, a criação do Caderno ABESS em 1986 - enquanto importante veículo de difusão de conhecimentos com as escolas, sendo seu acervo representativo da trajetória de debates e ações da entidade - e do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS em 1987. Esse organismo atuou na articulação de pesquisas e de pesquisadores, na capacitação profissional e docente, bem como no estímulo à consolidação de grupos de investigação. Sua criação polarizou posições, pois havia segmentos docentes que ensejavam a criação de uma associação nacional voltada somente para as demandas da pós-graduação. A criação do CEDEPSS foi a estratégia encaminhada para garantir a unidade entre os debates dos dois níveis de ensino, dada também a importância da pesquisa para a formação graduada.

Em termos da avaliação do currículo mínimo de 1982, ressalta-se a importância da pesquisa realizada pela ABESS, entre 1987 e 1988, a partir da PUC-SP, sobre o ensino da metodologia, cujos resultados encontram-se publicados no Caderno ABESS n.3 de 1989. Em termos sintéticos, seus resultados (ABESS, 1989) identificaram a presença tripartite das correntes positivista, fenomenológica e marxista no conteúdo da disciplina - com traços ecléticos, ensinadas como particularizações das ciências sociais. No tocante ao ensino do marxismo, o importante estudo de Quiroga (1991), desenvolvido nesse período, identificou tanto a tendência de um “marxismo sem Marx” (p. 92), como uma “impregnação positivista que



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

mina, no sentido de invadir à ocultas” (p. 11), as próprias concepções fundantes da teoria social marxiana. Dois foram os eixos nos quais essa invasão positivista se manifestava: na explicação do desenvolvimento da sociedade a partir de uma análise mecanicista que enfatizava a determinação econômica, como um produto reflexo da infraestrutura material sobre a superestrutura; e a redução do pensamento marxista a uma teoria do conhecimento, desconsiderando a dimensão crítica e revolucionária da obra marxiana.

Nesse horizonte, os debates avaliativos do currículo de 1982 permitiram um aprofundamento significativo em termos do projeto formativo da categoria, problematizando a visão tripartite do positivismo, da fenomenologia e do marxismo, bem como do ecletismo e da relação entre pluralismo e hegemonia (Coutinho, 1991), adensando a compreensão das matrizes do pensamento social e das concepções de teoria e de metodologia a ela inerentes, afirmando a unidade entre história, teoria e método, a qual é fundante do pensamento marxiano.

Além disso, esses debates foram fundamentais para superar equívocos e polêmicas postas no campo dos fundamentos profissionais, tais como: a separação entre metodologia do conhecimento e da ação profissional; a formalização no trato das teorias sociais, reduzindo-as a abordagens classificatórias e mecanicistas; e a tônica endogenista voltada para a busca de uma teoria e metodológica própria, específicas. Assim, é preciso considerar que o Serviço Social “não se afirma como necessário na sociedade como um ramo do saber, no quadro da divisão de trabalho entre as ciências”, mas sim como “um tipo de especialização do trabalho na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social” (Iamamoto, 2011, p. 175).

Portanto, os debates, pesquisas e ações da ABESS, desencadeados desde a implantação do currículo mínimo, impulsionaram importantes acúmulos que possibilitaram a redefinição do projeto formativo nos anos 1990, numa conjuntura brasileira marcada pelos impactos das políticas neoliberais e da contrarreforma do Estado na agudização das desigualdades sociais. No entanto, esse processo foi acompanhado por importantes lutas profissionais na implantação das políticas de Seguridade Social, considerando o processo de municipalização dos serviços, as práticas participativas via movimentos populares e conselhos de direitos. Essa conjuntura, da



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

viragem dos anos 1980 e 1990, também foi caracterizada pela constituição de um rico debate profissional plural no campo marxista, com distintas angulações sobre a natureza da profissão, enfocando temas como o Estado, a democracia, a cidadania, as políticas sociais e as transformações no mundo do trabalho, alimentadas especialmente pela interlocução com as obras de Marx, Gramsci e Lukács. Destaca-se, nesse processo, o importante papel da consolidação a pós-graduação da área e do primeiro doutorado constituído na PUCSP, cujas relevantes teses tiveram na Editora Cortez um importante veículo de divulgação. Ainda, a nova Lei de Regulamentação e Código de Ética, ambos de 1993, ao estabelecerem novas bases para o trabalho e as competências profissionais, também reforçaram a necessidade da revisão curricular que originou as Diretrizes da ABEPSS.

Nessa direção, considerando o terceiro tópico da exposição, salienta-se que os processos de revisão curricular foram iniciados na gestão da ABESS compreendida entre 1991 a 1993, sediada na região Sul, sob a presidência de Lídia Maria Monteiro Rodrigues Silva. Em termos da processualidade dos debates e ações, destacam-se: o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em Pernambuco no ano de 1992, no qual foram construídas diretrizes orientadoras da revisão curricular e constituído grupo de trabalho que impulsionou o aprofundamento dos debates; a realização de seis oficinas regionais, com a construção e debate de roteiro orientador da revisão curricular, para maior aprofundamento com as unidades de ensino; a aprovação de deliberação para continuidade das ações pela construção de novo currículo, na 28ª Convenção da ABESS, na cidade de Londrina/PR em 6 a 8 de outubro de 1993.

Na sequência, a gestão sob a presidência de Marieta dos Santos Koike, compreendida entre 1993 a 1995, desenvolveu um amplo processo participativo que culminou na construção das Diretrizes, aprovadas em assembleia no ano de 1996, após a sua recondução na entidade, finalizada em 1997. A gestão, durante seu primeiro ano de mandato, construiu um projeto de revisão curricular que previu a construção de um amplo debate descentralizado junto às unidades de ensino, contando também com o suporte de assessores, com vistas à apresentação de anteprojeto de currículo a ser apreciado na convenção da entidade. O produto desses debates, que na época contou com o envolvimento de 66 unidades de ensino de todo país, mediante a



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

realização de 43 oficinas locais e 15 oficinas regionais, culminou inicialmente no “Relatório síntese dos impasses e tensões da formação profissional”, que se constitui no documento básico de Oficina Nacional, realizada em maio de 1995 na UFRJ. Nela foram desenvolvidos quatro grupos temáticos, que expressam as polêmicas no tocante aos fundamentos da formação no período na construção das Diretrizes: o Núcleo de Fundamentação Teórico-Prático, Ético-Político e a Direção Social da Formação Profissional; a Realidade Social e as Tendências do Serviço Social; e o Eixo Temático do Currículo. Esse último grupo expressou distintas abordagens sobre a concepção de profissão e seu eixo fundante, tais como a ênfase para a proteção social, para a política social e a relação entre profissão e história, com ênfase para o processo de produção e reprodução das relações sociais, o que se desdobrou, nos debates posteriores, na centralidade da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão e eixo estruturante da formação.

Na sequência, os produtos dessa oficina foram adensados pela gestão e grupo de assessores tendo como resultado o documento “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”, apresentado na 29ª Convenção da ABESS realizada em Recife/PE em novembro de 1995, posteriormente publicado na revista Serviço Social e Sociedade nº 50 (ABESS/CEDEPSS, 1996a). Nele constam as bases centrais das Diretrizes, explicitando os pressupostos, diretrizes e metas da revisão curricular, quais sejam: o Serviço Social como especialização do trabalho e como atividade assalariada, cujo significado social é historicamente vinculado ao tratamento do Estado, da sociedade e das classes sociais à questão social; a consideração da dimensão contraditória das demandas (tradicional e emergentes) postas ao Serviço Social e das possibilidades inscritas na dinâmica do processo social; a superação da abordagem tripartite da história, teoria e método, via rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social com base na teoria social crítica, na apreensão do singular como expressão da totalidade social; a capacitação investigativa, teórica, ético-política e técnica que permita formular respostas no enfrentamento da questão social, compreendendo a prática como uma forma de trabalho.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O documento ainda apresenta um conjunto de conhecimentos indissociáveis no deciframento das particularidades da profissão na dinâmica societária brasileira, traduzidos em núcleos de fundamentação, quais sejam: 1) Fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho; 3) Núcleo de fundamentação do trabalho profissional. Os mesmos ancoram-se na unidade entre história, teoria e método que é própria da teoria social crítica, o que requer a crítica simultânea do conhecimento e da realidade, para o desenvolvimento de diferentes níveis de abstração e de análise da questão social e do Serviço Social em suas múltiplas determinações. Logo, a indissociabilidade desses conteúdos organiza todo processo formativo, evidenciando uma perspectiva pedagógica crítico-dialética que supera as fragmentações postas no currículo de 1982.

Após a Convenção, a gestão da ABESS ampliou o grupo de consultores para retomar questões da Proposta Básica, tendo esse trabalho resultado no texto “Novos Subsídios para o Debate” (Recife, setembro de 1996 – posteriormente publicado no caderno ABESS n. 7 – Cardoso *et al*, 1997), o qual aprofunda o trato da questão social, do trabalho e da realidade da universidade brasileira. O material foi socializado com as Unidades de Ensino e objeto de debate em oficinas que culminaram na elaboração de seis propostas regionais, as quais foram consubstanciadas na Proposta Final do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social. Esse texto foi debatido, revisado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, na UERJ.

Portanto, as Diretrizes aprovadas na assembleia (ABESS/CEDEPSS, 1996b) consolidam o conteúdo da Proposta Básica. Seu texto, em relação ao anterior, introduz os princípios e as diretrizes da formação, realiza uma pequena alteração na nomenclatura dos núcleos - fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, fundamentos do trabalho profissional -, mantendo seu conteúdo original, com exceção do terceiro, cuja redação foi levemente ampliada. O avanço,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

nesse documento, reside na definição das matérias básicas³⁴, enquanto “expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 68). Representam, portanto, uma lógica curricular inovadora, ao possibilitar a particularização de projetos pedagógicos nas unidades de ensino a partir da realidade loco-regional e acúmulos do corpo docente, mas garantindo uma unidade e direção comum em termos de conteúdos a serem desenvolvidos no ensino.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, logo após a construção no novo projeto formativo, passou a mobilizar os debates das unidades de ensino e da ABESS, considerando o processo de contrarreforma do Estado em seus impactos na política de educação brasileira em termos da flexibilização dos currículos mínimos e aligeiramento da formação. Desse modo, a entidade articulou a constituição de comissão de especialistas da área junto ao MEC para incidência no processo de regulamentação das Diretrizes, visando tanto garantir o conteúdo original do projeto formativo, como também atender aos requisitos restritivos da nova legislação. Esse processo culminou em documento submetido ao MEC em 1999 que inclui, em termos da versão anterior das Diretrizes, o perfil, as competências e habilidades profissionais na ótica da Lei de Regulamentação. O documento, construído em conjunto com as gestões da ABESS e submetido à apreciação em seus fóruns deliberativos, também alterou a nomenclatura de matérias para tópicos de estudos em virtude dos requisitos da legislação educacional, bem como aprimorou alguns dos seus conteúdos, especialmente no tocante à concepção equivocada de processos de trabalho do Serviço Social³⁵, alterada para “Serviço Social e Processos de Trabalho”.

³⁴ As matérias previstas são: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional. Ainda, enquanto atividades indispensáveis integrantes do currículo, também são definidas o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso.

³⁵ O documento inclui dois fundamentais tópicos de estudo – Classes e Movimentos Sociais, Trabalho e Sociabilidade -, além de corrigir o equívoco conceitual da denominação da matéria de “Processos de Trabalho do Serviço Social” para “Serviço Social e Processos de Trabalho”. Registra-se, ainda, a mudança de nomenclatura de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Salienta-se, portanto, a importância da apreensão articulada desses documentos, uma vez que eles expressam a própria processualidade dos debates coletivos sobre os fundamentos do Serviço Social, com destaque para a centralidade da categoria trabalho³⁶ e da questão social³⁷, irradiadas da apropriação do método e das teorias marxianas, conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço social na realidade brasileira, enquanto principais bases teórico-metodológicas da formação profissional (Closs, 2017).

Dados esses aspectos, é importante apontar alguns desafios e lutas de efetivação das Diretrizes da ABEPSS desde o início dos anos 2000, quando sua homologação pelo MEC operou uma drástica redução do projeto pedagógico formulado coletivamente. Apesar das ações da entidade junto ao MEC, o parecer nº 492/2001 do Conselho Nacional de Educação e Resolução posterior nº 15/2002 descaracterizaram o conteúdo do perfil do bacharel em Serviço Social, das competências e habilidades, dos núcleos de fundamentação, além de suprimir os tópicos de estudos. Isso implicou, desde então, na impossibilidade normativa da garantia de um conteúdo básico comum à formação profissional no país, o qual passou a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas ou privadas, desde que preservados nos projetos pedagógicos os núcleos de fundamentação (Iamamoto, 2012), que se encontram esvaziados em termos de seus conteúdos originais no texto normativo, desarticulados em termos da sua concepção e unidade a partir da centralidade da questão social e do trabalho, bem como das bases histórico-críticas dadas pela teoria social marxista que as sustenta.

Desde então as gestões da ABEPSS, em parceria com o conjunto CFESS/CRESS e MESS vem desenvolvendo inúmeras ações coletivas, dentre as quais se destaca, em termos históricos: o 1º curso de especialização em Serviço Social e Política Social, em 1999, difundindo conteúdos na perspectiva das Diretrizes Curriculares; a criação da revista Temporalis, no ano 2000, cujos primeiros volumes já registram os acúmulos de análise do ensino superior, as

³⁶“Acumulação Capitalista e Desigualdades” para “Desenvolvimento Capitalista e Questão Social”, atribuindo maior garantia do trato desse conteúdo estruturante das Diretrizes.

³⁷Para o debate sobre a centralidade da categoria trabalho no tocante aos fundamentos profissionais ver Iamamoto (2005, 2008).

³⁷Para o debate sobre a centralidade da categoria da questão social no tocante aos fundamentos profissionais ver Iamamoto (2008).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

resistências contra os cursos sequenciais e o aprofundamento do debate da questão social; as ações, no ano de 2003, contra a redução da carga horária dos cursos de Serviço Social e pela incidência nos conteúdos do primeiro ENADE; o acompanhamento e análise do Prouni e do Reuni, iniciados em 2004/2005, considerando suas contradições e limites na expansão do acesso ao ensino superior e incidência no Serviço Social; a pesquisa avaliativa sobre a implantação das Diretrizes da ABEPPSS, iniciada em 2006, cujos resultados encontram-se publicados na Temporalis nº 14; o posicionamento das entidades da categoria sobre a criação e a proliferação de cursos de graduação à distância, cujos debates se intensificaram a partir de 2007, com a denúncia de suas irregularidades e ações unificadas via a constituição do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior em 2009; a construção da Política Nacional de Estágio, no ano de 2010, acompanhada posteriormente pela criação de fórum nacional de supervisão de estágio, fortalecendo os fóruns loco-regionais; a estruturação dos Grupos Temáticos de Pesquisa/GTPS, na mesma gestão da ABEPPSS, enquanto estratégia coletiva de fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento; a campanha em defesa da formação de qualidade intitulada “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, lançada em 2011; o projeto ABEPPSS itinerante, cuja primeira edição foi concluída no ano de 2012, com sete formações já realizadas, enquanto importante estratégia de mobilização e capilarização das Diretrizes; a criação da TV ABEPPSS em 2015, na plataforma Youtube, que já acumula mais de 200 vídeos com conteúdos referentes a eventos e debates promovidos pela entidade; o lançamento do documentário sobre os 70 anos da ABEPPSS, em 2016; a constituição do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, em 2017, fortalecendo a articulação de ações das entidades, inclusive via fóruns regionais; o lançamento do documento “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social”, em 2018, um marco na afirmação e qualificação de uma educação antirracista; as resistências aos impactos da pandemia de Covid-19 em 2020, a partir das notas conjuntas sobre o estágio supervisionado no período de isolamento social e o trabalho/ensino remoto emergencial, e também na criação do Projeto ABEPPSS ao vivo, com importantes lives no debate de temas sobre a realidade e a profissão; a construção do



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

documento sobre a curricularização da extensão, no final de 2022; e o documento “Subsídios para a Formação Anticapacitista em Serviço Social”, no ano de 2024..

Inúmeros são os desafios postos para a continuidade desse legado de lutas profissionais empreendidas via ABESS/ABEPSS em sua trajetória de “virada” crítica. Nessa direção, é preciso dar seguimento aos esforços de acompanhamento da efetivação das Diretrizes junto às unidades de ensino, com ênfase, especialmente, para suas mediações político-pedagógicas nos processos de ensino e na estruturação dos projetos dos cursos, qualificando a unidade dos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação na articulação dos componentes curriculares, da questão social como eixo estruturante da formação, bem como da transversalidade do ensino da pesquisa, da ética e do trabalho profissional. Além disso, também é preciso ampliar ações articuladas com a pós-graduada da área, uma vez que está em curso uma transição geracional em termos dos quadros que acompanharam a construção das Diretrizes Curriculares e os novos docentes que tem atuado nas unidades de ensino filiadas a entidade, considerando ainda a criação dos cursos públicos via REUNI, na última década, bem como as dificuldades encontradas nos cursos privados frente à massiva expansão do ensino a distância. Logo, é fundamental aprimorar a formação docente e o debate das Diretrizes no âmbito dos programas da área, via disciplinas voltadas para essa finalidade, juntamente com a ampliação da pesquisa sobre os fundamentos, o trabalho e a formação em Serviço Social. Nessa mesma direção, também é necessário avançar numa atuação articulada com o conjunto dos GTP’s, em termos dos importantes subsídios que eles podem aportar no debate dos eixos centrais da formação, inclusive do trato teórico e político-pedagógico das matérias previstas nas Diretrizes, visando subsidiar os processos de ensino nos cursos de graduação da área.

Para finalizar a exposição, demarca-se que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS consistem num projeto de formação em movimento, cujas raízes de sua construção e atualidade estão postas na relação construída pela profissão com as forças vivas da história, desde a resistência a ditadura civil-militar até a atualidade, na articulação com as lutas emancipatórias, na ousadia de muitas gerações profissionais de ir à contracorrente, na defesa do compromisso da profissão com o fortalecimento da democracia, na disputa pela riqueza socialmente produzida no



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

enfrentamento coletivo das profundas desigualdades que presidem a formação sócio-histórica brasileira. Portanto, a vitalidade das Diretrizes, em sua lógica e fundamentos, reside na constante apreensão das determinações concretas postas no real, pressupondo, portanto, pesquisa e capacitação constante, bem como na sua indissociabilidade com o trabalho profissional, com as agendas das entidades da categoria e com a produção intelectual e a pesquisa/formação no âmbito da pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Relatório da 19ª Convenção.** ABESS: Piracicaba, 1975.

_____. **Relatório da 20ª Convenção.** ABESS: Belo Horizonte, 1977.

ABESS. **Proposta de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social.** ABESS: Natal, 1979.

_____. **Projeto de investigação ABESS - Formação profissional do assistente social no Brasil – São Luís,** 1983.

_____. **Parte Primeira:** Ensino de metodologia nos cursos de Serviço Social. Caderno ABESS: A metodologia no Serviço Social, São Paulo, Cortez, n. 3, 1989.

_____. **Projeto de Revisão do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social.** ABESS: Recife, 1993.

_____. **29ª Convenção da ABESS - Relatório Final da gestão 93-95.** ABESS: Recife, 1995.

_____. **Relatório - Síntese dos impasses e tensões da formação profissional.** ABESS: Recife, 1995.

_____. **ABESS. Relatório - Oficina Nacional de Formação Profissional.** ABESS: Rio de Janeiro, 1995.

_____. **30ª Convenção da ABESS - Relatório Final da gestão 95-97.** ABESS: Recife, 1997.

CEDEPSS. **Estatuto do centro de documentação e pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social.** ABESS/CEDEPSS: Fortaleza, 1987.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996a.

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** 1996b. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf.

ABEPSS/MEC-SESU. **Diretrizes Curriculares.** Curso Serviço Social. Brasília, fevereiro de 1999. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

BATISTONI, R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). **A história pelo avesso:** a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

BATISTONI, M. R; IAMAMOTO, M. V.; MATOS, M. C. A pesquisa em rede “O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”. In: IAMAMOTO, M. V. et al (Orgs.) **Serviço social, desigualdades e lutas sociais:** América Latina e Europa. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.

CARDOSO, I . C. C.; GRANEMANN, S.; BEHRING, E. R.; ALMEIDA, N. L. T. Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS:** Formação profissional - trajetória e desafios, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

CARVALHO, A. M. P; BONETTI, D. A.; IAMAMOTO, M. V. Projeto de investigação a formação do assistente social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 14, 1984.

CLOSS, T. T. **Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social:** historicidade, memória e fundamentos profissionais. Relatório de pesquisa de Pós-doutoramento. UFRGS/UERJ/CNPq, 2025.

_____. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS:** Ensino em Serviço Social – pluralismo e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 4, 1991.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ELPÍDIO, M. H. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e da formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso:** a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** 1 ed. ampliada. CFESS: Brasília: 2012.

_____. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, 2018.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, 2019.

_____; CARVALHO; R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; SANTOS, C. M. Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso:** a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

_____. ; RAICHELIS, R.; BRAVO, M. I. S. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso:** a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CES 492/2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:
<https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MEC/CNE. Parecer CNE/CES 1.363/2001 - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf

MEC/CNE. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 15, de 13 de março de 2002. - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em:
<https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A propósito da disciplina de metodologia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 14, 1984.

SNI. I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – Londrina, 1978. Acervo Digital Memórias Reveladas.

SNI. II Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – Salvador, 1979. Acervo Digital Memórias Reveladas.

QUIROGA, C. Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

YAZBEK, M. C.; OLIVEIRA, I. I. M. C; DELGADO, M. B. G.; IAMAMOTO, M. V. LEITE, R. S. C. Projeto da revisão curricular da Faculdade de Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 14, 1984.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FÓRUM REGIONAL DE DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO: regional Sul I

Bárbara Domingues Nunes³⁸

Alene Silva da Rosa³⁹

1. INTRODUÇÃO

A representação discente de pós-graduação da gestão 2025-2026 “A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva” juntamente com a representação discente da gestão 2023-2024 que atualmente integra a comissão ampliada, iniciaram a oficina contextualizando as ações da regional desde fevereiro de 2025, momento inicial de planejamento e elaboração do edital que possibilitou o custeio da oficina com recursos da Fundação Araucária, sendo esta a primeira vez que a regional realiza evento com recursos via edital.

Entre as ações desenvolvidas no decorrer de 2025 pelas representantes discentes de pós-graduação da gestão 2025-2026, Joyce Santos (PPGSS/UFSC) e Bárbara Domingues Nunes (PPGPSDH/UCPel), foram destacadas a atualização dos contatos dos/das representações discentes e coordenações de pós-graduação da regional Sul 1, e a realização da primeira reunião com os representantes discentes de pós-graduação, em que entre diversos pontos abordados, foi avaliado que as reuniões seriam a cada dois meses e que seriam reuniões abertas, ou seja, aberta aos demais alunos dos programas de pós-graduação dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, possibilitando maior participação e discussão das pautas que se referem a pós-graduação na regional.

³⁸ Assistente social, Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul-RS, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL-RS), nunesbarbara1@gmail.com.

³⁹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel-RS), com bolsa PROSUC/CAPES, alenesilva@gmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Também foi mencionado e socializado com os participantes sobre a participação na comissão de formação e trabalho profissional junto ao CRESS-RS e comissão organizadora do e-book sobre Serviço Social em contextos de desastres: “O trabalho de assistentes sociais nas enchentes do RS”. Atividades essas que envolvem a representação discente e a ABEPPSS em outros espaços de articulação.

Posteriormente, foi realizada uma rodada de apresentações entre as (os) participantes presenciais e virtuais⁴⁰, na ocasião, a maioria das (os) presentes salientou que era a primeira atividade realizada pela ABEPPSS que estavam participando. Desse modo, buscamos apresentar de forma breve a história da entidade, sua divisão por regionais, a composição das (os) seus representantes, os eventos, e o espaço do fórum discente de pós-graduação dentro da oficina regional. Na sequência teve início uma apresentação com vistas a promover o debate e reflexões condizentes à pós-graduação.

Cabe salientar que as pautas elencadas para discussão fazem parte do planejamento da gestão 2025-2026, bem como são oriundas das discussões realizadas ao longo das reuniões com representantes e diretrizes da representação discente nacional.

2. PESQUISA É TRABALHO, MAS BOLSA NÃO É SALÁRIO

Em relação aos valores das bolsas, utilizamos como parâmetro as discussões elencadas no Dossiê Florestan Fernandes: Pós- graduação e trabalho no Brasil (2023) elaborado pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG). Destacamos que 1995 é tomado como referência do último ajuste por suceder o último reajuste dos valores antes de uma década de congelamento (entre 1984 e 1994). Desde então, houve um processo histórico de desvalorização, com uma nova década de congelamento entre 2013 e 2023. O nível de desvalorização entre 1995 e 2023 chega a 56%, ou seja, o valor atual das bolsas corresponde a apenas 44% do valor real, quando comparado aos valores de 1995. Além disso, considerando o tempo de pós-graduação

⁴⁰ O fórum discente de pós-graduação foi realizado presencialmente nas dependências da Universidade UNIOESTE do Paraná na sala multiuso do bloco D3, das 14h às 17h, com disponibilidade de participação via Google Meet para aqueles que não puderam estar presencialmente.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

entre mestrado e doutorado, há o impacto de aproximadamente seis anos sem contribuição previdenciária, o que afeta diretamente a aposentadoria e impõe limitações para o acesso a benefícios como auxílio-doença e/ou acidente. Além disso, a contribuição mínima de 20% sobre o salário-mínimo é exigida para que esse período seja computado como tempo de serviço, o que compromete a subsistência dos estudantes considerando o valor dos aluguéis, custo de vida e custeio de materiais para pesquisa.

Há uma necessidade urgente de reajuste das bolsas de mestrado e doutorado, que, embora tenham sido reajustadas em 2023, ainda permanecem defasadas e, atualmente, encontram-se em situação ainda pior, pois não acompanharam os índices da inflação. É fundamental garantir direitos previdenciários e trabalhistas, reconhecendo o pós-graduando como trabalhador, com vínculo formal de trabalho. Além disso, a assistência estudantil, que na maioria das universidades não contempla os pós-graduandos, precisa ser ampliada, pois pós-graduandos e pós-graduandas também necessitam de acesso a esse suporte para garantir condições mínimas de permanência e desenvolvimento acadêmico.

Ainda relacionado ao trabalho, outro ponto levantado se refere a Portaria nº 133, de 10 de julho de 2023, e alterada pela Portaria nº 187, de 18 de setembro de 2023, que “[...] regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES com atividade remunerada ou outros rendimentos” (Brasil, 2023). O diálogo entre os participantes buscou compreender de que forma os programas de pós-graduação vem considerando essa possibilidade de acúmulo de bolsa com atividades remuneradas, principalmente quanto critério para concessão de bolsas.

Foi pontuada sobre a inserção dos alunos por meio das cotas e sobre como as bolsas são distribuídas dentro dos programas, ou seja, questões que envolvem não apenas o acesso, mas também a permanência nos programas. Além disso, a discussão nos leva à necessidade de refletir sobre os critérios de transparência na definição de quem recebe os benefícios e quais são os critérios utilizados para essa distribuição. Esse ponto trouxe problematizações pertinentes para pensarmos essa questão, a primeira delas é a política de cotas e ações afirmativas, buscando compreender como está o acesso e a distribuição de bolsas nos programas de pós-graduação da



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

regional levando em conta esse critério, o segundo se refere a concessão de bolsa para a (o) discente trabalhador, que devido às suas condições socioeconômicas, território, entre outras questões interseccionais, não possui plena disponibilidade para se dedicar ao programa de pós-graduação como muitas vezes é exigido, a terceira é sobre mães solas ou pessoas que exercem cuidado, e/ou são responsáveis financeiramente em seu núcleo familiar. Esses pontos nos instigam a pensar não só acerca do acesso, mas também as condições concretas de permanência que são ofertadas para as (os) discentes de pós-graduação, para produção acadêmica e incentivo à participação em eventos.

Acerca do último tópico evidenciado no parágrafo anterior, também foi levantada a necessidade de discutir os auxílios financeiros para participação em eventos com apresentação e publicação de trabalhos, tendo em vista que por vezes essa é uma das requisições (implícita ou explícita) para as(os) discentes de pós-graduação, com especial atenção aquelas (es) que são beneficiárias(os) de bolsas, mas não há nenhum aporte financeiro para o deslocamento, alimentação e hospedagem, tendo como consequência, a utilização de recursos próprios para esses fins. Nesse sentido, alguns questionamentos foram elencados, há recursos para esse fim? se há, quais são os critérios existentes? Como os recursos são distribuídos? As informações são compartilhadas de forma transparente?

Por conseguinte, destacamos a importância de incluir a Residência Multiprofissional na agenda de discussões, visto que, os profissionais vinculados a essa modalidade também são estudantes de pós-graduação, e sofrem com a defasagem no valor das bolsas e com o excesso da carga horária de trabalho que atualmente é de 60h⁴¹. Desse modo, a presença de residentes em espaços de discussão sobre a pós-graduação, é de extrema importância para pensarmos de forma coletiva estratégias de luta diante dessa realidade. Cabe salientar que essa já é uma pauta de planejamento da ABEPPSS, mas que precisa ser fortalecida e materializada na regional.

Outra questão que embora não seja uma realidade tão presente no Rio Grande do Sul, mas o é em outros estados é a Residência no sociojurídico que conforme “Manifestação interinstitucional sobre a residência em Serviço social em unidades do ministério público e

⁴¹ Há um projeto de lei que visa reduzir a carga horária das residências de 60h para 44h, tendo em vista a preocupação com a formação, a saúde mental das (os) residentes em saúde, entre outras questões.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Tribunais de justiça” elaborada pelo CFESS juntamente com outras entidades em 2025, salientam sobre o risco considerável de desvio de finalidade, precarização das relações e condições de trabalho e falta de observância às exigências de concurso público. Ademais, considerando as complexidades apresentadas no campo sociojurídico, essa modalidade de trabalho também vai contra os princípios do Projeto Ético Político Profissional, mas vão ao encontro da lógica capitalista neoliberal de precarização, rotatividade e terceirização das ações que acabam por comprometer a qualidade dos serviços prestados e consequentemente contribuir para a desproteção social das populações mais vulneráveis.

Sendo as Residências modalidades de ensino de pós-graduação lato sensu, certificadas por instituições de ensino superior, ao concluir o percurso formativo do programa, o/a concluinte obtém certificação em nível de especialização. Portanto, questionamos: na modalidade de residência ofertada nas unidades ministeriais e Tribunais de Justiça, como vem sendo implementada e qual é a instância responsável por certificar a referida titulação? Outrossim, a contratação de assistente social como “residente” exige a existência de um programa de formação que possa articular as dimensões do ensino e do serviço, com carga horária teórica e prática, incluindo também a pesquisa, e que seja certificado e credenciado pelo Ministério da Educação, considerando seu nível de pós-graduação lato sensu.

A referida manifestação anteriormente mencionada foi elaborada pelas entidades CFESS e Abepss, a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud), a Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp) e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil (Aaspsi-Brasil) as quais solicitaram às unidades do Ministério Público e aos Tribunais de Justiça a suspensão da contratação de residentes em Serviço Social, até que essas instituições disponham dos requisitos educacionais necessários. Essa medida visa preservar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, em especial à população mais afetada pelas desigualdades sociais.

Em relação à Pesquisa do Perfil do Pós-graduando, foi destacado, a partir das informações da coordenação discente nacional, que o formulário ainda está sendo elaborado.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Uma das questões levantadas durante a oficina diz respeito à necessidade de o formulário contemplar perguntas que permitam a identificação do perfil de estudantes com deficiência. Conforme informações abordadas na reunião de discentes de pós-graduação, realizada em 13 de agosto de 2025, na qual a doutoranda Alene Silva da Rosa se fez presente enquanto integrante da comissão ampliada da regional, será divulgado no grupo de WhatsApp dos discentes de pós-graduação o convite para participar do Grupo de Trabalho dedicado à elaboração do questionário da pesquisa do perfil discente, o que garante uma participação ampliada dos estudantes.

3. CENÁRIO DAS BOLSAS E CRITÉRIOS DOS PPGs DA REGIONAL

Neste item são problematizadas algumas questões sobre a realidade vivenciada pelos estudantes nos programas de pós-graduação da regional sul 1, bem como são previamente socializadas algumas informações buscadas junto aos PPGs no segundo semestre de 2025.

Dentre as discussões atreladas às bolsas, destacam-se as atribuições legais dos bolsistas (integrais e parciais) e a existência — ou não — de alguma normativa sobre as atividades a serem executadas. Também foi salientada a necessidade de regulamentação, via regimento e/ou instrução operacional, sobre as produções exigidas tanto de alunos bolsistas quanto de não bolsistas. As discussões sobre esses dois tópicos são subsidiadas pela realidade relatada pelos estudantes, que afirmam, por exemplo, que durante os eventos acabam sendo responsáveis pela organização de mesas, ceremonial, operação de slides e outras tarefas operacionais que não são reconhecidas por eles como atribuições pertinentes à atividade de pesquisa.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Em relação aos bolsistas, foi ainda destacado que não há transparência e equidade na distribuição de responsabilidades. Muitos estudantes que também trabalham — sendo, portanto, bolsistas parciais ou até mesmo não bolsistas — acabam se dedicando mais e sendo mais cobrados do que aqueles que recebem bolsas com exigência de dedicação integral. Essas situações evidenciam a urgência de normativas claras e justas que delimitam as atribuições dos estudantes, respeitando seus perfis e condições, para garantir uma política de bolsas mais equitativa, transparente e condizente com os princípios da formação acadêmica.

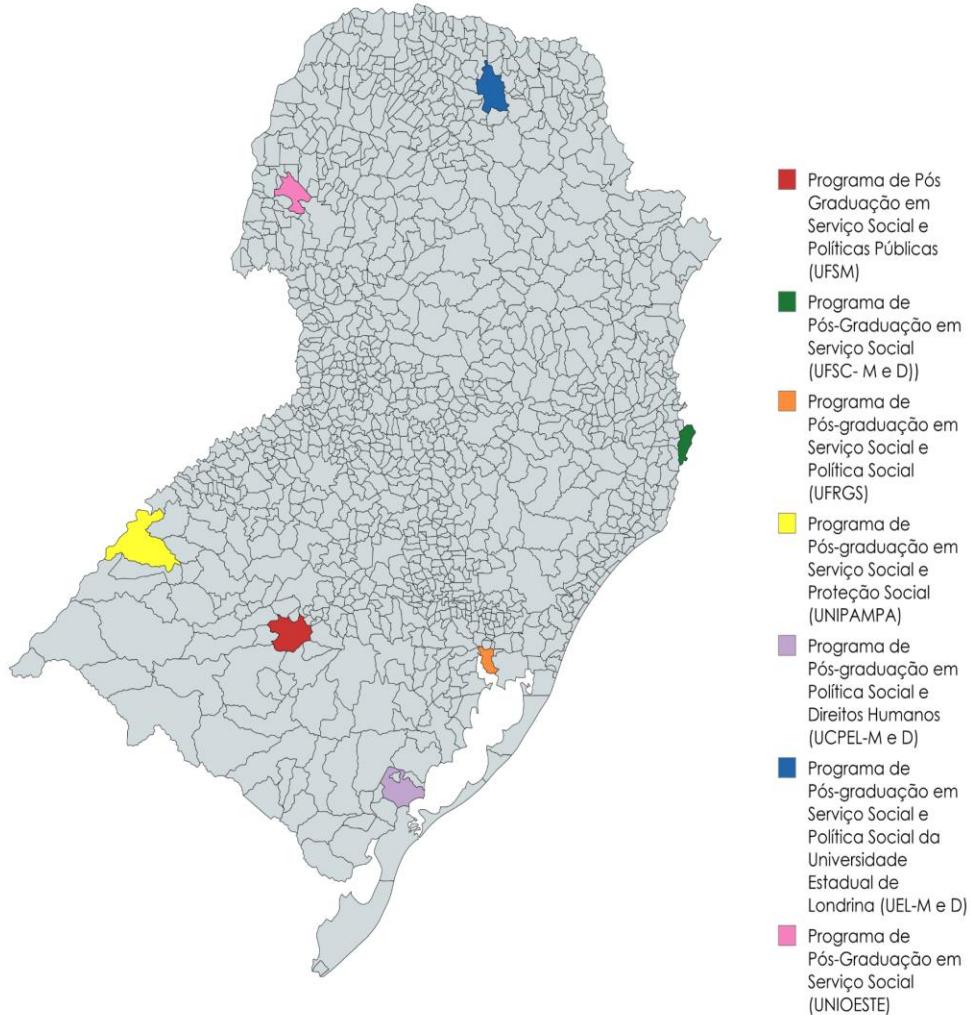
Imagen 1- Mapeamento da territorialização dos PPGs da regional



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Fonte: Elaboração nossa (2025).

Portanto, conforme observado na imagem 1 do mapeamento dos programas de pós-graduação, a regional conta com apenas três programas de doutorado, lembrando que a região sul do RS, possui a Universidade Federal de Pelotas que não possui graduação em serviço social o que caracteriza um vazio dos cursos presenciais, visto que os demais estão localizados em Porto Alegre, Santa Maria e São Borja, dificultando o acesso principalmente dos estudantes do interior.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Outrossim, a questão sobre articulação de novos cursos de graduação e pós também está na agenda da gestão 2025-2026.

Cabe salientar que a coordenação dos representantes discentes da gestão nacional enviou para nossa regional, uma proposta de levantamento do cenário das bolsas dos PPGs, o mesmo foi realizado com informações prévias e ainda não oficial, mas foi utilizado para fins de discussão no fórum de discentes de pós-graduação. Salientamos que a metodologia de levantamento dessas informações ainda será discutida no âmbito da gestão da regional em articulação com representação nacional.

Quadro 1- Panorama das políticas de bolsas e ações afirmativas nos Programas de Pós-Graduação da Regional Sul

Universidade / PPG	Critérios de Concessão de Bolsa	Políticas de Ações Afirmativas	Informações Adicionais
UFRGS Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social	Permite a concessão de bolsa CAPES a estudantes com vínculo empregatício, desde que não haja demanda de discentes sem vínculo.	Ações afirmativas correspondem até o limite de 50% das bolsas disponíveis.	Não há informações sobre o quantitativo total de bolsas. Na pesquisa, foram identificados 2 bolsistas. É o PPG com melhor estruturação de políticas afirmativas.
UNIPAMPA Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social	Exige que o estudante não tenha vínculo empregatício e cumpra presencialmente 20 horas semanais.	Não possui informações sobre políticas afirmativas.	Único PPG da regional que menciona, em edital, a quantidade disponível e o valor das bolsas.
UCPEL (M/D) Programa de Pós-Graduação em Política Social e	Não possui informações sobre critérios para concessão de bolsas.	Não possui informações sobre ações afirmativas.	Única universidade da regional sem dados sobre bolsas e ações afirmativas



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Direitos Humanos			nos editais.
UFSM Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas	Possui 3 bolsas CNPq.	Edital contempla ações afirmativas.	Há previsão de 8 a 10 bolsas disponíveis para o ano de 2026.
UEL (M/D) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social	Bolsista deve colaborar com, no mínimo, 5 horas semanais em atividades acadêmicas e/ou administrativas.	Ações afirmativas são consideradas apenas como critério de desempate.	Critérios adicionais de desempate: não realizar atividade remunerada, menor remuneração e menor carga horária de trabalho.
UNIOESTE Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social	Concessão prioritária a candidatos sem atividade remunerada ou outros rendimentos.	Não possui informações sobre ações afirmativas.	Editais de bolsas são publicados com a relação anual dos bolsistas. Em 2025, o total foi de 7 bolsistas. Um dos critérios de pontuação é a produção semestral.
UFSC (M/D) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Candidatos com atividade remunerada podem concorrer às bolsas, sendo priorizados conforme: 1º menor rendimento mensal; 2º menor carga horária de trabalho.	28% das bolsas disponíveis anualmente devem ser destinadas às categorias previstas nas ações afirmativas.	Critérios de classificação seguem edital e ordem de prioridade conforme renda e carga horária.

Fonte: elaboração nossa (2025).

Ressaltamos que, de maneira geral, os únicos programas da regional que apresentam maior transparência são os da UFSC e da Unipampa. Os demais não disponibilizam informações



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

de fácil acesso e/ou links atualizados nas páginas dos próprios PPGs sobre as questões pesquisadas. Tais informações são consideradas essenciais tanto para os estudantes já vinculados quanto para aqueles que desejam ingressar na pós-graduação, uma vez que grande parte dos profissionais não se insere nesses espaços por falta de conhecimento sobre seu funcionamento.

4. ENCAMINHAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a massiva participação de estudantes, representantes discentes, docentes, profissionais interessados no ingresso na pós-graduação e estudantes da residência multiprofissional, foi discutida e deliberada a realização de seminários internos de pós-graduação com sugestões de temas como: atualização do Currículo Lattes e produtividade. Além disso foi destacado sobre a imprescindibilidade de transparência dos PPGs quanto às políticas de bolsas e ações afirmativas na Regional Sul 1; maior disponibilidade de recursos financeiros e transparência nos auxílios para participação em eventos; fortalecimento da discussão sobre a inclusão da pós-graduação na assistência estudantil; articulação e aprofundamento das discussões sobre residências multiprofissionais e técnicas no campo sociojurídico; atribuições dos bolsistas; tempo de vinculação do egresso com o PPG; maior transparência e uniformização na distribuição de bolsas e no acesso de estudantes trabalhadores; mobilização e fortalecimento dos programas da regional; abertura do grupo de WhatsApp da regional aos estudantes; e reuniões da regional aberta aos pós-graduandos, não sendo restrita apenas às representações formais.

Outro ponto destacado foi a importância de ampliar a participação de discentes nas reuniões da instância nacional como comissão ampliada. Também foi discutida a necessidade de fortalecer a articulação entre graduação e pós-graduação, considerando que os graduandos de hoje serão os futuros pós-graduandos. E para que tenhamos uma pós-graduação articulada e fortalecida, é fundamental iniciar esse trabalho desde já.

Tais encaminhamentos e a síntese das discussões são oriundas da primeira reunião da gestão 2025-2026 com os representantes discentes da Regional Sul 1, e das deliberações realizadas ao longo da oficina, com a participação de estudantes, docentes, discentes de pós-graduação e profissionais, contemplando especialmente as deliberações do Fórum de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Representantes Discentes da regional que serão apresentadas e discutidas na Oficina Nacional da ABEPSS durante o Fórum Nacional de Discentes da Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa (ABEPSS). **Mapeamento das residências em área profissional e Serviço social**. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-abepss-residencia-201812031150396627330.pdf>. Acesso em: ago.2025.

Manifestação interinstitucional sobre a residência em Serviço social em unidades do ministério público e Tribunais de justiça. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-entidades-resjuridica2024.pdf>. Acesso em: ago.2025.

OLIVEIRA, L. M. L. et al. A preceptoria na formação de profissionais de saúde. In: OLIVEIRA, L. M. L.; CASTRO, M. M. C; STEPHAN-SOUZA, A. I. **Formação em saúde**: contribuições do Serviço Social para a construção do SUS. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LIZARDO, Elisangela (org.); BONONE, Luana Meneguelli, OLORRUAMA, Dan FAIRBANKS, Cristiane; SOUSA, Euzébio Jorge Silveira de. **Dossiê Florestan Fernandes**: Pós-graduação e trabalho no Brasil. São Paulo: ANPG/CEMJ, 2023.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O MESS SOBRE A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA HISTÓRICA

Maria Izabel da Silva Alves⁴²

Valéria Moraes⁴³

É uma alegria estar aqui, porque esse espaço não é apenas um evento, mas sim um momento ético-político em que reafirmamos o sentido do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS). O movimento é, antes de tudo, um lugar de acolhimento, de luta e de trocas. Aqui encontramos estudantes de diferentes regiões, idades e trajetórias, mas que compartilham da mesma busca: fortalecer o nosso projeto ético-político e a luta coletiva da nossa profissão.

Sabemos que vivemos em um contexto de precarização e mercantilização da educação, e que a vida estudantil está atravessada pelas condições da classe trabalhadora: muitos precisam conciliar trabalho, estágio, saúde, responsabilidades familiares... e nem sempre conseguem estar presentes nesses espaços. Isso não diminui ninguém. Mas reforça o quanto é importante pensarmos em formas diferentes de acolher e ampliar a participação: seja por um debate mais crítico, mais afetivo, presencial, digital... o importante é não desistir de construir caminhos. Como diz uma professora minha da UCS: quantas vezes for necessário, precisamos reafirmar a importância desses espaços.

Também é fundamental entendermos nossos limites: não cabe a nós assumir uma postura messiânica, como se tivéssemos que “salvar” todos os colegas. Mas cabe, sim, reconhecer as condições de cada um e buscar maneiras de manter o diálogo aberto. Nem sempre conseguimos de imediato e tudo bem. Mas por que não tentar de novo? Por que não pensar em outras estratégias para que mais estudantes se reconheçam nesse movimento?

⁴² Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). ENESSO RVI e discente de graduação na ABEPPSS –Regional Sul I. E-mail: maria.izabelsilva@uel.br.

⁴³ Estudante de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul (UCS). ENESSO RVI e discente de graduação na ABEPPSS-Regional Sul I. E-mail: vmoraes5@ucs.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

E aqui cabe lembrar: as críticas sempre existirão. Marx foi uma das figuras mais criticadas da história e, mesmo assim, construiu um legado que atravessou séculos e inspira até hoje. A história se faz desse jeito: enfrentando contradições e resistindo às críticas. Estar aqui hoje também é fazer história. Se eu ocupo esse espaço, é porque antes de mim muitos lutaram para que ele existisse. E o mais importante: que ele não seja apenas meu, mas de muitos outros estudantes que virão depois. Pois a luta estudantil e profissional é, antes de tudo, coletiva. E como Marx nos ensinou, é na organização da classe trabalhadora que encontramos força para enfrentar as contradições do capitalismo. É nesse horizonte que o Serviço Social se afirma, defendendo uma formação crítica e uma prática profissional comprometida com a transformação da realidade. Que este encontro seja, portanto, um espaço de inspiração, de diálogo e de fortalecimento da nossa caminhada coletiva.

Hoje trago um pouco sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), e a sua importância não apenas para nós, estudantes, mas também para a história do Serviço Social brasileiro.

O Mess está alinhado com o nosso projeto ético-político hegemônico, e sua trajetória sempre foi marcada por mobilizações, marchas, ocupações e denúncias que têm como objetivo central garantir uma formação crítica, vinculada à realidade brasileira e comprometida com a classe trabalhadora. Nossa militância não está separada da sala de aula ou da pesquisa, pelo contrário: é justamente no encontro entre teoria, prática e movimento social que nos formamos como sujeitos políticos.

No final da ditadura, com o crescimento das mobilizações sociais e da abertura política, ocorreu em 1978, em Londrina, o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), que marcou o início da articulação nacional do movimento estudantil de serviço social. Anos mais tarde, em 1987, o Mess passou a ser a SESSUNE, uma subsecretaria na UNE. Finalmente em 1993, assumiu o nome que carregamos até hoje: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essa trajetória mostra que o movimento estudantil, se construiu em momentos de cerceamento democrático, mas também revela nossa capacidade de resistir e nos reinventar.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

De acordo com o Estatuto da ENESSO (2024), a entidade é a representação nacional dos estudantes de Serviço Social, atuando de maneira autônoma e articulada a outros movimentos sociais comprometidos com um projeto societário justo e livre de opressões. Entre seus princípios estão a defesa de um Serviço Social crítico, anticapitalista e antirracista; a luta por uma educação pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada; a recusa ao autoritarismo; o respeito ao Código de Ética da profissão; a articulação com movimentos sociais e coletivos; e a defesa de estágios de qualidade que assegurem condições de permanência estudantil.

A ENESSO se materializa por meio dos eixos organizativos: finanças, comunicação, secretaria, movimentos populares, formação profissional, sócio-cultural e combate às opressões. Também compõem a organização as setoriais LGBTQIAPN+, a setorial feminista, a setorial Sankofa, a frente étnico-racial, a setorial anticapacitista e a setorial de parentalidade. Que são responsáveis por conduzir um debate transversal sobre suas temáticas, garantindo que essas discussões estejam articuladas ao conjunto das lutas do movimento. Esses espaços ampliam a voz e a representatividade das nossas lutas, reafirmando que não existe transformação social sem enfrentamento das opressões estruturantes da sociedade capitalista.

É importante ressaltar que o movimento estudantil de Serviço Social nunca atuou de forma isolada. Ele mantém alinhado com as entidades da categoria profissional CFESS/CRESS e ABEPSS e outros movimentos sociais. Essa articulação é fundamental para reafirmarmos que a luta estudantil faz parte da luta da classe trabalhadora, e não pode ser reduzida a uma pauta individual.

Na conjuntura atual, a ENESSO reafirma sua identidade como uma organização antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e antiLGBTfóbica, que busca à combater as expressões da questão social. Nossa papel é enfrentar a precarização da universidade pública, denunciar o avanço da privatização e fortalecer os espaços coletivos de formação e luta.

Eu gosto sempre de lembrar que o movimento estudantil nos ensina duas coisas fundamentais:



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

- Primeiro, que a luta é sempre coletiva. Ninguém muda o mundo sozinho. É nos coletivos, nos encontros, nas assembleias, nas reuniões e nas marchas que encontramos força e esperança;
- Segundo, que a luta é também um espaço de formação humana e política. É ali que também nós formamos enquanto futuro assistente social, é ali que nos tornamos sujeitos políticos.

Portanto, quando falamos do MESS e da ENESSO, não estamos falando de algo externo à nossa vida estudantil. Estamos falando de nós mesmas (os), das nossas experiências, das nossas dores, mas também das nossas esperanças. Estamos falando de como queremos ser formados e de que lado da história queremos estar.

Seguimos acreditando que a luta estudantil é parte indissociável da luta de classes. Como diz a gestão da ABEPSS, precisamos ter sempre a certeza na frente e a história na mão, porque só assim conseguimos caminhar com firmeza, lembrando das lutas que vieram antes de nós e comprometendo-nos com aquelas que ainda estão por vir.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Lesliane. **O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro:** contribuições para a (re)construção da profissão. Universidade e Sociedade, Brasília, DF, n. 59, p. 128-140, jan. 2017. Publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.** Versão vigente – 2024. [S. l.: s. n.], 2024.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MESA 3: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E PARTICULARIDADE REGIONAL:

exploração, lutas sociais e respostas coletivas

ABERTURA

Fernanda Nunes da Rosa⁴⁴

É com imensa honra que abrimos o debate desta Mesa 3 sobre a pesquisa em Serviço Social e as particularidades regionais, que reúne Assistentes Sociais, professores, pesquisadores ligados às múltiplas dimensões dessa realidade. São atores sociais, representantes de entidades de classe, protagonistas da nossa profissão que estão inseridos na região Sul I, vivenciando e pesquisando esta realidade a partir do Serviço Social.

A pesquisa em Serviço Social assumiu um lugar de destaque nas últimas décadas, a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, que reposicionou o seu lugar no âmbito da Universidade, do trabalho profissional e da produção de conhecimento. A pesquisa também foi impulsionada com a abertura e a expansão dos cursos de Pós-graduação (1972) na área, a inserção da área na CAPES (1976) e a consolidação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em meados dos anos 1990, com a definição de um estatuto e a renovação do propósito de contribuir para o aprimoramento da formação e da pesquisa em Serviço Social.

A pesquisa em Serviço Social foi tomando um corpo sólido em torno de temáticas e linhas de pesquisa, a ponto de ir se constituindo na principal referência formativa para as/os Assistentes Sociais, substituindo a antiga referência sincrética e eclética da profissão (NETTO, 2007). Nessa direção, Carvalho e Silva (2005) mostram as principais temáticas pesquisadas, destacando a produção de conhecimento no âmbito da política social. Essa produção de

⁴⁴ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com período de doutorado sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fernanda.rosa@ufrm.br.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

conhecimento, nos últimos anos, tornou-se referência para além da área, ganhando visibilidade e notoriedade no campo mais amplo das ciências sociais, humanas e, inclusive, da saúde.

As pesquisas sobre a produção de conhecimento na área e os levantamentos do tipo “estado da arte” têm permitido identificar os avanços e as necessidades de aprofundamento. Eis que um dos desafios que parte a atual Gestão da ABEPPS (2025-2026) é da unidade entre teoria e prática, com seu lema “Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade: em defesa das lutas sociais emancipatórias”. Com esse lema a entidade se volta para o aprofundamento, enraizamento e consolidação do debate sobre a diversidade de lutas sociais em perspectiva de totalidade no âmbito das Diretrizes Curriculares.

As palestras da presente Mesa 3 apontam para as lutas sociais emergentes, que ganharam visibilidade na cena pública a partir dos anos 1980 e 1990, com a redemocratização da sociedade e o avanço do protagonismo dos movimentos sociais. Esse processo se deu não sem conflitos e contradições inerentes à sociabilidade capitalista, que reforça a fragmentação das lutas sociais, por meio do componente econômico-corporativo que integra a ideologia individualista neoliberal. Dissimulando a realidade, essa ideologia opera o apagamento das determinações que constituem o eixo articulador das desigualdades e opressões que geram essas mesmas lutas.

Trata-se das lutas étnico-raciais, da população LGBTI+, das pessoas com deficiências, que se espalham por todo o tecido brasileiro, cada qual com suas particularidades regionais, mas que compartilham as mesmas determinações sociais. O intuito dessa gestão da ABEPPS (2025-2026) “A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva” é avançar no desvelamento dessa realidade, contribuindo para a qualificação da formação das/os Assistentes Sociais em nível de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, é necessário resgatar o terreno sócio-histórico em que se dão essas lutas sociais, tendo como referência a experiência e o cotidiano daqueles que vivem as múltiplas formas de exploração, opressão, dominação e a ela resistem. É no movimento de apreensão das particularidades dessas lutas sociais que será possível compreendê-las no conjunto da totalidade social, da qual são indissociáveis.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

A Região Sul I vem sendo atravessada por números avassaladores, liderando os registros de racismo e violência contra a população LGBTI+. É também uma das regiões brasileiras que mais tem sofrido com os desastres socioambientais, destacando-se as enchentes de maio de 2024 e de 2025 que arrasaram o Estado do Rio Grande do Sul. Esses que parecem algo raro e extraordinário têm se tornado uma cada vez mais comuns, aumentando de oitenta ao ano (1970) para quatrocentos (2008). (Ávila; Mattedi; Silva, 2017).

Os desastres socioambientais têm afetado a parcela mais empobrecida da população, que tende a residir em áreas ecologicamente vulneráveis, como encostas íngremes de morros, planícies inundáveis, além do próprio caráter precário das moradias. Esses eventos climáticos afetam a saúde, o trabalho, a educação, atingindo sobremaneira a totalidade das condições de vida do segmento da população que é a mais vulnerável. Os desastres socioambientais ainda amplificam os efeitos das desigualdades sobre os grupos étnico-raciais, como é o caso do racismo ambiental.

Dessa forma, há um entrelaçamento entre as situações-limite e condições desiguais e opressivas que afetam diversos segmentos sociais, o que está na ordem do dia da agenda da pesquisa em Serviço Social. Os desastres socioambientais são produto do padrão sócio-histórico em curso nas últimas décadas. Trata-se do sistema destrutivo sociometabólico do capital que, nos termos de Mészáros (2007), apropria-se da natureza de modo predatório, aprofundando as desigualdades e contradições inerentes a esse sistema.

A consciência da importância do debate sobre os desastres nas pautas da pesquisa em Serviço Social, ultrapassando a linha assistencial, por meio da qual é dever profissional "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades" (CFESS, 1993, p. 23), para inserir essa temática no campo estratégico da gestão dos desastres, ultrapassando o contorno de urgência e imediaticidade que caracterizam essas ações, é pauta da ordem do dia para a pesquisa em Serviço Social.

E esse é um dos tópicos a ser abordado nesta Mesa 3, com a participação da Profa. Nadiana Rosa Marques que abordará a concepção de desastres e a relação com o Serviço Social,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

buscando preencher uma lacuna no debate acadêmico nesse campo, trazendo para a agenda da pesquisa em Serviço Social na Região Sul I um debate atual, urgente e que entrou tardivamente em nosso campo.

Na esteira, a Profa. Líria Lanza vai abordar uma temática silenciada e invisibilizada na agenda das políticas sociais que são as migrações. Fenômeno que tem se tornado cada vez mais parte da dinâmica de sobrevivência das populações periféricas, tem adquirido contornos específicos na Região Sul I, que recebe migrantes haitianos e bolivianos para trabalhos precários, caracterizando uma migração entre países periféricos, no sentido sul sul (LANZA; RIBEIRO; FAQUIN, 2018).

A Profa. Líria tem mostrado em suas pesquisas que os migrantes, dada a sua condição de vulnerabilidade, por estarem em um território distante da sua rede de proteção, não dominando os códigos linguísticos e culturais, são suscetíveis a muitas formas de exploração e desproteção social. Esses migrantes vêm buscar melhores oportunidades de trabalho e de vida, colocando sua força de trabalho em função das necessidades econômicas do capital.

Os migrantes, nas palavras dessa autora, entre outros:

[...] não têm sido vistos como público dotado de particularidades, e seu atendimento, portanto, necessita de redimensionamento de gestão em nível municipal e local. É possível, então, inferir a ausência de conhecimento sistematizado acerca dos territórios. Não sendo conhecida pelos profissionais sua estruturação em termos de recorte populacional, nem seus usos, a emergência dos fluxos migratórios é invisibilizada na qualidade de novos sujeitos que usam e produzem os territórios. (Lanza; Ribeiro; Faquin, 2018, p. 276).

A migração nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande Sul adquire contornos específicos, são migrantes que vêm de outros países para trabalhar nas indústrias de carnes e abatedouros, em condições aviltantes de trabalho, dada a exploração e as condições dos frigoríficos.

Essa discussão da particularidade regional ainda articula-se ao debate da dimensão étnico-racial, que será abordada pelo Prof. André Henrique Mello Corrêa. Tema que também tem sido invisibilizado devido às raízes históricas da Região Sul I que aparece unicamente como produto da imigração de europeus brancos.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Escravos, quilombos e povos indígenas formam e formaram parte deste solo, Região Sul I, durante muitos anos. A escravidão também deixou seu legado na região sul e suas mais diversas manifestações são silenciadas, principalmente, seus efeitos após a abolição da escravidão. Em razão de uma cultura racista de embranquecimento, o Rio Grande do Sul, em particular, tem aparecido como um dos estados com maiores índices de registros de casos de racismo e injúria racial no país.

Por outro lado, é no âmbito do Rio Grande do Sul que lutas sociais da população negra se destacam, como os movimentos em prol da celebração do Dia da Consciência Negra no dia 20 de Novembro e a participação da primeira mulher negra a compor o Conselho Nacional de Educação, que instituiu as diretrizes para o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas.

Assim, os anos de 1980 e 1990 foram importantes para o espraiamento das lutas sociais em torno da democracia étnico-racial, a exemplo do movimento de mulheres negras. Contudo, para avançar na agenda da pesquisa é preciso abordar as particularidades regionais, as estratégias e táticas de enfrentamento ao racismo no cotidiano (Correa; Alves, 2025).

O Rio Grande do Sul também é o Estado com o registro do maior número de violências à população LGBTQI+, sendo que o Brasil está na liderança entre os países que cometem esse tipo de violência, principalmente contra transexuais e travestis, como aponta o Prof. Guilherme Gomes Ferreira. Nossa autor vai nos representar nesta Mesa 3 ao abordar a temática de gênero no âmbito da particularidade regional, mostrando que a sociedade capitalista não é orientada para a diversidade. (Ferreira, 2024).

A diversidade também vai ser o ponto de conexão da palestra do Prof. Guilherme Ferreira com a palestra da Ms. Assistente Social Daiane Mantonelli ao discorrer sobre o capacitismo e o Serviço Social na presente Mesa de debate, tendo em vista que a deficiência faz parte da diversidade humana.

Assim como a noção de raça serve de justificativa para a produção e reprodução ampliada do capital, o estabelecimento de um corpo pretensamente ideal com determinadas características tidas como normais, pautada na supremacia do homem branco, serve de justificativa e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

legitimidade ideológica para a lógica de dominação, exploração e opressão na sociabilidade do capital.

Com auxílio de cientistas e da própria medicina biomédica, de cunho higienista, muitas dessas noções foram fortalecidas a fim de preparar o corpo produtivo para o capitalismo, do trabalhador ideal, justificando a exclusão de um amplo contingente de seres humanos. Assim, recuperamos pouco a pouco os aspectos que interligam as lutas sociais da presente Mesa, tarefa complexa mas necessária ao Serviço Social, comprometido com a justiça social e com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AVILA, M. R. R.; MATTEDEI, M. A.; DA SILVA, M. S. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 129, mai./aug. 2017.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (Org.) **Serviço social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

CORREA, A. H. M.; ALVES, L. D. **Combate ao racismo, cotidiano e trabalho profissional:** notas ao debate. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 24, n. 47, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/42400> Acesso em: 10 ago. 2025.

FERREIRA, G. G. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2024. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 10).

LANZA, L. M. B.; RIBEIRO, P. B. A.; FAQUIN, E. S. Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de segurança social. **Revista Katálysis**, n. 21, mai./ago. 2018.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SERVIÇO SOCIAL, PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

André Henrique Mello Correa⁴⁵

1. INTRODUÇÃO

Às reflexões ora empreendidas, tratam-se de sínteses da pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ), intitulada – “*A história não avança pedindo permissão*”: *A agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político*, sob orientação da professora Dra. Fátima Grave Ortiz.

Pois bem, temos verificado no tempo presente um avanço incontestável acerca do debate étnico-racial no âmbito da profissão, expresso na agenda das entidades da categoria – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, a exemplo: a) Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020); Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia” (2022); os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional (ABEPSS, 2018); as cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate (ABEPSS, 2018a); a inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022); a Plataforma Antirracista da ABEPSS (2022); as lives pela TV ABEPSS; Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS), que teve como tema – “*A virada agora é preta! 40 anos do Congresso da Virada. Por uma práxis antirracista*”, realizado entre os dias 15 a 18 de janeiro de 2020, em Niterói/RJ e o Movimento #MárciaFica, organizado pelos discentes do Serviço Social da PUC-SP, para ficarmos nestes exemplos. Cabe a nota de que:

⁴⁵ Assistente Social. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ahmc.associa2019@gmail.com



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

[...] estas entidades não pautam os debates, suas agendas políticas e ações programáticas à revelia dos dilemas e desafios que marcam o tempo presente. Ao contrário, tais entidades acompanham o próprio movimento da história, estando profundamente sintonizadas com as questões candentes que se colocam na ordem do dia para a profissão – como a necessidade do efetivo enraizamento do antirracismo no campo da formação e do trabalho profissional –, e também são resultantes não apenas das construções democráticas e coletivas forjadas em suas instâncias deliberativas, como das disputas que atravessam o interior da categoria profissional (Moreira, 2024, p. 41-42).

Tais avanços, também se revelam, no âmbito da produção do conhecimento na área – TCCs, dissertações e teses, livros; bem como, dossiês em revistas na área, eixos temáticos em eventos (CBAS, ENPESS, ENPS, JOINPP, dentre outros). Nesta toada e acúmulo, destaco a realização de importantes eventos neste ano corrente, na ocasião do centenário de Clóvis Moura (1925-2003), importante pensador, cuja fortuna crítica vem sendo adensada na produção teórica na profissão; a exemplo do *I Seminário Formação Antirracista no Serviço Social: Marxismo, sujeitos históricos e territórios de resistência*, que ocorreu nos dias 12 e 13 de junho de 2015, na Universidade Federal do Espírito Santo e o *Centenário Clóvis Moura: Pensamento social e contribuição às lutas da classe trabalhadora no Brasil*, que ocorrerá nos dias 10, 11 e 12 de Novembro na UFF Niterói(RJ).

É importante destacar, que estes avanços em torno da matéria, se dão por determinações internas e externas à profissão. Se hoje, o debate revela uma certa centralidade em torno do debate étnico-racial, com outros dimensionamentos, ele não é novo. A ausência, também é reveladora e nos convida a analisar o “Serviço Social na história”, sem cair num pretenso *cronologismo*, inscrito no âmbito das relações sociais e determinado pelo pensamento social nas diferentes conjunturas deste país, marcado pelo eugenismo, pelo mito da democracia racial que se redimensiona em tempos de conservadorismo moral-reacionário, que esta quadra histórica nos coloca.

Nestes termos auferidos, Silva (2022) nos chama a atenção para o seguinte aspecto que, a nosso ver, faz-se central numa perspectiva de análise da realidade, captando seu movimento dialético e contraditório, no qual se situa:

A identificação dos diálogos que a profissão realiza com o pensamento social em cada época, como incorpora e produz formulações conceituais próprias, como apreende as determinações que definem suas finalidades e explicita suas concepções ético-políticas e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

teórico-práticas são requisitos para o entendimento da gênese e institucionalização do serviço social no país. E ao se tratar da realidade brasileira, todos esses dados precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, desigualdades, elementos estruturais da nossa formação social e histórica (Silva, 2022, p. 38).

A pesquisa de Camila Manduca Ferreira (2010) - *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947)* e de Gracyelle Costa Ferreira (2020) - *Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros*, são bastante reveladoras, nesse sentido.

Do mesmo modo, neste cenário de avanços, não deixa de incorrer desafios substantivos, que nos termos de Tales Fornazier (2024), nos provocam a analisar a forma e o conteúdo do antirracismo pela categoria, em outras palavras, sua adesão real ou formal ao antirracismo; bem como, a direção teórico-metodológica acerca do debate e sua apreensão no âmbito da formação profissional (graduada e pós-graduada) e do trabalho profissional⁴⁶.

Pois bem, dentro do que nos cabe, nesta mesa, considerando esta introdução, trataremos do debate da produção do conhecimento e relações étnico-raciais. Buscarei fazer um movimento, particularizando a produção do conhecimento acerca da matéria nos PPGs da área da regional Sul I da ABEPSS, ao que tange às dissertações e teses no período de 2013-2022.

Esse delineamento temporal não é aleatório. Situa-se em uma conjuntura de inflexões na realidade brasileira, a exemplo da promulgação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2009), do Estatuto da Igualdade Racial, Lei. nº 12.288/2010 (Brasil, 2010); e da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), para ficarmos nestes exemplos que, de alguma maneira, informaram também a profissão no campo de uma *virada* inicial na produção do conhecimento, em alguma medida. No escopo do Serviço Social, em 2010, ocorre a criação dos GTPs no âmbito da ABEPSS⁴⁷, bem como se demarca o posicionamento do CFESS,

⁴⁶ A exemplo do importante relatório recém publicado pelo Comitê Paranaense de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do CRESS-PR – *Mapeamento perfil das/os Assistentes Sociais do Paraná e estratégias de combate ao racismo* (2025).

⁴⁷ Tem-se 8 GTPs no âmbito da entidade, respectivamente: (i) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; (ii) Política Social e Serviço Social; (iii) Serviço Social - Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; (iv) Movimentos Sociais e Serviço Social; (v) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; (vi) Serviço Social,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

favorável às políticas de ações afirmativas na ocasião do 39º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2010, em Florianópolis/SC.

Na última avaliação quadrienal da CAPES (2021), observa-se que 4.512 PPGs foram avaliados no Brasil⁴⁸. A Área 32, na qual se encontra o curso de Serviço Social, concentra 0,79% dos PPGs do total geral (36 PPGs). O documento citado evidencia que “Os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, no Brasil, constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume” (CAPES, 2021, Área 32, p. 4).

Na ocasião, 36 PPGs compunham a Área 32 – Serviço Social, sendo que 16 – (44,4%) PPGs ofertam apenas o Mestrado e 20 – (55,6%) ofertam o Mestrado e Doutorado. O conjunto dos PPGs se encontra distribuído em todas as regiões do território nacional, respectivamente, com 30 – 83,3% PPGs com vinculação a instituições públicas e seis – 16,7% vinculados a instituições privadas e/ou comunitárias.

Verifica-se a seguinte distribuição na relação de regionais e PPGs:

- a) Centro-Oeste: 03 PPGs – 8,3%;
- b) Leste: 09 PPGs – 25%;
- c) Nordeste: 10 PPGs – 27,8%;
- d) Norte: 05 PPGs – 13,9%;
- e) Sul I: 06 PPGs – 16,7%;
- f) Sul II: 03 PPGs – 8,3%.

Quanto a Regional Sul I, que corresponde aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, temos à seguinte caracterização dos programas da área:

QUADRO 1 – Caracterização dos PPGs da Área do Serviço Social, região Sul I da ABEPSS

Feminismos, Relações Étnico-raciais, de Gênero, Sexualidades e Classes Sociais; (vii) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; (viii) Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

⁴⁸ Dentre os 4.512 Programas de Pós-Graduação avaliados, tem-se a seguinte distribuição, de acordo com os colégios mais amplos da áreas de conhecimento: Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (1.549 - 34,33%); Colégio de Humanidades (1.513 - 33,53%); Colégios de Ciências da Vida (1.450 - 32,14%).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUL I	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social	Pública	Mestrado (2001) Doutorado (2011)	Política Social	Gestão de Políticas Sociais	4
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social	Pública	Mestrado (2016)		Serviço Social e Trabalho	
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social	Privada / comunitária	Mestrado (1977) Doutorado (1998)	Serviço Social, Políticas e Processos Sociais	Estado, Sociedade e Políticas Sociais	4
						Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional	
						Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências	
						Serviço Social, Ensino e Formação	
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Pública	Mestrado (2001) Doutorado (2011)	Serviço social, direitos humanos e questão social.	Serviço Social, Segurança Social e Políticas Sociais	7
						Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais	
						Direitos Sociais, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina	
	Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos	Privada / comunitária	Mestrado (2006) Doutorado (2014)	Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais	Serviço Social, Ética e Formação Profissional	5
						Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana	
	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE Toledo)	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Pública	Mestrado (2013)	Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional	Trabalho, Lutas Sociais e Direitos	3

Fonte: Sistematização e organização do autor (2023), a partir de dados do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES; Banco de Dados Teses e Dissertações - visão quantitativa (2013-2022).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Na região Sul I, temos respectivamente 4 Doutorados, contabilizando a PUC-RS⁴⁹, e com previsão de abertura no PPG da UFRGS. Ainda, temos a previsão de abertura de mais 1 PPG na área na UFSM, a nível de mestrado.

Nesta toada, de caracterização geral dos PPGs, auferimos a análise acerca da produção do conhecimento acerca das relações étnico-raciais, no período referido. Para esta empreitada, partimos do conjunto das categorias e conceitos preliminarmente elencadas, expressas nos títulos das produções e nas palavras-chave das dissertações e teses, sendo estas: “raça”, “racismo”, “relações raciais”, “relações étnico-raciais”, “etnia”, “indígenas”, “cotas raciais”, “ações afirmativas”, “quilombolas”, “povos e comunidades tradicionais”, “interseccionalidade”, “consubstancialidade”, “igualdade racial”, “afrodescendentes”, “ciganos”, “ribeirinhos”, “branquitude”. Este arco de categorias que se apresentam no conjunto da produção acadêmico-científica na área, no limite, é revelador de como vem se expressando o que viemos chamando de construção de uma agenda antirracista no Serviço Social brasileiro, no âmbito da pesquisa e produção do conhecimento. O que não suprime desafios e dilemas no campo do trabalho profissional, dadas suas especificidades e ineliminável caráter sincrético.

Cabe ainda, destacar neste exercício de aproximações, o que nos revela o último Relatório de Avaliação Quadrienal da CAPES (2021). Tem-se listado um conjunto de temáticas presentes no ciclo avaliativo, vinculadas aos eixos temáticos previstos sobre impacto e caráter inovador da produção intelectual/bibliográfica e técnica, em função da natureza dos PPGs.

Dentre as temáticas apareceram, respectivamente: Questão racial e questão social; Criminalização de jovens pretos, pobres e favelados; Questão social e relação com gênero, etnia, raça, sexualidade, violência e geração; Sistema Único de Saúde e acesso por mulheres transexuais autodeclaradas negras; Educação antirracista; Questão racial e luta antirracista; Questão étnico-racial; Mulheres e interseção de gênero, raça, etnia, geração; Interseção gênero, raça, etnia e classe social; Relações raciais no Brasil; Lutas antipatriarcal, antirracista e

⁴⁹ O PPG da PUC-RS, nota 7 na última avaliação quadrienal, encontra-se em processo de fechamento. Destacamos a nota pública elaborada pelo CFESS, ABEPSS e assinada pelo conjunto dos PPGs da área. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/cfess-e-abepss-divulgam-nota-publica-em-defesa-do-curso-de-servico-social-da-pucrs-552>.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

antiheteronormatividade; Articulação entre as lutas antirracistas e anticapitalistas; Lei de Cotas; Racismo estrutural; Juventude negra e genocídio; Direitos de povos e comunidades tradicionais (quilombolas); Proteção social a povos indígenas na Colômbia e Brasil; Práticas sustentáveis de saúde em comunidades ribeirinhas; População quilombola e luta por direitos; Defesa de direitos dos indígenas; e Defesa de território indígena⁵⁰.

Ao que pese a premissa em torno do espraiamento e maior adensamento quantitativo da produção acerca das relações étnico-raciais na área, nos diversos espaços e frentes, é fato que o conjunto das produções não se apresenta de forma unidimensional, por certo congrega direcionamentos teórico-metodológicos distintos, cabendo observar tendências que atravessam esse debate no interior da profissão, a exemplo da interseccionalidade; teoria da reprodução social, decolonialidade, tradição marxista (a exemplo do chamado marxismo negro). Todo este arcabouço teórico, em sua robustez e direcionamento, diga-se de passagem, além de apresentaram diferenças entre si, apresentam substantivas diferenças internas, a depender das elaborações e apreensões acerca da matéria e seus respectivos fundamentos de interpretação da realidade social, implicando na forma e conteúdo do antirracismo.

É nessa linha que concordamos com Moreira sobre o fato que

[...] a conjuntura nos demanda reagir e pensar coletivamente estratégias, na direção da defesa e manutenção do legado construído pela categoria e, ao mesmo tempo, na incorporação e ampliação do debate étnico-racial na formação profissional e no âmbito da pesquisa (Moreira, 2019, p. 95).

Por certo, situando o *Serviço Social na história*, a conjuntura abarca céleres rebatimentos no campo da formação e trabalho profissional; a apreensão teórico-crítica acerca das relações étnico-raciais vem a contribuir num processo crítico-reflexivo acerca das determinações das expressões da “questão social”, substanciada pelas relações sociais de sexo, étnico-raciais e de

⁵⁰ O conjunto das temáticas foram identificadas nos seguintes eixos temáticos: (i) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; (ii) Serviço Social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos, formação e trabalho profissional; (iii) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; (iv) Serviço Social, Política Social e Relações de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades sociais, econômicas e culturais. Não apresentaram, temáticas afetas às relações étnico-raciais, os seguintes eixos:(i) Política Social; (ii) Avaliação e análise de políticas públicas no Brasil e na perspectiva comparada com outros países; (iii) Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Serviço Social; (iv) Questão Agrária, Urbana e Ambiental, Migrações; (v) Questão Geracional, Políticas Sociais e Serviço Social (CAPES, 2021).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

classe, que se rebatem para o conjunto da classe trabalhadora, na sua diversidade sexual, étnica e racial, posta no conjunto de demandas nos espaços sócio-ocupacionais, o que denota a importância do debate até aqui empreendido, para fins da apreensão da pesquisa e produção do conhecimento na área.

1.1 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DISSERTAÇÕES E TESES NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL (2013-2022)

Mapeamos no período um total de 5418 produções (4120 dissertações e 1298 teses), deste total, 329 trabalhos versaram sobre o debate étnico-racial (235 dissertações e 94 teses), correspondendo a 6% do montante.

Podemos notar, ao analisarmos o quadro geral das dissertações e teses afetas à matéria no período, no conjunto dos PPGs da Área, que houve uma inflexão na produção teórica de forma mais incisiva no tempo presente, após 2018. Temos como hipótese, principalmente, o papel da entrada de docentes negras/os, indígenas e quilombolas no corpo docente, nesse meio termo – ainda que continue sendo um desafio permanente –; e da entrada de estudantes provenientes da política de cotas, que possuem como agenda de pesquisa o debate acerca das relações étnico-raciais, com distintos objetos de pesquisa, na pós-graduação.

Esse movimento acompanha a incidência política, o tensionamento e o espraiamento após a Campanha do triênio do Conjunto CFESS-CRESS – *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020)* (CFESS, 2020) e os documentos da ABEPSS – *Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social* (ABEPSS, 2018) e *As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate* (ABEPSS, 2018a).

Até aquele momento, a pesquisa referida da ABEPSS (2018) apontava que, na área de Serviço Social, apenas os PPGs da UERJ e UNIFESP possuíam cotas étnico-raciais e dois haviam aprovado para o edital de ingresso do respectivo ano — UnB e UFES.

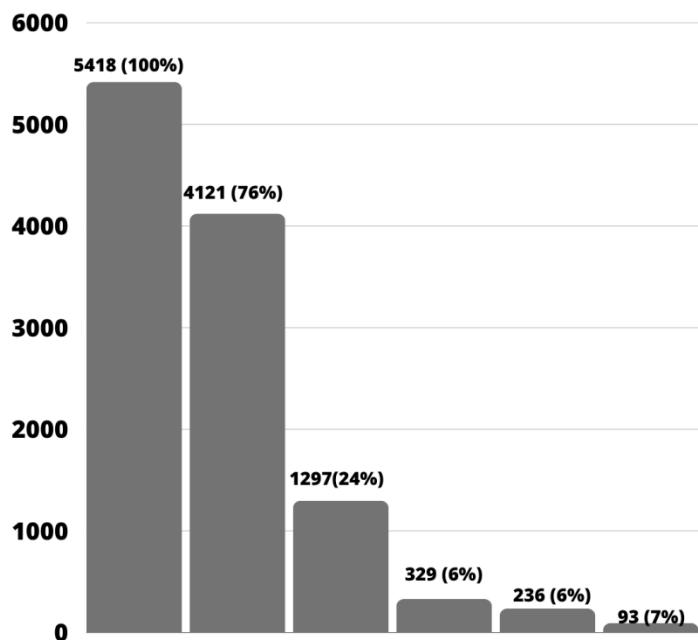
O Gráfico 1 aponta este quadro geral acerca da distribuição das dissertações e teses acerca do debate étnico-racial, diante do montante geral no período. E o gráfico 2, nos revela a incidência e aumento da produção numa crescente significativa nos últimos anos.

XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

GRÁFICO 1 – Distribuição das produções acerca das relações étnico-raciais no conjunto total de dissertações e teses no período (2013-2022)



Legenda:

Total Dissertações e Teses (2013-2022): **5418 - 100%**

Total Dissertações (2013-2022): **4141 - 76%**

Total de Teses (2013-2022): **1297 - 24%**

Total de Dissertações e Teses acerca das relações étnico-raciais (2013-2022): **329 - 6%** *em relação ao total de dissertações e teses no período.

Total Dissertações acerca das relações étnico-raciais (2013-2022): **236 - 6%** *em relação ao total de dissertações.

Total de Teses acerca das relações étnico-raciais (2013-2022): **- 93 - 7%** *em relação ao total de teses.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações Capes; Banco de Dados Teses e Dissertações - visão quantitativa (2013-2022). Sistematização e organização do autor (2023).

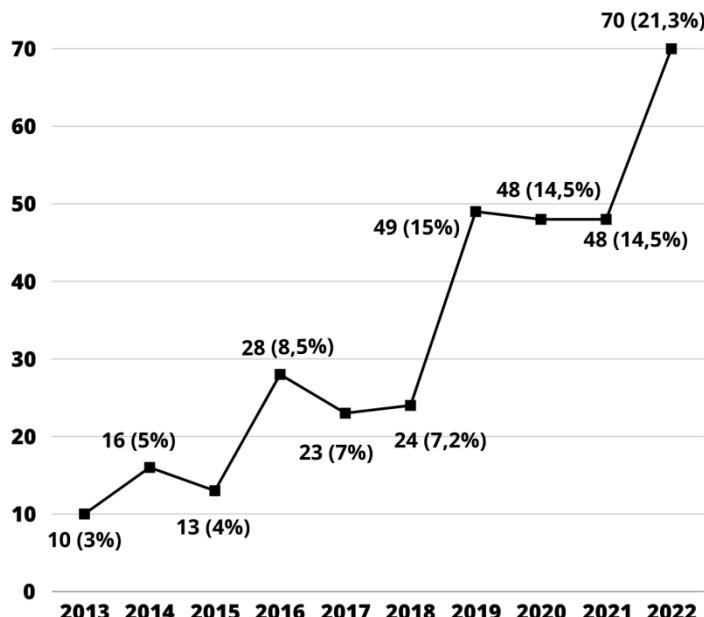


XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

GRÁFICO 2 – Espaçamento de Dissertações e Teses acerca das relações étnico-raciais por ano nos PPGs da Área 32: Serviço Social (2013-2022)



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações Capes; Banco de Dados Teses e Dissertações - visão quantitativa (2013-2022). Sistematização e organização do autor (2023).

O ano de 2022 concentra o maior número de dissertações e teses, com 70 produções. Um avanço substancial em relação aos anos anteriores. Ao analisarmos o número de produções no período nos PPGs da Regional Sul I, temos o seguinte quadro:

- UEL: 4 dissertações e 5 teses, num universo de 92 produções.
- Unioeste Toledo: 2 dissertações, num universo de 70 produções.
- UFSC: 6 dissertações e 5 teses, num universo de 104 produções.
- UFRGS: 5 dissertações, num universo de 64 produções.
- PUC-RS: 3 dissertações e 8 teses, num universo de 140 produções.
- UCPEL: 8 dissertações, num universo de 123 produções.

Ao estabelecermos um quadro temático geral acerca das produções, temos o seguinte resultado, conforme segue:



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Quadro 2 – Distribuição quantitativa das dissertações e teses acerca das relações étnico-raciais, por Regional e agrupamento temático.

REGIONAIS ABEPSS	Ensino Superior, Ações afirmativas, Acesso e Permanência	Formação Profissional, Entidades da categoria e Produção do Conhecimento	Trabalho Profissional	Racismo, Fundamentos e Formação Social brasileira	Povos originários e comunidades tradicionais	Movimentos Sociais Negros, Movimento de Mulheres, Lutas e Resistências	Racismo, preconceito, discriminação, violências e opressões	Políticas Públicas, Sociais e de Promoção da Igualdade Racial	Total geral dissertações/ teses por Regional da ABEPSS
Regional Centro-Oeste	6	2	0	4	1	4	3	12	32
Regional Leste	21	7	0	17	13	7	14	33	112
Regional Nordeste	3	2	0	3	12	3	13	16	52
Regional Norte	4	1	0	1	11	4	2	18	41
Regional Sul I	10	3	2	4	6	4	6	11	46
Regional Sul II	5	5	1	2	6	6	9	12	46
Total dissertações/ teses por agrupamento	49	20	3	31	49	28	47	102	329

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações Capes; Banco de Dados Teses e Dissertações - visão quantitativa (2013-2022). Sistematização e organização do autor (2023).

O maior número de produções, geral e por regional, concentra-se no eixo – políticas públicas, sociais e de promoção da igualdade racial. Trata-se de produções que possuem como preponderante o debate da Política Social, na sua diversidade temática (assistência social, saúde, educação, dentre outros).

Esse quadro geral, no âmbito da pesquisa pós-graduada, tem evidenciado uma ampliação do mercado editorial na área com um número bastante importante de obras recentes, oriundas de pesquisas de dissertações e teses acerca das relações étnico-raciais, sustentando uma agenda de pesquisa de docentes e pesquisadoras/es, conforme representado no quadro abaixo em linhas gerais.

Quadro 3 – Relação de obras publicadas acerca das relações étnico-raciais oriundas de pesquisas de dissertações e teses e outras produções científicas na área de Serviço Social (a partir de 2013)



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

AMARO, Sarita. <i>Racismo, Igualdade Racial e Políticas de Ações Afirmativas no Brasil</i> . Porto Alegre/RS: EdiPUCRS. 2015.
FERRUGEM, Daniela. <i>Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial</i> . Belo Horizonte/MG: Editora Letramento, 2019.
<i>Racismo estrutural, institucional e Serviço Social/ Tereza Cristina Santos Martins, Nelmires Ferreira da Silva, organizadoras. – São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020</i>
SOUZA, Cristiane Sabino. <i>Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente</i> . - 1.ed. - São Paulo: Hucitec, 2020.
EURICO, Márcia Campos. <i>Racismo na Infância</i> . São Paulo: Cortez Editora. 2020. <i>Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos</i> ;
Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo : EDUC, 2021. 162 p. - (Série serviço social).
HENRIQUES, Cibele. <i>Racismo colonial: Trabalho e formação profissional</i> . 1ºed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial; 2021.
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. <i>Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo</i> . 1ª edição - Minas Gerais: Editora Letramento; 2021.
<i>Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate</i> . Maria Helena Elpidio, João Paulo da Silva Valdo, Roseli Rocha (orgs.), 286 páginas. São Paulo/SP: Annablume Editora, 2021.
<i>Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos</i> . Orgs: Márcia Campos Eurico; Rachel Gouveia Passos, Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins. Campinas: Papel Social: 2021.
LEÓN DÍAZ, Ruby Esther. <i>Os reveses da ausência: as "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)</i> . Curitiba/PR. Editora Appris. 2022.
<i>Serviço Social e práticas antirracistas</i> . Organizadoras: Vanessa Cristina dos Santos Saraiva; Nágila Oliveira dos Santos. – Quissamã: Editora Revista África e Africanidade, 2022. 170 p.
CUNHA, Karoline Lucia Santos. <i>Racismo: uma aproximação às bases materiais</i> . – São Paulo: Editora Dialética, 2022. E-book.
FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. <i>Superexploração e Racismo no Brasil: diálogos e questões</i> . 1º ed. – Curitiba: Appris, 2022.
SILVA, Roberta Pereira da Silva. <i>Campo de terra, campo da vida: alternativas de resistência negra e o Negritude Futebol Clube</i> . São Paulo: Editora Dandara, 2022.
<i>Antirracismo e Serviço Social</i> . Organizadoras: Maria Campos Eurico; Maria Liduina de Oliveira e Silva; Rachel Gouveia Passos; Renata Gonçalves. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
BARRETO, Ana Cláudia de Jesus; et al (org.). <i>Serviço social e questão racial: Por uma formação profissional antirracista</i> . Rio de Janeiro: Editora Autografia; FAPERJ, 2023.

Fonte: O autor (2024).

É certo que este quadro é bastante elucidativo de um acerto de contas com a história e intensificação da produção do conhecimento em torno da matéria. Até idos dos anos 2000, a única obra que tratava do debate étnico-racial era “A Ecologia do grupo afro-brasileiro”, publicada em 1966, pelo Departamento da Imprensa Nacional, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, oriunda do TCC Sebastião Rodrigues Alves (Santos, 2022). E a segunda obra, apenas em 2003, ainda que escrito na década de 1980, a produção do TCC, pela PUC-Campinas, de autoria Elisabete Aparecida Pinto (2023), denominado “O Serviço Social a Questão Racial: um estudo da relação do Serviço Social e Clientela Negra”, é publicado como



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

livro, sob o título “O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial (um estudo de sua relação com os usuários negros)”. Esta se insere de forma pioneira, ao se debruçar de forma mais sistematizada sobre esse debate no âmbito do trabalho profissional, referendando preciosa análise no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais e as relações no seu ínterim, entre usuários, profissionais e equipe. Contudo, a obra se encontra esgotada e com pouco conhecimento a seu respeito no conjunto da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate étnico-racial no interior do Serviço Social brasileiro, vem galgando importante centralidade na atual quadra histórica. Fruto de incidência coletiva por estudantes e docentes negras(os), indígenas e quilombolas. Tais avanços substanciam uma direção ético-política, que toma esta matéria como incontornável para análise da profissão na história.

Vimos nestas breves notas, a agenda antirracista da profissão, expressa no acúmulo político das entidades representativas – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPPS e ENESSO, através de campanhas, peças, documentos e afins. Ainda, nesta quadra histórica, toma-se como fundamental o avanço substantivo na produção do conhecimento na área em torno da matéria. Se não era incomum, diga-se de passagem, resistências na abordagem do debate, adjetivado de forma por vezes equivocada sob o rótulo de pós-moderno ou identitário, temos avançado coletivamente do racismo como estrutural e estruturante das relações sociais na realidade brasileira e que informa o objeto da profissão, qual seja, a “questão social” e suas distintas expressões que afetam o cotidiano da classe trabalhadora.

A realidade se impõe na sua objetividade. Assim, a ausência de uma leitura crítica do real, do qual o elemento étnico-racial não escapa, tende a reproduzir velhos equívocos, seja no campo formativo ou do trabalho profissional.

Longe de esgotarem as determinações do debate, seguimos de mãos dadas, com quem vai no mesmo rumo. Façamos o caminho!



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

REFERÊNCIAS

- CAPES. **Avaliação Quadrienal 2017-2020.** Relatório de Avaliação – Serviço Social, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-deconteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServicoSocial.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.
- CORREA, André Henrique Mello. “**A história não avança pedindo permissão**”: A agenda antirracista do Serviço Social brasileiro e as construções coletivas na afirmação do Projeto Ético-Político. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, – Rio de Janeiro, 2024.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira:** união e resistência dos trabalhadores negros. 293 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 - 1947).** Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.
- MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social?** caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42210>. Acesso em: 07 de Out. 2024.
- PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial:** um estudo de sua relação com os usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- RODRIGUES ALVES, Sebastião. **A ecologia do grupo afro-brasileiro.** Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- SILVA, Ana Paula Procópio da. Higienismo, eugenio e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, Márcia Campos et al. (Org.). **Antirracismos e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2022.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAPACITISMO E SERVIÇO SOCIAL

Daiane Mantoanelli⁵¹

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto da dissertação de mestrado, intitulada: *Condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência: uma análise a partir das pautas anticapacitistas*. Inserida no campo do Serviço Social, está vinculado à linha de pesquisa: Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PGSS/UFSC. A invisibilidade e o apagamento histórico desta parcela da categoria profissional, somada a incipiente produção acadêmica no Serviço Social brasileiro, suscitaram a necessidade do aprofundamento e amadurecimento teórico acerca da realidade das pessoas com deficiência no exercício da profissão. Tais profissionais deparam-se cotidianamente com as imposições da ordem do capital que se complexificam em face da produção e reprodução do capacitismo.

A pesquisa foi impulsionada tanto por inquietações teóricas quanto pela vivência concreta da autora, assistente social com deficiência visual e ativista dos direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo-me como um corpo político e social, que não apenas busca compreender a realidade, a qual também é parte da materialidade, do concreto do objeto de investigação. Portanto, como um ser presente no contexto histórico, compreendendo que a deficiência se apresenta como uma identidade política, fundamentada na “experiência descritivamente vivida” (Mingus, 2011).

Ao analisar as condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência, apresentamos as discussões em torno dos desafios enfrentados, tendo como horizonte analítico as

⁵¹ Mestra em Serviço Social e Assistente Social na Prefeitura Municipal de Blumenau. Email: daianemantoanelli@gmail.com.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

pautas da luta anticapacitista. Para além, enfatizamos como tal questão ganha concreção em um contexto de desigualdades estruturais, marcado pela imposição de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e institucionais. Destacamos ainda, o debate em torno de um cenário ampliado de transformações societárias, caracterizado pela precarização, terceirização e flexibilização das relações e condições no mundo do trabalho – processos que afetam o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores, tornando-se ainda mais complexo para nós, profissionais com deficiência. Em contraposição a esta realidade, nos últimos anos, temos protagonizado a reivindicação de nossos direitos, de modo a visibilizar nossas trajetórias profissionais, com vistas a construção coletiva de um projeto societário comprometido com a emancipação humana em sua radicalidade. Diante da relevância e ineditismo que este debate possui, a seguir apresentamos o referencial teórico utilizado, além do método e os procedimentos metodológicos adotados. Na sequência, destacamos os principais achados da pesquisa, e por fim, as considerações finais e referências bibliográficas que nortearam o presente estudo.

2. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS COM DEFICIÊNCIA: QUESTÕES APREENDIDAS NO PROCESSO DE PESQUISA

A análise das condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência perpassa pela compreensão das construções históricas e sociais que moldaram e permanecem forjando a experiência da deficiência em diversos tipos de sociedade, com ênfase, a influência do modo de produção capitalista. Ao longo da história, a deficiência tem sido concebida sob diferentes perspectivas de compreensão, sejam elas, religiosa, caritativa, médica, as quais ainda permanecem coexistindo e disputando espaços e mercado na sociedade, e sobretudo, no interior da profissão. O modelo médico da deficiência, apresenta-se como o “braço ideológico do Estado e dos interesses do capital” (Piccolo; Mendes, 2013, p. 385).

Neste modelo, as pessoas com deficiência são concebidas como “pacientes” – e tratadas como clientela cuja problemática individual está subentendida segundo a categoria de deficiência



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

à qual pertencem.

De forma a contrapor o modelo médico, por volta dos anos 1970, no Reino Unido, teóricos com deficiência, passaram a propor a necessidade de assumir a deficiência como uma questão sociológica, retirando-a do controle discursivo dos saberes biomédicos. Conforme Oliver (1992) e Diniz (2007), com base na lesão, outras diferenças são construídas e atravancam as possibilidades de inserção social, acabando por gestar o fenômeno da opressão. “É a esta (a opressão) que se dá o nome de deficiência, a qual não possui estrita relação com a lesão, mas, sim, com a organização perfilhada pelo modus operandi capitalista” (Picolo; Mendes, 2013, p. 471).

Nesta perspectiva, demarca-se a mudança de paradigmas em torno de uma nova interpretação para os corpos com deficiência, trazendo para o centro das discussões, no espectro da emancipação política, a deficiência como premissa do campo dos direitos humanos, na ótica da justiça social e da coletividade. Haja vista que estes sujeitos em seu contexto social experienciam a condição da deficiência com base nas determinações estruturais dos sistemas sociais pautados na exploração e nas relações de opressão, conforme apontam, similarmente. Isso significa que os impedimentos corporais somente ganham significado quando convertidos em experiências pela interação social. Quanto maiores forem as barreiras sociais, maiores serão as restrições de participação impostas aos indivíduos com impedimentos corporais (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 67).

Na esteira dos limites e contradições da sociabilidade burguesa, o movimento político das pessoas com deficiência colaborouativamente com a construção e aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), recepcionada pelo Brasil através de Emenda Constitucional nº 45/2004, servindo de base para a elaboração e publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015. A Convenção ratificada pelo Brasil em 2008, foi promulgada sob Decreto nº 6.949/2009, cujo instrumento normativo reafirmou seu posicionamento em defesa do modelo social da deficiência.

Adentrando nas particularidades do conjunto da classe das(os) trabalhadoras (es) com deficiência, é preciso demarcar as contribuições de Mello (2020), para quem “[...] a pessoa com



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

deficiência é um corpo fora da ordem capitalista, porquanto um corpo de 'menor valor' e 'incapaz' para o trabalho e por isso um 'obstáculo para a produção' (Mello, 2020, p.101).

Nesta premissa, as pessoas com deficiência passam a ser inúteis ao capitalismo, em função de seus corpos não serem elegíveis para os padrões corporais e produtivos adotados por este sistema hegemônico, ou seja, mão de obra mais barata, em algumas situações, comparadas às pessoas sem deficiência. Entretanto, para o sistema seguir acumulando riqueza, não é necessário que todo o conjunto da classe trabalhadora seja incorporado ao sistema, pois, os trabalhadores que já estão submetidos aos processos de exploração do sistema já produzem o excedente necessário. A lógica do sistema capitalista também se sustenta na utilização dos trabalhadores ociosos, os quais não foram inseridos no trabalho. Estes passam a compor o Exército Industrial de Reserva, mecanismo adotado pelo capital para “[...] pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Dessa forma, a exclusão dos corpos diferentes e considerados não tão lucrativos (Cunha, 2021), insere-se nesse mecanismo de dominação e expropriação. Por outro lado, quando há a inserção, essa ocorre pelas margens do sistema (Piccolo; Mendes, 2013).

O sistema capitalista, em face das lutas travadas pelas pessoas com deficiência pelo direito de venderem sua força de trabalho, como mercadoria, vem progressivamente incorporando-as na produção. Entretanto, isso não elidiu as concepções discriminatórias sobre tais sujeitos. Agora, contudo, tal discriminação é amalgamada a outras práticas e valões nos quais, as pessoas com deficiência, em virtude de sua condição, tem sua mercadoria força de trabalho, fixada num valor menor do que se paga pela mesma mercadoria dos demais trabalhadores considerados dentro do padrão de “normalidade”. Neste sentido, a despeito do discurso da “inclusão produtiva”, as pessoas com deficiência vivenciam, no mercado de trabalho capitalista, formas atualizadas de exploração e discriminação, sujeitas reiteradamente às práticas capacitistas, cujo conceito refere-se:

[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais) (Mello, 2016, p. 3272).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Por sua vez, o capacitismo, opera como uma ferramenta de opressão no interior da sociabilidade regida pelo capital, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a manutenção e reprodução desse sistema econômico. Nesta lógica, aproximando-se em torno da realidade das (os) trabalhadores (as) com deficiência, tais sujeitos vivenciam os dilemas e constrangimentos impostos cotidianamente ao conjunto da classe trabalhadora, somadas as condições de trabalho que reproduzem relações de opressão e de reforço ao capacitismo, conforme será exibido a seguir.

As novas formas de uso e de controle da força de trabalho, acompanhada das diversas alterações no mundo do trabalho em curso, traz e repercuções para a classe trabalhadora, com profundos rebatimentos as (os) trabalhadoras (es) com deficiência. Tais alterações têm se materializado na desregulamentação das relações de trabalho, na informalidade, bem como nos processos de flexibilização, terceirização, precarização e uberização do trabalho, num contexto que tem sido chamado de capitalismo de plataforma (Antunes, 2023).

As inúmeras formas de precarização das condições de trabalho no âmbito da atuação do Serviço Social também se expressam por meio da intensificação da terceirização, de subcontratação para o desenvolvimento de atividades individualizantes, através da contratação por Pessoa Jurídica, seja por meio da figura do microempreendedor individual (MEI) e/ou de empresas que prestam serviços de assessoria na área da profissão, conforme alertado por Raichelis (2011, p. 431):

[n]o âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Nesta direção, pontua-se a condição de trabalhador assalariado, uma vez que não está à parte do conjunto da classe trabalhadora, pois permanece sujeito a todos os dilemas e constrangimentos que assolam o conjunto da classe trabalhadora.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Com base neste contexto, instigada a desvendar as condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência, o estudo foi desenvolvido baseado em uma abordagem qualitativa, fundamentada no método crítico-dialético e de caráter exploratório. Foram utilizados três principais procedimentos metodológicos: estudo bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo. A etapa empírica foi desenvolvida por meio da realização de sete grupos focais, reunindo um total de 30 assistentes sociais com deficiência, em exercício profissional, distribuídos pelas cinco regiões do Brasil. A amostra foi composta por sujeitos com diferentes tipos de deficiência, diversidade de gênero, raça/cor, além de inserções profissionais em distintos espaços sócio-ocupacionais. A seleção das(os) participantes se deu por meio de mobilizações junto aos espaços organizados da categoria, dentre eles, o Coletivo Serviço Social Anticapacitista. Os grupos foram realizados via plataforma de videoconferência, no ano de 2024, visto que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), parecer nº 7.328.959, e as (os) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCL A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016). De forma a resguardar a identidade das (os) sujeitos da pesquisa, foram identificados por pseudônimos, escolhidos pelas (os) próprios participantes. Por conseguinte, assumindo a perspectiva da pesquisa emancipatória (Oliver, 1992; Moraes, 2010), esta investigação buscou construir conhecimento com os sujeitos, e não apenas sobre eles, valorizando suas vozes, experiências e saberes.

De acordo com os dados analisados, em se tratando da caracterização das (os) assistentes sociais pesquisadas (os), a faixa média etária foi de 42 anos, e a maioria declararam possuir o título de mestrado, além de outra participante informar que estava em processo de doutoramento em Serviço Social. Esses dados refletem os investimentos na formação profissional das (os) interlocutores, o que revela um compromisso ético com a própria população usuária dos serviços nos quais se inserem. Para além, grande parte dos sujeitos da pesquisa, autodeclararam-se brancos e do gênero feminino. Os referidos dados estão em consonância com a realidade nacional da categoria, a qual ainda se apresenta majoritariamente composta por mulheres, brancas (CFESS, 2023). Essa tendência também é notada entre as pessoas com deficiência.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

No Brasil, a população com deficiência é de 18,6 milhões de pessoas, representando 8,9% da população total. Esse percentual é maior entre as mulheres (10%) do que entre os homens (7,7%) (PNAD, 2022). Quanto às regiões do país, embora tenha sido possível contemplar todas as grandes regiões, a maior incidência de participação foi da região nordeste.

Em face das desigualdades sociais no Brasil, resultantes do modo de sociabilidade capitalista, fundada na propriedade privada, na exploração da força de trabalho e na divisão de classes, torna-se relevante destacar os marcadores sociais que ampliam e reproduzem essas estruturas, as quais tornam-se potencializadas para a população com deficiência. Fatores como raça, gênero, classe social, impactam diretamente nas condições de vida e trabalho das pessoas com deficiência.

A pesquisa retratou ainda que, a maioria ingressou no trabalho via lei de cotas, demarcando assim, a importância deste dispositivo legal para o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Para além, a deficiência predominantemente das (os) profissionais pesquisados é a física, seguida do visual, auditiva e/ou surdez, além do autismo. A política de atuação com o maior número de profissionais em exercício é a de assistência social, em contrapartida, as áreas sociojurídica, saúde e educação foram também mencionadas, além do órgão de fiscalização do exercício profissional. O Ministério Público, a previdência social, o sistema socioeducativo e Assembleia Legislativa foram referenciados por outras (os) profissionais. A maioria das (os) profissionais exerciam o Serviço Social em instituição pública, seguida das organizações da sociedade civil, além de instituição privada. Grande parte das (os) profissionais estavam submetidos ao regime estatutário, seguidos de vínculos celetistas. Um dos assistentes sociais exercia a profissão sob o regime de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA). Tal condição afeta o conjunto da classe trabalhadora, mas assume contornos ainda mais perversos para assistentes sociais com deficiência. Terceirizações, contratos temporários, sobrecarga de trabalho, baixos salários e ausência de plano de carreira foram apontados como elementos agravantes da situação profissional dos sujeitos pesquisados. Tais aspectos estão em consonância com o que denunciam autores como Antunes (2013) e Raichelis (2011), ao descreverem os impactos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora. Ainda que,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

embora seja em menor quantidade, este fato merece ser destacado, pois esta condição de trabalho também é retratada em ambos os perfis nacionais de assistentes sociais com e sem deficiência realizados pelo CFESS (2023). As supracitadas pesquisas, apontam a tendência dos processos de intensificação da precarização das condições e relações de trabalho e seus efeitos ao conjunto da categoria profissional. Por fim, três assistentes sociais declararam possuir mais de um vínculo de trabalho. Marcos (homem com deficiência visual) - atua em duas instituições públicas, com vínculos estatuário, ambos na política de saúde. Em cada um dos locais, cumpre uma jornada de 20 horas semanais, de forma presencial; Laura (mulher autista) possuía um dos vínculos de trabalho em instituição pública, na política de saúde via CLT, cumprindo uma carga horária de 24 horas semanais e, um segundo vínculo, era com uma organização da sociedade civil, no âmbito da saúde, como prestadora de serviço, cumprindo 20 horas semanais – ambos na modalidade presencial; Cristina (mulher com deficiência visual), possuía dois vínculos de trabalho em organizações da sociedade civil, na política de assistência social. Em cada um, cumpria uma carga horária de 30 horas semanais, de forma presencial.

É possível afirmar que as condições de vida e trabalho das (os) assistentes sociais com deficiência pesquisadas(os), vem sendo impactadas pelo custo do capitalismo. Na maioria das vezes, o enfrentamento de barreiras é um ônus próprio, considerando as barreiras de acesso aos serviços de transporte, saúde entre outros equipamentos e utensílios tecnológicos indispensáveis em seus cotidianos, o que pode acarretar pela busca de mais de um vínculo de trabalho, dadas as condições objetivas para a manutenção da sobrevivência. Portanto, na condição de trabalhadora(o) assalariada(o) e inserida(o) neste contexto de exploração e precarização das condições de trabalho, desempenhamos nosso fazer profissional, nos mais distintos espaços de atuação, visto que as condições e relações de trabalho, ganham contornos expressivos, quando da interação com as inúmeras barreiras impostas em nossos cotidianos, submetendo-nos aos efeitos do capitalismo, conforme me proponho a externalizar e denunciar ao longo desta exposição.

Para além, a jornada de trabalho das(os) assistentes sociais com deficiência, vêm sendo cumprida predominantemente de forma presencial. Contudo, quatro profissionais atuam em regime de trabalho híbrido (alternando entre o presencial e o teletrabalho). Uma dentre as quatro



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

trabalhadoras que declararam exercer seu trabalho de forma híbrida, o reivindicou em virtude do enfrentamento das barreiras arquitetônicas, urbanísticas e atitudinais presentes no ambiente de trabalho. De acordo com a profissional, tais condições, geraram processos de adoecimento mental e físico, motivo pelo qual pleiteou tal direito. Por fim, dezessete assistentes sociais cumpriam a carga horária de 30 horas semanais. Contudo, cinco profissionais exerciam uma jornada semanal de 40 horas, além de duas profissionais possuíam redução de carga horária, perfazendo um total de 15 horas semanais. Uma delas, pleiteou a redução da jornada em virtude de o órgão de trabalho não dispor de condições mínimas de acessibilidade, impactando na sua saúde.

Os resultados da pesquisa revelam uma realidade complexa e marcada por múltiplas formas de opressão. Nós, profissionais com deficiência compartilhamos a maioria dos dilemas e constrangimentos enfrentados pelos demais assistentes sociais sem deficiência. No entanto, além desses desafios, enfrentamos barreiras adicionais que impedem ou dificultam nosso exercício profissional em igualdade de condições com os demais profissionais.

Nisto, demarca-se a centralidade deste debate, sinalizando as implicações advindas para nossa atuação, considerando os limites e possibilidades deste exercício, os quais impactam diretamente na autonomia profissional. Esta, por sua vez, já é caracterizada de forma relativa, em face das condições éticas e técnicas da relação capital/trabalho, restringindo e cerceando o poder decisório no exercício de nossas atribuições profissionais (Iamamoto, 2015).

Identificou -se ainda, que, assistentes sociais com deficiência pesquisadas (os) enfrentam, em seus espaços sócio-ocupacionais, barreiras de diversas ordens: arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, programáticas e, sobretudo, atitudinais. Uma dentre as barreiras posicionadas com maior destaque, refere-se às arquitetônicas, especialmente as existentes nos edifícios públicos e privados. Assistentes sociais com deficiência física, evidenciam dentre outros elementos, a ausência da acessibilidade arquitetônica nos prédios públicos nos quais atuam, com destaque, os equipamentos da política de assistência social, tais como, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro Especializado de Assistência Social



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(CREAS), além dos prédios que executam as políticas de saúde, habitação além do prédio de prefeituras, conforme segue:

"Nenhum dos CRAS tinha acessibilidade para que eu pudesse trabalhar. Fiquei locada na Secretaria de Assistência Social, o único lugar razoavelmente acessível, eu entrava pelo acesso dos usuários, tinha um degrau imenso. Fizeram uma rampa adequada depois de quatro anos que eu estava ali. Tinha piso térreo e no superior a gestão, eu não conseguia ir até a sala da secretaria. Tinha promessas, mas não se conseguia nem um pouco na acessibilidade. Hoje, estou no CREAS, a acessibilidade também é horrível, não tem banheiro que eu possa entrar para lavar minha mão. O prédio é muito ruim para entrar, é uma rampa muito íngreme, até ruim para o meu cunhado que sempre me ajuda a chegar até lá. O prédio todo é inacessível. Para falar com chefia, no andar de cima, é só escadaria, não tem elevador. A própria Prefeitura, para falar com o Prefeito, o acesso é somente por escada, não tem elevador, assim como o prédio da Secretaria de Saúde" (GF Jéssica).

O relato da trabalhadora traduz tamanha gravidade em face das violações de direitos impostas ao exercício de nossa liberdade de circular com autonomia e segurança nos diversos espaços da instituição. Na situação concreta, o que se constata é que a própria profissional tem que se adequar aos ambientes, e não o contrário, tendo que contar com o apoio de familiar para apoiá-la em seu deslocamento ao trabalho. Para além das barreiras arquitetônicas enfrentadas, a trabalhadora também convive com as barreiras urbanistas, e nos transportes, recaindo sobre si e sua família a responsabilidade pelo enfrentamento destas barreiras. Tais entraves retratam a omissão e isenção do Estado em garantir a acessibilidade nos prédios, em conformidade com as normativas previstas nas legislações que garantam o direito à acessibilidade. O fato de os prédios públicos estarem em condições inacessíveis, viola tanto os direitos de trabalhadores com deficiência, como também dos usuários com deficiência. Essas barreiras comprometem não apenas a permanência nos espaços de trabalho, mas o pleno exercício ético e técnico da profissão. Por conseguinte, a ausência de adaptações razoáveis, como softwares leitores de tela, intérpretes de Libras entre recursos de acessibilidade, impede a atuação em igualdade de condições com as (os) demais profissionais. Nas falas das(os) participantes, foi recorrente a denúncia da recusa de acessibilidade, materializada pela violação de direitos trabalhistas e sociais. A inexistência de políticas institucionais de acessibilidade, associada à responsabilização dos sujeitos por suas necessidades, reforça a lógica capacitista. Ilustrando tal realidade, Ane,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

servidora pública com deficiência física, atuante na política de assistência social, refere o enfrentamento de barreiras arquitetônicas e atitudinais:

“A plataforma parou de funcionar, como é que a gente vai fazer para eu descer? a escada para mim é muito difícil, tenho espasmos involuntários, fico debilitada demais. O Gerente fala, a gente põe uma corda e te coloca pela janela abaixo. Naquele dia, tive que descer as escadas, muito íngreme. Cada vez que tenho que descer, preciso de quatro pessoas para me auxiliar. Duas me seguram pelas mãos, uma em cada lado, outra, por trás de mim, segura passando a mão por cima do meu ombro, chegando a colocar as mãos no meu peito, desço de frente para não perder o equilíbrio, e a outra, carrega minha mochila. Foi muito difícil” (GF Anne).

A profissional faz referência ao constrangimento e humilhação a que foi submetida, materializados pelo capacitismo e assédio moral praticados por sua chefia, em face da negação do direito a um local de trabalho com condições mínimas de segurança e autonomia. Os inúmeros constrangimentos e humilhações vivenciados pelas pessoas com deficiência e, neste caso, por assistentes sociais, têm sido referidos pelo termo “fadiga de acesso”, conceito este definido por Annika Konrad (2021). Tal perspectiva baseia-se a partir das interações que pessoas com deficiência estabelecem para ensinar os outros a como construir o acesso a fim de que consigam participar dos espaços sociais. A autora afirma que a fadiga de acesso “[...] nomeia o padrão diário da constante necessidade de ajudar os outros a participar do acesso, uma exigência tão penosa que, às vezes, faz com que o acesso simplesmente não valha o esforço” (Konrad, 2021, p. 180).

Por fim, de acordo com Konrad, a fadiga de acesso descreve também o esgotamento físico e mental que resulta do trabalho de busca pelo acesso, o que depende, muitas vezes, da capacidade de comunicação de cada pessoa, bem como do difícil e arriscado trabalho retórico de navegação pelas relações de poder e pelas barreiras institucionais impostas. Essas acabam por ser práticas diárias árduas e que podem acumular-se ao ponto de fazer as pessoas com deficiência desistirem completamente do acesso (e da educação delas). Este debate também é trazido por Mia Mingus (2017), sendo o fenômeno conceituado como “acessibilidade forçada”, uma vez que requisitar o acesso demanda que muitas vezes pessoas com deficiência tenham que estabelecer relações com pessoas estranhas a elas, e com as quais não desejam se relacionar. A partir dos relatos, considerando que, majoritariamente são as trabalhadoras assistentes sociais que



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

verbalizaram que tiveram seus corpos invadidos, violentados em face de não serem disponibilizadas as condições acessíveis nos seus espaços de atuação.

Não bastassem as opressões até aqui mencionadas, o enfrentamento de barreiras nas comunicações e na informação também se destacou como um dado relevante na supracitada pesquisa. Um dos relatos compartilhados por uma assistente social surda que manifestou não dispor de profissional intérprete de Libras no seu espaço de trabalho. A recusa de acessibilidade comunicacional mostra-se como um entrave e um obstáculo no desempenho das suas atribuições, assim como de outra profissional também surda que compartilhou a ausência de intérpretes no seu local de trabalho. Tal fato leva os trabalhadores com deficiência à condição de subaproveitamento em seus espaços de trabalho:

“Tem dias que não tenho nada para fazer, não tem intérprete de libras para eu fazer atendimento, não tenho condição de fazer sem intérprete de Libras. O aplicativo de transcrição instantânea que uso, não funciona com criança, idosos, pessoas com alguma dificuldade de fala, se não tiver uma dicção boa, a transcrição não funciona, é uma tecnologia, não é uma pessoa digitando, é reconhecimento de voz. Trabalho sempre em dupla, com outra assistente social, não trabalho sozinha, tira minha autonomia profissional. Enquanto as colegas recebem três processos por mês de estudo social, passei o semestre com cinco apenas, em contrapartida, não estou fazendo sozinho estudo social, fico como a coitadinha, isolada” (GF Helen Keller).

A recusa das condições de acessibilidade nos espaços de trabalho pelo gestor/chefia, apresentou-se como um dos dados em destaque nesta pesquisa, apontado por grande parte das (os) assistentes sociais com deficiência. Também lhes é negado o acesso a equipamentos de tecnologias assistivas, conforme se depreende dos relatos a seguir expostos:

“Há 15 anos, não tenho carro acessível que possa me levar para as visitas domiciliares. Sou impedida, é outro colega que vai, é muito ruim para o nosso desempenho profissional. Sou impedida de participar de reuniões, acabo nem indo, os profissionais que me passam. Ações com os usuários, ou atividades fora do município, também não participo, ou sempre tenho que dar um jeito do meu familiar levar, da mesma maneira para ir trabalhar, sempre tive que me mobilizar pessoalmente” (GF Jéssica).

Contrapondo-se a este cenário hostil e deletério das condições e relações de trabalho, as (os) assistentes sociais pesquisados têm desenvolvido formas coletivas de organização política



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

frente às opressões vividas. O Coletivo Serviço Social Anticapacitista, citado por diversos participantes, desponta como um espaço de fortalecimento, e organização política para dar visibilidade as expressões do capacitismo estrutural experimentado pelas (os) trabalhadoras (es) com deficiência. A atuação destas (es) profissionais tem produzido mudanças substanciais no interior do Serviço Social, com vistas a defesa da garantia da acessibilidade como princípio ético-político. Nos últimos anos, em face do protagonismo assumido pelos próprios assistentes sociais com deficiência, e por esta pesquisadora, tal realidade vem sendo paulatinamente modificada na medida em que se verifica as reverberações da luta anticapacitista no âmbito do Serviço Social brasileiro. Adotada dentre as bandeiras da profissão, o combate e o enfrentamento ao capacitismo segue movimentando a categoria especialmente, no âmbito do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência no Brasil revelou uma realidade marcada por desigualdades estruturais, apagamentos institucionais e violências cotidianas produzidas e reproduzidas pela lógica capacitista, ancorada no modo de produção capitalista. A pesquisa demonstrou que, embora nós profissionais com deficiência, compartilhamos dos processos de precarização vivenciados pelo conjunto da classe trabalhadora, enfrentamos adicionalmente opressões específicas relacionadas à nossas condições corporais, sensoriais ou funcionais. As barreiras enfrentadas, extrapolam os limites da acessibilidade física e tecnológicas. A ausência de políticas institucionais efetiva nos espaços de trabalho, somada à falta de reconhecimento profissional, reforça a negação de nossas existências, comprometendo o exercício ético e técnico da profissão.

A pesquisa também revelou caminhos de resistência, nosso engajamento político na luta anticapacitista, especialmente através do coletivo Serviço Social Anticapacitista, tem gerado rupturas importantes nos discursos e práticas que historicamente silenciaram nossas existências. Esse movimento coletivo vem contribuído para reconfigurar o debate profissional, incorporando



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

a acessibilidade e a diversidade corporal como dimensões indissociáveis do projeto ético-político do Serviço Social.

A superação do capacitismo nas relações de trabalho exige mais do que adaptações pontuais. Implica uma transformação profunda nas estruturas sociais, políticas e econômicas que sustentam esta lógica de opressão. Exige o compromisso com a construção de um novo projeto societário – livre de exploração, opressão e discriminação.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa contribuiu para ampliar o debate sobre a realidade das(os) assistentes sociais com deficiência, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para novas investigações e práticas comprometidas com a emancipação humana. O Serviço Social, como profissão que se afirma na defesa dos direitos da classe trabalhadora, é convocado a tensionar suas próprias estruturas e a afirmar, em sua práxis cotidiana, que nenhuma opressão é menor ou isolada – todas são partes de um mesmo sistema que precisa ser enfrentado coletivamente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 15. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARNES, Colin. “**What a Difference a Decade Makes: Reflections on Doing ‘Emancipatory’ Disability Research**”, *Disability & Society*, v. 18, n. 1, p. 3-17, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília - DF, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

_____. **Anticapacitismo e exercício profissional:** perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf> . Acesso em: 22 jun. 2023.

CUNHA, Ana Rita L. P. da. **Corpos silenciados, vozes que resistem:** deficiência e maternidade na encruzilhada do capacitismo. São Paulo: PUC-SP, 2021.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. **Deficiência, direitos e justiça**. Brasília: Letras Livres, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

Konrad, A. M. (2021). **Access fatigue**: The rhetorical work of disability in everyday life. *College English*, 83(3), 179-199.

MELLO, Ana Maria R. de. Capacitismo e invisibilidade das pessoas com deficiência na sociedade contemporânea. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 327-346, 2016.

MELLO, Ana Maria R. de. Diversidade corporal e capacitismo: enfrentamentos e resistências. In: GESSER, Marivete et al. (Orgs.). **Estudos sobre deficiência**: interfaces e interseccionalidades. Florianópolis: NED/UFSC, 2020.

MINGUS, Mia. **Moving Toward the Ugly**: A Politic Beyond Desirability. *Leaving Evidence*. Oakland – CA, 2011. Disponível em:
<https://leavingevidence.wordpress.com/2011/08/22/moving-toward-the-ugly-a-politic-beyond-desirability>. Acesso em 16 mar. 2025.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES Marcia; KASTRUP, Virginia (org.). **Exercícios de ver e não ver**: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro, RJ: Nau. 2010. p. 26-51.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

OLIVER, Michael. **Changing the social relations of research production?** *Disability, Handicap & Society*, v. 7, n. 2, p. 101-114, 1992.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. In: **Perspectiva**, Florianópolis, 2013. v. 31, n. 1, p. 283-315. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p283>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Trabalho e precarização: os impasses da prática profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 425-441, 2011.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ENTRE FRONTEIRAS E DIREITOS: desafios ético-políticos do Serviço Social no contexto das migrações

Líria Maria Bettoli Lanza⁵²

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciamos os estudos sobre as migrações em 2016⁵³ sabíamos que não se tratava de um projeto de pesquisa e de extensão somente, mas que se colocaria para nós, assistentes sociais, desafios teóricos e práticos. Sendo as migrações um tema interdisciplinar e transversal, foi preciso demarcar opções teóricas que se alinhasssem ao nosso projeto profissional. Nesse sentido, pensamos as migrações como um produto das relações sociais capitalistas a partir da crescente e intensa divisão internacional do trabalho, o que significa que não desconsideramos as motivações individuais do ato de migrar, tampouco os projetos pessoais e familiares dos migrantes, mas compreendemos que ela é um processo social, sendo o capitalismo, gerador de fatores condicionantes das migrações (Rua, 1997; Pacheco; Patarra, 1997). Sua origem está intimamente ligada a posição do país de deslocamento na geopolítica mundial e que a integração do migrante (interna ou internacional) no novo território é altamente dependente de sua posição de classe no território anterior (Singer, 1998).

O Brasil que tem em sua formação sócio-histórica a presença dos migrantes, sobretudo europeus, bem como, se configurou como um país de emigração, no século XXI se insere no contexto das migrações contemporâneas, sobretudo aquelas oriundas do Sul global. Diante disso, o presente texto tem como objetivo problematizar as migrações recentes no país, com destaque

⁵² Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina PR. E-mail: liriabettoli@uel.br.

⁵³ Refere-se ao conjunto de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Serviço Social e Saúde – formação e exercício profissional da Universidade Estadual de Londrina (SerSaúde/UEL/CNPq) aos quais, em nome da Profa Dra Evelyn Secco Faquin, agradecemos às contribuições e aprendizados que estão presentes neste texto de forma direta e indireta.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPS - SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 - Toledo (PR) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ao Estado do Paraná, que tem recebido um volume expressivo de migrantes nos últimos anos, por sua posição econômica e oferta de empregos, além do papel das redes pessoais dos migrantes aqui instalados. Optamos por priorizar o debate dos direitos dos migrantes em interface com a proteção social brasileira, considerando o momento de formulação de uma política migratória institucionalizada, ausente em muitos territórios brasileiros e as contribuições que o Serviço Social pode oferecer na construção, aprimoramento e efetivação dos direitos dos migrantes.

2. AS MIGRAÇÕES RECENTES NO BRASIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

É complexa a tarefa de definir migração e migrante, porém necessária. Do ponto de vista jurídico e normativo, cada modalidade de migração pressupõe condutas, requer processos e seleciona determinados acessos. Ser imigrante é diferente de ser refugiado; ser estudante internacional é diferente de ser asilado e assim por diante. Mais que uma norma jurídica, tais definições legais, revelam em alguma medida, uma seletividade estatal sobre quem entra, quem sai, quem permanece e quem não é desejado. O sociólogo argelino Abedelmalek Sayad (1996) ao estudar a migração argelina para França, contribuiu para romper com essa visão procedural das migrações, ao indicar que o migrante representa “duas faces de uma mesma realidade”, e que essa realidade revela sua dupla ausência e sua provisoriação a partir de uma “presença e ausência provisória”. A partir desse autor, compreendemos que a presença durável do migrante se dá pelo trabalho e por isso, ele vai afirmar que o “migrante é antes de tudo uma força de trabalho”. Sendo assim, há uma restrição à função econômica do migrante, porque ele vai viver uma vida como migrante; numa sociedade como migrante; numa cultura como migrante; numa economia como migrante, passando a ser um provisório definitivo. O que isso quer dizer? Quando pensamos as migrações recentes no Brasil e a relação entre migração e direitos, para além do trabalho, temos algumas aproximações que revelam a vitalidade do pensamento de Sayad.

É bom lembrar que até 2017 a Legislação que regia as migrações era o Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) com forte orientação securitária, substituído em 2017 pela Lei nº



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

13.445 (Brasil, 2017), fruto da intensa mobilização em torno da I COMIGRAR em 2014 (Brasil, 2025), que teve sua II Edição em 2024, 10 anos depois. Ainda, recentes estudos sobre a migração no Brasil (Von Zuben et al, 2025), indicaram que em 2018 somente 230 prefeituras contavam com alguma forma de “gestão das migrações” e 25 realizam atendimentos multilíngue (IBGE, 2018), demonstrando um imenso “vazio” da presença pública na condução de ações junto à essa população.

O aumento na chegada de imigrantes internacionais no Brasil combina-se com uma importante redistribuição interna dessa população dentro do território nacional. A dispersão das migrações internacionais em diferentes localidades brasileiras traz o desafio do poder público conhecer esta população, suas demandas e seus direitos (Von Zuben et al, 2025, p.31).

Se tomarmos como marco as migrações recentes no Brasil, com o emblemático fluxo migratório haitiano após 2010 e a inversão do sentido das migrações, como marcadamente Sul-Sul, são várias possibilidades de análise desses fluxos que envolvem certamente os contextos econômicos, políticos, sociais e ambientais de distintos países, o que é importante para estudos particularizados. No entanto, procura-se aqui trazer elementos comuns à eles, que foram descritos, como os “periféricos na periferia” (Villen, 2015). Os países compartilham as heranças colonialistas e pós-colonialistas, dentre elas o racismo, o conservadorismo e a dependência econômica, dentre outras. Embora o Norte global ainda seja o objetivo de muitos, as restrições às migrações nestes países aumentaram com a crise de 2008 e se fortaleceram com a guinada à direita em muitos países, culminando em medidas anti-imigração e maior controle e restrição à mobilidade humana. Nesse sentido, embora não represente o melhor cenário econômico para migrar, o Brasil se consolida desde então, como “um país-tampão” - um país possível (Baeninger, 2025).

No Paraná, segundo dados do SISMIGRA⁵⁴ (2024) havia 164.019 migrantes com cerca de 163 nacionalidades, sendo as principais em termos numéricos, venezuelanos; haitianos; paraguaios; argentinos; colombianos; cubanos⁵⁵, seguidos do Estados Unidos e Líbano. São em sua maioria homens; jovens (15 a 40 anos) e solteiros. Deste contingente, dados do IPARDES

⁵⁴ Os microdados do SISMIGRA estão disponíveis em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/> microdados/401205-SISMIGRA.

⁵⁵ Notadamente, fluxos migratórios do Sul global, como será debatido posteriormente.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(2024) revelaram 37.703 trabalhadores formais não nascidos no Brasil. Tais dados nos permitem afirmar a forte presença migrante no Estado e seu espalhamento por todo o território paranaense, mas quando pensamos na oferta pública de ações destinadas a esse público, os dados são menos volumosos. Embora o Estado tenha um Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), instituído pela Lei 18.465, de 24 de abril de 2015, responsável pelo I e II Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (2014-2016 e 2022-2025 respectivamente), que são por muitos de nós, desconhecido, são poucos os municípios que institucionalizaram regulamentações próprias para migrações.

Sabemos que por ser uma política em construção, muitos arranjos e estratégias organizacionais foram feitos, para garantir o atendimento aos migrantes, com destacada presença de entidades do Terceiro Setor e confessionais, liderando parcerias e convênios com o poder público e outras formas de práticas voluntárias. Sobre as últimas, concordamos com Mezzadra (2019) ao reconhecer a importância da solidariedade desenvolvidas junto aos migrantes, sem as quais, em muitos contextos, sua condição de vida e existência chegariam a patamares indignos. No entanto, do ponto de vista teórico, a não vinculação a noção de “direito” pode relegar os migrantes a posições subalternas, negando a eles qualquer possibilidade de subjetivação.

A morosidade do Estado brasileiro em sair de uma conduta de controle das migrações para uma perspectiva fundamentada nos Direitos Humanos, pode ser considerada produto do nacionalismo; do racismo – já que a diferença étnica é uma marca das migrações recentes - e da xenofobia. Os migrantes podem ter outros direitos? Podem ser outra coisa, senão força de trabalho?

Outro ponto de reflexão importante é pensar quem são os migrantes desejáveis? Ou quando eles são desejáveis. Eles são desejáveis nos nossos frigoríficos, mas não em nossos concursos públicos? Quando negros, podem participar dos nossos orgulhosos sistemas de cotas? São desejáveis quando se naturalizam brasileiros? Quando se parecem tanto conosco, dominam nosso idioma, assimilam nossos hábitos e costumes, apagando suas culturas, religiosidades e modos de vida?



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Essas questões pretendem ser resolvidas a partir da ideia de “integração” dos migrantes aos novos territórios. Diversos autores (Pires, 2012; Moreira e Borba, 2017), entendem que como um processo, a integração não é linear, envolve múltiplas dimensões e sujeitos sociais. Mezzadra (2012) vai além, indicando que a integração envolve mais que estratégias locais de instalação dos migrantes, mas uma conjugação de intencionalidades do Estado; da sociedade civil e dos próprios migrantes. Portanto, ela é altamente dependente de fatores que envolvem desde o debate público das migrações; as lutas dos migrantes e uma posição do Estado. Na última, reside o perigo de organizar a integração tendo como ponto de partida, exclusivamente os seus interesses. Diante disso, é possível que as “políticas de migração” se tornem “políticas de controle” (Mezzadra, 2012; Domenech, 2020), mesmo após a implementação de Leis Migratórias na perspectiva dos direitos humanos, como é o caso do Brasil e de muitos países latino-americanos (Bettoli Lanza; Piovani, 2022).

O caso brasileiro ilustra bem essa contradição. A nova Lei da Migração (2017) pode ser considerada progressista se comparada com a anterior (Estatuto do Estrangeiro) e reafirma a igualdade de direitos entre nacionais e “estrangeiros”, prevista na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), mas também informa sobre o caráter autoritário do Estado e a manutenção, mesmo que velada, de uma lógica de controle⁵⁶. Apesar das perdas na nova Lei da Migração, houveram ganhos e dentre eles, está a possibilidade de participação política dos migrantes, que permitiu que assistíssemos a formação de mais de uma dezena de associações migrantes do Sul-global no Paraná (Lemes, 2024). Essa questão é importante porque recupera a condição de sujeito histórico e político, daqueles que são considerados muitas vezes, somente como

⁵⁶ Diversos estudos (Lemes, 2024; Villen, Quintanhilha, 2020; Baggio, Sartareto, 2019) apontam aspectos problemáticos e contraditórios no processo de construção da Lei brasileira, tais como 1) a construção democrática do Anteprojeto da Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes, validade e debatida na I COMIGRAR foi desconsiderada na apresentação de 2) outro Anteprojeto pelo Senador Aloysio Nunes (PSDB), assim como os 3) 18 vetos presidenciais do governo Michel Temer (2016 - 2019). (“Dentre os vetos, registra-se principalmente a recusa de um conceito amplo de “migrante”; o veto à anistia aos migrantes que ingressaram no país até 2016; a expedição de autorização de residência a pessoas sem vínculos familiares explícitos; a investidura de migrantes em cargos e funções públicas – a exceção dos casos excepcionalmente permitidos na CF/1988; a redução do tempo para a naturalização de migrantes provenientes do universo lusófono e dos países membros do MERCOSUL; a revogação das expulsões ocorridas antes da promulgação da CF/1988; e o veto à livre circulação dos povos originários em terras tradicionalmente ocupadas sob a justificativa de que cabe à soberania do Estado a defesa do território nacional, a demarcação de terras, bem como o controle de entrada e saída dos indígenas (Lemes, 2024, p.72) e por fim, 4) a aprovação do Decreto 9.199/2017 que regulamentou a Lei das Migrações.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

“vulneráveis”. A partir desse associativismo migrante vemos emergir “a dimensão política da migração, ou a contradição expressa entre as práticas de dominação e rebeldia inerentes à migração contemporânea” (Lemes, 2024, p.99). Da mesma forma, a II COMIGRAR (2024) demonstrou uma ativa participação migrante

A II COMIGRAR (etapa nacional) foi precedida pela etapa preparatória, que contou com a realização de Conferências Livres Locais (em nível municipal), Conferências Estaduais e Conferências Livres Nacionais (em nível nacional), que foram organizadas pelos governos locais, estaduais, do Distrito Federal, ministérios e sociedade civil (Brasil, 2024b), realizadas entre setembro de 2023 e julho de 2024. Como aponta o Relatório de Sistematização de Etapa Preparatória, publicado em agosto de 2024 pelo MJSP, ao todo, foram validadas 119 (cento e dezenove) Conferências – das 138 (cento e trinta e oito) registradas -, participaram mais 14.000 (quatorze mil) pessoas (entre migrantes, refugiados/as, apátridas e nacionais) e registraram-se mais de 2.000 (duas mil) propostas. (Brasil, 2024b) (Souza Domingos, 2025).

O processo de realização das Conferências Livres locais, estaduais e Nacional, carecem de maior estudo e reflexão. No caso particular de Londrina, há registro do processo de construção e do papel ativo dos migrantes no decorrer da sua realização (Souza Domingos, 2024, p.07), que pode ser sintetizado na questão que foi colocado pelo autor na Conferência de Abertura: “/.../a população londrinense e da Região Metropolitana está disposta a nos ouvir? Vocês estão dispostos/as a nos ouvir? Porque muitas das vezes falamos, mas nossas vozes são arrastadas pelo vento”. Essa provocação, persegue todo o processo de construção da política migratória brasileira, que ainda carece de maior organicidade entre os entes federados e direção pactuada, que só será possível com a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatriadia (PNMRA) prevista no Art. 120º da atual Lei de Migração.

3. MIGRAR É UM DIREITO? OS DESAFIOS PARA A CIDADANIA E O ACESSO AOS DIREITOS DOS MIGRANTES

A pergunta inicial desse subitem pode nos auxiliar a entender a frequente indagação de muitos, principalmente quando se trata de acesso aos direitos sociais: por que o Brasil? Há desemprego, salários baixos, sistema de saúde sucateado, poucos benefícios, somos um país monolinguíssimo etc. Essas simples questões, demonstram que a ideia de que a migração é um



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

direito humano, não é consenso na sociedade brasileira. Ainda, para muitos é necessário explicar o ato de migrar, justificá-la. Mais que isso, é preciso também demarcar a provisoriação: quando será o seu retorno? A dinamicidade dos fluxos migratórios, muitas vezes problematizadas em determinadas nacionalidades, faz uso da provisoriação para justificar a ausência de investimentos em políticas sociais públicas que envolvem dimensões políticas; organizacionais; culturais e econômicas para sua concretização.

Do ponto de vista da análise das migrações em sua dimensão política, Patarra (2006) problematizou que o cenário atual da globalização, tenderia a passagem de uma política de “controle” para uma “gestão da imigração” em âmbito internacional. Nesse sentido, de forma crítica, Mezzadra (2005) tem debatido a existência de um “regime global de governo das migrações”, cuja hibridez, envolve os países de deslocamento e instalação, outros atores globais, como a OMI, dentre outros, que disputam o discurso acerca das migrações, tendo como exemplo o “Pacto Mundial para as Migrações” (ONU, 2025) firmado em 2018, que propõem uma governabilidade migratória segura, ordenada e regular.

É inquestionável que as migrações enquanto problemática do Estado (SAYAD, 1998), desafia a sua superação exclusiva e metodologicamente a partir da ideia de soberania nacional. No contexto da globalização e da internacionalização do capital, as questões relacionadas à gestão das migrações, os acordos e convênios multilaterais e internacionais, como o MERCOSUL na América Latina, dentre outros, são fundamentais para a efetivação do direito de migrar. No entanto, haverá sempre a dualidade nacionais e migrantes; nós e “eles”, que envolve de fato, limites para uma integração efetiva. No mesmo sentido, embora existam normas jurídicas nacionais e internacionais que visam a proteção ao migrante, o Estado ainda preserva o poder de controlar e gestionar as migrações, quer seja pelas pactuações que faz - ou não -, ou pela opção de repassar tal função à sociedade civil ou até mesmo se silenciar.

Nesse sentido, há uma dimensão organizacional das migrações que envolve a gestão das migrações propriamente dita. Do ato de atravessar a fronteira à regularização migratória, os acessos aos direitos sociais são sem dúvida os mais emblemáticos, porque revelam a distância entre o discurso das Leis e normas, das práticas cotidianas dos serviços públicos e da vida



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

privada no país. Embora as Leis possam consagrar direitos aos migrantes, ao não as vincular a realidade concreta das políticas sociais e das necessidades migrantes, elas podem produzir efeitos contrários. Assim, as dificuldades de acesso à saúde, pode afastar os migrantes dos serviços, comprometer a continuidade do cuidado e produzir iniquidades em saúde, por exemplo, isto porque, a universalidade da política quando pensado somente no contexto nacional, não abarca a realidade migrante, do ponto de vista do idioma, das diferenças étnico-raciais e religiosas, se configurando assim, em barreiras culturais.

O Brasil pode ser considerado um país monolíngüístico e monocultural, mesmo tendo em sua formação múltiplas identidades como a dos povos originários, os povos africanos e seus afrodescendentes. O silenciamento de outras identidades, senão a branca e cristã, foi ao longo do tempo forjado por um discurso eurocêntrico que envolveu a própria noção de modernidade e o funcionamento das instituições, corporificado em uma “homogeneidade da cidadania” (Bello, 2012). Dessa forma, os valores ou os objetivos da cidadania desconsideraram de fato, outras formas de relação e organização dos homens entre si e com a natureza, elegendo o “Welfare State” e não o “Bem-viver”⁵⁷ (Acosta, 2016) como forma de organizar a proteção social no país. Embora avanços tenham sido obtidos, graças às lutas sociais empreendidas no reconhecimento das particularidades indígenas; negras e outras, está no horizonte uma cidadania ampliada. Tal noção advém das reflexões de Evelina Dagnino, que o autor Bello (2012, p.63) vai indicar como “[a representação] além do reconhecimento de novos direitos a personagens antigos, e de direitos antigos a novos personagens – a constituição de sujeitos sociais ativos e de identidades coletivas em meio a um cenário político e social revigorado”.

Os migrantes recentes podem ser considerados como parte destes “novos personagens”, que demandam uma nova lógica de cidadania não fundamentada na nacionalidade, mas profundamente comprometida com os direitos e a proteção da vida humana. Desse modo, no contexto atual da proteção social no Brasil com os efeitos do neoliberalismo, já debatido amplamente por muitos autores (Behring; Boschetti, 2016; Pereira, 2013) configuram um cenário

⁵⁷ “O Bem Viver é uma proposta que se distancia do individualismo egoísta, do consumismo destrutivo e da mercantilização de tudo. É uma proposta para recuperar o sentido da vida em comum, com a natureza e entre todos os seres vivos” (ACOSTA, 2016).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

de desmonte do sistema protetivo que colocam as lutas pela manutenção do existente, restringindo as possibilidades de expansão e aprimoramento dos serviços e ofertas públicas de proteção. Nesse sentido, as restrições orçamentárias às políticas sociais são barreiras que se colocam para criação ou adequação de serviços existentes às necessidades e particularidades dos migrantes, como Centros de Atendimento Especializados, contratação de intérpretes e mediadores culturais migrantes; ofertas de cursos de capacitação aos servidores públicos e outros. Uma nova forma de “disputa do fundo público” pode estar sendo colocada em que o marcador nacionalidade tende a prevalecer.

4. MIGRAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: PROVOCAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DE DIREITOS

É possível afirmar que o debate e a gestão das migrações precedem de uma análise multidimensional e de ações transversais, do ponto de vista de uma agenda pública. Dessa forma, longe de uma construção prescritiva, pretende-se nesse momento do texto, trazer algumas inquietações e provocações para projetar o futuro da proteção social dos migrantes.

Quando falamos e como falamos de migração? Sem dúvida, ela nos aparece como um problema (Sayad, 1998) ou como compaixão. Nesse sentido, trazemos importante contribuição de Weintraub; Vasconcellos (2013) ao examinar a obra do sociólogo francês Didier Fassin acerca das razões humanitárias do governo francês junto aos imigrantes ao criticar a patologização do sofrimento mental e a ênfase aos espaços de escuta. A partir da noção de “moralidade compassional”, os autores afirmam que, para Fassin, o discurso político de uma “razão humanitária” acaba produzindo “práticas coletivas de compaixão, ao invés de propostas políticas e campos de ação que articulem redistribuição e reconhecimento”. Dessa maneira, pondera-se que, o uso indiscriminado do termo vulnerabilidade, pode reforçar, conforme apontou Domeneck (2017), uma espécie de “vitimização dos imigrantes”, ao não problematizar de que vulnerabilidade se trata, bem como, não se explicita quem e o que os torna vulneráveis. Assim ou temos uma “vitimização” ou uma representação pitoresca e folclórica do migrante, com forte



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

apelo cultural (Mezzadra, 2019) que pouco auxilia no apoio social à legitimidade das pautas migrantes do ponto de vista do reconhecimento e garantia de direitos.

Nós falamos pelos migrantes ou os migrantes podem falar? No tempo presente teríamos todas as condições de pensar e construir uma política pública amplamente debatida e construída com a presença de seus demandatários. Desde metodologias participativas e estratégias diversas de participação social, formais e informais e arranjos institucionais, já foram tematizados e estudados na literatura acerca da proteção social e das políticas sociais. Além disso, há centenas de informações que orientam como fazer, como atender, por onde começar⁵⁸. São produções majoritariamente de grupos de pesquisa acadêmicos, pesquisadores; ativistas e coletivos pró-migrantes; organismos internacionais etc. algumas com a contribuição de migrantes em sua elaboração. Se há algum tempo, esse papel era fundamental para os recém-chegados, hoje a realidade é outra: os migrantes também têm condições de opinar; influenciar e participar ativamente da construção ou implementação de políticas sociais públicas considerando as particularidades dos territórios de instalação. E mais que isso, eles também podem ser trabalhadores assalariados nas políticas sociais públicas.

O quanto de direitos os migrantes terão? Quem os proverá? Novamente, se coloca as disputas em torno do fundo público destinado às políticas sociais. Encontramos em diversos autores as problemáticas que envolvem a questão (Salvador, 2012; Behring, 2021) com a marca do “desfinanciamento” das políticas sociais brasileiras. Em um contexto de escassos recursos e aumento da demanda, ocasionado por uma multiplicidade de fatores, como o empobrecimento e endividamento populacional, as mudanças no mundo do trabalho; os eventos climáticos; a transição geracional, dentre outros, a pauta migrante acrescenta – para muitos – mais uma dificuldade. Como se trata de uma política em construção, é preciso garantir bases de financiamento para sua implantação, do contrário, quer seja na adaptação ou na instalação dos serviços, corre-se o risco de focalizar as ações aos tidos, vulneráveis e desconsiderar o caráter transversal das migrações. Ainda, deve-se indicar a defesa da função pública do Estado em organizar, implantar e prover recursos necessários para sua implementação, com articulação

⁵⁸ Ver <https://brazil.iom.int/pt-br/publicacoes>



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

entre os entes federados, para garantir um comando único das ações, com preservação das particularidades e territorialidades locais.

Não seria mais adequado o fortalecimento de políticas universais ao invés de políticas particularizadas? A universalidade sem equidade pode ser perversa, porque ela parte de uma construção “pelo alto”, desconsiderando aspectos particulares de diversos grupos sociais, como já apontado anteriormente, que são determinantes para o acesso e sua continuidade. Romizi (2013) ao estudar os migrantes equatorianos na sua prática religiosa transnacional, vai dizer que os migrantes levam “El Dios en la maleta”. Tal representação também é útil para compreendermos que os migrantes trazem em suas maletas, outras lógicas de cuidado em saúde; de convivência familiar, social e comunitária, de solidariedade. Assim, ao partir de uma universalidade que desconsidere tais elementos, corre-se o risco de reforçar estereótipos, culpabilizar, constranger e forçar a assimilação ao invés de processos de integração.

“Lá” suas condições eram piores que “aqui”. De fato, os migrantes do Sul global encontram em alguns contextos uma proteção social brasileira com mais ofertas públicas que em seus países de nascimento ou de deslocamento. Parafraseando Sayad (1998), um paradoxo se instala: o acesso acontece, mas não garante continuidade; aceitabilidade e tampouco se configura como oportuno. Em distintos processos de pesquisa e debate social, inferiu-se que eles são permeados por abuso de autoridade; desinformação dos direitos dos migrantes; racismo; xenofobia e contextos de desproteção social. Assim, sem que as particularidades migrantes sejam consideradas, o acesso se transforma em ato meramente procedural, que atende a prerrogativa legal e jurídica, mas que desconsidera muitas vezes as finalidades últimas das políticas sociais. Assim, não desconsideramos que é preciso compreender antes de mais nada, as formas de acesso em território anterior para mensurar o atual, mas também, devemos primar pelos objetivos e finalidades últimas das políticas (universalidade; equidade; respeito aos direitos humanos, etc), mantendo a radicalidade de seus princípios nas ofertas destinadas aos migrantes, mesmo que nesse momento elas não se configurem com uma demanda imediata, mas que gestores e trabalhadores das políticas sociais devem compreendê-las como imprescindíveis: entender uma informação; ter direito ao sigilo profissional; ser respeitado em seus modos de vida; sua



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

religiosidade; ser atendido independente de sua regularização migratória, combater todas as formas de preconceito e discriminação, dentre tantas outras.

E o Serviço Social? Qual a relação que se pode estabelecer entre a profissão e as migrações?

Se tomarmos como ponto de partida o projeto ético-político profissional, é possível afirmar que, mais que um compromisso, temos o dever de nos envolver com tal debate. Esse dever não é de alguns – aqueles que atendem; aqueles que estudam; aqueles que conhecem migrantes, aqueles que são “simpáticos” à pauta; mas de todos nós, indistintamente, a partir dos compromissos assumidos em nosso Código de Ética profissional; a lei que regulamenta profissão (Lei 8662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPPSS (1996). Nesse sentido, é fundamental o trabalho de profissionais para dar visibilidades aos dilemas e barreiras de acesso, quando em muitos territórios, não há sequer uma forma de sistematização de dados dos migrantes; espaços públicos de controle ou mobilização social e tampouco um ponto de referência para subsidiar as ações e ofertas públicas, que tem sido majoritariamente feitas, a partir de estratégias pessoais de profissionais e gestores, do que alicerçadas em parâmetros referenciados para o trabalho desenvolvido

Os estudos sobre a análise das políticas sociais (Fronza, Nogueira, 2015; Silva e silva, 2012) abordam a importância de qualificarmos a produção do conhecimento produzidas por assistentes sociais acerca das políticas sociais, que posicionam a profissão como capaz de produzir referências norteadoras teórico-práticas, considerando a forte relação entre as políticas sociais e o Serviço Social que se manifesta do ponto de vista do trabalho e da pesquisa (Fronza; Nogueira, 2015). Além disso, as vivências cotidianas nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde se manifestam as contradições e imperfeições das políticas na sua implementação, permite a profissão inúmeras possibilidades de influenciar as políticas sociais no sentido de “correção” de seus rumos.

A partir desse cenário, o Brasil vive uma multiplicidade de fases distintas da política migratória. Se tomarmos como referência, os debates sobre o Ciclo das Políticas (Mainardes, 2006), alguns municípios contemplam todas as fases, incluindo a avaliação, , outros estão em



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

fase de implementação; outros de formulação, e outros que estão incluindo o tema na agenda pública, como é o caso de Londrina e da maior parte dos municípios brasileiros de forma geral e do Paraná em particular.

O momento da formulação das políticas públicas é compreendido como o processo inicial, quando os atores dos setores público e privado, conjuntamente definem qual assunto fará parte da agenda e sofrerá interferência por parte do setor público, tornando necessária a construção de alternativas políticas. É o momento de escolher o que será abordado e como será solucionado, destacando-se como um tempo permeado por conflitos de interesse, posições, opiniões e perpassado por relações de poder, que podem estar aparentes ou não, dependendo do nível de conhecimento dos atores sociais envolvidos nos processos decisórios (Cavalcanti, 2007 apud Fronza, Nogueira, 2015, p.111)

Essa realidade ou fase da política, se constitui um momento privilegiado de contribuir com a construção de uma política pública. Da mesma forma, é um momento desafiante, porque infelizmente, o alcance público do tema é restrito a poucos “interessados”. Com raras exceções, ele não tem chegado nos debates dos Conselhos de Direitos, nas Conferências Municipais, nos Planos setoriais das políticas e não se faz presente nos diagnósticos socioterritoriais, mesmo sendo os migrantes uma presença viva em muitos territórios paranaenses.

Com certeza, não é uma tarefa exclusiva da profissão, mas a política migratória brasileira precisa da contribuição do Serviço Social, porque a profissão tem um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora, com a democratização do acesso e a qualidade dos serviços prestados e tem se mantido como uma voz contra hegemônica frente aos constrangimentos e contrarreformas que as políticas sociais tem sido submetidas, demarcando e denunciando a precariedade com que as mesmas tem sido executadas, dando visibilidade aos que tem ficado à margem de suas ofertas que cada vez mais passam a contar com patamares elevados de focalização e seletividade, formais ou informais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Ao finalizar este texto, transcrevemos a resposta que fizemos a um migrante angolano, negro, assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, sobre o que os migrantes esperam de nossa profissão. Esperamos que sua resposta reafirme nossos compromissos profissionais e nos aproxime cada vez mais do debate das migrações.

Enquanto migrantes, não esperamos dos/as assistentes sociais nada mais além daquilo que já está plasmado no Código de Ética da categoria profissional do Serviço Social, qual seja, os princípios éticos, que dão direção à prática profissional - que se espera, de fato, promotora da justiça social e do bem-estar das populações.

No caso específico em que envolvam as distintas populações migrantes, uma prática profissional assente nos valores do Serviço Social implica, primeiro, no reconhecimento de que grande parte dos fluxos migratórios são também uma expressão da "Questão Social" (portanto, o objeto sobre a qual incide sua atuação), principalmente em um contexto de aprofundamento das formas de desapropriação e reapropriação privada de terras, o que vem causando expulsões, de embargos econômicos e ingerências externas que têm enfraquecido Estados nacionais e destruído seus sistemas de proteção social, entre outros. Segundo, de que os direitos sociais devem se estender aos/às cidadãos/cidadãs em território brasileiro - visto que tanto a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Migração 13.445/17 quanto os distintos instrumentos jurídicos-legal do Serviço Social apresentam a universalização dos direitos sociais como um importante preceito; e, terceiro, a compreensão de que os/as migrantes são sujeitos que carregam suas histórias, suas concepções e/ou visões de mundo, com outras referências linguísticas, que são provenientes de países com diferentes formas de organização da proteção social, entre outras questões, o que demanda do/a assistente social uma prática profissional pautada em competências como a multi e a interculturalidade. Óscar Sousa Domingos.

REFERÊNCIAS



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

BAENINGER, Rosana. **Brasil**: país-tampão nas migrações internacionais. 22º Congresso Brasileiro de Sociologia – USP – São Paulo, 2025.

BAGGIO, Roberta Camineiro; SARTORETTO, Laura Madrid. O processo de construção do novo marco legal migratório no Brasil: entre a ideologia da segurança nacional e o direito humano a migrar. **Revista direitos fundamentais & democracia**, v. 24, n. 3, p. 27-59, 2019.

BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2021

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In:

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016. p. 47-81.

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul, RS, Educs, 2012.

BETTIOL LANZA, Líria Maria; PIOVANI, Luan Prado. A DUPLA CRISE: a pandemia e os migrantes nos relatos da mídia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 14-28, 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. **Lei 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980.

_____. **Lei 13445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017.

_____. **Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio**. Caderno de Propostas. Disponível em:
http://www.participa.br/articles/public/0007/3665/20141051%2022_COMIGRAR_Caderno_de_Proposta_Envio.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2025.

DOMENECH, E. Dias, G. "Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe." **Sociologias** 22.55 (2020): 40-73.

FRONZA, C.C; NOGUEIRA, V.M.R. Avaliação e análise de políticas públicas: uma distinção necessária. **Argumentum**, Vitória (ES), v.07 (02), pp.103-106



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de informações básicas municipais: MUNIC – 2018: questionários. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. [36 p.] disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/.../doc5559.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Trabalhadores migrantes no Paraná: dados estatísticos. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/...>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LEMES, João Ricardo. “**El vuelo de los gansos**”: Ações coletivas de migrantes internacionais no contexto da ofensiva neoliberal a partir da realidade do Paraná. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise da política educacional. Ed. Soc. Campinas, v.27,nº94, pp.47-69.

Mezzadra, Sandro. "Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes." **Revista ECO-Pós** 15.2 (2012): 70-107.

_____. **Direito de Fuga** – migrações, cidadania e globalização. Lisboa PT, Livraria Tigre de Papel, 2019.

MOREIRA, Júlia B.; BORBA, Janine. Refugiados sírios em São Bernardo do Campo: interação entre entidade religiosa e poder público municipal, no âmbito do processo de integração local. **Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa**, v. 8, n. 3, p. 105-117, 2017.

OMI – Organização internacional para as migrações. Migracidades – governança migratória local. Disponível em <https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades-2/a-plataforma> Acesso em 07 de Julho de 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto global para migração segura, ordenada e regular. Marrakesh, 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/12/Pacto-Global-Migracao-ONU-2018.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos avançados**, v. 20, p. 7-24, 2006.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana. Campinas: Unicamp**, p. 25-72, 1997.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (org.). **A política social na**



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 15-26.

PIRES, Rui Pena. **O problema da integração.** n. 24, p. 54-87, 2012.

ROMIZI, Franscesco. **El Dios en la maleta.** Los caminhos de la significación mítica de los católicos ecuatorianos em Barcelona e New York. (Tesis Doctoral) Tarragona: Universitat Rovira i Virgili, 2013

RUA, João. Repensando a geografia da população. **Geo UERJ**, n. 1, p. 57-72, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade, A.** Edusp, 1998.

SILVA e SILVA, Maria. Ozanira. Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 222- 233, 2012.

SINGER, Paul Israel. **Migracões internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.** Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 1972.

SOUSA DOMINGOS, Óscar. **A saúde das populações migrantes no Brasil: uma problematização das propostas de demandas em saúde aprovadas nas etapas preparatórias e nacional da II COMIGRAR.** 33F. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, 2025.

_____. Cidadania em movimento: os desafios pelo reconhecimento dos direitos dos/as migrantes em Londrina/PR e Região Metropolitana. In: **Práxis Itinerante: II Seminário Temático do Práxis Itinerante e I Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Diversidades**, de 20 a 22 de agosto de 2024. Anais do Práxis Itinerante: II Seminário Temático do Práxis Itinerante e I Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Diversidades, Londrina, v. 1. p. 1-15, ago. 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/praxis/article/view/4186>. Acesso em: 01 jun. 2025.

VILLEN, Patrícia. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 16, n. 34, p. 126-142, jan/jun., 2015.

VILLEN, Patrícia.; QUINTANILHA, Karina. A nova Lei de Migração (13.445/2017) como espelho de forças ambivalentes. In: RAMOS, A. C. et al. (org.). **Nova Lei de Migração: os três primeiros anos.** Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nupo; Unicamp- Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 129-144.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 04-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VON ZUBEN, Catarina; COUTINHO FILHO, Gabriel Lopes (Coord.); BAENINGER, Rosana;

DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (Orgs.). **Atlas temático do Observatório das Migrações em São Paulo**: proteção à trabalhadora e ao trabalhador migrantes – o Poder Judiciário Trabalhista como agente transformador da sociedade: migrações internacionais. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2025.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, p. 1041-1055, 2013.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E MARXISMO

Guilherme Gomes Ferreira⁵⁹

É muito significativo que o debate sobre a diversidade sexual e de gênero na relação com o marxismo seja pautado em uma mesa desta XIV Oficina Regional da ABEPSS em um momento em que estamos nos preparando, como categoria profissional, para completar 90 anos de existência no Brasil em 2026 – tendo sido criada a primeira Escola de Serviço Social na PUC-SP em 1936 com forte influência católica e, portanto, cariz conservador. O surgimento da profissão no solo brasileiro, como sabemos, está atrelado à necessidade de responder às desigualdades sociais que recrudescem com o processo de urbanização e industrialização no país, mas essa resposta nem sempre foi crítica, de modo que a profissão, no seu início, se apresentava como uma intervenção técnica que aliava moral cristã (a doutrina social da igreja católica) e teoria positivista.

Essa história nos permite concluir que o serviço social enfrentou (e enfrenta) desafios internos importantes no que diz respeito à sua capacidade e interesse em debater questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Se outras áreas do conhecimento tem um relacionamento muito mais antigo com esses debates, até pela forma como a sociedade historicamente procurou formas de explicar a diversidade sexual e de gênero – ou seja, ciências como a antropologia, a psicologia e a medicina são, por excelência, creditadas a falar sobre – o serviço social só publicará artigos da área sobre o tema entre os anos de 1990 e 2000. Além

⁵⁹ Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Doutor em Serviço Social também pelo ISCTE-IUL. Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo GHC. Professor da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Pesquisador vinculado ao GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero e do JUDIS – Grupo de Estudos em Justiça, Direitos Humanos e Segurança, ambos da UFRGS. Ativista na ONG Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade. Contato: guilhermeferreira@ufrgs.br



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

disso, sabemos que nossa área de conhecimento, com frequência, produz saber sobre aquilo que se materializa na sua prática profissional, ou seja, não antecipa a análise dos fenômenos, mas os analisa a partir do exercício do trabalho, o que também contribui para que tenhamos demorado a tematizar a diversidade sexual já que o próprio país somente nos anos 2000 produz as primeiras políticas públicas específicas para a população LGBTI+ (o programa Brasil sem homofobia, de 2004, é o primeiro investimento nacional transversal à todas as políticas sociais, embora antes a questão já tenha aparecido em setores específicos, como por exemplo nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997).

Os últimos 25 anos, portanto, não foram suficientes para que o serviço social rompesse completamente com o tradicionalismo próprio de sua emergência e consolidação, sendo possível perceber que o debate sobre gênero e sexualidade ainda não penetrou a formação profissional como deveria. Entre outros elementos que comprovam esse fato está a escassez de diretrizes de atendimento da população LGBTI+ em políticas públicas com protagonismo da profissão, como a política de assistência social, e a ausência de disciplinas obrigatórias que debatam a diversidade sexual e de gênero em diferentes cursos pelo país. A esse respeito, Jaqueline Melo de Barros (2024) analisou 217 estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social (93,5% do total de cursos presenciais ofertados no país) e constatou a incipiência do debate nos projetos pedagógicos de curso. Somente 33% das Instituições de Ensino Superior (IES) ofertam ao menos um componente curricular e na região sul esse índice fica entre 30% e 40%. De todas as disciplinas ofertadas, um terço ainda é em caráter optativo (Barros, 2024).

Temos, por outro lado, movimentos importantes da área, como o fato de o serviço social ter sido a segunda profissão no país a reconhecer o uso do nome social de assistentes sociais trans e travestis no documento de identidade profissional, possibilitando a utilização do nome social em registros profissionais em detrimento do registro civil. Também divulgou campanhas nacionais – como a mais célebre “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” (2006) – e publicou materiais impressos como a série de cadernos “assistente social no combate ao preconceito”. Essas e outras iniciativas nacionais e regionais indicam a direção ético-política assumida pela profissão e expressada na edição de 1993 de seu Código de Ética,



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

que é a primeira em mencionar aspectos à diversidade sexual e ao exercício profissional sem discriminação. Esses elementos podem nos sugerir que embora o serviço social possua desafios internos no debate sobre gênero e sexualidade – e esses desafios, ao que me parece, dizem respeito fundamentalmente à noção de como essas categorias serão analiticamente tratadas, se próximas ou distantes da teoria social crítica – isso não impede que essa profissão se coloque na vanguarda no que se refere as lutas sociais pelo direito à livre expressão sexual e de gênero, buscando respostas muito mais progressistas do que outras áreas que possuem maior história com a sexualidade. Podemos citar como exemplo os recentes retrocessos intencionados pelo Conselho Federal de Medicina a respeito do processo transexualizador (com a publicação da Resolução CFM nº 2.427/2025, posteriormente suspensa pela justiça) e as práticas terapêuticas ainda realizadas no Brasil por psicólogos que buscam a conversão sexual.

O que significam então esses desafios internos a que me refiro? Proponho que eles dizem respeito a um temor de nossa comunidade intelectual sobre o quanto gênero e sexualidade podem ser categorias do pensamento marxiano. Nossa aproximação com o marxismo e com os movimentos de esquerda no processo de ruptura com o conservadorismo nos permitiu acessar uma literatura diversa de pensadoras e pensadores marxistas, desde aqueles classificados como humanistas (entre os quais quero destacar Antonio Gramsci e Edward Thompson, este último inclusive tecendo muitas críticas à ortodoxia de uma parcela do marxismo) até aqueles de orientação mais estruturalista, como Louis Althusser. Assim também nos aproximamos de diferentes correntes teórico-políticas dos movimentos de esquerda e da luta operária no Brasil entre os anos de 1960 e 1980 e convivemos, como classe trabalhadora e classe profissional, com a noção de que a dissidência sexual poderia ser um vício ou patologia burguesa. James Green lembra que as esquerdas latino-americanas permaneceram por algum tempo presas “a valores religiosos antigos e a uma ideologia conservadora, que se desenvolveu depois da Revolução Russa de 1917, que caracterizou a homossexualidade como um produto do comportamento burguês decadente” (2003, p. 16). Essa marginalização de gays e lésbicas nas organizações marxistas era sustentada através da ideia de que questões de gênero e sexualidade dividiram a esquerda e enfraqueceriam a luta maior em direção ao socialismo. Nesse sentido, João Silvério



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Trevisan (1986) recupera momentos históricos em que o conflito entre sexualidade e luta de classes entrava em cena.

[...] como sabíamos que naquele debate sobre homossexualismo [sic] o auditório estava cheio de bichas e lésbicas, nós da mesa combinávamos jogar, sempre que possível, as perguntas de volta ao público, para que ele assumisse a briga sem necessidade de portavozes. Quando, no final da acalorada discussão, um esquerdistas ortodoxo observou que a luta homossexual escamoteava profundamente a questão da luta de classes, não contive minha irritação: subi numa cadeira e pedi às pessoas do auditório que relatassem fatos concretos de como *nós* homossexuais éramos escamoteados *justamente* em nome da luta de classes. A reação foi fulminante. Homens e mulheres, emocionados e sem medo de aparecerem publicamente como gueis, levantaram-se para relatar experiências pessoais de discriminação de setores progressistas contra eles, por serem homossexuais (Trevisan, 1986, p. 207).

Mais recentemente, parte das esquerdas vêm retratando as lutas de movimentos LGBTI+ e, também, de movimentos negros, de mulheres e outras populações como pautas meramente identitárias e culturais, denominando-as como identitarismo. Se é verdade que o identitarismo existe quando a luta por reconhecimento e representação é reduzida à presença das identidades individuais (por exemplo, como se bastasse termos representantes políticos LGBTI+, sem considerar a orientação política dessa representação), o medo de incluir esse debate no interior do marxismo por considerá-lo de antemão como pós-moderno e identitário constitui um dogmatismo. Fazem parte desse dogmatismo: (i) o tratamento da sexualidade como elemento individual e subjetivo em detrimento da noção de que ela faz parte de uma estrutura; (ii) a noção de que as opressões de gênero e sexualidade são oriundas do capitalismo e superadas a partir do comunismo; (iii) o etiquetamento de diferentes pensadores e pensadoras como pós-modernos ou reformistas, prática que atinge inclusive colegas de nossa profissão, a partir de uma leitura superficial e de uma parcela da produção teórica de quem pesquisa gênero e sexualidade.

Para contrapor essas posturas, vem sendo construído no Brasil e no mundo, no interior das ciências sociais e do serviço social, um campo de estudos que procura articular a diversidade sexual e de gênero com o marxismo (Ferreira; Irineu, 2024), o que eventualmente é denominado como *marxismo queer* ou *marxismo transviado*. Esses debates em desenvolvimento procuram construir um quadro teórico sobre essa relação, demonstrando que a discussão avançou e se aprofundou, muito embora as polêmicas ainda permaneçam e por muito tempo permanecerão já



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

que é um tema que acompanha o processo histórico e, por isso, sempre se atualiza. Nesse entrelaçamento, a primeira grande contribuição marxista para o estudo sobre gênero e sexualidade é a disputa de uma noção mais social dessas categorias, isto é, o marxismo (e, por isso, o serviço social brasileiro) procura entendê-las como fundamentalmente sociais, distanciando-se de outras formas de explicar o exercício da sexualidade que o coloque como fruto de opções morais, destinos biológicos, traumas ou repressões psíquicas. A tradição marxista que orienta hegemonicamente o trabalho profissional no Brasil permite, por isso, analisar o gênero e a sexualidade como partes de uma estrutura social, não individualizando, portanto, a questão.

Outro aspecto dessa perspectiva é que gênero e sexualidade fazem parte da realidade objetiva na sua processualidade, isto é, não são categorias estanques, fixas e a-históricas. Esse entendimento contribui para defesas de nossa categoria profissional em relação às batalhas morais que experienciamos atualmente quanto às narrativas de que a esquerda estaria querendo “acabar com a família” e querendo “influenciar as crianças a serem gays ou lésbicas”. Ora, existem sim pedagogias de gênero e sexualidade, uma vez que somos ensinados e ensinadas desde cedo que “menino não chora”, que “isso é coisa de bicha”, que é preciso “comportar-se como menina” e assim por diante; por outro lado, não é possível ensinar alguém a ser homossexual, da mesma forma como não é possível converter alguém em heterossexual, ao mesmo tempo em que não necessariamente essas experiências se darão de uma vez por todas e em um momento específico da vida: elas fazem parte do processo de vida de um ser humano cuja consciência permite poder pensar e repensar a si mesmo.

Vemos assim que a contribuição de Edward Thompson (1981) e Walter Benjamin (1987) a respeito da noção de experiência social é fundamental para os estudos de gênero e sexualidade em uma perspectiva marxista. No entendimento desses autores, a experiência social diz respeito tanto às condições objetivas para se viver (que fazem parte do mundo das determinações) quanto à forma como o sujeito elabora e decide viver, seu modo de vida (o que faz parte do mundo da consciência). A experiência social diferencia-se da vivência pelo seu caráter coletivo (fruto daquilo que é transmitido de geração a geração) e pela sua capacidade de dar sentido e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

significado ao vivido. Dessa maneira, gênero e sexualidade não são acontecimentos imediatos e singulares que não passam pela consciência (o que seria uma simples vivência), mas o contrário, são parte da experiência social em que os sujeitos, a partir das suas histórias de vida, transmitem significados a sentidos a outros sujeitos.

Por fim, quero falar rapidamente sobre o conceito de sujeito no marxismo na sua relação com gênero e sexualidade. Para alguns críticos do marxismo, o sujeito, nessa perspectiva, seria unificado, coerente e fixo, ao mesmo tempo em que é cindido em disciplinas. Já para os críticos dos estudos de gênero e sexualidade, o sujeito só poderia ser ambíguo, instável, próximo da noção pós-estruturalista e desconstrutivista de sujeito em que aquilo que impera é a imagem, a superfície, a estética, a narrativa e o simbólico. Quero concordar com Erich Fromm (1983) quando ele diz que, para Marx, o ser humano não é a história, mas sim produz sua própria história, portanto o sujeito não pode ser fixo e estável, mas sim processual, como já argumentei. O fato de o sujeito possuir um gênero e uma sexualidade que produzam nele desejos incoerentes ou contraditórios não significa, por outro lado, renunciar às categorias da totalidade concreta.

Comecei essa fala chamando a atenção para os 90 anos do serviço social no Brasil mas também quero chamar a atenção para o fato de que a crise do capital que estamos experienciando no Brasil e no mundo (que é também acompanhada por crises humanitárias, ambientais, sanitárias) convoca movimentos sociais e sujeitos LGBTI+ a revisitarem o marxismo e sua atualidade como pensamento teórico e político que sustenta outra possibilidade (necessária) de sociedade. Ao mesmo tempo, o ingresso de sujeitos LGBTI+ na política e nas universidades tensiona a necessidade do debate sobre as identidades como parte da análise sobre a luta das classes, já que elas não são homogêneas, possuem diversidades internas. Essas realidades pressionam o debate sobre diversidade sexual no interior do serviço social, no interior do marxismo e no interior das esquerdas políticas. Parece contraditório que o momento histórico contemporâneo pleno de crises seja aquele que ofereça as condições históricas para que esse debate ganhe cada vez mais visibilidade. No entanto, é exatamente porque reside essa contradição que assistentes sociais devem se unir a outros movimentos progressistas de nossa



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

sociedade para pautar o gênero e a sexualidade desde essas perspectivas e como parte de uma agenda democrática e plural.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jaqueline Melo de. Diversidade sexual e formação profissional: o imperativo de ultrapassar indícios e efetivar princípios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 1., 2024, e-6628388.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, vol. 1**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Guilherme Gomes; Irineu, Bruna Andrade. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2024 (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 10).

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, São Paulo, v.10, n. 18/19, 2003, p. 16-39.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Max Limonad, 1986.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: expressões da questão social e desafios para o Serviço Social

Nadianna Rosa Marques⁶⁰

1. INTRODUÇÃO

Os desastres, sejam eles desencadeados por fenômenos naturais ou resultantes de processos socioeconômicos próprios do capitalismo, não podem ser compreendidos de maneira dissociada das desigualdades estruturais da sociedade. A urbanização acelerada, os novos processos produtivos e a exploração intensiva dos recursos naturais acarretaram transformações profundas na organização do território e nas formas de vida da população, gerando situações de vulnerabilidade que se manifestam de modo mais agudo nos momentos de crise. Os desastres evidenciam expressões da questão social, na medida em que a desigualdade e a injustiça social se entrelaçam com a dinâmica ambiental, conformando cenários complexos que exigem análises interdisciplinares Marques (2018).

Nessa perspectiva, é necessário compreender os desastres não apenas como eventos fortuitos ou acidentes naturais, mas como fenômenos socioambientais, resultantes da interação entre vulnerabilidades sociais historicamente produzidas e a ocorrência de eventos da natureza. Para Valencio (2014), reduzir os desastres a causas meramente naturais equivale a invisibilizar os processos sociais que determinam quem são os mais atingidos, de que forma e com quais consequências. Trata-se, portanto, de uma construção social do risco, marcada por decisões políticas, econômicas e históricas que relegam parcelas da população a territórios inseguros, com baixa infraestrutura e escassa capacidade de resposta.

⁶⁰ Doutora e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Docente da Universidade Federal de Santa Maria, vinculada ao curso de serviço social e Programa de Pós -graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da UFSM e docente dos cursos técnicos da área da saúde do colégio politécnico da UFSM.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nesse sentido, Valencio (2012, p. 18) ressalta que “os desastres não atingem a todos da mesma forma, mas desvelam, em sua ocorrência, a lógica desigual de acesso a recursos, proteção e reparação”. Isso significa que, diante de um mesmo evento – como inundações, deslizamentos ou secas prolongadas, diferentes grupos sociais vivenciam impactos desproporcionais, de acordo com sua posição socioeconômica, de classe, de raça e de gênero.

No caso brasileiro, essa realidade se expressa nos indicadores mais recentes. Segundo dados do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em agosto de 2025, 31 cidades decretaram situação de emergência em estados como Acre, Bahia, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Ao todo, o país contabiliza 1.429 reconhecimentos vigentes de situações de emergência e calamidade pública (até o momento da apresentação deste estudo), sendo que o Rio Grande do Sul aparece como o segundo estado com maior número de decretos, representando aproximadamente 25% do total nacional. Esse dado revela não apenas a recorrência dos desastres, mas a insuficiência das políticas de prevenção e gestão de riscos, bem como o desinvestimento estrutural em planejamento urbano e proteção ambiental.

Dante desse cenário, torna-se imprescindível retomar a reflexão de Valencio (2010), que adverte que os desastres são expressão de conflitos socioambientais historicamente produzidos. A autora aponta que a omissão do Estado frente às pressões do mercado, ao flexibilizar normas ambientais e urbanísticas, contribui para a intensificação dos riscos e, consequentemente, para o aumento da vulnerabilidade das populações mais pobres. Essa lógica reforça o entendimento de que não estamos todos “no mesmo barco”: enquanto alguns acumulam proteção, infraestrutura e garantias, outros acumulam riscos, perdas e violações de direitos.

Assim, este artigo pretende problematizar os desastres no Brasil como fenômenos socioambientais, analisando sua relação com as desigualdades sociais, as políticas públicas e o trabalho do Serviço Social. Parte-se da compreensão de que os desastres não são acidentes isolados, mas expressam escolhas políticas e econômicas que estruturam o território, revelando, portanto, os limites do modelo de desenvolvimento vigente.

2. DESASTRES COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Ao contrário da concepção naturalizada, os desastres não atingem todos os sujeitos de forma igual. Eles expõem e aprofundam desigualdades sociais, revelando que a vulnerabilidade não é consequência direta da natureza, mas de processos históricos e estruturais de marginalização.

Valencio (2014) alerta que a omissão ou flexibilização das políticas ambientais diante das pressões de mercado resulta em riscos desproporcionais para populações com menor poder econômico e político. A chamada “PL da Devastação”, (PL 2159/2021) ao flexibilizar o licenciamento ambiental, é exemplo concreto desse processo: amplia riscos ambientais e sociais, afetando sobretudo comunidades já vulnerabilizadas.

Desta forma, as análises a acerca dos desastres no contexto brasileiro não pode ser dissociada da compreensão da questão social, categoria fundante do Serviço Social. Conforme Iamamoto (2001), a questão social é a expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista, manifestando-se nas desigualdades, privações e formas de exploração vividas cotidianamente pela classe trabalhadora. Quando observamos os desastres, especialmente aqueles denominados socioambientais, reconhecemos que eles não são fenômenos “naturais”, mas sim eventos que revelam e intensificam as múltiplas expressões da questão social.

Os desastres atingem de forma diferenciada os grupos sociais, reforçando desigualdades de classe, raça e gênero. Nesse sentido, Yazbek (2009) ressalta que as desigualdades sociais não podem ser vistas apenas como disparidades econômicas, mas como um processo de exclusão social e negação de direitos que atinge de modo mais perverso os grupos já historicamente vulnerabilizados. Em situações de desastre, isso se traduz na maior exposição das populações pobres e periféricas a riscos ambientais e à dificuldade de acesso a políticas públicas de resposta, mitigação e reconstrução.

Iamamoto e Carvalho (1982) destacam que a questão social deve ser compreendida como produto da contradição entre capital e trabalho, refletindo a acumulação desigual da riqueza e do poder. Aplicando essa concepção ao campo dos desastres, podemos afirmar que os impactos não são homogêneos: enquanto determinados grupos sociais contam com infraestrutura, proteção e



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

redes de apoio, outros vivem em territórios precarizados, onde o risco é socialmente produzido pela ausência de políticas de habitação, saneamento, saúde e urbanização.

Para Netto (1992), o Serviço Social tem como desafio intervir criticamente nas expressões da questão social, denunciando processos de exploração e opressão que naturalizam as desigualdades. Essa perspectiva é fundamental ao analisar os desastres, pois permite compreender que as perdas humanas, materiais e simbólicas vividas pela população não resultam apenas de eventos climáticos, mas da precarização histórica das condições de vida e da lógica de desenvolvimento excludente.

Marques (2018), em seus estudos sobre Serviço Social e desastres, corrobora esse entendimento ao afirmar que os desastres constituem “situações-limite” nas quais se evidenciam as contradições sociais e a insuficiência das políticas públicas, desafiando o trabalho profissional a articular respostas imediatas e estruturais. Nesse cenário, o(a) assistente social não atua apenas no campo da execução de políticas, mas também como sujeito político que denuncia as desigualdades e luta pela efetivação de direitos.

Assim, compreender os desastres como expressão da questão social significa situá-los no bojo das relações de produção capitalistas, onde o lucro se sobrepõe à vida e os interesses do mercado tendem a prevalecer sobre a proteção da população e do meio ambiente. Essa perspectiva rompe com a visão naturalizante dos desastres, que tende a culpabilizar a natureza ou até mesmo as populações afetadas, ocultando os processos históricos e políticos que estruturam as vulnerabilidades sociais (Marques, 2024).

Em estudos realizados durante o doutorado foi possível identificar que mesmo em diferentes contextos internacionais, não se restringem a fenômenos ambientais “naturais”, e sim a um contexto que escancaram as desigualdades e a precariedade das respostas estatais. Evidencia que a lógica capitalista, ao privilegiar a acumulação e o crescimento econômico, intensifica processos de vulnerabilização e marginalização social, relegando os mais pobres e marginalizados a territórios de maior risco e menor proteção. Nesse sentido, os desastres aprofundam as desigualdades, ao mesmo tempo em que a tornam mais visível (Marques, 2024).



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Esse entendimento articula-se com a concepção de Iamamoto (2001), que define a questão social como expressão das contradições estruturais entre capital e trabalho, manifestando-se sob múltiplas formas de desigualdade, exploração e exclusão. Em situações de desastre, essas contradições são potencializadas: de um lado, as populações empobrecidas sofrem perdas materiais, simbólicas e humanas de forma desproporcional; de outro, o próprio desastre pode ser transformado em oportunidade de acumulação e avanço do capital, seja pela especulação imobiliária, pela flexibilização ambiental ou pela privatização da reconstrução.

Ressalta-se que, nessas circunstâncias, o Serviço Social não pode restringir sua atuação a respostas imediatistas, como o cadastramento de famílias ou a distribuição de benefícios eventuais. Ao contrário, a profissão é convocada a assumir um papel ético-político que *denuncie as desigualdades, visibilize os sujeitos afetados e atue na formulação e implementação de políticas públicas integradas* de prevenção, mitigação e reconstrução. Essa exigência dialoga com a defesa feita por Netto (1992) do Serviço Social como profissão crítica, orientada pela mediação das contradições sociais e pelo compromisso com a transformação social.

Diante deste contexto o trabalho do Serviço Social em desastres não se limita à execução de cadastros e distribuição de benefícios. Pelo contrário, exige uma atuação crítica, fundamentada em valores éticos e políticos, que visibilize as condições de vida dos sujeitos afetados e denuncie práticas de exclusão e violação de direitos.

Entre as atribuições, destacam-se:

- participação em planos de contingência e protocolos de prevenção;
- fortalecimento de redes de apoio comunitário;
- escuta qualificada e acolhimento humanizado;
- articulação de políticas sociais de saúde, assistência e habitação;
- denúncia de processos de mercantilização e manipulação das demandas em favor do capital.

O trabalho do serviço social em desastres deve superar visões tecnicistas e reafirmar o compromisso histórico da categoria com a justiça social, a dignidade humana e a defesa intransigente dos direitos humanos. Tendo como base os autores Iamamoto (2001) e Netto



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(1992), para compreender o trabalho do serviço social no contexto de desastre, este deve articular três dimensões fundamentais: dimensão emergencial, planejamento de políticas e intervenção social crítica. A dimensão emergencial envolve ações que necessitam ser rapidamente articuladas e ofertadas à população no momento do desastre como: acolhimento, orientação, provisão de abrigo, alimentos e atendimento básico às famílias afetadas. O planejamento de políticas, por sua vez, diz respeito à articulação com órgãos públicos, Conselhos de Assistência Social, Defesa Civil, unidades de saúde e demais instituições, garantindo que a resposta seja coordenada, efetiva e sustentável. Por fim, a intervenção social crítica permite ao(a) assistente social não apenas executar ações, mas analisar as contradições estruturais que tornam determinadas populações mais vulneráveis e propor estratégias que visem a transformação social.

Portanto, compreender os desastres como expressão da questão social significa assumir que eles não são inevitáveis nem democraticamente distribuídos. Eles revelam, ao contrário, um padrão seletivo de vulnerabilidade e proteção, em que alguns acumulam vantagens e outros acumulam perdas (Valencio, 2012). Para o Serviço Social, isso implica a necessidade de superar práticas meramente assistencialistas e tecnicistas, reafirmando seu compromisso com a defesa de direitos, com a justiça social e com a dignidade humana. Destaca-se que o trabalho profissional deve se constituir como espaço de resistência e de construção de estratégias coletivas, contribuindo para que os desastres sejam compreendidos não apenas como “tragédias” pontuais, mas como parte da luta maior contra a reprodução das desigualdades estruturais do capitalismo.

3. CRESCIMENTO DOS DECREOS DE EMERGÊNCIA: INDICADOR DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRAGILIDADES ESTRUTURAIS

De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Sistema Integrado de Informações sobre desastres (S2iD), em agosto de 2024, 31 cidades brasileiras decretaram situação de emergência por desastres, atingindo estados como Acre, Bahia, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Até o presente momento deste artigo, o Brasil contabiliza 1.429 reconhecimentos vigentes, com destaque para estados como Pernambuco



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(372), Bahia (232), Minas Gerais (152) e o Rio Grande do Sul, ocupando o segundo maior número, com 342 registros cerca de 25% do total. Esse dado demonstra tanto a recorrência dos eventos quanto a incapacidade estrutural dos estados em prevenir e responder de forma efetiva. Conforme os dados sistematizados a seguir:

Tabela 1 – Reconhecimentos de Situação de Emergência e Calamidade Pública por Estado Brasil, 2025

Estado	Nº de Reconhecimentos Vigentes	% do Total Nacional
Pernambuco (PE)	372	26%
Bahia (BA)	232	16%
Minas Gerais (MG)	152	11%
Rio Grande do Sul (RS)	342	25%
Piauí (PI)	95	7%
Paraíba (PB)	64	4%
Acre (AC)	38	3%
Amazonas (AM)	33	2%
Paraná (PR)	30	2%
Maranhão (MA)	24	2%
Mato Grosso (MT)	2	<1%
Total Brasil	1.429	100%

Fonte: dados sistematizados pela autora tendo como base o S2Id - <https://s2id.mi.gov.br/>, com base no mês de agosto de 2025.

O aumento significativo no número de decretos de situação de emergência e de calamidade pública, como observado no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, não deve ser interpretado apenas como um reflexo da ocorrência de eventos naturais extremos, mas sim como indicativo das fragilidades estruturais e sociais acumuladas ao longo do tempo. Esse crescimento evidencia que os desastres no Brasil são resultado de processos históricos de vulnerabilidade social, associados à desigualdade na ocupação do território, urbanização precária, ausência de



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

planejamento urbano eficaz, deficiências em saneamento básico e insuficiência de políticas públicas preventivas.

As análises acerca dos decretos sistematizados na tabela 1, evidenciam a concentração de riscos nos Estados como Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul com mais de 65% dos decretos, revelando alta vulnerabilidade social e estrutural. Outro aspecto é a recorrência e padrão estrutural, ou seja, o elevado número de decretos no RS (342 – 25% do total) evidencia que desastres não são eventos isolados, mas reflexo de fragilidades na gestão de riscos e planejamento urbano precário e baixo investimento em prevenção. Ainda os dados demonstram desigualdade na exposição, populações mais pobres são mais atingidas, enquanto áreas mais valorizadas e protegidas têm menor risco, reforçando padrões históricos de vulnerabilização socioespacial.

A Fragilidade institucional se escancara com o crescimento dos decretos evidencia que respostas são majoritariamente emergenciais, com pouca ênfase em prevenção, mitigação e políticas públicas estruturantes. Desta forma a concentração de decretos em determinados estados também revela a incapacidade do aparato estatal de implementar medidas de prevenção e mitigação, gerando uma situação em que a resposta emergencial é frequentemente reativa e focalizada, em vez de integrada e estruturante. Essa lógica reproduz padrões de desigualdade, já que as populações mais pobres e periféricas, historicamente empurradas para áreas de risco, são as mais atingidas.

As análises dos decretos trazem implicações para o Serviço Social, à medida que esses dados reforçam a necessidade de atuação crítica e estratégica do Serviço Social, articulando direitos, proteção social e estratégias de resiliência comunitária, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Nesse cenário, o Serviço Social tem papel estratégico no planejamento e contribuição da elaboração de planos de contingências juntamente com as Defesas Civis, criação e construção conjunta de protocolos de prevenção e articulação intersetorial, garantindo que as políticas públicas sejam integradas, sustentáveis e voltadas à redução da vulnerabilidade social e territorial. Ainda a incorporação das dimensões de classe, raça e gênero a esses documentos compreendendo que os desastres não atingem todos da mesma forma. O Serviço Social deve



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

analisar as desigualdades estruturais históricas, considerando como fatores de classe, raça e gênero intensificam a vulnerabilidade e a exclusão social. Essa perspectiva permite uma intervenção mais justa, inclusiva e sensível às necessidades específicas dos grupos mais afetados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que os desastres socioambientais no Brasil não podem ser compreendidos apenas como eventos naturais, mas sim como expressões da questão social, profundamente enraizadas nas desigualdades históricas, na vulnerabilidade estrutural e na concentração desigual de poder e recursos. A análise dos dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), especialmente os reconhecimentos vigentes de situações de emergência e calamidade pública em 2025, revela que estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia concentram a maior parte dos decretos, indicando padrões recorrentes de exposição ao risco e insuficiência estrutural na gestão de desastres.

Essa realidade reforça a compreensão teórica de Valencio (2012, 2014), Iamamoto (2001) e os demais autores discutidos neste estudo de que os desastres refletem processos históricos e sociais de vulnerabilização, nos quais determinados grupos sociais, especialmente os mais pobres, periféricos e marginalizados, sofrem impactos desproporcionais. A ocupação desigual do território, a precariedade da infraestrutura urbana, a falta de políticas públicas preventivas e a flexibilização de normas ambientais como ilustrado pela PL 2159/2021, reforçam a seletividade social dos desastres, escancarando a lógica de exclusão e vulnerabilidade.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel estratégico, ético e político, articulando a defesa de direitos, a proteção social e a promoção de estratégias de resiliência comunitária. A atuação profissional deve ir além da resposta emergencial, englobando planejamento de políticas, participação em protocolos de contingência, articulação intersetorial, fortalecimento de redes comunitárias e denúncia de práticas que reproduzam desigualdades estruturais. Considerar as dimensões de classe, raça e gênero na análise da vulnerabilidade



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

permite intervenções mais justas e inclusivas, capazes de reduzir os impactos diferenciados sobre grupos historicamente marginalizados.

Finalmente, os desastres socioambientais, ao evidenciar a incapacidade estrutural e a recorrência de eventos, destacam a necessidade do trabalho do serviço social em contextos de desastres crítico e propositivo, capaz de desvendar e atender não apenas a resposta imediata, mas também as condições históricas e sociais que perpetuam a vulnerabilidade. O Serviço Social, ao assumir este compromisso, reafirma seu papel na promoção da justiça social, da dignidade humana e da defesa dos direitos, tornando-se essencial na construção de sociedades mais resilientes e equitativas frente aos desafios dos desastres.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

MARQUES, Nadianna Rosa. **Serviço social e desastres:** uma análise intercontinental. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: Repositório PUCRS. Acesso em: 8 set. 2025.

_____. **Desastres e a política de saúde: responsabilidades e possibilidades de intervenção.** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMAÇÃO XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

18 de agosto (segunda-feira)

CREDENCIAMENTO (13h30-19h30)

Local (presencial): Hall de entrada do Auditório B5

PROGRAMAÇÃO DA TARDE:

14h00-16h00 - Encontro Regional de Supervisão de Estágio: Dilemas e estratégias de fortalecimento da Supervisão de Estágio em Serviço Social

Local (presencial): Auditório A3

Link Google Meet: <https://meet.google.com/rcc-rxrz-iqe>

Palestrantes: Profa. Dra. Edinaura Luza (UEM); Lauren Amaro dos Santos (Unipampa); Nayara Alinne Soares Mendonça (HU/UFSC).

Coordenação de Mesa: Cristiane Carla Konno (Unioeste-Too)

16h15-18h15 - Fórum Regional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: Diretrizes, desafios e estratégias na articulação entre Trabalho e Formação profissional em Serviço Social

Local (presencial): Auditório A4

Link Google Meet: <https://meet.google.com/kor-mwpr-npe>

Palestrantes: Profa. Dra. Andréa Luiza Curralinho Braga (CRESS-PR/PUC-PR); Maria Izabel da Silva Alves (ABEPSS Sul I/ENESSO/UEL); Dra. Emilene Oliveira de Bairro (CRESS-RS); Ma. Simone Dalbello (CRESS-SC); Profa. Dra. Laís Duarte Corrêa (ABEPSS Sul I/UFSC).

Coordenação de Mesa: Me.André Henrique Mello Correa (CRESS-PR/UEL)

PROGRAMAÇÃO DA NOITE:

Local (presencial): Auditório A3

Link do Youtube: <https://youtube.com/live/i9IahgxMxmU?feature=share>

19h10-19h30-Programação Cultural

19h30-20h15 - Mesa de Abertura

20h15-22h00 - Mesa 1: Crise do capital e disputa de projetos societários

Palestrantes: Profa. Silmara Carneiro e Silva (UEPG);

Coordenação de Mesa: Profa. Dra. Laís Duarte Corrêa (ABEPSS Sul I/UFSC)



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

19 de agosto (terça-feira)

CREDENCIAMENTO (13h30-19h30)

Local (presencial): Hall de entrada do Auditório B5

PROGRAMAÇÃO DA TARDE:

14h00-17h30 - Colóquio de Graduação: Fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da graduação em Serviço Social.

Local (presencial): Auditório A3

Link Google Meet: <https://meet.google.com/rhr-json-oks>

Palestrantes: Profa. Dra. Inez Rocha Zacarias (UFRGS);

Coordenação de Mesa: Profa. Dra. Ineiva Terezinha Kreutz (ABEPSS Sul I/ Unioeste-Too)

14h00-17h30 - Colóquio de Pós-Graduação: Fundamentos teórico-metodológicos, conjuntura e os desafios da pesquisa e pós-graduação em Serviço Social.

Local (presencial): Auditório A4

Link Google Meet: <https://meet.google.com/dtf-jzzw-fey>

Palestrante: Prof. Dr. Ricardo Lara (UFSC);

Coordenação de Mesa: Prof. Dr. Jaime Hillesheim (ABEPSS Sul I/ UFSC).

PROGRAMAÇÃO DA NOITE:

Local (presencial): Auditório A3

Link do Youtube: <https://youtube.com/live/6EN5tkPAAAYc?feature=share>

19h10-19h35- Programação Cultural

19h35-22h00- Mesa 2: O Serviço Social na história e Diretrizes Curriculares – perspectiva crítica e fortalecimento das lutas emancipatórias

Palestrante: Profa. Dra. Thaís Teixeira Closs (UFRGS)

Coordenação de Mesa: Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos (Unioeste-Too)



XIV OFICINA REGIONAL DA ABEPSS – SUL I

**Formação em Serviço Social na perspectiva de totalidade:
em defesa da unidade das lutas sociais emancipatórias**

18 a 20 de Agosto de 2025 – Toledo (PR) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

20 de agosto (quarta-feira)

CREDENCIAMENTO (13h30-19h30)

Local (presencial): Hall de entrada do Auditório B5

PROGRAMAÇÃO DA TARDE:

14h00-16h00- Reunião ENESSO

Local (presencial): Auditório A3

Link Google Meet: <https://meet.google.com/eai-jxzo-fyx>

Mediação: Maria Izabel da Silva Alves (ABEPSS Sul I/ENESSO/UEL); Valéria Moraes (ABEPSS Sul I/ENESSO/UCS)

14h00-16h00- Fórum regional discente de Pós-Graduação

Local (presencial): Auditório A4

Link Google Meet: <https://meet.google.com/vap-madh-zri>

Mediação: Ma.Bárbara Domingues Nunes (ABEPSS Sul I/ UCPEL); Alene Silva da Rosa (UCPEL)

PROGRAMAÇÃO DA NOITE:

Local (presencial): Auditório A3

Link do Youtube: <https://youtube.com/live/YZ5PFQBWfeg?feature=share>

19h10-19h25-Programação Cultural

19h25-21h50 - Mesa 3: Pesquisa em Serviço Social e particularidade regional: exploração, opressões, lutas sociais e respostas coletivas

Palestrantes: Me. André Henrique Mello Correia

(CRESS-PR/ UEL); Ma. Daiane Mantoanelli (PMB/ UFSC); Prof. Dr. Guilherme Gomes Ferreira (UFRGS) ; Profa. Dra. Nadianna Rosa Marques (UFSM); Profa. Dra. Liria B. Lanza (UEL).

Coordenação de Mesa: Profa. Dra. Fernanda Nunes da Rosa (ABEPSS Sul I- UFSM)

21h50-22h10- Mesa de Encerramento